



SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA MARÍTIMA DO BRASIL

A revista NAVIGATOR é dirigida a professores, pesquisadores, alunos de história, militares e servidores civis da Marinha, com o propósito de promover e incentivar o debate e a pesquisa sobre temas de História Marítima no meio acadêmico.

As opiniões emitidas em matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

COMANDO DA MARINHA

Almirante de Esquadra Julio Soares de Moura Neto

SECRETARIA-GERAL DA MARINHA

Almirante de Esquadra Eduardo Monteiro Lopes

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA

Vice-Almirante (Ref^o-EN) Armando de Senna Bittencourt

Departamento de História

Capitão-Tenente (T) Ricardo dos Santos Guimarães

Departamento de Publicações e Divulgação

Primeiro-Tenente (RM2-T) Luiz Cesário da Silveira do Nascimento

REVISTA NAVIGATOR

www.revistanavigator.com.br

Editora Serviço de Documentação da Marinha

Departamento de Publicações e Divulgação

Ilha das Cobras s/nº – Centro

20091-000 – Rio de Janeiro – RJ

Tels.: (21) 2104-6852 / 2104-5492

Tiragem: 1.500 exemplares



SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA MARÍTIMA DO BRASIL

CONSELHO EDITORIAL

CT (T) *Carlos André Lopes da Silva*
CT (T) *Ricardo dos Santos Guimarães*
CT (IM) *Marcello José Gomes Loureiro*
1T (T) *Daniel Martins Gusmão*
1T (RM2-T) *Renato Jorge Paranhos Restier Junior*
1T (RM2-T) *Fabiola Maria da Silva Chagas*

CONSELHO CONSULTIVO

VA (Ref^o-EN) *Armando de Senna Bittencourt (IHGB/IGHMB)*
Prof. Dr. *Arno Wehling (IHGB/UGF)*
Prof. Dr. *Cláudio de Carvalho Silveira (UERJ)*
CMG (RM1-T) *Edina Laura C. Nogueira da Gama (IGHMB)*
Prof. Dr. *Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRJ)*
CMG (RM1) *Francisco Eduardo Alves de Almeida (IGHMB)*
Prof. Dr. *Gilson Rambelli (UFS)*
Prof. *Guilherme de Andrea Frota (IHGB/IGHMB)*
VA (Ref^o) *Helio Leoncio Martins (IHGB/IGHMB)*
Gen. (Ref^o) *Jonas de M. Correia Neto (IHGB/IGHMB)*
Prof. Dr. *José Miguel Arias Neto (UEL)*
Prof. Dr. *Marcos Guimarães Sanches (UNIRIO)*
Prof. Dra. *Maria Cristina Mineiro Scatamacchia (USP)*
CA (Ref^o) *Max Justo Guedes (IHGB)*
Prof. Dr. *Paulo André Leira Parente (UNIRIO/UGF)*
Cel. (Cav-R) *Paulo Dartanham M. de Amorim (IGHMB)*
Dr. *Petrônio Raimundo G. Muniz (FUNCEB)*
CA (RM1) *Reginaldo Gomes Garcia dos Reis (EGN)*
Prof. Dr. *Ronaldo Rogério de Freitas Mourão (IHGB)*

INDEXADA POR / INDEXED BY
Sumários de Revistas Brasileiras
www.sumarios.org

EQUIPE EDITORIAL

Editor
Capitão-Tenente (IM) *Marcello José Gomes Loureiro*

Identidade Visual
Edna Costa

Editoração Eletrônica
Felipe dos Santos Motta
Júlia Parente Ferreira
Rodrigo Rodrigues

Capa
Rodrigo Rodrigues

Revisão
Denise Koracakis
Donato Barbosa do Amaral
Mauro da Silva

Web Designer
Célia Gutierrez

Coordenação de Projeto
1T (RM2-T) *Luiz Cesário Nascimento*
1T (RM2-T) *Kelly Ibrahim*

Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil.

– n.1 (jun. 1970) – n.20 (jun.1985) – n.11 (jun. 2010)

Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2010-
v.6: il.; 27cm.

Semestral

ISSN 0100-1248

Reedição do periódico de mesmo nome, editado pelo Serviço de Documentação da Marinha em 20 v.

1. Brasil – História Marítima – Periódicos

2. Brasil. Marinha – Periódicos. I. Brasil. Marinha. Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha

II. Título: Subsídios para a história marítima do Brasil

CDD 359.00981

Sumário

- 5 **APRESENTAÇÃO**
- DOSSIÊ TOMADA DE CAIENA**
- 9 **A Conquista de Caiena – 1809 Retaliação, expansão territorial ou fixação de fronteiras?**
Arno Wehling
- 13 **A Tomada de Caiena vista do lado francês**
Ciro Flamarion Cardoso
- 24 **Dom João – Príncipe Regente e Rei – um soberano e muitas controvérsias**
Ismênia de Lima Martins
- 43 **Campanha da Guiana Francesa: Caiena tomada aos franceses**
Cláudio Skôra Rosty
- 52 **As “riquezas do mundo” – Cobiça e ciência nos jardins botânicos de Caiena e Belém do Pará (1790-1803)**
Nívia Pombo
- 61 **Tomada de Caiena: seu significado para a História do Corpo de Fuzileiros Navais**
Ronaldo Lopes de Melo
- 70 **Guerra aos franceses: a política externa de Dom João VI e a ocupação de Caiena**
Lúcia Maria Bastos P. Neves
- ARTIGOS**
- 85 **Problemas do Poder Naval português na guerra contra os holandeses**
Wolfgang Lenk
- 102 **Divisão Naval do Leste: A Marinha Imperial na Costa da África**
Marcelo Rodrigues de Oliveira
- 118 **Subsídios para a arqueologia subaquática: fatores causadores de naufrágios**
Carlos Celestino Rios e Souza

COMUNICAÇÃO

127 **Palestra para a VII Semana de Museus da USP O Novo Museu Naval**

Gláucia Soares de Moura

Paula Cristina da Costa Perez Tavares Dias

RESENHA

135 **Nova História Militar de Portugal**

Luiz Guilherme Scaldaferrri Moreira

Resenha de HESPANHA, António Manuel (Coordenação). Nova História Militar de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004

DOCUMENTO

141 **Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado (Conde de Povolide), endereçada à Secretaria de Estado da Repartição da Marinha e Domínios Ultramarinos (1769)**

Foto - Seminário Comemorativo do Bicentenário da Tomada de Caiena, realizado em outubro de 2009



Em 2009, em comemoração ao bicentenário da Tomada de Caiena, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com o apoio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, promoveram um encontro entre historiadores e especialistas que debateram o primeiro ato militar da política externa de Dom João e que é considerado o batismo de fogo do Corpo de Fuzileiros Navais.

Capa - Invasão de Caiena

Diante da invasão do território continental português pelas tropas do General Junot, o Príncipe Regente Dom João assinou, a 1ª de maio de 1808, manifesto declarando guerra à França, considerando nulos todos os tratados que o imperador dos franceses o obrigara a assinar, principalmente o de Badajóz e de Madri, ambos de 1801, e o de neutralidade, de 1804. Os limites entre o Brasil e a Guiana Francesa voltaram a ser questionados. Como a ofensiva não poderia ser empreendida por Portugal no território europeu, e sendo importante a ocupação de território inimigo em qualquer guerra, o objetivo ideal se tornou a colônia francesa da Guiana. Em outubro de 1808 a força de invasão estava pronta e em 1ª de dezembro desembarcou em território inimigo, completando sua ocupação em 14 de janeiro de 1809. Óleo sobre tela, autoria de Álvaro Martins.



Apresentação

Capital da Guiana Francesa, Caiena foi ocupada por tropas portuguesas em 1809, em represália à invasão de Portugal pelos franceses comandados por Andoche Junot. Em torno dessa temática, foram reunidos nesta décima primeira edição da Revista *Navigador* os trabalhos que constituem o Dossiê "A Tomada de Caiena", apresentados no Seminário homônimo realizado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 28 e 29 de outubro de 2009. Além das indelévels contribuições de especialistas ao assunto, eles evidenciam de forma paradigmática como o fazer historiográfico atual pode ser abrangente e multifacetado.

Assim, circulando sobretudo pela história militar, política e cultural, esta edição da Revista *Navigador* é inaugurada com a apresentação de Arno Wehling sobre o tema, em que problematiza as explicações que podem ser admitidas para o início das operações militares portuguesas que partiram do Pará, em janeiro de 1809, contra os franceses na América. Em seguida, Ciro Cardoso inverte a lógica da abordagem e analisa a tomada de Caiena sob outra referência: o ponto de vista francês. Ismênia Martins se debruça sobre as imagens e representações iconográficas de Dom João VI, um monarca rodeado por *muitas controvérsias*. O desenrolar das ações políticas e militares tornou-se o objetivo do trabalho de Cláudio Rosty. Em seguida, Nívia Pombo, com originalidade, estabelece conexões entre as plantas e sementes do Jardim Botânico de Belém do Pará e os objetivos mercantis da Coroa portuguesa na região. Ronaldo Melo verifica o significado das operações em Caiena para o atual Corpo de Fuzileiros Navais, em um exercício de memória e de história. Encerrando o Dossiê, Lúcia Neves deslinda a intrincada política externa portuguesa da época, explicitando os sentidos da conquista para os políticos da Coroa portuguesa.

Wolfgang Lenk, Marcelo de Oliveira e Carlos Rios e Souza produziram trabalhos para a Seção *Artigos*. Lenk investigou a condição do Poder Naval português e os recursos da Coroa no contexto crítico da Restauração dos Bragança de 1640. Marcelo de Oliveira analisa a Divisão Naval do Leste da Marinha Imperial e sua atuação na costa da África.

À guisa da Arqueologia Subaquática, Carlos Rios e Souza não apenas propõe uma classificação para fatores causadores de naufrágios, mas também fornece subsídios para a interpretação de dados que permitam a identificação das causas de cascos soçobrados.

Na Seção *Comunicação*, Gláucia Soares de Moura e Paula Tavares Dias apresentam a Exposição Permanente do Museu Naval intitulada "O Poder Naval na Formação do Brasil", bem como as múltiplas atividades culturais existentes na Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM); demonstram, assim, como os Museus devem ser um espaço de informação, dinâmicos, que despertam a consciência coletiva para a necessidade e benefício de se preservar o Patrimônio Histórico Nacional.

Na Seção *Resenhas*, Luiz Guilherme Moreira esmiuça as inovações nos modos de produção da escrita da História Militar em Portugal, a partir da resenha do livro – já clássico – de mesmo nome, coordenado pelo renomado historiador português António Manuel Hespanha.

Por fim, na Seção *Documento*, publica-se a carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado (Conde de Povolide), então governador de Pernambuco, datada de 2 de setembro de 1789, e endereçada à Secretaria de Estado da Repartição da Marinha e Domínios Ultramarinos. Nela, o Conde dava conta da situação da nau que fazia o transporte de seu sucessor, Manoel da Cunha de Meneses.

Assim, em sua décima primeira edição, marcada por trabalhos de renomados historiadores, a Revista *Navigator* continua a promover e incentivar o debate e a pesquisa sobre História Marítima nos meios militar e acadêmico.

Dossiê Tomada de Caiena

Arno Webling

Ciro Flamarion Cardoso

Ismênia de Lima Martins

Cláudio Skôra Rosty

Nívia Pombo

Ronaldo Lopes de Melo

Lúcia Maria Bastos P. Neves

A Conquista de Caiena – 1809

Retaliação, expansão territorial ou fixação de fronteiras?

Arno Wehling

Doutor em História pela Universidade de São Paulo, livre docente em História Ibérica e pós-doutor em História nas Universidades do Porto e Portucalense. É professor titular aposentado da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente é professor titular da Universidade Gama Filho e professor visitante da Universidade de Lisboa, conselheiro do IPHAN/ Ministério da Cultura e presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. É também membro da Academia das Ciências de Lisboa, Academia Brasileira de Educação e de institutos históricos brasileiros e academias ibero-americanas de História.

RESUMO

Este artigo investiga os objetivos e explicações que podem ser admitidos para a conquista de Caiena por tropas saídas do Pará, com apoio naval inglês, em janeiro de 1809. Pelo menos três opções, mais e menos verossímeis, colocam-se à mesa: uma retaliação aos franceses, praticamente a única viável; um objetivo geopolítico mais amplo, como incorporar a Guiana e torná-la plataforma de uma presença portuguesa no Norte da América do Sul e no Caribe; e um objetivo geopolítico mais restrito, o de fixar a fronteira pelo Oiapoque, garantindo um amplo território ao Norte de Macapá, aumentando assim as condições de segurança da bacia e da foz do Amazonas.

PALAVRAS-CHAVE: Caiena, Política Externa, Príncipe Regente Dom João

ABSTRACT

This paper examines the objectives and explanations admitted to the conquest of Cayenne by troops from Pará, using english naval support, in january 1809. We have at least three options, more or less credible: a retaliation to the french, probably the only possible; a wider geopolitical goal, how to incorporate French Guiana and make it a stronghold for the portuguese presence in the north of South America and Caribbean; and a narrower geopolitical goal, secure Oiapoque's border by, securing a broad territory north of Macapá, thereby increasing the safety conditions of the Amazon's mouth and estuary.

KEYWORDS: Cayenne, Foreign Policy, Regent Prince João

A conquista de Caiena por tropas saídas do Pará, com apoio naval inglês, consumou-se em janeiro de 1809. Que explicações podem ser admitidas para tal fato?

A conquista de Caiena em 1809, que levou à dominação da Guiana Francesa até 1817, foi precedida de dois atos políticos formais, um declarando nulos tratados com a França e outro de declaração de guerra à França.

Em 1º de maio de 1808 o Príncipe Regente Dom João lançou manifesto antifrancês, no qual rompia com os tratados assinados com a França na época da Revolução.

Uma rápida referência à questão dos tratados com a França do Diretório e do Consulado pode contribuir para esclarecer alguns pontos.

Pelo Tratado de Paris, que Oliveira Lima denominou de Talleyrand-Araujo, numa referência aos negociadores principais – o político francês e o diplomata português, futuro conde da Barca¹ – de 10 de agosto de 1797, arbitrou-se o limite pelo Rio Calcione, a meio caminho entre o Oiapoque e o Araguari, denominando-o “Vicente Pinzón”. Em 6 de junho de 1801 o Tratado de Badajós forçou o limite mais para o sul, no Araguari. No mesmo ano, em 29 de setembro, a diplomacia do Consulado, pelo Tratado de Madri, introduziu uma cláusula definitivamente leonina, fixando a linha no Rio Carapanatuba, pouco ao Norte de Macapá, o que praticamente tiraria o Amapá do domínio português e duplicaria o território da Guiana. Pelo Tratado de Amiens, de 27 de março de 1802, o limite pretendido pela França retornou ao Araguari.

Todos esses tratados revogavam o art. 8º do Tratado de Utrecht, de 1713, que determinava o limite pelo Rio Oiapoque ou de Vicente Pinzón. Deve ser observado que o Tratado de Paris não foi ratificado por Portugal, apesar das condições políticas desfavoráveis e que o próprio Diretório o considerou em decisão de outubro de 1797, como foi habilmente observado pelo Barão do Rio Branco em sua memória sobre os limites com a Guiana.² O mesmo aconteceu com o disposto no Tratado de Badajós, revogado neste ponto pelo artigo adicional nº 3 do Tratado de Paris de 1814. Quanto ao Tratado de Madri de 1801, que teria praticamente retirado o Amapá do Brasil, a ratificação pelos representantes portugueses e espanhóis foi anulada por uma troca de notas entre os plenipotenciários de Dom João e do Consulado, considerando válido o definido pelo Tratado de Badajós, isto é, o limite pelo Araguari, mais ao norte.

Vê-se que o intrincado jogo diplomático correspondia a um processo de pressões e contra-pressões entre Portugal e França, no qual a Espanha já entrava como mera marionete desta.

Quanto ao Tratado de Amiens, que reforçava a tese francesa do limite pelo Araguari, embora subscrito pela Inglaterra, foi ignorado por Portugal, pelo simples fato de não ter participado do congresso que o definiu.

A ruptura de 1808 corroborava, assim, uma sequência de atitudes diplomáticas que procurava, em circunstâncias notoriamente adversas, garantir os interesses portugueses, caracterizando-se pela habilidade, como reconheceria grande parte da historiografia portuguesa e brasileira, juízo ratificado mais recentemente pelo trabalho, de resto bastante crítico, de Jorge Borges de Macedo.

Como desdobramento do manifesto, o Governo português, em 1º de junho seguinte, declarou guerra ao Império napoleônico. Ambos os documentos foram assinados pelo secretário de Negócios Estrangeiros Dom Rodrigo de Souza Coutinho e eram medidas de retaliação previsíveis no contexto das relações entre os dois países, após a invasão francesa de Portugal.

Simultaneamente, o representante de Portugal em Londres, Dom Domingos de Souza Coutinho estabelecia contatos para o apoio a uma eventual ação militar portuguesa que incorporasse a Guiana. Como destacou André Mansuy Diniz-Silva em sua biografia do Conde de Linhares, o embaixador via com muita clareza que tal medida só poderia ser tomada a partir do Pará, de preferência com apoio inglês, por meio de um procedimento enérgico e rápido:

*Agora, Senhor, depois do que Bonaparte tem feito em Portugal, não é necessário de disfarce nem de socorro inglês. Basta, Senhor, que os dois governos de Pará e Maranhão sejam postos debaixo de um só homem bem ativo e bem enérgico.*³

Esse despacho ao príncipe regente, de 13 de março de 1808, foi precedido de correspondência entre os dois irmãos, um em-

¹ Manoel de Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1996, p.711.

² Barão do Rio Branco, *Tratados de Limites – Guiana Francesa*, Rio de Janeiro, MRE, 1945, vol. III, p. 55ss.

³ André Mansuy, Diniz-Silva, *Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Comte de Linhares*, Paris, FCG, 2006, vol II, p. 268.

baixador e outro secretário de estado, e já em 7 de abril, portanto antes do manifesto e da declaração de guerra, Dom Rodrigo determinava ao governador do Pará que preparasse as tropas para a invasão.

A preocupação do secretário de estado com a região amazônica era antiga. Considerava-a como Pombal, uma área altamente estratégica para os interesses de Portugal. Como seu inspirador, também Dom Rodrigo conseguiu que outro irmão, Dom Francisco de Souza Coutinho, governasse o Pará, o que fez de 1790 a 1803. Este, aliás, em 1791, quando do início dos conflitos com a França revolucionária, estabeleceu na foz do Rio Oiapoque uma esquadilha de cinco barcos, com o objetivo de patrulhar a costa e impedir uma eventual invasão francesa.⁴

Não é, assim, estranha aos antecedentes e iniciativa de Dom Rodrigo de conquistar a Guiana.

Invadir Caiena, portanto, mas com que objetivo?

Pelo menos três opções, mais e menos verossímeis, colocam-se à mesa.

Uma retaliação, como tal, era praticamente a única viável?

Um objetivo geopolítico mais amplo, como incorporar a Guiana e torná-la plataforma de uma presença portuguesa no Norte da América do Sul e no Caribe?

Um objetivo geopolítico mais restrito, o de fixar a fronteira pelo Oiapoque, garantindo um amplo território ao Norte de Macapá, aumentando assim as condições de segurança da Bacia e da Foz do Amazonas?

Sem dúvida a tese da retaliação é inteiramente plausível. Outras formas de retaliar eram viáveis e foram adotadas, como a autorização de curso contra as embarcações francesas e o bloqueio anglo-luso a qualquer tentativa francesa de penetração militar ou política no Rio da Prata, como ocorreu. Mas é evidente que a conquista e dominação da Guiana era a possibilidade mais atraente.

A incorporação de Caiena como expressão de um objetivo geopolítico que visasse ao Norte da América do Sul e ao Caribe era possível, mas parece, à luz da documentação existente, não ter sido uma opção. Isso implicaria, de início, a ocupação definitiva e uma mudança na estratégia de longo prazo desenvolvida desde o advento da dinastia bragantina. Além disso, tal atitude poderia ser interpretada, pela Inglaterra, como uma intromissão em área que considerava de sua influência.

A comparação do caso da Guiana com a política em relação ao Rio da Prata pode revelar-se interessante. Ao sul, permaneceu como um objetivo português a chegada ao Rio da Prata, recuperando-se Sacramento e por extensão a Banda Ocidental.

Devemos recordar que o terceiro ator, a Inglaterra, pouco antes da chegada da Corte ao Brasil, mudara de orientação em face da área platina.

O fracasso da tentativa de domínio direto da região pela Inglaterra e o pragmatismo do Governo britânico explicam essa mudança de política, ditada pelo memorando do Ministro Castlereagh, de maio de 1807:

*devemos abandonar a esperança de conquistar esta extensa região contra a opinião de sua população... se nós nos aproximamos como comerciantes e não como inimigos, podemos dar energia a seus impulsos locais e conseguiremos derrogar as proibições contra nosso comércio, que é o nosso grande interesse.*⁵

Tal posição britânica facilitava indiretamente a política tradicional bragantina de chegar ao Prata, mas implicava, simultaneamente, a abstenção de ação direta pelos ingleses em apoio a uma eventual conquista da Banda Oriental pelos portugueses.⁶

⁴ Antonio Ladislau Monteiro Boena, *Compêndio das Eras da Província do Pará*, Belém, UFPA, 1969, p. 228.

⁵ José Cláudio Willimen e Carlos Panizza Pons, *La banda oriental em la luche de los impérios*, Montevideú, E.B.O., 1992, p. 219.

⁶ Para o conjunto dessa política, cf., D. A.G. Weddell, *A política internacional e a independência da América Latina*, in Leslie Bethel (org.), *História da América Latina*, São Paulo, Edusp, 2004, vol. III, p. 187ss.

Foi o que de fato ocorreu nos anos seguintes, sem que a incorporação da região pudesse ser considerada, do ponto de vista de Buenos Aires e de Montevideú, uma ação benéfica à Inglaterra ou por ela estimulada. Aliás, esta interpretação é corrente na historiografia argentina e uruguaia do tema das invasões inglesas no Prata.⁷

Ao contrário, no caso da conquista de Caiena, o interesse do Governo do Rio de Janeiro e particularmente de Dom Rodrigo de Souza Coutinho foi a anexação provisória para posterior negociação diplomática. A inexistência de uma intenção de conquista permanente e a preocupação de não ofender interesses ingleses na região das Guianas e no Caribe foi desde logo expressa pelo ministro, que aliás aceitou o apoio naval inglês à operação militar.

Resta, portanto, a terceira opção, a de uma ocupação provisória destinada a conseguir boa posição diplomática quando viessem as negociações de paz, sendo explícito o interesse do Governo português de fixar o limite nos termos do art. VIII do Tratado de Utrech, isto é, pelo Oiapoque. A correspondência de Dom Rodrigo para o Desembargador João Severiano Maciel da Costa é clara a este respeito.⁸ Deste objetivo principal derivou-se um corolário, o do envio de espécies botânicas do Horto La Gabrielle para o Pará, Pernambuco e Rio de Janeiro, operação também determinada pelo ministro, que já participara anteriormente de

empreendimentos semelhantes de fomento científico e econômico, típico desse Portugal ilustrado de fins do século XVIII.

A política portuguesa em relação a Caiena foi posta à prova logo após a primeira queda de Napoleão, quando Talleyrand tentou tornar válida a fronteira pelo Rio Calcioene, do tratado de 1797, o que foi recusado pelo representante português, o mesmo Dom Domingos de Souza Coutinho, Conde de Funchal, em posição ratificada pelo Governo do Rio. Na convenção de 12 de maio de 1815 entre os dois países, no âmbito do Congresso de Viena, prevaleceu a posição portuguesa e o entendimento do art. VIII do Tratado de Utrech.

Na conjuntura das guerras napoleônicas, o episódio da conquista de Caiena estava encerrado e aparentemente vitoriosas as duas estratégias portuguesas, a do sul, de expansão de fronteiras e a do norte, de sua fixação em limites anteriormente definidos.

Sabemos que o contencioso continuaria pelo século XIX, concentrado na questão da identidade do “rio de Vicente Pinzón” até ser submetido ao arbitramento da Suíça. Mas o episódio de Caiena foi um importante elo numa cadeia político-diplomática e militar, permitindo a consolidação e o reconhecimento de limites que atenderam à antiga preocupação geopolítica de Portugal, e de proteger com boa faixa de segurança a Foz e a Bacia do Amazonas.

⁷ Túlio Holperin Doughi, *La revolución rioplatense y su contexto americano*, in Academia Nacional de la Historia, *Nueva Historia de la Nación Argentina*, Buenos Aires, Planeta, 1999, vol. IV., p. 249ss. José Cláudio Williman e Carlos Panizza Pons, op. cit., p. 219ss.

⁸ Andrée Mansuy Diniz-Silva, op. cit., vol II, p. 270.

Caio de Freitas, *George Canning e o Brasil*, São Paulo, CEN, 1998, vol. I, passim.

A Tomada de Caiena vista do lado francês

Ciro Flamarion Cardoso

Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1965) e doutorado em História - Université de Paris X, Nanterre (1971). Atualmente é professor titular da Universidade Federal Fluminense.

RESUMO

O presente artigo busca analisar a tomada de Caiena, a partir do ponto de vista francês. A campanha de 1808-1809, que culminou na tomada de Caiena, ao qual se seguiram mais de oito anos de administração luso-paraense da Guiana Francesa, foi inicialmente, na percepção de Victor Hugues, uma expedição para o estabelecimento de fronteiras. Entretanto, a presença dos britânicos demonstrou que a fixação de fronteiras não era o único objetivo. O ataque a Caiena, com o apoio britânico, foi o gesto possível dos luso-brasileiros após a declaração de guerra à França, em 1º de maio de 1808, no Rio de Janeiro, pelo Príncipe Regente Dom João.

PALAVRAS-CHAVE: História Militar, Caiena, Campanha Militar de 1808-1809

ABSTRACT

This paper analyzes the decision of conquering Caiena, as seen from a French point of view. The 1808-1809 campaign culminated in the taking of Cayenne, followed by eight years of Portuguese administration in French Guiana. In the early opinion of Victor Hugues, this was only an expedition to establish boundaries. However, the presence of Britain showed that the setting of borders was not the only goal. The attack on Cayenne with British support was the only possible gesture by Regent Prince João after declaring war on France.

KEYWORDS: Military History, Cayenne, Military Campaign of 1808-1809

INTRODUÇÃO

A campanha de 1808-1809 culminou na tomada de Caiena, a que se seguiram mais de oito anos de administração luso-paraense da Guiana Francesa. Apesar de, à primeira vista, parecer insignificante como conflito e como feito de armas — no máximo caracterizaram-na algumas escaramuças pouco sangrentas que envolveram um número reduzido de combatentes —, parece mais razoável avaliar um episódio como o que nos ocupa em contexto e, não, por meio de considerações abstratas. Para os recursos paraenses da época, a expedição militar representou um esforço de considerável magnitude e grande dificuldade; uma dificuldade que se estendeu, posteriormente, à própria ocupação da colônia, vencida, do lado português, por tropas paraenses majoritariamente indígenas cuja vontade era, o tempo todo, a volta ao Pará. Outrossim, o episódio da tomada de Caiena é relevante, no âmbito da História Militar, por diversas razões:

(1) por ilustrar, em forma das mais interessantes, a incidência nos fatos militares em andamento, ou quando da capitulação, de fatores extramilitares, sobretudo os interesses

peçoais e as manipulações do comissário Victor Hugues, administrador da Guiana (1800-1809) – cujo governo local foi chamado pomposamente de “proconsulado” pelo historiador guianense Jean-Pierre Ho Choung Ten, termo que, pelo menos, reflete bem a empáfia e o viés autoritário desse administrador colonial francês;

(2) pelo emprego de combatentes escravos por ambas as partes em conflito, em circunstâncias e com efetividade, no entanto, bastante diferentes em cada caso;

(3) pelo que se pode depreender da confluência de interesses no fundo bastante diferentes na aliança dos luso-paraenses com os britânicos na expedição militar: ambos os participantes da aliança coincidiam, porém, em ter grande pressa em concluir as operações militares e obter a capitulação (pressa que acabou servindo aos interesses de Victor Hugues), embora por razões diferentes: do lado português, mais de cem soldados estavam doentes, com malária, havendo urgência em poderem ser tratados no hospital de Caiena; e o comandante inglês James Lucas Yeo queria, no menor prazo possível, deixar Caiena e transformar em dinheiro vivo sua importante presa de guerra;

(4) por terem sido as instruções do governador do Pará ao comandante Manuel Marques transmitidas em duas ocasiões diferentes, estabelecendo a cada vez objetivos militares também muito diferentes; depois de chegar ao Rio Oiapoque é que Marques foi informado de que a expedição já não se destinava unicamente a confirmar a fronteira efetiva naquele rio, mas sim, que deveria tomar Caiena: também o comissário Victor Hugues, a que Marques comunicara somente a primeira versão de seus objetivos – a fronteira do Oiapoque –, demorou a perceber que a própria colônia francesa e sua capital estariam sob ataque. A demora em o perceber teve consequências de peso, do lado francês, no tocante aos preparativos militares para a defesa.

Nossa finalidade precípua, nesta ocasião, será o exame desse episódio militar do ponto de vista da própria Guiana Francesa e de seu administrador derrotado, Victor Hugues.

AS FONTES

A documentação com que se conta para estudar o episódio de 1808-1809 do lado francês compreende, em especial, numerosos documentos disponíveis em três códices que consultei há muitos anos em Paris nos Archives Nationales, mas são atualmente conservados nos Archives d'Outre-Mer (AOM): série C14, volumes 85 a 87. Trata-se de uma documentação diversificada, atinente à Guiana Francesa, que inclui: documentos administrativos; papéis especificamente militares; material privado reunido pelas autoridades, etc. Outrossim, existem documentos conservados em arquivos militares franceses, relativos ao inquérito e ao conselho de guerra realizados para apurar e julgar a responsabilidade de Victor Hugues na derrota de 1809 (sendo o acusado inocentado pela sentença de 10 de julho de 1810). Também relevantes são as fontes publicadas por Carra de Vaux em: *Documents sur la perte et la rétrocession de la Guyane*, no tomo 174 (1913) da *Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer*.

GUIANA FRANCESA E PARÁ

Tanto a Guiana Francesa quanto o Pará eram áreas periféricas nos respectivos Impérios coloniais. Tinham em comum o clima equatorial, a forte pluviosidade, a cobertura majoritariamente florestal, a importância dos rios para a colonização e, em termos gerais, um meio ambiente que opunha grandes dificuldades ao povoamento e à economia coloniais, em um contexto de escassez de capitais.

Certa vez o grande historiador Fernand Braudel, numa ocasião quando, a seu convite, eu lhe expunha, em 1969, minha pesquisa então em curso sobre a Guiana Francesa no século XVIII, orientada pelo Prof. Frédéric Mauro, resumiu os dados que eu lhe apresentava na frase seguinte: “Então, a Guiana era outra das Antilhas”. Esta fórmula sintética era adequada: apesar de estar a colônia situada em terras continentais da América do Sul, a colonização francesa da Guiana jamais ultrapassou, até 1808, uma região costeira plana de cerca de 5.200 km² (a Guiana Francesa tem, atualmente, cerca de 90.000 km²).

Em 1809, sua irradiação sobre a região costeira atlântica do Contestado luso-francês, atual Amapá, era insignificante; também o era, diga-se de passagem, a presença luso-brasileira na mesma região. A densa floresta e as cachoeiras que cortavam em direção ao interior o curso navegável dos rios faziam efetivamente funcionar essa planície setentrional como uma espécie de ilha.

Em comparação com as Antilhas Francesas, a Guiana apresentava um quadro indubitável de pobreza e subdesenvolvimento, em termos do que se podia esperar de uma colônia escravista de *plantation* bem-sucedida. Sua diversidade de produções e exportações — muito raramente o açúcar, com maior frequência o urucum, o algodão, o cacau, o café, as especiarias (estas, a partir das últimas décadas do século XVIII), o anil — indicava a pobreza dos recursos disponíveis, numa época em que, nas possessões francesas, o açúcar era considerado, dentre as produções dependentes da mão de obra escrava, a de maior prestígio. É verdade que, com a perda de Saint-Domingue (Haiti), a importância relativa da Guiana aumentara no Império francês. As guerras da Revolução e do período de Napoleão haviam também aberto a oportunidade para atividades lucrativas de corsários baseados em Caiena, uma iniciativa fortemente apoiada pelo comissário dos cônsules e depois do imperador, Victor Hugues, que dela auferiu, ao que se dizia, fortes ganhos.

Os poucos recursos agrários estavam, em 1808, fortemente concentrados na assim chamada Ilha de Caiena e seus arredores imediatos: 2/3 da população — que não chegava a 15 mil habitantes —, a maioria absoluta dos 12.355 escravos existentes em toda a colônia e quase 60% das propriedades rurais com mais de dez escravos situavam-se nos “quartiers” (divisões administrativas) de Caiena, Roura e Macouria. Em Roura ficava a mais valiosa das fazendas, La Gabrielle, cujas terras eram excepcionalmente férteis e que era o centro da produção de especiarias; tal fazenda, pertencente ao governo, foi reivindicada aos portugueses como propriedade pessoal sua pelo futuro Luís XVIII, sem sucesso imediato (de certo modo, ao ser devolvida a Guiana à França em novembro de 1817, portanto já sob a Restauração

francesa, como propriedade estatal que era, a fazenda acabou por cair, afinal de contas, sob o controle de Luís XVIII). Note-se que, com exceção de Macouria, toda a planície costeira da colônia a noroeste da capital apresentava unicamente atividades pecuárias e agricultura de víveres, destinadas ao mercado interno.

O Grão-Pará, só em 1808 integrado administrativamente ao conjunto brasileiro, era uma região colonial de grande extensão geográfica — mesmo se considerarmos só as terras mais próximas ao Amazonas e seus afluentes, as únicas integradas de verdade à colonização — mas muito limitada em população e recursos. O censo de 1801 indicava, para a Comarca do Pará, uma população total de 80 mil habitantes, predominando os índios; essa população achava-se maciçamente concentrada na parte oriental da Comarca. A cidade de Belém tinha então 12.500 habitantes (cerca da metade dessa população era considerada branca, sendo seus demais componentes, por ordem de grandeza, escravos negros e pessoas de cor livres — índios, negros e mestiços).

Desde as reformas introduzidas em meados do século XVIII pelo irmão de Pombal, o Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759), as estruturas econômico-sociais da Comarca do Pará, antes baseadas principalmente no uso da mão de obra constituída pelos índios das missões para a extração das “drogas do sertão” — que podia ser muito lucrativa e exigia poucos capitais —, atividade já em declínio por volta de 1750, passaram a uma outra organização em que o setor dominante seria representado, doravante, por fazendas de certa importância voltadas para a produção tropical de exportação — o Pará exportava cacau, algodão, arroz, café — ou para a pecuária destinada ao consumo local, havendo ao seu lado um vasto setor econômico subsidiário e heteróclito de base camponesa exercido por pequenos proprietários e posseiros brancos, mestiços ou índios, além da lavoura dos escravos negros em seu tempo livre em parcelas cujo usufruto lhes era concedido nas fazendas. A produção desse setor subsidiário, onde de fato se achava a maior parte dos trabalhadores, estava voltada para a autossustentação

cia e o mercado interno. O escoamento dos produtos dependia em boa parte dos poucos possuidores de barcos relativamente grandes, já que a navegação no Amazonas e seus afluentes era a única forma de transporte. A escravidão negra avançara nas unidades agrícolas maiores, mas sabe-se que, em sua maioria absoluta, os escravos introduzidos pela Companhia de comércio pombalina (Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, que funcionou entre 1756 e 1778) na Comarca do Pará foram reexportados para as regiões de mineração do Brasil: faltavam capitais e poucos dos fazendeiros locais podiam comprar escravos africanos. A mão de obra continuava a ser em boa parte constituída por índios, teoricamente livres mas, de fato, submetidos a formas variadas de coação. As antigas missões religiosas, transformadas em “vilas” ou “lugares”, desapareceram ou perderam o seu caráter indígena exclusivo em função da exploração desenfreada dos índios ali residentes.

A pobreza era a tônica da Comarca do Pará no início do século XIX. As exportações da região paraense representavam, em 1796, só pouco mais de 4% do comércio exportador dos portos da América portuguesa com a metrópole; a análise de Roberto Santos aponta para um crescimento das exportações paraenses (e, mais em geral, da economia regional) até 1805, seguindo-se uma fase de declínio. Por sua vez, José Jobson Arruda enxerga uma tendência à estagnação do comércio exterior paraense no período 1796-1811. Refletindo a pobreza local, os recursos — incluindo os efetivos militares — sob controle do Governo de Belém eram limitados. Um bom exemplo tem a ver com a expedição à Guiana Francesa: os uniformes das tropas luso-paraenses não foram confeccionados pelo governo mas, sim, pelas damas de Belém, suas filhas e suas escravas, a pedido do Governador José Narciso de Magalhães Menezes.

A CAMPANHA MILITAR DE 1808-1809 EXAMINADA DO LADO FRANCÊS

Não abordaremos aqui as escaramuças ocorridas, nas regiões dos Rios Oiapoque e Aprouague, antes do ataque à capital, Caiena, a não ser para assinalar um dado im-

portante: a aplicação da recomendação do Governador do Pará, José Narciso de Magalhães Menezes, de libertar, armar e treinar os escravos negros guianenses que aderissem à invasão luso-inglesa. Os dados disponíveis indicam grande relutância do comandante, Tenente-Coronel Manuel Marques, e dos outros oficiais luso-paraenses em cumprir tal diretiva, assustadora para as pessoas livres que residiam em áreas coloniais, sobretudo após o precedente do Haiti. Foram os ingleses que arregimentaram militarmente, na Guiana Francesa, muitos escravos negros, armando-os (com armas brancas somente) e dando-lhes algum treinamento. Dois franceses capturados informaram que, no Navio *Confiance*, comandado por James Lucas Yeo, os ex-escravos saudavam uma bandeira própria, decorada com a representação da cabeça de um negro e com a frase “Liberdade para os negros”. Uma curta mas eficiente atividade de espionagem — realizada em Caiena, em agosto de 1808, por dois oficiais portugueses do forte de Macapá, Tenente Valério José Gonçalves e Aspirante Florentino José da Costa, disfarçados de pescadores e acompanhados de índios remeiros — precedera a expedição militar. Mesmo assim, os ex-escravos recrutados foram essenciais no sentido de informar e guiar os luso-britânicos. Além do mais, atacaram, pilharam e incendiaram cerca de 30 fazendas, fator invocado por Victor Hugues para justificar a capitulação. Note-se que não há notícia de terem matado quaisquer pessoas quando dos ataques e pilhagens de propriedades rurais.

A Ilha de Caiena, onde se situava a capital de mesmo nome, não era uma verdadeira ilha mas, sim, um território delimitado ao Norte pelo Oceano Atlântico, a Leste pelo conjunto fluvial navegável Comté-Orapu-Mahury, a Oeste pelos Rios menores Caiena e Montsinéry (cujo estuário forma a baía e o porto de Caiena), ao Sul por um canal artificial (Crique Fouillée) e pelo pequeno Rio Tour de l'Île.

Barcos de guerra de grande calado armados de canhões não poderiam atacar do lado do mar a cidade devido à presença de uma artilharia costeira mantida em bom estado e, principalmente, à falta de profundidade das águas marítimas locais (uma consequência

dos aluviões depositados pela corrente oriunda da foz do Rio Amazonas), que não permitiria – a não ser quando das marés mais altas, de rara incidência – uma aproximação suficiente dos navios para bombardear a cidade, além de que também dificultaria qualquer tentativa de desembarque. Caiena seria vulnerável sobretudo a uma expedição que, navegando no Mahury em direção ao sul, atravessasse depois em pirogas a Crique Fouillée e/ou o Tour de l'Île, chegando então à parte meridional da cidade, desprovida de fortificações: as muralhas de Caiena desse lado, já praticamente arruinadas, haviam sido derrubadas por ordem de Victor Hugues. Daí que a presença, na frota luso-paraense, de barcos de baixo calado, capazes de navegar no Rio Mahury, mas dotados de canhões, tenha sido o fator mais importante na tomada de Caiena; não por acaso, o comando das operações terrestres foi confiado a Manuel Marques, um artilheiro, sendo do britânico Yeo o comando das operações navais. O barco britânico *Confiance*, com seus 22 canhões, não teve maior papel na tomada da cidade, a não ser impedindo o eventual desembarque de reforços por um barco francês que chegou quando já se cumpriam os passos previstos na capitulação para a entrega de Caiena aos portugueses. As tropas britânicas e luso-paraenses, no ataque à capital da Guiana Francesa, deveriam ser embarcadas em barcos menores (vindos do Pará ou tomados aos guianenses) para a navegação e combates no Mahury, respondendo ao fogo das baterias ribeirinhas francesas, e o posterior desembarque com a finalidade de atacar a cidade pelo sul.

Do Oiapoque, Manuel Marques, utilizando índios da região como estafetas, enviara a Victor Hugues um comunicado em cujo texto a expedição era apresentada como estando destinada unicamente a estabelecer uma fronteira definitiva naquele rio. O comissário a recebeu em 12 de dezembro de 1808, embora já soubesse da presença dos luso-britânicos diante do Oiapoque por informação do capitão de um barco francês, o *Joséphine*, que fora apresado mas conseguira escapar à noite dos inimigos, recebida uns dias antes (talvez em 5 de dezembro). Só quando informado do avanço inimigo até o Rio Aprouague (que ocorreu, quanto às tropas luso-pa-

raenses, em 23 de dezembro), situado entre o Oiapoque e Caiena, Hugues percebeu não ser o estabelecimento da fronteira o único objetivo da expedição; foi também nessa ocasião que soube da presença de britânicos em tal expedição. Só então deu início a medidas destinadas à defesa de Caiena.

De acordo com os dados já indicados, seria preciso fortificar com guarnições dotadas de canhões a entrada do Mahury e o curso desse rio até o canal da Crique Fouillée. Foram estas as disposições tomadas pelo comissário Hugues, apressadamente, além de convocar os militares reformados e as milícias brancas e negras da colônia para reforçar seus efetivos militares minguados – cujo núcleo de profissionais era o que restava do batalhão da Alsácia, chegado a Caiena em 1792, mais reforços recebidos em 1800 e 1808. Arregimentou, também, certo número de negros escravos da Guiana Francesa, denominando-os “pioneiros”, encarregados principalmente da fortificação do Mahury; ao contrário dos luso-britânicos, não alforriou, porém, os recrutados. Hugues decidiu ainda enviar à França, com uma solicitação de reforços, o Navio *Joséphine*, carregado com gêneros coloniais (em parte de propriedade do comissário). As providências de defesa estavam mais ou menos concluídas em 28 de dezembro. O barco partiu para a França dois dias depois.

No tocante à defesa do Mahury, o governador estabelecera fortificações improvisadas e guarnições dotadas de artilharia de calibres variados em três pontos da margem esquerda do rio: Diamant, Degras de Cannes e Trio. Diante da guarnição de Trio colocou outra guarnição com canhões, destinada a proteger a entrada do canal artificial de Torcy (que unia o Mahury ao Kaw, afluente do Aprouague), que ele mesmo mandara escavar alguns anos antes, ao longo do qual havia diversas propriedades rurais, incluindo a sua própria; também esperava desse modo, com fogo cruzado dessa guarnição em conjunto com a de Trio, impedir o avanço e posterior desembarque dos inimigos pela Crique Fouillée. O melhor e mais experiente oficial das guarnições, o capitão Charlemont, à frente de 20 soldados, foi designado pelo comissário para o ponto fortificado situado

à margem direita do rio, para proteção das propriedades rurais do Canal de Torcy, fato pelo qual Hugues seria depois criticado quando do inquérito a respeito da derrota, tendo sido considerado uma providência em seu próprio proveito, destinada a resguardar a sua propriedade privada *Quartier Général* (que, no entanto, foi saqueada e queimada). A comissão de inquérito encarregada de apurar a responsabilidade de Hugues na derrota de janeiro de 1809 considerou “insuficientes” as guarnições do Mahury e sua artilharia, organizadas segundo as instruções do comissário.

Não se sabe ao certo com que efetivos contava o governador. Ele alegou, mais tarde, que uma parte das tropas mencionadas por seus inimigos no inquérito destinado a apurar as razões da derrota e a responsabilidade, nela, do comissário, ao pretenderem que ele capitulara apesar de comandar mais soldados do que os invasores — o que não parece ser verdadeiro — estava longe de Caiena na ocasião. O número de escravos negros arregimentados dos dois lados é impossível de computar; ao que parece, embora Hugues pretendesse convocar 500, não conseguiu mais do que 200 “pioneiros”, como os chamou, que desertaram em sua maioria durante as operações militares (um dos desertores tornou-se o líder principal dos escravos libertados e armados pelos invasores). Do lado luso-britânico, os escravos alforriados e armados foram ao que parece mais numerosos e sua ação, bem mais importante; eram comandados por um chefe chamado Apollon, assessorado por outro líder, Cidalie. Nas guarnições do Mahury, Hugues decidiu mesclar as diferentes modalidades de homens armados de que dispunha. Caso consideremos todos os tipos de combatentes, se somarmos as tropas deixadas na capital e as destinadas às guarnições do Mahury, Hugues contava na Ilha de Caiena para opor-se à expedição luso-britânica, segundo suas próprias alegações, com 338 homens capazes de lutar (dos quais 206 brancos, entre metropolitanos e coloniais, e 132 soldados negros), se bem que o cômputo oficial dos efetivos militares da colônia mencionasse, no início de janeiro de 1809, 511 homens (dos quais 368 brancos). Do lado dos invasores, se descontarmos a guarnição deixada no Aprouague (72

homens), os que chegaram até Caiena eram cerca de 800 — 80 dos quais ingleses. Mais de cem homens, porém, em especial índios do Pará, estavam doentes de malária e incapacitados de combater: em 5 de fevereiro de 1809, menos de um mês após a capitulação, a cifra relativa a luso-paraenses internados no hospital de Caiena era alta (159).

As tropas aliadas deixaram por mar o Aprouague para dirigir-se a Caiena em 6 de janeiro de 1808. Ao fazê-lo, já haviam sido postos a bordo de barcos leves, mas providos de artilharia, os 250 homens que deveriam desembarcar após o avanço pelo Rio Mahury (o desembarque, ao ocorrer, sob o comando de Yeo, utilizou dez pirogas e durou várias horas). Os barcos maiores ficaram ancorados relativamente longe de Caiena, perto da Ilha La Mère, e não tiveram a ver diretamente com o ataque à cidade, que aconteceu, como era esperado, pelo sul. A tomada dos pontos fortificados franceses ao longo do Mahury dependeu, militarmente, em especial da ação dos fuzileiros embarcados em barcos capazes de navegar no rio. Foi facilitada por decisões erradas de Victor Hugues, que em mais de uma ocasião atrasou sem motivos válidos os ataques franceses. Hugues não era um militar, mas tivera experiência de combate na ilha antilhana de Guadeloupe, que governara antes da Guiana; e, na própria Guiana, dirigira a luta contra quilombolas quando do restabelecimento da escravidão, em 1804. Uma das consequências das procrastinações do comissário francês foi que as tropas mais profissionais e experimentadas de Caiena não chegaram a intervir nos combates. Seus adversários franceses alegaram que, quando dos afrontamentos de 7 a 9 de janeiro de 1809, deixara de atacar a tempo, com tropas sob seu comando vindas de Caiena e estacionadas em posições intermediárias entre o Mahury e a capital. Deveria ter ordenado o ataque enquanto o desembarque inimigo estava ainda em curso, uma vez vencidas as guarnições fluviais, mas só o fizera quando todas as tropas adversárias já haviam desembarcado. É interessante notar que, nos despachos de Yeo, as perdas luso-paraenses quando das escaramuças ao longo do Mahury foram sistematicamente minimizadas. Foi a partir de 10 de janeiro que ocorreram, nos

“quartiers” de Caiena e Roura, os ataques a fazendas e seu incêndio pelas tropas negras de ex-escravos arregimentados pelos invasores, que trataram de sublevar os demais cativos que trabalhavam nas *plantations*. Quanto ao ataque à fazenda pertencente a Victor Hugues e seu saque, ocorridos uns dias antes, foram de iniciativa de Yeo, que recolheu ali um butim considerável. Em sua capitulação, Victor Hugues alegaria ter-se rendido devido a tais ataques, com a resultante destruição de propriedades e, não, propriamente, ao assalto das tropas luso-britânicas – o que era falso, mas destinava-se a justificá-lo perante as autoridades francesas metropolitanas; ele intuía, com razão, que um inquérito e talvez um julgamento o esperavam na França.

Em 10 de janeiro de 1809, pela manhã, o comissário retornara a Caiena com as tropas de que ainda dispunha, tendo perdido toda a artilharia disposta à margem esquerda do Mahury e na extremidade oeste do Canal de Torcy. Hugues, secretamente, incitou alguns dos colonos presentes na capital a lhe dirigirem uma petição pressionando-o a capitular. Foi acusado de negociar a capitulação quando ainda poderia ter combatido em defesa da cidade, à espera dos reforços que pedira, embora provavelmente sem possibilidades verdadeiras de sucesso (isto é, a continuação da resistência seria o que os franceses chamam de *baroud d'honneur*). Reforços vindos da França chegaram no Barco *Topaze*, sem desembarcar, em 13 de janeiro, quando a cidade já se preparava a ser passada aos vencedores, na véspera da entrega da colônia aos portugueses segundo os termos da capitulação, que começara a ser negociada em 11 de janeiro de 1809 e fora assinada no dia seguinte; a intervenção dos maiores barcos de guerra luso-britânicos, ancorados perto de Caiena, provavelmente teria frustrado, de qualquer maneira, o desembarque.

Alguns artigos do documento de capitulação, proposto por Victor Hugues e aceito por Marques e Yeo, são deveras surpreendentes. Certos pontos enfureceriam, no Pará, o Governador Narciso de Magalhães Menezes – que, no entanto, não instruíra Marques, totalmente inexperiente em assuntos assim, sobre como proceder – e, no Rio de Janeiro, as autoridades portuguesas. No conjunto, Hugues teve

enorme sucesso ao conseguir ver assinado pelos vencedores um tal texto. Este êxito se explica, pelo menos em parte, pela pressa que tinham Marques – desejoso de alimentar suas tropas, cujos víveres já escasseavam, e de internar no hospital de Caiena numerosos doentes – e Yeo – que queria partir o mais cedo possível de Caiena para negociar sua considerável presa de guerra (que incluía diversas embarcações tomadas ao inimigo) – em concluir as atividades militares.

Como já se disse, Hugues, bem no início do texto da capitulação que propôs, afirmava render-se, não tanto à força das armas mas, sim, após assistir à queima de várias fazendas, “ao sistema destruidor de libertar todos os escravos que se colocassem do lado inimigo, e incendiar todas as fazendas e postos onde houvesse resistência”. Entretanto, o expediente de alforriar e armar escravos, que constava das instruções do governador do Pará a Marques, tinha um precedente na guerra de independência dos Estados Unidos da América, durante a qual ambas as partes em conflito o usaram.

Eis aqui os principais pontos do documento cuja aceitação pelos comandantes das tropas invasoras – levando-se em conta a situação militar – parece mais surpreendente (o documento foi assinado em três versões, em francês, português e inglês, que apresentam pequenas variações; traduzo da versão francesa):

(1) no preâmbulo da capitulação, Napoleão é mencionado como “Imperador e Rei”, coisa impensável tanto para o Governo inglês quanto para o português ora sediado no Rio de Janeiro, já que reconhece seus títulos e sua autoridade como legítimos, pelo simples fato de afirmá-los em documento público assinado por Marques e Yeo;

(2) no mesmo preâmbulo, a libertação dos escravos arregimentados pelos invasores vitoriosos e o ataque a fazendas seguido de seu saque e incêndio, atos anteriormente caracterizados no texto como um “sistema destruidor”, são, com todas as letras, atribuídos às “ordens de Sua Alteza Real o Príncipe Regente” João (quando, na verdade, as instruções nesse sentido que chegaram a Marques emanaram unicamente do governador do Pará): este ponto

causou grande mal-estar ao ser conhecido no Rio de Janeiro;

(3) ainda no preâmbulo, Marques diz entregar a colônia “às forças de Sua Alteza Real o Príncipe Regente”, fingindo considerar o comandante britânico Yeo como um oficial inglês sob a autoridade do Príncipe Regente João;

(4) o artigo 6 prevê a deportação dos escravos arregimentados e libertados pelos luso-britânicos, alegando que, se permanecessem na Guiana, “só poderiam ser um fator de perturbação e dissensão” – estranha imposição de parte de um governador derrotado!;

(5) o artigo 11 estabelece que “as leis civis conhecidas na França sob o nome de Código Napoleão serão seguidas e executadas” na Guiana até a paz entre a França e Portugal, agregando que “os Magistrados não poderão se pronunciar a respeito dos interesses dos particulares, no tocante às discussões a eles relativas, a não ser em virtude das mencionadas leis” (isto é, do Código Napoleônico);

(6) o artigo 14 estabelece, como ponto específico, a preservação da fazenda nacional La Gabrielle, centro da produção de especiarias na Guiana Francesa: os futuros administradores que agissem em Caiena por ordem do príncipe regente português teriam a obrigação de mantê-la no estado em que se encontrava (fica implícito: até a Guiana ser devolvida à França): bizarra limitação, no relativo aos recursos da colônia, imposta aos vencedores pelo comissário derrotado; e

(7) o artigo 15 estabelece que todos os papéis oficiais e atinentes à contabilidade pública presentes na colônia seriam depositados sob controle cartorário, lacrados e conservados à disposição “de sua Majestade Imperial e Real”, ou seja, de Napoleão! Com este dispositivo, achavam os inimigos de Hugues que ele estaria ocultando as provas de suas prevaricações e de sua corrupção.

As manobras bem-sucedidas de Victor Hugues, que queria se precaver contra acusações de covardia que sabia não deixariam de ocorrer, na França, por seus muitos erros no comando militar da defesa de Caiena e por sua derrota, além de desejar também evitar sua própria queda em poder dos britânicos (devido a certos abusos que cometera, no passado, quando dos conflitos na Ilha de

Guadeloupe, quando havia desenterrado, enforcado e incinerado o corpo do General Dundas), foram denunciadas por adversários seus – colonos e militares –, bem como muitos exemplos do que se alegava fossem suas ações corruptas, desonestas e em proveito próprio, cometidas segundo o que se alegava durante seu governo na Guiana Francesa, quando do inquérito e do conselho de guerra a que foi submetido (tendo sido, também, brevemente preso logo antes do conselho de guerra). Foi acusado, ainda, de ter levado consigo, quando partiu de Caiena para a França, um cofre contendo dinheiro público da Caixa dos Inválidos e seus ganhos ilícitos como governador, incluindo os que auferiu da atividade dos corsários. Note-se no entanto que, mesmo sendo plausíveis pelo menos algumas das acusações feitas ao governador derrotado, não foram apoiadas em provas convincentes; como já se mencionou, o ex-comissário foi absolvido.

A GUIANA SOB ADMINISTRAÇÃO LUSO-PARAENSE (1809-1817): UMA AVALIAÇÃO

Manuel Marques foi promovido a general e nomeado governador interino da Guiana Francesa ora sob administração lusoparaense, cargo que exerceu até outubro de 1809. Pediu então exoneração por motivo de saúde, indo de volta ao Pará por algum tempo. Voltou a ser governador da Guiana de fevereiro de 1812 até novembro de 1817, quando a colônia foi devolvida à França, desta feita limitando-se aos assuntos militares. No período de sua ausência de Caiena, foi substituído no governo pelo Coronel Pedro Alexandrino Pinto de Souza, um cartógrafo de talento, septuagenário e sem experiência de comando, escolhido pelo governador do Pará. Presente na Guiana desde janeiro de 1810 com a função de reorganizar as finanças coloniais e a justiça local, o jurista João Severiano Maciel da Costa, nascido em Minas Gerais, teria, de 1812 até 1817, a função de intendente da Guiana, o que confirmava a tradição colonial francesa de separar o comando militar da gestão econômico-financeira. O Governador do Pará José Narciso de Magalhães Menezes, que perseguira implacavelmente com suas críticas tanto

Marques como Pinto de Souza, morreu em dezembro de 1810.

Imediatamente após a conquista, Manuel Marques, sem experiência administrativa, decidiu mexer o menos que pôde na organização que encontrou funcionando em Caiena. Sua decisão nesse sentido foi, aliás, confirmada como sendo o melhor a ser feito, em carta régia datada de 10 de junho de 1809. Entre outras medidas, entregou a maior parte das tarefas administrativas a uma junta de notáveis locais. O resultado, segundo um deportado de esquerda, Vatar, que, em Caiena, espionava para autoridades policiais francesas, foi que o fazendeiro Vidal, também comerciante e traficante de escravos, um dos primeiros a aderir ao Novo Regime, na prática governava a colônia em conjunto com André, jurista francês nomeado procurador, em Caiena, do Príncipe Regente Dom João. Vidal, um dos opositores de Victor Hugues no passado, parece ter enriquecido, aproveitando bem as oportunidades abertas por sua nova posição de autoridade.

Um problema grave era a situação das tropas de ocupação e, em consequência, o descontentamento e a indisciplina crônicos que nelas grassavam. Sem esperança de voltar em breve, como desejavam, para o Pará — a chegada de tropas de reforço ocorreu pouco após a vitória, mas os efetivos disponíveis, agora de cerca de 1.300 homens, que caíram mais tarde para pouco mais de 900, mal chegavam para guarnecer a capital e pontos estratégicos do litoral, e demorou a haver alguma renovação dos quadros com o envio de soldados de volta ao Pará para substituí-los por outros que viessem —, com problemas sérios de abastecimento, recebendo o soldo sempre com enorme atraso, sem solução visível para que obtivessem a sua parte prometida na presa de guerra, contando sempre grande número de doentes (de 1812 a 1816 as mingoadas tropas de ocupação sofreram 130 mortes, sendo 118 doentes enviados de volta ao Pará), os índios e mestiços que predominavam numericamente entre os soldados eram também alvo do racismo dos habitantes guianenses, quando não daquele dos poucos funcionários e oficiais brancos vindos de Belém. O intendente Maciel da Costa, por exemplo, ao mesmo tempo que era favorá-

vel a que se concedessem vantagens e uma posição social melhor aos negros e mulatos livres de Caiena, referia-se por escrito aos índios paraenses como “tapuias ferozes” e “a canalha índia”. Houve acusações esporádicas de guianenses relativas a furtos e assassinatos cometidos por membros da tropa de ocupação. As deserções eram relativamente frequentes (69 desertores entre 1812 e 1816).

Em 9 de junho de 1809, a tropa sediada em Caiena se rebelou e alguns dos soldados, armados com armas brancas (já que não tinham acesso fácil às munições), em grupos formados ao dispersar-se uma manifestação na praça principal da cidade, saqueou o comércio da capital. Quando da manifestação da tropa reunida, um bate-boca diante dos soldados entre o governador — o General Marques — e o Coronel Palmeirim, segundo em comando, nada fez para arrefecer os ânimos ou restabelecer a disciplina. Quando de outra tentativa de motim, no início de março de 1811, denunciada pela mulata Ethelinte (que foi alforriada por Maciel da Costa), a intervenção severa das autoridades militares, em especial do Tenente-Coronel Francisco Rodrigues Barata, se fez sentir; quatro líderes da rebelião foram fuzilados sem processo formal, sob protesto de Maciel da Costa. Naquela ocasião, os “livres de cor” de Caiena — que, ao que parece, tinham pânico dos soldados índios do Pará — ofereceram ao intendente Maciel da Costa formar uma milícia que, entre outras atividades, apoiasse as autoridades de ocupação em suas tarefas de controle das tropas, o que foi recusado.

O Governo do Rio de Janeiro insistia constantemente para que a ocupação da Guiana, tornada dependência do Pará, nada custasse aos cofres da administração central luso-brasileira. No afã de equilibrar as finanças da colônia, o intendente Maciel da Costa decidiu, em março de 1812, estabelecer o sequestro dos bens dos ausentes. A administração e as rendas das fazendas pertencentes a proprietários residentes na França foram postas sob o controle das autoridades luso-paraenses de Caiena; tal renda adicional ficava à disposição do governo de ocupação; sem confisco, no entanto, das propriedades rurais: Victor Hugues, por exemplo, tendo voltado a Caiena ainda sob o domínio português, recuperou —

embora só após longo processo administrativo – sua fazenda *Quartier Général*. O sequestro atingiu 29 fazendas, avaliadas em dois milhões e meio de francos, que continham cerca de 20% dos escravos ativos da colônia. A iniciativa do sequestro provocou intermináveis protestos dos proprietários absenteeistas afetados e de seus amigos ou parentes residentes na Guiana. O comerciante Vidal, embora já não fosse membro da junta criada por Marques (dissolvida por Maciel da Costa em julho de 1810), foi acusado de enriquecimento ilícito, aproveitando-se das oportunidades abertas pelo sequestro instituído pelo intendente português. O próprio Maciel da Costa sofreu denúncia similar de parte de detratores, sem que houvesse indícios ou provas que apoiassem essa acusação.

Se o saque em 1809 e a ameaça de motim em 1811 assustaram a população de Caiena, e se o sequestro dos bens dos ausentes foi objeto de muitas críticas, outras medidas e atitudes dos ocupantes foram bem recebidas. O próprio fato de ser a Guiana integrada a um conjunto maior, o do Brasil e em especial a Amazônia portuguesa, trouxe efeitos benéficos para os guianenses. Por exemplo, o gado agora recebido regularmente de Macapá e da Ilha de Marajó regularizou o abastecimento de carne, antes muito precário. A abertura ampla do porto de Caiena ao comércio internacional facilitou também o abastecimento em mercadorias diversas provenientes da Europa e dos Estados Unidos, incluindo os insumos necessários às fazendas. O pequeno grupo formado pelos comerciantes maiores de Caiena tinha, doravante, acesso aos portos do grande conjunto brasileiro e, depois de estabelecido um acordo a respeito, aos do Caribe inglês. As taxas alfandegárias portuguesas eram, outrossim, menos pesadas do que as francesas. Maciel da Costa estabeleceu que os comerciantes de fora que vendessem em Caiena deveriam forçosamente associar-se a comerciantes locais. Os guianenses apreciavam o fato de ser a burocracia luso-brasileira menos multitudinária e intrusiva do que a francesa.

O fomento da colônia que se atribui às vezes à ocupação luso-brasileira foi, porém, exagerado. O número de fazendas não parece ter aumentado. Os escravos, que eram

12.355 numa população de 14.445 em 1808, em 1817 eram 13.369 numa população de 16.056. Não havia nem recursos disponíveis, nem boas razões para que ocorressem muitos investimentos luso-brasileiros na Guiana. Apesar de, antes da expedição de 1808-1809, os ingleses e portugueses terem pensado na ocupação de Caiena com a finalidade de destruí-la, eliminando a presença francesa na América do Sul, e de Maciel da Costa ter submetido às autoridades do Rio de Janeiro um plano para reunir as Guianas num reino dependente do Brasil, a opinião mais plausível era que, em dia não muito distante, a Guiana seria devolvida à França.

O exame dos dados relativos ao comércio exterior da Guiana ocupada indica que a maior parte dos lucros comerciais foi auferida pelo comércio britânico; em especial, as trocas com os britânicos eram extremamente deficitárias para os guianenses. Em 1815, por exemplo, a exportação do porto de Caiena para a Inglaterra, em valor, configurava cerca de um quinto da importação de artigos britânicos pelo mesmo porto; no relativo ao Caribe inglês, que efetuava com Caiena um comércio de reexportação, o déficit era ainda mais importante: mil francos de exportações em confronto com mais de 300 mil francos de importações de Caiena. Deixando aos luso-brasileiros o ônus da administração da Guiana ocupada, os britânicos auferiram todas as oportunidades de lucro que puderam no comércio com a ínfima colônia. Já as trocas de Caiena com Belém tendiam a ser levemente deficitárias para o Pará. Em 1816 e 1817, os dois últimos anos da ocupação, o comércio francês, nulo de 1809 até 1815, fez-se presente outra vez em Caiena, renunciando a devolução da colônia aos franceses, prevista pelo Congresso de Viena.

CONCLUSÃO

A França entrou de novo na posse da Guiana Francesa em 8 de novembro de 1817. Os portugueses, diante da ameaça feita em julho do mesmo ano por Richelieu de retomar Caiena pela força, tendo obtido o ministro francês o consentimento da maioria das potências europeias em tal sentido, assinaram em 28 de agosto a convenção de

restituição de Caiena, sem que obtivessem nenhuma das vantagens que, durante as longas negociações com os franceses, até então haviam solicitado, em especial uma fronteira firme no Oiapoque – assunto que se arrastou até o fim do século XIX – e uma indenização. É verdade que, já em 1814, numa carta do Marquês de Aguiar, as instruções às autoridades luso-paraenses de Caiena para a eventualidade de um ataque naval francês era que efetuassem uma defe-

sa simbólica, rendendo-se a seguir e entregando a colônia incondicionalmente.

Em 1817 terminaram, portanto, o episódio de conquista e os anos subsequentes de administração da ínfima colônia francesa da América do Sul. O ataque a Caiena, com apoio britânico, foi o gesto possível dos luso-brasileiros após a declaração de guerra à França em primeiro de maio de 1808, no Rio de Janeiro, pelo Príncipe Regente Dom João.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS:

ARRUDA, José Jobson de A. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. *La Guyane française (1715-1817): Aspects économiques et sociaux*. Petit-Bourg (Guadeloupe): Ibis Rouge, 1999.

CARNOT, Lazare. *De la défense des places fortes*. Paris: Coursier, 1810.

GOYCOCHÊA, Castilhos. *A diplomacia de Dom João VI em Caiena*. Rio de Janeiro: Edições G.T.L., 1963.

HO CHOUNG TEN, Jean-Pierre. "Le proconsulat de Victor Hugues". *Équinoxe Cayenne*. 16, 1982.

REIS, Arthur César Ferreira. "A dominação luso-brasileira na Guiana Francesa". In: _____. *Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia*. Manaus: Edições do Governo do Estado de Amazonas, 1966, pp. 255-306.

SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SOUBLIN, Jean. *Cayenne 1809: La conquête de la Guyane par les Portugais du Brésil*. Paris: Karthala, 2003.

VAUX, Carra de. "Documents sur la perte et la rétrocession de la Guyane". *Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer*. 174, 1913

Dom João – Príncipe Regente e Rei – um soberano e muitas controvérsias

Ismênia de Lima Martins

Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense e Coordenadora do Repertório Joanino da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

RESUMO

Pode-se dizer que Dom João enfrentou uma série de dificuldades na vida familiar e sucessivas turbulências na esfera política. Se existe a concordância de todos os autores, que se basearam no depoimento daqueles que o conheceram de perto, quanto à sua bondade e afabilidade, todo o resto é controvérsia. Enquanto uns apontavam sua visão de estadista, outros consideravam-no inteiramente covarde e despreparado para governar. De qualquer maneira, Dom João VI marcou de forma indelével a história luso-brasileira, fato que repercute até o presente, através de uma historiografia, que insiste em julgar o Rei, desprezando as transformações contínuas, que a disciplina experimentou ao longo do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: 1808, Dom João VI, Historiografia

ABSTRACT

You could say that D. João faced a number of difficulties in family life and subsequent turmoil in the political sphere. If there is agreement by all authors, who relied on the testimony of those who knew him closely, as to its goodness and kindness, all the rest is controversial. While some pointed to his vision of a statesman, others considered him a coward and wholly unprepared to govern. Anyway, D. João VI left its indelible mark Luso-Brazilian history, a fact that resonates to the present, through a historiography that insists on judging the King, ignoring the continuous transformations, which experienced over the course of the twentieth century.

KEYWORDS: 1808, D. João VI, Historiography

Pode-se dizer que Dom João enfrentou uma série de dificuldades na vida familiar e sucessivas turbulências na esfera política. Tornou-se príncipe herdeiro, após a morte de seu irmão, e regente, após a loucura de sua mãe. Vivenciou um casamento cheio de consequências no plano pessoal e político, tendo sido alvo de uma série de conspirações que envolviam sua mulher. Durante o seu governo, ocorreu a invasão de Portugal pela França, a vinda da Corte para o Brasil, a necessidade de prover a administração do Reino, a exigência de equilibrar seus interesses no forte jogo diplomático e conviver com a instauração de uma nova ordem política.

A trajetória pessoal do monarca, acrescida de inúmeras histórias relativas à sua vida familiar, serve a muitas interpretações.

Se existe a concordância de todos os autores, que se basearam no depoimento daqueles que o conheceram de perto, quanto à sua bondade e afabilidade, todo o resto é controvérsia. Enquanto uns apontavam sua visão de estadista, outros consideravam-no inteiramente covarde e despreparado para governar.

De tal forma, são contraditórias as interpretações sobre Dom João e o seu governo que, por ocasião das grandes comemorações dos 500 anos do Achamento do Brasil, enquanto o Comissário-Geral para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Joaquim Romero Magalhães, justificava a escolha do real personagem como figura emblemática dos festejos, na apresentação do luxuoso livro-catálogo, o ensaio biográfico, de autoria de renomado historiador português, constante do mesmo volume, concluía: (...) *não o condenemos, nem o reabilitemos. Lástimemo-lo, somente*¹.

O grande destaque para Dom João na história luso-brasileira reside no fato de ter sido o agente fundamental de uma audaciosa manobra política, que enfrentou a hegemonia napoleônica e resguardou a coroa portuguesa das humilhações sofridas por outras monarquias europeias. Também garantiu a integridade do território ultramarino português, mantendo-se na plenitude de seus direitos, com a transmigração da Corte.

Instalando no Brasil a primeira monarquia do Novo Mundo, livrou a colônia dos antigos grilhões que a sufocavam, propiciando uma série de transformações políticas e econômicas, que culminaram com sua elevação a Reino Unido.

O mesmo episódio, porém, serve aos críticos para qualificá-lo como timorato, apoiando-se na sua resistência para tomar uma decisão quanto à transferência da Corte. Outro grupo de seus críticos considera-o covarde por ter abandonado Portugal.

Não se pode deixar, porém, de dar destaque à complexidade de sua importante decisão, geralmente, não considerada pelos que classificam o rei de covarde.

UMA IDEIA MUITO ANTIGA

Remontam ao século XVIII as primeiras propostas sistematizadas sobre a transferência da Corte para o Brasil.

O Padre Antônio Vieira, no século anterior, foi o primeiro a vislumbrá-la, ainda que sem a fundamentação e a justificativa política, que, mais tarde, lhe confeririam o poder e a riqueza do Brasil.

Já Dom Luís da Cunha (1662-1749), nas suas *Instruções Políticas* – dirigidas a um discípulo e a um sobrinho² –, que começou a escrever em 1736, logo, uma obra de sua maturidade, além de justificar sua proposta, elencou medidas e aconselhamentos necessários à sua viabilização³.

O projeto estruturante, que propunha para o Reino, tinha o Brasil na posição central de suas reflexões e argumentos, dos quais o mais expressivo era o de que

*(...) na América faltam muitas coisas que crescem na Europa, e é constante que também na Europa faltam muitas e mais preciosas das que crescem na América, com esta grande diferença, que as que não há no Brasil, se podem vir a ter com a indústria e aplicação; porém não há aplicação nem indústria bastante para produzir em Portugal o que há no Brasil (...)*⁴.

No último quartel do século XVIII, tais ideias circularam nas academias e nos debates políticos, principalmente entre os ilustrados que se preocupavam com o progresso do Brasil e do Império português.

Dom Rodrigo de Souza Coutinho, cuja família tinha antigas ligações com o Brasil, vai ser o principal formulador do projeto relativo à transferência da Corte para o Brasil, na conjuntura imediatamente anterior à sua concretização, em 1808.

Em 1796, diante da gravidade da situação de Portugal na Europa, o Príncipe Dom João reativou o Conselho de Estado e Dom

¹ MARQUES, A. H. de Oliveira. "Dom João VI", in *Dom João VI e o seu tempo*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. Lisboa, 1999..

² COUTINHO, Marco Antonio de Azevedo e MANUEL, D. Luís da Cunha, respectivamente.

³ Sobre as *Instruções Políticas*, ver o ensaio de SILVA, Abílio Diniz, op.cit., p. 18-170.

⁴ *Ibidem*, p. 367.

Rodrigo foi convidado para ocupar o Ministério da Marinha e Domínios Ultramarinos. O novo ministro, ultrapassando a esfera de suas competências, elaborou um programa de reformas para o Reino, com grande realce para o Brasil.

No entanto, seria no Conselho de Estado que Dom Rodrigo exortaria Dom João para que preparasse a defesa de Portugal contra a pressão francesa, desafiando-o, desde 1797, a *fundar o mais vasto Império no Brasil*⁵. Em 9 novembro de 1798, foi mais incisivo em suas análises, relativas à defesa de Portugal:

*(...) defender com as armas na mão a sua Independência, a sua Soberania, os seus Domínios, tudo o que há de mais essencial... E concluía que: (...) e se forçado por uma adversa Sorte (...) de ceder por algum momento as suas possessões européias aos inimigos da Religião e dos Governos, que deve ir fundar no Brasil um Império muito superior em grandeza e força a todos os que hoje existem na Europa (grifos meus)*⁶.

Desde então, de forma recorrente, a proposição ressurgia no Conselho de Estado e, já no final do verão de 1807, Dom João de Almeida de Mello e Castro, considerando o agravamento da situação de Portugal, pronunciava-se sobre a necessidade de agilizar os preparativos da viagem, chegando a propor que se embalasse o Real Tesouro e também alguns dos arquivos de organismos da administração pública⁷.

A TRANSFERÊNCIA DA CORTE PARA O BRASIL

Apesar das eloquentes evidências documentais, pensando o Brasil como possível sede do Reino português, já relatadas, é na conjuntura específica que antecede a vinda da Família Real, particularmente o ano de 1807, marcada pelo agravamento da pressão externa e da ameaça de invasão militar,

que se justificaria plenamente a decisão da transferência da Corte.

Pensar a vinda da Corte para o Brasil simplesmente como uma fuga é uma questão inteiramente superada para os historiadores. A cogitação, anterior a 1808, do Brasil como sede da Monarquia, mas, sobretudo, o projeto de Dom Rodrigo, os pronunciamentos de vários membros do Conselho de Estado na mesma direção, as sugestões objetivas encaminhadas e as evidências de gestões administrativas no sentido de viabilizá-las, além da documentação diplomática, constituem-se em dados inquestionáveis quanto ao planejamento da viagem.

Apenas os registros relativos ao tumulto da partida poderiam, ainda, sustentar aquela interpretação. No entanto, todos os outros argumentos, relacionados acima, apontam no sentido de uma saída estratégica.

Outras análises designam a vinda da Corte para o Brasil como transmigração ou transferência, constituindo-se estas proposições como as preferidas pelos autores brasileiros. Considerando-se o sentido de transmigrar como mudar de uma região para outra dentro de um mesmo país, compreende-se tal preferência, pois coloca o Brasil no mesmo nível de Portugal, libertando-o da inferioridade gerada pela situação colonial e alçando-o à condição de sede da Corte. O sentido de transferência como o simples ato ou efeito de transferir de um lugar para o outro apenas reforça esta interpretação.

ORFANDADE E ABANDONO

Não pode, também, ser esquecido, nesta análise, o sentimento que a saída do rei produziu na população.

A concepção da realeza sagrada e maravilhosa, vigente na Idade Média, fundamentava-se em uma série de crenças, lendas e ritos, que tenderiam a desaparecer, ao menos teoricamente, com o desenvolvimento das bases racionais da ordem política no Ocidente. Porém, mesmo após Descartes,

⁵ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Negócios de Portugal, caixa 714, n. 9.

⁶ Idem, caixa 713, n. XI.

⁷ MARTINS, Ana Canas Delgado. *Governança e Arquivos*. Ministério da Cultura. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais, 2007, p. 19.

Galileu, Locke, Newton e a revolução científica que promoveram, manteve-se, por exemplo, a crença na existência de um elo direto entre a divindade e a monarquia, o que representava uma forma de sobrevivência daquele pensamento no campo político⁸. No absolutismo, os reis ainda tomavam o lugar de Deus, eram as suas imagens vivas e considerados verdadeiros representantes da majestade divina.

No quadro europeu do último quartel do século XVIII, o absolutismo apresentava-se como uma ordem política francamente contestada, mas Dom João VI sobreviveu como monarca absoluto até 1821.

Assim, a figura do rei, como pai e protetor, era introjetada em boa parte da população e a vinda do rei para o Brasil, a par da ameaça da invasão francesa, provocava uma profunda sensação de orfandade e abandono.

AS REPRESENTAÇÕES DO EMBARQUE REAL

Para Maquiavel, governar era fazer crer. É verdade que a propaganda, como se compreende hoje, é um conceito muito moderno. No entanto, o poder real mantinha uma forma de atuação perfeitamente adequada a tal termo⁹.

Assim, as representações do rei eram encomendadas para aumentar a sua glória, para transmitir segurança e estabilidade. Entre as mais importantes representações inanimadas do rei, estavam os retratos e outras formas iconográficas, sobretudo, porque revelavam as diversas intenções de seus autores¹⁰.

É interessantíssimo comparar os registros do episódio do embarque de Dom João por autores diferentes, como, por exemplo, a gravura de Francesco Bartolozzi, intitulada *A Partida do Príncipe Regente*¹¹, (ver Fig.1) baseada em um desenho de Henry L'Évêque, e a gravura



Fig.1 – BARTOLOZZI, Francesco. Departure of his R.H. the Prince Regent of Portugal for the Brazils. The 27th. nov. 1807 engraved by F. Bartolozzi; drawn by Henry L'Eveque. 1 gravura : água-forte, p&b ; imagem 32,5 x 51cm em f. 38,5 x 53,5cm. Momento do embarque do Príncipe Regente para o Brasil. E:b:II . BN.



Fig.2 – Despedida do Príncipe Regente. Xavier, Luiz António 1807. Gravura. 49X60cm. Lisboa, MC. Publicados in D. João VI e seu tempo/ Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa. Gráfica Maia Douro, 1999. (p.284).

de Luiz Antonio Xavier, chamada *Despedida do Príncipe Regente*¹². (ver Fig.2)

Os elementos de comparação que se impõem são eloquentes, confirmando que os autores imprimiram às suas obras sen-

⁸ SORIA, José Manuel Nieto. *Fundamentos Ideológicos del Poder Real en Castilla*. Madrid: Ediciones de la Universidad Complutense, S.A., 1988, p. 41.

⁹ SORIA, José Nieto, op. cit., p. 41, e BURKE, Peter, op. cit., pp. 15 e 16.

¹⁰ BURKE, op. cit., pp. 16 e 20 e SORIA, José Nieto, op.cit., pp. 44 e 45.

¹¹ BARTOLOZZI, Francesco. *Departure of his R. H. the Prince Regent of Portugal for the Brazil*. The 27th. nov. 1807, engraved by F. Bartolozzi; drawn by Henry L'Eveque. Uma gravura. E: b: II, BN.

¹² Despedida do Príncipe Regente. Xavier, Luiz António 1807. Gravura. 49x60cm. Lisboa, MC. Publicada in *D. João VI e seu tempo*. Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa: Gráfica Maia Douro, 1999, p. 284.

tidos muito distintos¹³. O próprio título das duas gravuras já enseja uma comparação, uma vez que *A Despedida* tem um sentido de sociabilidade prevista, enquanto *A Partida* transmite a ideia de ruptura.

Quanto à concepção geral, ainda que os elementos constitutivos da cena sejam, praticamente, os mesmos em ambas, a registrada na primeira gravura reveste-se de dramaticidade e a segunda é dominada pela organização de seus elementos, despida de qualquer conotação de tumulto, rebulição, que domina o quadro anterior.

No que diz respeito ao personagem real, a imagem de Bartolozzi representa o soberano como uma figura roliça e de estatura normal; na do autor português, Dom João aparece com o corpo mais proporcionado e elegante, destacando-se por ser o personagem mais alto da cena. Além disso, enquanto na primeira imagem a figura mais próxima de Dom João esboça uma meia reverência e veem-se ao longe duas embarcações pequeninas, na segunda, o súdito está de joelhos e aparece, ao fundo, com destaque, uma grande frota.

Pode-se concluir que a segunda imagem examinada, organizando e dispondo harmonicamente todos os elementos em torno do rei, revela a intenção de registrar a despedida de uma viagem planejada.

A iconografia do período apresenta vários registros em relação ao episódio da vinda da Corte para o Brasil. Destaca-se uma série de alegorias produzidas por artistas de prestígio, que, de forma metafórica, louvavam o rei ou justificavam sua partida, trazendo à cena musas para o elogio de suas virtudes, ou, particularmente, a Providência, na forma de uma linda mulher, apontando-lhe o Atlântico numa referência ao Brasil¹⁴.

Dentre elas, merece citação especial a que apresenta¹⁵, no centro de um dramático desenho representativo da crítica situação

vivida por Portugal, o busto do príncipe sob um pedestal imponente, ladeado pela Providência e pela Justiça, tendo à sua frente, de joelhos, a representação da guerra. Os outros elementos metafóricos de destaque são a *Deusa* e o *Livro da Sabedoria*, que irrompem com grande luminosidade do interior de cúmulos muito escuros, de onde partem, também, dois grandes fachos de luz, um deles incidindo sobre o príncipe e o outro, sobre as embarcações principais, assinaladas ao fundo da cena. No entanto, o registro mais importante relaciona-se à fisionomia do príncipe, representado, de maneira geral, com o rosto sem expressividade marcante. Neste caso, é digno de nota o olhar de esguelha e o sorriso esboçado, ligeiramente maroto, que emprestam à face do príncipe um ar sagaz e irônico. (Ver Fig. 3) Ainda que a alegoria constitua-se, de forma metafórica, para expressar um pensamento sob a forma figurada, neste caso, reforçando esta intenção, e explicitando seu objetivo específico, abaixo do dese-



Fig. 3 – MARQUES, I.A. Dom João Príncipe Regente de Portugal. [S.l., 18-?]. 1 desenho: nanquim e aguada, 49x60cm. Título atribuído na ficha catalográfica: Alegoria à vinda de Dom João. Ret. E:III/arc.30. BN.

¹³ BARTOLOZZI, Francesco, artista italiano, que viveu na Inglaterra quase 40 anos e, em 1802, tornou-se o diretor da Academia Nacional de Lisboa. XAVIER, Luiz Antonio, artista português não referenciado, que reproduz os ideais da pintura cortesã.

¹⁴ Alegoria às virtudes de Dom João VI. *Domingos António de Sequeira* (a. d., 1810). Óleo sobre tela. 151x200cm. Que-luz, PNQ, inv. 1434. Publicado in *D. João VI e seu tempo*. Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa, 1999, p. 179, e QUEIRÓS, Gregório Francisco de. *Exegit monumentum aere perennis*. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. E: 1: II.

¹⁵ Ver imagem n. 3. *João Príncipe Regente de Portugal*. Marques, I. A. D. (S. I., 18). Um desenho: nanquim e aguada, 49x60cm. Título atribuído na ficha catalográfica: *Alegoria à vinda de Dom João*. Ret. E: i: III, arc. 30. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.



Fig. 4 – Detalhe do busto de Dom João da imagem anterior

no, escreveu-se *a fortuna de Napoleão tem o limite marcado no momento, em que um Príncipe, se decide a atravessar o Oceano*¹⁶.

SEGUNDOGÊNITO DESPREPARADO PARA GOVERNAR?!

Auguste Saint-Hilaire, botânico francês que esteve no Brasil entre 1816 e 1822, considerava Dom João VI despreparado para governar. De acordo com este observador, ao contrário do seu irmão, que recebera educação excelente, ele não parecia destinado ao trono e era profundamente ignorante.

A aludida condição de segundogênito foi apreendida por vários historiadores com a mesma intenção de desqualificá-lo como governante. No entanto, é um exagero supor-se que a educação do príncipe tivesse sido deficiente, uma vez que, na educação dos segundos filhos, reproduzia-se o mesmo modelo previsto para o do futuro rei.

Seu tempo era organizado para a prática de rituais diários, devotos e de cortesia e pela instrução religiosa, que ficava a cargo de seu confessor. Segundo o regimento, os príncipes deveriam conhecer a história dos reis antecessores e, no plano dos estudos,

destacava-se a geometria, por sua importância na organização do raciocínio, e nomeava-se, ainda, o estudo das leis, da geografia da Europa e os de língua francesa, assim como o latim e o italiano¹⁷.

Dom João teve, inclusive, como professor o matemático Miguel Franzine, de quem seu irmão, Dom José, também foi discípulo. Vários outros mestres destacados dedicaram-se à educação do jovem príncipe, dentre eles, o professor de Letras e Ciências, o afamado franciscano Dom Frei Manuel do Cenáculo; os professores de Música foram o organista João Cordeiro da Silva e o compositor João de Sousa Carvalho, e seu mestre de equitação, o Sargento-Mor Carlos Antônio Ferreira Montes¹⁸.

É notório que Dom João usufruiu bastante das lições de picaria e de música, pois todas as fontes indicam que gostava muito de cavalgar, sobretudo na sua juventude, e que era grande seu apreço pela música, particularmente a sacra.

Difícil, porém, é mensurar o aproveitamento das lições pelo Príncipe Dom João nas outras disciplinas, mas pode-se afirmar que conhecia o idioma francês, a língua da diplomacia.

De qualquer forma, não se pode imputar à condição de segundogênito as possíveis limitações de Dom João como governante.

Alguns outros autores buscam justificar as dificuldades do rei no exercício do poder, considerando-o tímido, pusilânime, indiferente, ou seja, invocando traços de sua personalidade.

No entanto, vários testemunhos, inclusive contemporâneos ao de Saint Hilaire, encaminham, noutro sentido, seu parecer sobre a capacidade do rei.

John Luccock, comerciante inglês, radicado no Brasil entre os anos de 1808 a 1819, e considerado um dos melhores observadores do período joanino afirmou:

(...) o Príncipe Regente tem sido várias vezes acusado de apatia; a mim, pareceu-me ele possuir maior sensibilidade e energia de caráter

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dores. *D. João VI*. Círculo de Leitores e Centro de Estudo dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006, p. 37 e 38.

¹⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira. "D. João VI", in *D. João VI e seu Tempo*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. Lisboa, 1999, p. 29 e 30.

*do que em geral tanto amigos como adversários costumam atribuir-lhe. Achava-se colocado dentro de circunstâncias novas e próprias para pô-lo à prova, curvando-se ante elas com paciência; se incitado, agia com vigor e presteza*¹⁹.

Reforçando o seu argumento, lembrava que *a firmeza com que ele recusou ficar na Baía, contrariamente aos desejos de alguns dos seus cortesãos, não deve ser esquecida*²⁰.

Além disso, Oliveira Lima, que reuniu, em sua obra, muitos depoimentos de diplomatas referentes às competências de Dom João, concluiu pela ausência de opiniões negativas sobre o rei. Afirma que nunca encontrou nos despachos, mesmo nos reservados ou confidenciais, de embaixadores, ministros ou encarregados de negócios de estrangeiros para o seu governo, referências menos elogiosas a Dom João VI. Acrescenta que nenhum tentou de qualquer forma ridicularizá-lo, enquanto os portugueses tentaram transformá-lo em um tipo burlesco²¹.

O mesmo autor discute se a imagem positiva de Dom João não seria o resultado da deferência diplomática para com a realeza. Responde à sua própria questão com o material que reuniu e as comparações que estabeleceu, concluindo em outra direção, reafirmando que *traços de sua finura eram abundantes nas correspondências inéditas de várias legações. Exemplo eloquente é a resposta de Dom João ao questionamento do Encarregado de Negócios da França, Maler, sobre a expedição ao Rio da Prata, visando à ocupação da Banda Oriental, irônica e maliciosamente, teria comentado: Os franceses falaram e escreveram muito em tempo sobre fronteiras ou limites naturais: trata-se sempre de um lado, do Reno e do outro, dos Alpes; ora, o que é o Reno comparado com o Rio da Prata*²²?

Aprofundando a crítica dos depoimentos e reforçando sua interpretação, Oliveira Lima compara os depoimentos de Maler com o do Duque de Luxemburgo. O primeiro era muito afeiçoado ao rei, dele tendo recebido inúmeras provas de atenção e de benevolência, e não se furtaria, portanto, a exaltá-lo. Já o segundo refere-se também ao rei com o mesmo respeito e elogio²³, embora não tivesse qualquer razão para fazê-lo, pois censurara o governo pela falta de planos concretos depois da administração de Linhares.

O autor afirma, ainda, que Dom João apresentava uma curiosidade legítima de governante e conseguia manter-se bem informado sobre o que ia suceder nos lugares onde a coroa tinha interesses. Não se descuidava das suas responsabilidades, nem nas situações mais extremas e absurdas, e *no tratar das coisas públicas animava-se e tomava um calor que não se compadece com a sua reputação corrente de indiferença*²⁴.

Outro aspecto considerável foi a maneira com que fez prevalecer sua autoridade sobre seus colaboradores diretos: *Cada um dos ministros governava por si e o rei governava a todos*²⁵, o que bem condizia com seu perfil de monarca absoluto. No entanto, impunha sua vontade com um jeito muito seu de levar adiante seus projetos, sem hostilizar seus conselheiros, quase sempre enciumados e divididos, permitindo-lhe governar mais facilmente.

Assim, conclui-se que a ação governativa de Dom João no Brasil, que pode, sem dúvida alguma, ser considerada positiva no seu conjunto, deve-se, em boa parte, ao seu poder e à sua adesão pessoal aos projetos inovadores de ministros destacáveis, como o Conde de Linhares, o Conde da Barca e o Conde dos Arcos. Quanto ao seu absolutismo, soube dosá-lo com afabilidade e temperança, ficando

¹⁹ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975. p. 64.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p.73.

²² *Ibidem*, p.73.

²³ *Ibidem*.

²⁴ *Ibidem*, p.74.

²⁵ *Ibidem* p. 125.

gravado na memória brasileira como o *bom príncipe que governa os corações*²⁶.

AÇÃO GOVERNATIVA DE DOM JOÃO **Aspectos socioeconômicos e político-administrativos**

Dom João não pode ser considerado apenas um monarca bem-intencionado, levando-se em conta o impacto de sua obra reformadora sobre as antigas estruturas coloniais vigentes no Brasil.

Sua repercussão na Europa pode ser ilustrada, por exemplo, pelas instruções ao Duque de Luxemburgo, ao ser despachado para o Brasil, como embaixador do Rei Luís XVIII. No documento, mencionava-se a importância da política granjeada pela antiga colônia, atribuindo-se ao Governo do Rio de Janeiro desígnios manifestos de levar a seção ultramarina da monarquia a ocupar, na América Meridional, o lugar que os Estados Unidos ocupavam na do Norte.

O ato inaugural de Dom João VI no Brasil constituiu-se na abertura dos portos às Nações Amigas. Desde o final do século XVIII, as autoridades coloniais produziram numerosos registros denunciando o contrabando, envolvendo ingleses, franceses, entre outros, de tal forma que o Ministro da Marinha, Martinho de Melo e Castro, em 1785, recomendou a redução dos direitos alfandegários com vistas a diminuir aquele comércio ilegal²⁷.

Além disso, os portos portugueses encontravam-se fechados devido à invasão francesa. Assim, muito mais que uma medida liberal, traduzia uma urgência inadiável e necessária.

O fato provocou grande transformação nas condições mercantis da colônia, tornando-se o Rio de Janeiro o grande entreposto brasileiro e do Atlântico. As mais variadas mercadorias circulavam entre Bahia e Montevideu, para o consumo local e mesmo no norte e nos sertões mais remotos, e houve um grande desenvolvimento do comércio, o que, anteriormente, só existia a par de muito contrabando.

A nova sede da Corte tornou-se a praça principal do comércio português com a Índia, a China e as colônias africanas, de onde se faziam as reexportações para Lisboa e outros portos europeus.

Considerando as dificuldades políticas na região do Prata, o próprio comércio para Buenos Aires e Montevideu também se operou, por algum tempo, através do Rio de Janeiro.

A administração joanina dos primeiros anos foi abundante. Praticamente todas as instituições judiciárias, militares e escolares do Reino foram recriadas no Brasil, com as mesmas falhas e vícios. Neste caso, porém, seus efeitos foram benéficos, considerando a situação de limites e carências vivenciados na colônia. Já, no ano de 1808, foi criado no Rio de Janeiro um Arquivo Central com o intuito de reunir e conservar todos os mapas e as cartas, tanto das costas como do interior do Brasil, e, também, de todos os domínios ultramarinos portugueses.

Além de tratar da administração pública, o Príncipe Regente teve que se ocupar com a reorganização militar, uma vez que as forças instaladas na Colônia, como tudo mais, não satisfaziam às necessidades do Reino.

Assim, ainda em maio de 1808, criou o Primeiro Regimento de Cavalaria, valendo-se dos antigos Esquadrões da Guarda dos Vice-Reis. Reproduziu a organização existente em Portugal, com oito companhias em cada regimento.

Ao mesmo tempo, criou a Guarda Real do Príncipe e os Arqueiros da Guarda Real, para seu serviço pessoal e do Paço.

O Corpo da Brigada Real da Marinha foi transformado em Regimento de Artilharia da Marinha, com três batalhões e oito companhias cada um. A Brigada Real de Cavalaria de Milícias foi também transformada em regimento, assim como o Batalhão de Caçadores Henriques. É importante ressaltar que as preocupações do governante real não se limitavam à Corte: em Pernambuco, o número de voluntários reais contava com efetivo de mil homens e

²⁶ Ver SOUZA, Iara Lis Carvalho, "D. João VI no Rio de Janeiro", in *Anais do Seminário Internacional- D. João VI- Um Rei Aclamado na América*, Rio De Janeiro, Museo Histórico Nacional, 2002, p.51-63.

²⁷ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Uma colônia entre dois Impérios. A abertura dos portos brasileiros 1800-1808*. Bauru, SP: EDUSC, 2008, p. 112.

a legião, fundada em São Paulo, em 1775, e que, desde então, sempre combatera ao sul, contra os espanhóis, teve seus efeitos consideravelmente aumentados e várias unidades organizadas por especificidades táticas: infantaria, cavalaria, artilharia a cavalo e caçadores.

Em várias outras províncias, fizeram-se sentir, também, os efeitos dos esforços joaninos: em Minas Gerais, procedeu-se à organização das divisões e, na Bahia, no Rio Grande do Sul, no Ceará, em Goiás, Mariana e Ouro Preto, registrou-se a criação de tropas de pedestres, dragões, pretos, pardos, polícias e milícias, além da fundação do Regimento dos Guaranis, integrado por índios das missões. Destaque especial foi a vinda, para o Brasil, de uma divisão portuguesa, conhecida como a Divisão Auxiliadora, composta de um efetivo de mais de 4.800 homens.

Finalmente, é importante acentuar que o príncipe regente não se preocupou, apenas, com a reorganização das tropas, mas procurou, também, criar escolas militares e arsenais. Assim, datam deste período a instituição da Real Academia Militar e a inauguração de novas oficinas de armas, na Fortaleza de Santa Cruz, e a instalação de várias fábricas de espingardas, na província de Minas Gerais.

Os processos judiciais adquiriram maior presteza, o correio estendeu-se a todas as capitanias; estabeleceu-se o telégrafo aéreo na costa; iniciaram-se os seguros contra o fogo e contra naufrágios. Além disso, alargou-se a alfândega e facilitaram-se os movimentos das embarcações e o pagamento dos direitos aduaneiros.

Também é, no tempo de Dom João, que aparece o principal estabelecimento de crédito brasileiro: o Banco do Brasil. O governo dispensou-lhe todo gênero de favores, garantindo os Depósitos dos Órfãos, das Ordens Terceiras e das Irmandades. A Fazenda Real, a partir de 1812, favorecia-o com impostos criados sob seges, lojas, armazéns, oficinas e navios, pelo período de dez anos. Apesar das dificuldades, o banco chegou a inspirar grande confiança, inclusive a estrangeiros radicados no Brasil.

Quando a Família Real regressou a Portugal, o Banco havia sido posto a saque.

Pouco antes de embarcar, o rei ordenou que os desembolsos do Banco, nas suas transações com os cofres públicos, fossem considerados como dívidas nacionais, declarando responsáveis para com essas dívidas a renda do Reino do Brasil.

No plano das atividades comerciais, após a abertura dos portos, o ato mais importante e pleno de consequências do Governo de Dom João no Brasil foi o Tratado de 1810. Apesar de pretender-se um acordo propondo reciprocidade e mútua conveniência, o resultado final marcou, no plano internacional, a dependência portuguesa em relação à Inglaterra de forma inequívoca. Além disso, prejudicou os interesses mercantis portugueses de tal forma que foi necessária uma revisão para que os direitos sobre as mercadorias portuguesas, inicialmente de 16%, pudessem ser equiparados às inglesas, taxadas em 15%!

Pensando apenas no Brasil, os efeitos foram, de certa forma, benéficos, porque concorreram para a diminuição do custo de vida, ampliaram o comércio local, atacadista e varejista. Além disso, no que diz respeito à cláusula X do Tratado de Paz e Amizade, de 1810, pelo qual o Governo português se comprometia a abolir gradualmente o trabalho escravo, limitando, de imediato, o tráfico para as colônias portuguesas, que sempre foi uma questão contornada por Dom João.

Para o Governo português, a escravidão representava uma instituição imprescindível e, no conjunto de seus aspectos econômicos, destacava-se o financeiro, uma vez que o negro constituía-se em matéria a tributar, sendo responsável por ingressos consideráveis para a coroa.

A questão abolicionista era sempre discutida por Dom João VI de forma acalorada e são expressivos os pronunciamentos de época, inclusive de diplomatas, que reproduzem a irritação do rei em relação às pressões inglesas. O Cônsul Maler, representante da França, por exemplo, manifestou, mais de uma vez, a impressão que o príncipe regente lhe causava: *desenvolvendo com força e abundância todas as razões e motivos que o prendiam a tal comércio, o qual representava e considerava como indispensável à*

*prosperidade das suas colônias e mormente a deste vasto continente*²⁸.

A diplomacia portuguesa foi particularmente competente e logrou adiar a questão por mais de dez anos, a despeito das pressões inglesas, e, quando Dom João VI, regressou a Portugal, a disputa não estava resolvida, o que era um sinal de vitória.

O argumento recorrente para justificar a permanência do tráfico era a falta de mão de obra para atender às necessidades da lavoura. Assim, o governo iniciou os primeiros esforços para uma imigração europeia subsidiada, registrando-se a instalação de uma colônia suíça na região serrana do Rio de Janeiro e a regulamentação da catequese e do trabalho indígena.

Merece destaque especial a nova dinâmica interna, que se estabelece entre o Rio de Janeiro e as diferentes regiões, depois da instalação da Corte naquela cidade. As relações comerciais e as comunicações ampliaram-se consideravelmente. Em outro plano, representantes de todas as capitanias compareciam às grandes efemérides da Corte e prestavam suas homenagens ao rei, participando das cerimônias do beija-mão ou enviando presentes.

Considerando o progresso das capitanias de São Paulo e Minas, as estradas que as ligavam à Corte eram bastante frequentadas, e nelas cruzavam-se, a miúdo, as caravanas e o Correio do Rei. Encontravam-se desbravadas e tinham suas zonas marginais consideravelmente habitadas.

No Rio de Janeiro, foi criada a Polícia da Corte, garantindo não apenas a ordem pública, mas, sobretudo, as modificações e as posturas que se faziam necessárias à adequação daquele espaço para sediar a Corte.

A cidade do Rio Grande era o mercado e a praça de guerra do Brasil meridional, sendo sua condição militar superior à da capital, e a imigração portuguesa, naquela região, aumentava espontânea e gradualmente.

A capitania de Minas Gerais, por causa da crescente improdutividade das minas de ouro, estava em transição para uma fase agrícola, pastoril e embrionariamente industrial.

Um dos esforços mais tenazes de Dom João VI no sentido de desbravar a terra brasileira ia justamente localizar-se nesta região, buscando, com empenho, abrir comunicações do mar para Minas Gerais.

Da mesma forma, empenhou-se na criação de um sistema de comunicações pelo interior do Brasil, para o melhor aproveitamento da rede fluvial, beneficiando as capitanias mais interiorizadas de Mato Grosso e Goiás.

Sob o Governo do Conde dos Arcos, durante o reinado de Dom João VI, a Bahia se desenvolveu muito, tendo os recursos da própria capitania propiciado obras de utilidade e benefício públicos.

Pernambuco usufruía de grande prestígio econômico, sendo, por excelência, a terra do açúcar e do algodão. Recife era um porto privilegiado de comércios triangulares, envolvendo a Índia e a África portuguesas e os Estados Unidos.

No Maranhão, a expansão da agricultura consolidara-se através do sucesso do comércio do algodão e do arroz.

Se a transmigração da Corte e a abertura dos portos às nações amigas e ao comércio possibilitaram um aumento considerável da população, também foram responsáveis pelo crescimento da participação dos estrangeiros neste conjunto.

Ultrapassado o exclusivo colonial, que restringia as relações comerciais da colônia unicamente com a metrópole e delimitava o fluxo migratório aos portugueses, uma série de medidas é posta em prática, permitindo, inclusive, a concessão de terras a estrangeiros²⁹. Além de viajantes, estudiosos e exploradores, são numerosos os casos de estrangeiros que possuíam terras e que as cultivaram.

Quanto à elevação do Brasil à condição de Reino, registra-se a tendência, sobretudo de autores brasileiros, de encará-la como um uma consequência natural, esvaziando possíveis conteúdos e estratégias políticas. Oliveira Lima afirma que:

(...) a elevação do Brasil a reino, além de ser uma afirmação solene da sua integridade territorial, foi a

²⁸ LIMA, Oliveira, op. cit., p. 271.

²⁹ Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. Manuscritos. I – 9, 11, 15.

*derivação lógica e a consequência necessária de um estado de coisas criado por circunstâncias fortuitas, mas não menos imperiosas. Em primeiro lugar era impossível esquecer que o Brasil foi a tábua de salvação da dinastia portuguesa, a âncora da monarquia batida pelas tempestades (...)*³⁰.

Outros motivos, porém, podem ser arrolados, particularmente o desejo do próprio rei e de seus conselheiros mais diretos de se livrarem do incômodo de ter a Corte sediada numa colônia.

No que diz respeito à política externa, a diplomacia e a neutralidade foram instrumentos poderosos utilizados por Portugal em alguns conflitos, vividos pela coroa portuguesa no que diz respeito às questões internacionais. No entanto, no Brasil, na anexação da Banda Oriental e na invasão de Caiena, o Governo português valeu-se de uma política aparentemente imperialista.

Portugal, ao intervir no Prata, alegava uma questão meramente de defesa e preservação das fronteiras do Brasil, exercendo um papel de mediador na zona conflituosa. Declarava, abertamente, a sua intenção de que terminassem os movimentos anárquicos na fronteira, que envolviam os rebeldes argentinos e uruguaios, e de que a capitania do Rio Grande não fosse contagiada pela revolução. Além destas intenções, pretendia-se restabelecer as fronteiras naturais ao sul, garantir a integridade do Império e enfraquecer o domínio espanhol na região.

O episódio da Cisplatina tornou-se uma eloquente demonstração da resistência de Dom João às ambições individuais de sua mulher, a Princesa espanhola Carlota Joaquina. Na realidade, havia um certo temor quanto ao perigo de uma reação liberal da América espanhola contra o absolutismo da América portuguesa.

Num primeiro momento, a tomada de Caiena satisfazia o orgulho português, pro-

piciando uma vingança pela invasão das tropas napoleônicas a Portugal.

Com o tempo, a invasão da colônia francesa definiu-se mais pelas estratégias diplomáticas e defensivas do que por uma política expansionista, pois se anulava a ameaça de um núcleo francês no continente, que, fortalecido, poderia facilmente atacar os despreparados estabelecimentos portugueses na América do Sul. Além disso, o que o Governo português queria era ter o que restituir na paz geral, que se sucederia após as guerras napoleônicas e poder, em troca, obter o reconhecimento dos limites tradicionais ao Norte do Brasil.

O Governo português teve seu relativo êxito, já que a corte do Rio obteve um ponto importantíssimo como concessão, que foi a estipulação da entrega, apenas, até o Oiapoque, considerado o limite setentrional dos domínios portugueses na América.

AÇÃO GOVERNATIVA DE DOM JOÃO Promoção Cultural e Científica

Vários autores portugueses acentuam que Dom João, com exceção da música, não manifestou grande interesse pelas artes e que sua Corte, quando ele era regente rei, jamais se mostrou um centro de cultura como tantos outros do seu tempo³¹.

Na verdade, tais afirmações não levam em conta a complexa conjuntura em que Dom João assumiu a regência, em 1792. Além disso, nos anos imediatamente anteriores, sofrera, no plano pessoal, muitos problemas e perdas, que atingiram fortemente seu espírito sensível: a morte de seu pai em 1787, seguida pela de seu irmão em 1788, tendo ele próprio adoecido gravemente no ano de 1789. Sobreviria depois à demência da rainha, seguida da constatação pública de sua incapacidade para conduzir os negócios do Reino e a necessidade de substituí-la no governo.

No plano internacional, a Campanha do Rossilhão³², que marcou o início das pres-

³⁰ LIMA, Oliveira. op. cit., p. 341.

³¹ Ver, por exemplo, PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dores. *D. João VI*. Círculo de Leitores e Centro de Estudo dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006, p. 29 e 30.

³² Expressão pela qual é conhecida a participação de Portugal no conflito em que se aliou à Espanha contra a França, entre 1793 e 1795.

sões criadas pela situação europeia junto ao Governo português, praticamente coincide com o início da atuação de Dom João como regente. Em 1799, o príncipe, que respondera pela regência até então, em nome de sua mãe, passou a exercê-la em seu próprio nome e conviveria com o difícil jogo diplomático para manter a neutralidade. Esgotadas todas as manobras, sofreria as pressões diretas da França, objetivando o rompimento da aliança anglo-lusitana e, finalmente, a complexa decisão da vinda da Corte para o Brasil. Enfim, uma situação que não favorecia a promoção das artes.

Já no Brasil, encontrando a nova sede da Corte absolutamente carente de equipamentos culturais, iria promovê-los e animá-los durante sua estada, envolvendo-se diretamente em muitas dessas iniciativas.

Ainda que alguns autores afirmem que as anotações pessoais de Dom João *não pareçam indiciar uma relação fácil e frequente com a escrita*, ou que se furtava ao convívio dos homens intelectualmente mais destacados do seu tempo³³, no Brasil, o seu governo foi marcado por incentivo ao desenvolvimento do ensino e à promoção das ciências e das artes.

Aí conviveram, inclusive na condição de colaboradores diretos, o Conde de Linhares e o Conde da Barca, intelectuais que iriam, nas suas gestões ministeriais, contemplar um plano de ensino científico, literário e artístico, compatível com as exigências decorrentes da instalação da sede da Monarquia no Rio de Janeiro. Era imperioso o aparelhamento da cidade, a fim de dotá-la, entre outras coisas, de instituições para a defesa sanitária e militar, assim como de equipamentos culturais necessários à capital do Império português.

José da Silva Lisboa, ex-professor de Direito da Universidade de Coimbra, estudioso

da economia e da política e autor de várias memórias, ocupou, também, vários cargos na administração joanina no Brasil.

Assim, pode-se concluir que, se o convívio íntimo do rei não era partilhado com os sábios e os eruditos, o Governo de Dom João, porém, contou com colaboradores, por ele escolhidos, que se destacavam por sua qualificação intelectual.

Neste contexto, foram criadas sucessivamente várias instituições e as primeiras escolas de ensino superior. Tal iniciativa reveste-se de grande importância, pois equipamentos sociais deste tipo inexistiam na América portuguesa, ao contrário da América espanhola, onde já havia universidades desde o século XVII. Em 1808, foram criadas a Academia Médico-Cirúrgica da Bahia, a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro e a Academia Militar, tal como a Biblioteca Nacional, em 1810.

De igual relevância, foi a instalação da Imprensa Régia, uma vez que qualquer iniciativa neste sentido tinha sido até então impedida pela metrópole. Criada em 1808, além de imprimir a legislação produzida, fabricar livros em branco para escrituração, encadernar impressos e prover todas as obras pertencentes ao ofício de livreiro³⁴, também editava livros. Assim, foi responsável pelo pioneirismo nas edições brasileiras e particularmente pela publicação de obras a serem utilizadas nas escolas recém-criadas.

Entre os inúmeros exemplos, destaca-se a publicação, em 1810, de um tratado de inflamação, feridas e úlceras, dedicado ao príncipe regente³⁵, e, seguidamente, nos anos de 1814 e 1815, foram impressos manuais de matérias médicas, consideravelmente volumosos para a época, 243 e 293 páginas, respectivamente³⁶, feitos por ordem de Sua Alteza Real³⁷.

³³ PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dores, op. cit., p. 38.

³⁴ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Gazeta do Rio de Janeiro 1808-1822*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007, p. 177.

³⁵ MAZAREM, Joaquim da Rocha. *Tratado de inflamação, feridas e úlceras extrahido da Nosographia cirúrgica de Anthelmo Richerand (...)* oferecido ao príncipe regente nosso senhor. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1810. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. Obras Raras – 37, 0, 12.

³⁶ BONTEMPO, José Maria. *Compêndios de matéria médica feitos por ordem de Sua Alteza Real*. Rio de Janeiro: Régia Off. Typographica, 1814. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. Obras Raras - 76, 2, 33, e BONTEMPO, José Maria. *Compêndios de matéria médica feitos por ordem de Sua Alteza Real*. Rio de Janeiro: Régia Off. Typographica, 1815. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. Obras Raras - 38, 0, 12.

³⁷ A expressão *Por Ordem de Sua Alteza Real* ou *Por Ordem de Sua Majestade* significava não apenas a chancela da coroa à obra que se editava, mas também que sua publicação não implicou gastos para o seu autor.

No caso do ensino médico, a importância das aulas práticas mereceu, também, a atenção do príncipe, mesmo nos seus dias de repouso, na Fazenda de Santa Cruz. Daí foi expedido o aviso, de 24 de novembro de 1814, enviado ao Conde de Funchal, pelo Marquês de Aguiar, que afirmava a determinação do príncipe regente para que se remetesse à Corte os *gêneros que se fazem necessários para o ensino das aulas médico-cirúrgicas desta mesma Corte*³⁸. E enumerava, entre os itens solicitados, peças de gesso reproduzindo ossos e uma boneca de camurça.

A Academia Real Militar, que tinha também o objetivo de ensinar engenharia civil e mineração, mereceria atenções especiais. Publicou-se, por ordem real, em 1811, um compêndio de álgebra, traduzido do francês, e, no ano seguinte, outro de geometria descritiva, adaptado às artes, além de um de mecânica, que tratava de estática, dinâmica, hidrostática e hidrodinâmica, todos destinados aos alunos daquela instituição³⁹.

O Real Horto, igualmente, tem sua origem mais remota em 1808, através do decreto que determinava a posse, pela coroa, do engenho e das terras denominadas da Lagoa Rodrigo de Freitas. No mesmo ano, o príncipe regente criava um cargo de feitor para a Fazenda da Lagoa e, no ano seguinte, plantou a primeira palmeira conhecida como imperial ou "palma mater". Através de um alvará, Dom João criou, em 1810, o cargo de *Diretor das Culturas das Plantas Exóticas dos Jardins e Quintas Reais* e estabeleceu um Jardim Botânico com a mesma finalidade.

No cenário das artes plásticas, destaca-se a expressividade do legado dos artistas franceses à cultura brasileira. Dom João só teria dado o aceite oficial depois da chegada do grupo liderado pelo ex-secretário da classe de

Belas-Artes do Instituto de França, Joachim Lebreton, quando Antônio de Araújo de Azevedo, Conde da Barca, Ministro de Estado, defendeu o projeto da criação de uma Academia, nos moldes da instituição francesa⁴⁰.

O grupo era integrado por pintores, destacando-se J.B. Debret, pintor de história e autor do mais expressivo conjunto iconográfico do período, escultor, arquiteto e gravador, além de professor de mecânica, e artesãos especializados, ferreiros, serralheiros, curtidores e carpinteiros, com o objetivo de desenvolverem as indústrias.

Esse último item era particularmente importante, uma vez que o projeto do Conde da Barca não era o de criar apenas uma escola de artes, mas também de ofícios. No entanto, sua morte, deixando vago o lugar de promotor e mecenas, e a conjuntura pouco favorável criada pela Revolução Pernambucana de 1817 e pela Revolução Liberal do Porto, em 1820, além do alto custo dos festejos do casamento do príncipe herdeiro e da coroação do rei, adiaram a inauguração da Academia, o que só se concretizaria no reinado de Pedro I.

A questão do grupo francês serve para demonstrar o empenho de Dom João em manter, na sede de sua Corte brasileira, profissionais que permitissem a elevação do nível cultural e artístico do Rio de Janeiro.

Para um monarca que, segundo alguns autores, não apresentava *relação fácil e frequente com a escrita*⁴¹, a atuação de Dom João relativamente à sua Biblioteca e a seu Gabinete é surpreendente.

O terremoto de Lisboa e o incêndio, que se seguiu, destruíram a parte mais importante da Real Biblioteca, que se encontrava no Paço da Ribeira, centro da capital do Reino. A coroa portuguesa empreendeu grande

³⁸ Aviso 225, de 24 de novembro de 1814. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. Manuscritos 29, 17, 14, n. 9.

³⁹ LACROIX, Silvestre François. *Elementos d'Algebra por Mr. La Croix*, traduzidos em português, por ordem de sua Alteza Real o Príncipe Regente (...) para uso dos alunos da Real Academia Militar desta Corte. Rio de Janeiro: Imprensa Regia, 1811. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. Obras Raras – 42, 1 bis, 7; SOUSA, José Vitorino dos Santos e. *Elementos de geometria descriptiva; com applicações às artes: extrahidos das obras de Monge*, de ordem de sua alteza real o Principe Regente N. S. para uso dos alumnos da Real Academia Militar. Rio de Janeiro: Imprensa Regia, 1812. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. Obras Raras – 00069 (1) e o Tratado Elementar de Mecânica, de FRANCOEUR – para uso dos alunos da Real Academia Militar – e traduzido por PEREIRA, José Saturnino da Costa, citado em *A Gazeta do Rio de Janeiro*. SILVA, Maria Beatriz Nizza da.

⁴⁰ SCHWARCZ, Lília Moritz, *O sol do Brasil: Nicolas- Antoine Taunay e as Desventuras dos Artistas franceses na Corte de D. João*, São Paulo, Companhia das Letras, 2008, p.13-17.

⁴¹ PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dores, op. cit., p. 38.

esforço para suprir tal perda, procedendo a várias aquisições, feitas em diversos centros europeus e em Portugal, acolhendo, também, muitas doações. Este processo teria continuidade com Dom João.

No Brasil, desde 1810, uma autorização real permitia que os livros fossem postos à disposição dos leitores, mediante certas determinações de caráter administrativo e, a partir de 1814, a consulta foi aberta ao público.

No entanto, a mais expressiva atuação de Dom João foi a aquisição de coleções para ampliar o acervo da Real Biblioteca, enquanto permaneceu no Brasil. Em 1811, após a morte do grande botânico Frei José Mariano da Conceição Vellozo, sua coleção de livros manuscritos, estampas, desenhos e chapa de cobre foram incorporados à Real Biblioteca, por ordem régia de 1814.

O Conde da Barca, falecido em 1817, teve sua coleção leiloadada por seu herdeiro. Conhecedor de tal fato, o rei ordenou e propôs os meios para que fosse adquirida a livraria de seu antigo ministro, integrando mais de seis mil volumes ao acervo da Biblioteca Real e no ano de 1818, Dom João autorizou a aquisição do acervo de José da Costa e Silva, para ser incorporada à Real Biblioteca.

O Gabinete Real contava com a presença assídua do soberano e, segundo um depoente de época, Dona Maria Teresa, filha mais velha e dileta de Dom João, passava mais tempo com o pai, a quem ajudava nos trabalhos de gabinete⁴².

Estima-se que as referências e os depoimentos do bibliotecário real devam merecer um exame crítico. Sua insistência em realçar os contatos praticamente diários que mantinha com Dom João podem ocultar uma intenção de se mostrar bem-sucedido e prestigiado junto aos familiares que permaneceram em Portugal.

No entanto, existe uma série de outras evidências que comprova muitas de suas afirmações, particularmente no que diz respeito ao interesse do rei pelo seu gabinete.

Exemplo expressivo é o cuidado que transparece com os arranjos da documentação do seu Real Gabinete, hoje em parte no Arquivo Nacional, exibindo muitas peças anotadas pessoalmente pelo Rei.

Ana Canas Delgado Martins, em seu exaustivo estudo sobre o arranjo e as conturbadas idas e vindas da documentação portuguesa no período joanino, referindo-se aos documentos do gabinete de Dom João, afirma que muitos documentos

*(...) tem uma espécie de sumários acrescentados pelo punho de D. João VI e usados para recuperar informação desses documentos. Referem o assunto cruzando-o com o destinatário e ou o remetente, por vezes datas e tipos de documentos: 'trata dos negócios de Lisboa em 26 de janeiro de 1821'. 'Papel do Barão do Rio Seco sobre os bilhetes da alfândega (...)'*⁴³.

UM REI COM MEDO DE TEMPESTADES!

Autores contemporâneos ressaltam em suas análises sobre a personalidade de Dom João, príncipe e rei, o seu caráter timorato, receoso, tímido, sendo recorrente a referência ao seu medo de tempestades⁴⁴.

Deveria ser uma questão de pouco interesse histórico discutir se Dom João tinha, ou não, medo de tempestade, mas, visto que esse tema se tornou um ponto de considerável repercussão, muito explorado pela mídia, pode ser particularmente interessante o exame de registros sobre os fenômenos da natureza em textos do período joanino.

Na sua crônica dos acontecimentos da Bahia, o Irmão José da Silva Barros narra que, em 24 de janeiro de 1812, por ocasião de um pomposo *Te Deum* em ação de graças pela chegada do príncipe àquela cidade, houve estrondosa trovoadas seguida por raios que destruíram boa parte da igreja e mataram pessoas na freguesia (...) *enfim castigo nunca visto nesta Cidade* (...)⁴⁵.

⁴² Citado por GARCIA, Rodolfo, in MARROCOS, op. cit., p. 19.

⁴³ *Governança e Arquivos: D João VI no Brasil*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais, 2007, p. 228.

⁴⁴ Ver GOMES, Laurentino. 1808. Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta, 2007.

⁴⁵ *Chronica dos acontecimentos da Bahia – 1809-1828* – por BARROS, Irmão José da Silva, in *Anaes do Arquivo Publico da Bahia*, vol. XXVI, p. 55.

O relato é emblemático, pois atribui uma origem divina ao fenômeno natural, considerando-o um castigo de Deus. Além disso, assinala seu caráter extensivo uma vez que a Igreja foi atingida, assim como as casas dos habitantes da freguesia, pessoas simples e poderosos dignitários.

Marrocos, o bibliotecário real, que escrevia para o pai “cronicando” sobre a vida na Corte, comentou várias vezes sobre fenômenos da natureza e, particularmente, sobre as tempestades que afirmava serem *m.to frequentes e fáceis em cair na terra...*⁴⁶.

No ano de 1818, em uma de suas cartas, descreveu os efeitos de uma *trovoada terrível*. Um raio atingira o *Palácio do Visconde de Villanova da Rainha*, provocando *grandes estragos na sua farta e prenhe copa*, assim como, no *Oratório*. Na oportunidade, comemorava-se o aniversário da *Viscondessa de Magé* e o ocorrido molestu muita gente, perturbando a alegria do ambiente⁴⁷.

É importante observar que, depois de muitos anos no Brasil, onde, segundo o misivista, no mês de abril, eram comuns as tempestades, era grande a impressão que as mesmas ainda lhe causavam, ou seja, é algo com que o bibliotecário não se acostumava. Além disso, considerando que Marrocos não compareceu à festa, os detalhes que fornece demonstram que o assunto era recorrente nas conversas e revelam os temores que a natureza indomável provocava em boa parte da população.

São numerosas e expressivas as descrições, as anotações ou os simples registros sobre tempestades nos relatos de viajantes, comerciantes e, sobretudo, dos naturalistas, que estiveram no país à época de Dom João.

L. F. de Tollenare, francês natural de Nantes, viajou para Pernambuco, em 1816, a fim de negociar com algodão, permanecendo no país para viajar e escrever suas notas dominicais. Em suas andanças, muitas vezes o mau tempo o surpreendia e, do susto, persistia a forte adjetivação no relato: (...) *O mar rugia*

*horrendamente, trovões retumbavam em estrondos ininterruptos sobre nossas cabeças. Relâmpagos e mais relâmpagos iluminavam o temível e belo espetáculo*⁴⁸.

O comerciante inglês John Luccock narra a mesma impressão contraditória que lhe causou a tempestade, que o atingiu quando viajava em direção aos portos do recôncavo da Guanabara: (...) *raras vezes assisti, mesmo na zona tórrida, a espetáculo ao mesmo tempo tão belo e tão medonho*⁴⁹.

Essas descrições, destacadas entre muitas, sem dúvida, sinalizam o quanto a natureza tropical causava simultaneamente fascínio e pavor nos europeus recém-chegados. Frente a tal cenário, por que exigir de S.A.R. comportamento diferente?

Quanto a Dom João, é importante ressaltar que ainda não se resgataram, da biografia do rei, várias circunstâncias que explicariam o medo que demonstrava pelas tempestades. Dentre elas, a primeira seria o impacto causado pelas lembranças do terremoto de Lisboa, ocorrido em 1º de novembro de 1755, 12 anos antes do seu nascimento.

Após o terremoto, a cidade viu-se envolvida por um incêndio que durou sete dias. Ruíram em torno de dez mil casas e inúmeros palácios. Igrejas, edifícios públicos, como o Teatro da Ópera, arderam nas chamas. Da mesma forma, várias bibliotecas desapareceram, inclusive a Livraria Real, que Dom João V aumentara consideravelmente com livros vindos de toda a Europa, e onde havia grande número de manuscritos originais e cópias.

Apesar do número de mortos ser calculado em cinco mil, Lisboa perdeu 12% de sua população, pois, além dos óbitos, muitos abandonaram a cidade, que levou 25 anos para recuperar a quantidade de habitantes que apresentava à época do terremoto e o mesmo tempo para sua reconstrução⁵⁰.

Foi neste cenário de edificação de uma Lisboa moderna, sobre os escombros das trágicas memórias, que o Infante João foi criado e se desenvolveu, ouvindo histórias dramáti-

⁴⁶ MARROCOS, op. cit., p. 110.

⁴⁷ Ibidem, p. 323.

⁴⁸ TOLLENARE, L. F. de. *Notas dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818*. Salvador-Bahia: Livraria Progresso Editora, 1956, p. 65.

⁴⁹ LUCCOCK. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p. 223.

⁵⁰ MATTOSO, José. *História de Portugal*. Lisboa: Editora Estampa, 1994, vol. 4, p. 63.

cas de um passado tão próximo e tão inscrito no seu entorno.

Acrescente-se a isso, o peso da formação religiosa que lhe foi imposta sob a autoridade de uma mãe e rainha, insanamente devota, e teremos um quadro que naturaliza o medo de Dom João em relação às manifestações inclementes da natureza, consideradas à época como castigo divino.

A VIDA ANIMADA NO RIO DE JANEIRO

Em Portugal, após a descoberta da conspiração envolvendo nobres e a princesa do Brasil, Dom João abandonou Queluz instalando-se em Mafra, no início do ano de 1806, transformando o palácio-convento, praticamente, em sua residência oficial, até o momento da sua partida para o Brasil.

No Rio de Janeiro, Dom João não levaria uma vida isolada da Corte, conforme se impusera em Lisboa. A natureza, o clima e a curiosidade pela nova terra deram-lhe o entusiasmo necessário para circular regularmente entre o Paço da cidade e o Palácio de São Cristóvão. Além disso, passava pequenas temporadas na Real Fazenda de Santa Cruz, nas Ilhas de Paquetá e do Governador e em São Domingos, na Praia Grande, como era conhecida a atual cidade de Niterói.

A Real Fazenda de Santa Cruz, antiga propriedade dos jesuítas, distante aproximadamente 11 a 12 léguas⁵¹ da Corte, tornou-se ponto de visita e parada de todos os viajantes que passaram pela região e registro obrigatório para os que escreveram suas memórias.

O prédio principal, antiga propriedade do colégio dos jesuítas do Rio de Janeiro, tornou-se residência campestre da Família Real. Segundo vários depoimentos, uma parte do mobiliário, como, por exemplo, a cama do rei, era transportada da Corte e retornava com o fim da temporada. Enquanto os príncipes lá permaneciam, uma nau guardava a costa ancorada na proximidade⁵². As altezas des-

frutavam de um clima mais suave durante o verão e dedicavam-se à caça, esporte muito estimado pelo príncipe e por seus filhos, sendo a Coutada Real⁵³ de Santa Cruz vedada para estranhos.

Da fazenda, Dom João costumava ir para a Ilha do Governador, onde também havia um campo de caça. Nesta ilha, não consta que houvesse palácio particular e o príncipe hospedava-se na casa do Visconde do Rio Seco, a mais nobre residência da localidade, e *contados anos ele se entretinha na caça ou armava-se barraca para pousar algumas horas entretido ou assentado abaixo de alguma árvore, a espera que pousasse para ali alguma caça para ele atirar nela*⁵⁴.

Além desta ilha, o rei também usufruía de uma residência de verão em Paquetá e circulava por outras ilhas da Baía de Guanabara, por ocasião das festividades religiosas.

Praia Grande também foi um local visitado mais de uma vez por Dom João, sendo muito referida sua estada em São Domingos, após o falecimento de Dona Maria.

As temporadas frequentes do rei em diferentes localidades da cidade e seus arredores justificavam-se pela constância das epidemias, que assolavam a cidade a cada verão.

O RETORNO DE DOM JOÃO

Dom João despediu-se da vida movimentada que levava no Novo Mundo no ano de 1821, quando regressou a Portugal. As pressões para seu retorno se sucederam desde a expulsão dos franceses de Portugal.

Em carta datada de 3 de abril de 1812, o bibliotecário real, Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, afirmava a seu pai que *A respeito de se transportar a Real Família para Lisboa nada há aqui que faça desconfiar disso; antes pelo jeito, q. vendo em tudo, parece-me q. se firma mais o Estabellimento da Corte e Estado neste lindo Paiz*⁵⁵.

As pressões se acentuam após a pacificação da Europa e, no ano do Congresso de

⁵¹ Cada légua equivale a 6.600m.

⁵² POHL, Emanuel J., op. cit., p. 56, e MARROCOS, Luiz Joaquim dos Santos. *Cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos*. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1939, p. 63.

⁵³ A Coutada Real era o equivalente a um campo de caça.

⁵⁴ MORAIS, Alexandre José de Melo. "Notas sobre Ângelo Rondon, vida de Dom João VI na Fazenda de Santa Cruz e Ilha do Governador (...) e assuntos diversos". Manuscrito, Biblioteca Nacional, Coleção Casa Real Portuguesa, II-30, 24, 100.

⁵⁵ MARROCOS, op. cit., p. 73.

Viena, outra missiva do bibliotecário revela o desencontro das expectativas sobre o retorno do regente:

Dizes que ahi se está preparando o Palacio da Ajuda, p.a a Família Real, quando p.a ahi for. Também te digo que aqui se está preparando o Palacio de S. Christovão, e augmentando-se com mais de metade, p.a nelle vir assistir p.a o futuro em tempo de verão toda a Família Real; e acabado elle, vai a fazer-se o mesmo trabalho de augmento no Palacio de Sta Cruz, distante daqui 14 legoas, p. toda a Família Real vir a accomodar-se alli nas suas jornadas annuaes de Fevereiro, Julho e Novembro⁵⁶.

A ampliação do Palácio de São Cristóvão foi captada em fase avançada, por artistas estrangeiros⁵⁷, evidenciando a construção de um novo módulo anexo ao corpo principal. Investimento de porte que permite uma leitura indicativa do desejo de permanência no Brasil.

Em 1815, a nau inglesa que deveria levar Dom João de volta a Lisboa, parte levando

apenas Lord Strangford e o Vice-Almirante Beresford.

A *Alegoria do Regresso de D. João*, datada de 1816, é emblemática da expectativa que girava em torno do regresso do rei a Portugal. Trata-se de um quadro a óleo de proporções monumentais, de 3,40m x 4,24m, belíssimo exemplar da arte cortesã, repleto de elementos metafóricos⁵⁸. (Ver Fig. 5)

No primeiro plano, à esquerda, destaca-se Netuno, o deus dos mares, de braços estendidos na direção de Dom João, pronto para tomá-lo, em uma representação da travessia do oceano que faria o rei para chegar a Lisboa. A Torre de Belém, ao fundo, símbolo da antiga sede da Corte, aparece pousada sobre as águas calmas, incrustada em um horizonte brilhante, que se desprende, afastando as nuvens mais escuras. Ainda à esquerda, no plano posterior ao Netuno, está o navio que levaria Dom João de retorno e, no mesmo lado, acima, tremula a bandeira com os emblemas do Reino português. Do lado direito, aparecem várias figuras mitológicas alusivas às virtudes do príncipe e um conselheiro e uma dama apontando na mesma direção. O real personagem aparece no lado direito, ao alto, representado em um busto sobre um pedestal, cercado pelas virtudes. Da mesma forma, no centro da tela, retrata-se Dom João personificado como um alto e esbelto cavaleiro, em armadura de ferro, coberta por insígnias e condecorações. A riqueza, o colorido e os detalhes dos elementos, que compõem o quadro, realçam a figura de Dom João, eloquentemente relacionada ao mito do regresso sebastianista.

Após 13 anos sediando a Corte, os fluminenses viram no retorno de Dom João a Portugal uma ameaça à prosperidade, ao prestígio político que alcançaram, sobretudo, após a elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves. O regresso ao Reino mobilizou os interesses e a opinião pública.



Fig. 5 – Alegoria do regresso de Dom João VI do Brasil. Máximo Paulino dos Reis. 1816. Óleo sobre tela. 340x424cm. Mafra, PNM, invº 1540. Publicados in Dom João VI e seu tempo/ Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa. Gráfica Maia Douro, 1999. p.29.

⁵⁶ Ibidem, p. 222.

⁵⁷ Ver, por exemplo, o desenho de REDMAN, Henderson, in SHOOSMITH, C. *Palace of St. Christovão*. C. Shoosmith from a sketch by Jas. Henderson. Redman (1818). Uma grav.: litograv., aquarelada; 18x21,5 cm. Em *passe-partout* 24x28,7cm. Compra de *Connoisseur*. Parte da obra de HENDERSON, James. *A history of the Brazil...*, p. 62 (ARM. 20.3.13). E: g: l.

⁵⁸ Alegoria do regresso de Dom João VI do Brasil. Máximo Paulino dos Reis.,1816. Óleo sobre tela. 340x424 cm. Mafra, PNM, invº 1540. Publicados in *D. João VI e seu tempo*. Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa: Gráfica Maia Douro, 1999, p. 29.

Além do intenso debate político, revelado em folhetos impressos desde 1820, que defendem a permanência do rei no Rio de Janeiro, cartas anônimas lhe são enviadas, assim como uma série de representações, mostrando-lhe os inconvenientes do seu regresso ao Reino⁵⁹. Neste sentido, é exemplar a Representação da Corporação dos Ourives e Mercadorias de Metais e Pedras Preciosas e a do Corpo do Comércio da Corte, que reproduziam o mesmo tom.

Os comerciantes eram incisivos na declaração de que Portugal pouco valia e pouco podia por si só, e, para reforçar a permanência da sede da Monarquia no Rio de Janeiro, advertiam que a partida do rei provocaria guerras e a independência⁶⁰.

Na *Representação dos Habitantes do Rio de Janeiro a D. João VI* pedindo sua permanência no Brasil⁶¹, datada de 1821, aparecem como signatários figuras proeminentes que se destacavam por sua erudição dentre um grande número de sacerdotes, professores régios, advogados, militares, comerciantes e cirurgiões. Nela defendiam a ideia do Brasil como sede do Império português e comparavam as obras realizadas na Corte do Brasil com a fundação, na Rússia, da nova capital Petersburg, que substituíra a velha Moscou. Argumentavam, sobretudo, que, para a manutenção dos três reinos, o trono não precisava estar na Europa.

Nesta representação, a palavra *amor* aparece três vezes. Na abertura do documento, os signatários se declaram *cheios de amor*. Adiante, afirmam que suas representações são *filhas do mesmo amor*. No final, reforçam sua demanda, dizendo ser um pedido *com amor*. Ainda que a retórica utilizada fosse aquela de súplica, nos moldes do antigo regime, nenhum termo familiar ao vocabulário deste estilo – louvor, respeito, submissão, etc.,

aparece tantas vezes quanto a palavra amor!⁶²

A resposta de Dom João veio através do decreto em que o rei comunica aos súditos seu retorno a Portugal, documento em que revela todo o seu pesar:

(...) exige a escrupulosa religiosidade com que Me cumpre preencher ainda os mais árduos deveres, que Me impõe o prestado Juramento, que Eu faça ao Bem Geral de todos os Meus Povos hum dos mais custosos sacrificios de que he capaz o Meu Paternal e Régio Coração, Separando- Me pela segunda vez de Vassallos, cuja memória ame será sempre saudoza, e cuja prosperidade jamais cessará de ser em qualquer parte hum dos mais assíduos Cuidados do Meu Paternal Governo.

Cumpria pois que cedendo ao dever, que Me impôz a PROVIDENCIA, de tudo sacrificar pela felicidade da Nação, Eu resolvesse, como Tenho Resolvido, transferir de Novo a Minha Corte para a Cidade de Lisboa, antiga Sede e berço original da Monarquia (...) (grifos meus)⁶³.

Na despedida aos brasileiros, o rei relembra a dor de ter deixado seus vassallos em Portugal. Neste caso, porém, a permanência do príncipe herdeiro, Dom Pedro, impede o sentimento de orfandade e abandono.

De qualquer maneira, Dom João VI marcou de forma indelével a história luso-brasileira, fato que repercute até o presente, através de uma historiografia, que insiste em julgar o rei, desprezando as transformações contínuas, que a disciplina experimentou ao longo do século XX. Sem vitimizar, nem

⁵⁹ Carta anônima dirigida a Dom João VI, mostrando-lhe os inconvenientes do seu regresso ao Reino. S. l. s.d. Original, Carta anônima e sem data, Col. Aug. de Lima I - 33, 29, 19; Proposta autografada sobre o regresso da corte para Portugal e providências convenientes para prevenir a Revolução e tomar a iniciativa na reforma política. Pelo Conselheiro Silvestre Pinheiro Ferreira. Biblioteca Nacional, I - 31, 21, 13.

⁶⁰ Representações dirigidas a Dom João VI, pedindo a sua permanência no Brasil, pela Câmara Municipal da Corte, Negociantes Proprietários, Corporação dos Ourives e Habitantes do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, março/1821, Manuscritos II - 34, 30, 61. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

⁶¹ *Ibidem*.

⁶² Ver SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. "A fundação de uma Europa possível". Anais do Seminário Internacional *D. João VI. Um Rei aclamado na América*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2000, pp. 9-17.

⁶³ Código: I, 29, 19, 66. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

heroicizar, a biografia como gênero contemporâneo reconhece o homem no seu tempo à luz do contexto histórico-social e procura compreender a trajetória individual nas teias das relações em que ela se realiza.

Nesse ato final, reencontramos o ponto de partida: não cabe ao historiador condenar ou reabilitar, mas decidida e particularmente no caso de Dom João VI, muito menos lastimar!

Campanha da Guiana Francesa: Caiena tomada aos franceses

Cláudio Skôra Rosty

Assessor e gestor cultural da DPHCEx e 1º Diretor Secretário do IGHMB.

RESUMO

O presente trabalho pretende mostrar os reflexos das campanhas napoleônicas na América portuguesa. O Príncipe Regente de Portugal Dom João, forçado a abandonar a terra natal, em função da sua invasão por tropas francesas, como represália declarou guerra a França e empreendeu uma campanha militar na região Norte do Brasil, com a finalidade de negar uma base francesa na América e estender a posse do território português no Brasil até o Rio Oiapoque.

PALAVRAS-CHAVES: Guiana Francesa, Caiena, Oiapoque e Reflexos das Campanhas Napoleônicas no Brasil

ABSTRACT

This study demonstrates the impact of the Napoleonic campaigns in South America. The Prince of Portugal D. João was forced to abandon his home land due to the French troops' invasion and declared war against France. He began a military campaign in the northern region of Brazil with the intention to impair a French influence in America and to extend the Portuguese territory domain until the Oiapoque River.

KEYWORDS: French Guiana, Cayenne, Oiapoque and Consequences of the Napoleonic Campaigns in Brazil

INTRODUÇÃO

Antecedentes

A Região das Guianas era constantemente disputada por ingleses, holandeses e franceses.

Com a União Ibérica (1580 – 1640) a defesa dos domínios espanhóis na parte Norte do continente sul-americano ficou a cargo dos portugueses, que se fixaram ao longo do Rio Amazonas. Com o fim da união entre as duas coroas, a América portuguesa viu-se além dos limites de Tordesilhas. Foi, neste período, que se formou o núcleo original da primeira colônia gaulesa às margens do Rio Sinamari, e em 1634 foi transferida para Caiena.

Diante dos choques de interesses, Portugal e França optaram por uma negociação em 1652 e estabeleceram um tratado provisório assinado em 4 de março de 1700. Porém, o limite no Rio Oiapoque só foi definido pelo Tratado de Utrecht, de 11 de abril de 1713.

Após a chegada do Príncipe Regente ao poder, várias foram as tentativas de acordo sem sucesso, como o de Paris de 1797, que não foi ratificado por Portugal pelo fato de ir contra os seus interesses, e o de Amiens, de 1802, que excluiu o país ibérico das negociações, logo o não reconhecimento do tratado¹.

¹ JORGE, A. G. de Araújo. *Rio Branco e as fronteiras do Brasil*. São Paulo: 1959.

Ambientação no Teatro de Operações

O Contencioso disputado pela França e por Portugal durou quase dois séculos, referia-se à posse do território compreendido entre o Rio Oiapoque, ao norte, e o Rio Amazonas, ao sul, que hoje forma o Estado brasileiro do Amapá. A importância da área disputada se deve ao fato de que o Cabo Norte, entre Belém e Caiena, marcava o limite da Foz do Amazonas; quem se instalasse ao sul desse ponto, em qualquer lugar entre o Rio Araguari e a cidade de Macapá, teria garantido o direito de navegar no Rio Amazonas e chegar até o Peru².

A ideia principal do Príncipe Regente ao chegar ao Brasil era conduzir uma operação local, organizada e financiada pelo governador do Grão-Pará. Aproximadamente 800Km separavam Belém de Caiena, compreendendo as seguintes localidades: Cidade de Chaves, Ilha Caviana, Cabo Norte, Ilha de Maracá, Rios Calçoene, Cunani, Caciporé, Oiapoque, Cabo Orange, Rio Arouague, Rio Mahury (Fortes Diamante, Degras des Cannes e Trió) e Caiena. Cidade de Caiena hoje.

Declaração de guerra à França

Dom João desembarcou em 8 de março no Rio de Janeiro e a 10 de junho de 1808 declarou Guerra aos franceses, autorizando os luso-brasileiros fazerem guerra, por terra e mar, o que anulou os tratados anteriores entre os dois países e ordenou a conquista de Caiena como represália à França pela invasão de Portugal; para evitar que os franceses mantivessem uma base de apoio na América; para fixar definitivamente no Rio Oiapoque os limites Norte do Brasil, a fim de manter a posse do Rio Amazonas e para buscar suas especiarias.

DESENVOLVIMENTO Concentração Estratégica

Ao Capitão-General e Governador do Grão-Pará José Narciso Magalhães de Menezes coube organizar a operação bélica para conquistar a Guiana Francesa. Ele constituiu o núcleo da Força Expedicionária com duas

Companhias de Granadeiros e duas Companhias de Caçadores do 1º e 3º Regimentos de Linha (Estremoz) e uma Bateria de Artilharia com três peças de seis polegadas.

O Tenente-Coronel Manuel Marques D'Elvas Portugal foi designado comandante desta força, com cerca de 450 homens. Esta força organizada no Belém do Pará seguiu em 8 de outubro para a cidade de Chaves, constituindo o grupamento de vanguarda. Em Chaves, antes de prosseguir viagem, para a Ilha de Caviana, foi reforçado com um contingente de colonos e indígenas. De Caviana seguiu para a Foz do Araguari. Dobrou o Cabo Norte, atingiu o Rio Cunani, e estanciou em Caciporé à espera de reforços.

A 3 de outubro, aportou em Belém a Esquadra do Almirante Sidney Smith, comandada pelo seu sobrinho, Capitão James Lucas Yeo. O Governador Narciso enviou reforços para Marques de 350 soldados do Regimento de Estremoz, comandados pelo Major Palmeirim. Narciso esperava, ainda, a chegada de dois navios de guerra portugueses com 18 canhões cada um, comandados por Luís da Cunha Moreira. Esses navios, que traziam do Rio de Janeiro uma tropa de fuzileiros-marinheiros, partiram de Belém a 22 de outubro, integrando a esquadra de James Lucas. Em 29 de novembro, os fuzileiros-marinheiros chegaram ao ponto de encontro, Foz do Rio Caciporé, onde a flotilha de Marques os esperava. A Força Expedicionária, agora completa, dobrou o Cabo Orange, indo ancorar na Foz do Oiapoque. Eram, ao todo, 800 soldados e 300 fuzileiros navais, embarcados para o Combate.

Em Caiena, o Comissário do Imperador Napoleão na Guiana, Victor Hugues, contava para a defesa, com apenas 511 militares profissionais, 200 milicianos e uma centena de escravos armados. Ao todo, em torno de 900 homens.

Conquista de Caiena

a. Oiapoque (1º a 13 de dezembro de 1808)

O Rio Oiapoque materializava a fronteira que os portugueses queriam restaurar. A

² SOUBLIN, Jean. *Cayenne 1809*. Éditions Karthale. Paris, 2003.

frota anglo-luso-brasileira chegou à sua foz a 1º de dezembro, quando James Lucas e Marques se conheceram e este ficou sabendo que o inglês comandava a força naval, portanto, em igualdade de condições com ele. Nessa ocasião, Marques recebeu do Gov. Narciso, por intermédio do Major Palmeirim, a sugestão de libertar os escravos da Guiana e incorporá-los à sua tropa e que a tomada de Caiena era o objetivo final da operação.

O desembarque no Oiapoque ocorreu entre 4 e 7 de dezembro, sem encontrar resistência. Os portugueses se instalaram na margem direita do rio defronte do local chamado *Ponta do Vigia*. De onde, no dia 5, Marques enviou o *manifesto* do Governador do Pará endereçado a Hugues, proclamando a soberania dos portugueses sobre a margem direita do Rio Oiapoque. Em 9 de dezembro, os portugueses tomaram posse, solenemente, com saudações à bandeira, salvas de artilharia e missa campal. No dia 13 de dezembro, a tropa ocupou, também, a margem oposta do Oiapoque.

b. Aprouague (14 de dezembro 1808 a 5 de janeiro de 1809)

A 14 de dezembro, Lucas deixou o Oiapoque, rumou com a sua frota para o Aprouague, desembarcando com 30 ingleses e 20 fuzileiros comandados por Cunha Moreira. Esta foi a primeira ação de combate dos fuzileiros navais do Brasil, cujo bicentenário a Marinha comemorou este ano na Ilha das Cobras. Salienta-se que o bravo Cunha Moreira, que viria a ser o Primeiro Ministro da Marinha do Brasil independente, foi homenageado com a medalha comemorativa pelo seu bicentenário de nascimento. E no combate foi ferido no rosto por uma cutelada de sabre.

Marques partiu para o Aprouague, aonde chegou a 23 de dezembro.

O dispositivo frances de defesa em 28 de dezembro estava mais ou menos instalado.

No dia 30 de dezembro, o comissário Hugues enviou uma carta ao ministro francês, por intermédio do Brigue *Joséphine* carregado de açúcar, algodão e especiarias, soli-

citando apoio, pelo fato de ter que enfrentar com somente 800, efetivo inimigo que ele calculava em 1.300 a 1.400 homens.

c. No Mahury (6 a 9 de janeiro de 1809)

Na manhã do dia 6 de janeiro, a Esquadra aliada deixou o Rio Aprouague, concentrando suas forças de ocupação próximo da Ilha de La Mére. O início do desembarque foi comandado por Lucas. A Força Expedicionária ocupou uma pequena enseada situada na margem esquerda do Mahury, entre as baterias francesas do *Diamante* e do *Degras des Cannes*.

Lucas atacou *Diamante* e enviou o contingente português para atacar o *Degras*, após *Diamante* conquistado e ocupado por Marques, Lucas seguiu para *Trió* passando por *Degras*.

O *Trió* caiu por volta das 18 horas por falta de munição, e seu comandante recuou até Caiena com suas tropas. Marques atravessou o rio com uma centena de luso-brasileiros, apoiado por Savory, desencadeando o combate mais sangrento da campanha.

Na noite do dia 7 para o dia 8, as tropas francesas se retiraram para Caiena e Lucas incendiou plantações e destruiu a bela propriedade de Hugues a para esconder os saques vultosos que fez, e no dia 9 as tropas conquistadoras seguiram para a capital.

O fato é que, vencido em combate³ e cercado em Caiena, porém ainda dispondo de força para resistir, Hugues convocou seus auxiliares imediatos na manhã de 10 de janeiro e comunicou-lhes que recebera um abaixo-assinado dos moradores pedindo-lhe para capitular (ele havia estimulado a elaboração desse documento). O argumento para cessar a luta era que os atacantes estavam saqueando e incendiando as propriedades, em particular os comandados do capitão inglês.

A petição dos habitantes de Caiena, exigindo que Hugues se rendesse, chegou às suas mãos na manhã do dia 12, assinada por uma dúzia de civis. Na tarde do mesmo dia, foi assinada a rendição em três línguas, atribuindo a vitória ao "Exército do Pará".

³ Nestes combates, Yeo contou 24 mortos ou feridos entre os ingleses, um morto e 8 feridos portugueses. Hugues contabilizou 26 mortos e 51 feridos. Cerca de 30 fazendas foram queimadas em 9 de janeiro e os escravos libertos por vingança saquearam fazendas e destruíram as plantações.

A carta de capitulação continha um preâmbulo e 16 cláusulas. Porém, a mais chocante era a cláusula 11ª que mantinha o *Código Napoleônico* em vigor até a assinatura do tratado de paz entre França e Portugal.

d. Rendição

A Guiana Francesa foi conquistada pelos luso-brasileiros, com o apoio britânico, e ficou sendo exclusivamente portuguesa. O ato da rendição ocorreu em 14 de janeiro de 1809, na Praça do Governo, em Caiena, com a entrega de mais de 500 fuzis e duas bandeiras francesas.

A rendição foi concluída quando 593 soldados de Napoleão foram escoltados até os navios, que lhes serviram de prisão até serem encaminhados de volta à França.

Marques, já como governador provisório, nomeou como seu secretário um cidadão suíço residente em Caiena, Siegert, que serviu lealmente aos portugueses durante vários anos. Nomeou, também, uma junta de civis, fazendeiros e comerciantes, quase todos inimigos de Hugues para administrar a nova posse portuguesa.

Cuidou dos aspectos militares da ocupação, sendo auxiliado por seu adjunto, o Major Palmeirim, que organizou o acantonamento das tropas, a instalação de postos de segurança nos diversos pontos da colônia, a internação dos doentes no hospital de Caiena e expediu um edital de intimação, em 16 de janeiro, para que todos voltassem a trabalhar em suas fazendas.

O Brigue *Infante D. Pedro* zarparou no dia 3 de março, levando a bordo o chefe francês deposto Hugues e chegou em *Morlaix* em 20 de abril de 1809. Os 325 franceses vencidos zarparam a 15 de abril de 1809, e chegaram no começo de junho ao porto de La Rochelle. Em 15 de março, Lucas seguiu para o Rio de Janeiro, para se juntar às tropas navais britânicas lá estacionadas.

Embora o termo de posse da Guiana pelos portugueses tenha sido assinado em 14 de janeiro de 1809, ela jamais foi declarada oficialmente como parte integrante do terri-

tório brasileiro. Até 21 de novembro de 1817, quando foi devolvida à França.

e. Administração portuguesa de Caiena

1) O Governo Provisório de Marques - janeiro a outubro de 1809

Marques agora livre de Victor Hugues (deportado) - o vencido insuportável e de James Lucas Yeo - o aliado incômodo passou a se preocupar com a retomada das atividades rurais da Guiana agora portuguesa. Alguns dias após a vitória, chegou, por intermédio de Narciso, o tão prometido reforço "a terceira expedição" e com ela veio instruções precisas do poder central e sua recém-nomeação a general e a confirmação no posto de governador.

Naquele momento, ele dispunha apenas de cerca de 1.300 homens para manter a defesa da Guiana conquistada. Distribuiu tropas para ocuparem postos nos principais pontos fortes do litoral, reconstruiu as fortificações e reforçou sua artilharia, instalando um eficiente sistema de vigia e alerta.

O novo general se pôs a trabalhar na "Descrição da Guiana Francesa", informações preciosas sobre a Guiana para o governo central do Rio de Janeiro. (geografia, população e produção agrícola).

A nova administração se ocupou com os direitos de ancoragem, importação e exportação; a capitação, principal imposto, foi conservada com a mesma taxa anterior; foi estipulado um câmbio favorável aos guianenses e assegurada a liberdade de comércio aos negociantes de Caiena, que há anos foram estrangulados pelo bloqueio inglês. Agora eles poderiam frequentar todos os portos do Brasil e até mesmo os das Antilhas britânicas, confirmando que a gestão portuguesa seria liberal, amigável e favorável aos colonos de Caiena.

Defender a colônia, sustentar sua economia, favorecer as atividades agrícolas, manter a calma e a harmonia – essas foram, então, as instruções recebidas por Marques. Mas também, sobretudo, colocar as mãos na única e maior riqueza da Guiana Francesa: as especiarias espalhadas por várias fazendas, principalmente na La Gabrielle⁴.

⁴ La Gabrielle - belíssima fazenda dotada das melhores terras da Guiana, protegida dos piratas predadores por uma colina encimada por uma imensa paineira. Os sucessivos governantes vinham cultivando, há 30 anos, um verdadeiro tesouro em noz moscada e cravo-da-índia. Eles haviam feito todos os esforços possíveis, investido fortunas e haviam ►

A falta de víveres era intensa e crítica. O comissário da expedição⁵, encarregado da intendência, comprava a preço alto e a crédito tudo o que os navios americanos traziam a Caiena, mas os soldados detestavam a comida de senzala que lhes era oferecida, detestavam o peixe do Norte e a farinha de trigo. Queriam mandioca, que Marques mandou plantar por toda parte. Era uma questão de tempo para se chegar a colheita.

A situação sanitária da tropa era terrível. A malária, que havia atacado os homens desde o início das operações, não abrandou após a vitória. Durante o ano de 1809, o pequeno hospital militar de Caiena teve de abrigar em caráter permanente cerca de 200 militares doentes.

Entre 1812 e 1816, a guarnição, que contava com 940 homens no início do período, perdeu 130 por morte e 118 repatriados por doença (bem como 69 desertores). Nessas condições, pode-se imaginar o desespero reinante nas casernas da Guiana, desfechando no incidente de 9 de junho de 1809, quando a tropa muito agitada, se reuniu diante do palácio do governador sem que tivesse sido convocada. O Coronel Palmeirim⁶, segundo no comando da guarnição, conseguiu acalmar um pouco os ânimos e mandou chamar Marques e o admoestou duramente diante da tropa. A situação tornou-se insustentável

para Marques, que solicitou seu retorno ao Pará por razões de saúde.

2) O Governo de Alexandrino - (outubro de 1809 a fevereiro de 1812)

O governador Narciso do Pará escolheu um Coronel da Engenharia chamado Pedro Alexandrino Pinto de Souza⁷ para substituir Marques à frente do Governo da Guiana. Seduzido por alguns oficiais da guarnição, deixou que se formasse em torno de si uma espécie de corte de favoritos, que se dedicavam a toda espécie de tráfico de influência; facções que se formavam e se destruíam mutuamente.

Duas personalidades enérgicas assumiram a liderança, afastando Alexandrino da organização da tropa e da gestão administrativa: o Tenente-Coronel Francisco Rodrigues Barata⁸ fora nomeado para substituir Palmeirim à frente da guarnição. Ele chegou a Caiena em agosto de 1810, cercado do prestígio conquistado em uma brilhante carreira. Teve dificuldades de colocar ordem na guarnição devido aos costumes militares em vigor. Naquela época, entre os portugueses, cada regimento tinha seu próprio regulamento, de sorte que, não se podia modificar estruturas e missões sem recorrer aos coronéis comandantes das unidades em questão. Os quais, em seus quartéis de Belém, consideravam-se oficiais do regimento e senhores exclusivos

esperado ansiosamente pelos resultados, nem sempre satisfatórios. Victor Hugues chegou a dedicar à fazenda um dos artigos de sua rendição: os vencedores não tocariam um dedo na *Gabrielle*, ela era preciosa demais. Os vitoriosos a avaliaram em 180 mil libras esterlinas, ou seja, mais de quatro milhões de francos de ouro. Yeo queria sua parte, na condição de comandante aliado: pediu 75 mil libras aos portugueses, que fizeram ouvidos de mercador.

⁵ Antonio Pereira de Carvalho.

⁶ Palmeirim era um oficial competente. Rigoroso, não aprovava a fraqueza de seu superior e compartilhava do julgamento de Vatar sobre o governador, demasiadamente francófilo em sua opinião. Ele já havia pedido transferência, devido a conflitos pessoais com seu chefe, mas esta lhe havia sido recusada. Palmeirim tinha muitos adeptos. Ainda ficou dois anos na Guiana antes de voltar ao Pará, onde recebeu o comando de um regimento, sendo promovido a general em 1818. Opositor da independência do Brasil, voltou a Portugal em 1822 e lá faleceu em 1833.

⁷ Alexandrino Pinto de Souza - por muito tempo, ele havia trabalhado na marcação das fronteiras no Rio Negro, depois em Macapá; são seus alguns mapas da foz do Amazonas. As correspondências da época traçam-lhe um perfil conflitante. "Um homem de bem, honesto e desinteressado", mas um engenheiro que ficava mais à vontade com seus teodolitos do que em contato com a tropa, "um septuagenário alquebrado pela idade, que nada sabia de disciplina militar". E, para completar, um funcionário em fim de carreira, que ficou de cabeça virada com essa nomeação inesperada e o mísero poder de um governador colonial.

⁸ Em 1798, uma missão incomum lhe havia sido confiada. Tratava-se de fazer contato, em nome da corte portuguesa, com uma colônia de marranos estabelecida, há mais de um século, na Foz do Rio Essequibo, no local aproximado onde hoje se encontra a cidade de Georgetown. Como a guerra impedia o acesso por mar, era preciso subir o Amazonas, o Rio Negro e depois o Rio Branco. Daí, uma portagem de alguns quilômetros permitia passar ao Essequibo e então bastava descê-lo até o mar. Barata levou cerca de dois anos para fazer o trajeto de ida e volta em uma piroga, acompanhado de um punhado de índios. Seu relato escrito da empreitada tornou-se uma importante fonte sobre a história das regiões que ele atravessou. Voltou então a Portugal, onde combateu os franceses em 1808 e 1809 e de onde foi chamado para assumir o posto em Caiena.

dos soldados, onde quer que estes se encontrassem. A outra personalidade recém-chegada à colônia foi o jurista chamado João Severiano Maciel da Costa⁹. Sua missão era dupla: primeiramente, deveria supervisionar o funcionamento da justiça e da polícia, uma questão que se tornara delicada para os portugueses, devido ao artigo da capitulação que previa a manutenção do código napoleônico no território. Em segundo lugar, deveria organizar as finanças da colônia, tendo como missão explícita fazer com que ela nada custasse ao tesouro. Denunciou ainda outros desmandos financeiros, como a importante dívida com os fornecedores norte-americanos de produtos alimentares para a guarnição.

Maciel retomou o controle da situação durante o primeiro semestre de 1810. Em 6 de fevereiro decretou a necessidade de passaporte para todos os viajantes e implantou a censura da correspondência. No dia 7 de março, impressionado com o nível de consumo de rum, transformou a bebida em monopólio, revertendo o lucro para o governo. Em abril, reorganizou a alfândega e a justiça, assumindo pessoalmente as atribuições de juiz de uma corte de cassação. Finalmente, em julho, dissolveu a junta provisória que havia sido formada por Marques. Maciel instituiu um estado liberal, simples e eficaz, bem diferente da administração colonial francesa, inchada e pretoria.

O suíço Siegert, que havia trabalhado para Marques, continuou a serviço de Maciel até o fim, era inestimável auxiliar, aparentemente íntegro, cujas revisões e balanços certamente deixavam maravilhados os financistas da capital.

O Governador Narciso Magalhães de Menezes faleceu em Belém em dezembro de 1810¹⁰. E uma junta provisória o substituiu composta pelo bispo, pelo juiz de mais alto posto da província e pelos chefes militares das principais unidades ali existentes.

Marques que se encontrava em Belém foi nomeado para compor também a junta, na qual assistiu impotente às eternas disputas entre o prelado e o juiz, que deixavam a junta inoperante e o Pará à deriva. A atonia da junta não passou despercebida em Caiena, onde também ocorriam violentos conflitos entre Alexandrino e o Coronel Barata.

Na noite do dia 5 de março de 1811, os rebeldes deixaram, efetivamente, os quartéis. Formaram várias colunas, uma das quais marchou em direção à praça principal, armada com lanças, sabres e facas, já que nunca lhes era dada nenhuma munição. O Coronel Barata mandou colocar dois canhões em posição de tiro e formou em pelotão com as unidades leais e com todos os oficiais, atirando contra os revoltosos.

O motim em Caiena causou muita preocupação às autoridades de Belém e do Rio, sem, contudo, levá-las a tomar qualquer medida concreta. O rigor da repressão foi suficiente para manter a ordem na tropa até o final da ocupação. Entretanto, a incompetência de Alexandrino era evidente, assim como a capacidade de Maciel. O primeiro foi chamado de volta, e o segundo foi encarregado de conduzir os assuntos civis, tendo sido criado um posto de governador militar, exclusivamente para cuidar da defesa e da guarnição, para o qual Marques foi nomeado em junho. Ele encerrou seu mandato anual na junta de governo e voltou a Caiena em fevereiro de 1812.

3) O Governo de Maciel - fevereiro de 1812 a novembro de 1817

Não se conhece nenhum decreto oficial que estabelecesse os poderes de Maciel, ele nunca foi realmente governador da Guiana, mas sua personalidade forte e as limitações do cargo de Marques, estritamente militar, fizeram-no, de fato, a principal autoridade da colônia. Ele já vinha atuando há dois anos e suas medidas começavam a dar frutos: a Guiana se desenvolvia. Isso fica evidente

⁹ João Severiano Maciel da Costa, brasileiro de nascimento, natural de Minas Gerais, havia completado seus estudos em Coimbra e trabalhado como magistrado em Portugal antes de ser nomeado juiz da Corte de Apelação da província brasileira da Paraíba. Era apaixonado por Economia e falava francês, qualidades que o levaram a ser escolhido, em junho de 1809, Intendente-Geral de Polícia da Guiana, onde chegou em janeiro de 1810.

¹⁰ O túmulo de Narciso continua na Igreja das Mercês em Belém. A pedra tumular exibe a lista de suas condecorações e seu título, único na história dos governadores do Pará: "Governador da Capitania do Grão-Pará, Rio Negro, e Caiena".

quando se observa os balanços feitos por Siegert ou o ensaio estatístico de Moreau de Jonnés. Antes da conquista, a Guiana Francesa importava mercadorias no valor de cerca de 1.500.000 francos e exportava 1.300.000. Nos anos 1812, 1814 e 1815, para os quais existem dados brasileiros disponíveis, as importações (subsistência) se mantiveram mais ou menos no mesmo nível, enquanto as exportações aumentaram sensivelmente, atingindo 2.300.000 em 1815. As mercadorias exportadas eram, sobretudo, o algodão, o urucum e o cravo-da-índia. Os portos franceses foram inacessíveis até 1815, mas a demanda do Brasil e das Antilhas Britânicas, agora abertas e estimuladas ao comércio, mais do que compensou esse déficit. Entre cem e 200 escravos ingressavam, a cada ano, na colônia, onde seu número total permanecia mais ou menos estável.

O destino incerto da colônia não justificava nenhum investimento português nesse sentido.

O que ficou durante os combates conhecido como sequestro foi, portanto, instituído em março de 1812. Onde 29 propriedades avaliadas no total em dois milhões e meio de francos foram atingidas no conflito. Uma delas era a fazenda chamada de Quartel-General, de propriedade de Victor Hugues, a mesma que James Lucas havia incendiado. Essas propriedades empregavam ao todo dois mil escravos, cifra que permite supor que representavam cerca de um quinto de toda a produção da Guiana. Os intendentess dessas fazendas foram convidados a entregar suas contas e seus lucros ao governo, que invocou para si o direito de demiti-los e de substituí-los.

Marques mantinha sua guarnição sob controle, assistido por um comandante de armas competente, José Pedro Dias Azedo. A guerra entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, em 1812, lhe deu a oportunidade de desmentir brilhantemente a fraqueza que lhe fora atribuída, com sua atuação no inci-

dente do Brigue inglês, *O Mosquito*, ancorado em Caiena¹¹.

Desde 28 de agosto de 1809, o Ministro da Guerra – Conde de Linhares havia enviado a Narciso instruções diferentes do que foi executada sobre a gestão da Guiana. A principal preocupação do governo central naquele momento era o transplante das especiarias para o Jardim Botânico de Dom João no Rio de Janeiro.

A Guiana Portuguesa em 21 de novembro de 1817 foi devolvida à França, após acordos entre as potências por ocasião da assinatura do Ato Final do Congresso de Viena (9 de junho 1815). Em 8 de novembro de 1818, chegou em Caiena o General francês Conde Carra-Saint-Cyr Governador da Guiana novamente Francesa.

CONCLUSÃO

Defender a posse, sustentar sua economia, favorecer as atividades agrícolas, manter a ordem e a harmonia foram as maiores preocupações dos administradores; Marques, Alexandrino e Maciel. Bem como, cuidar das mudas das especiarias espalhadas por várias fazendas, principalmente da La Gabrielle.

As questões de limites entre a França e o Brasil não foram resolvidas no Império e, na Primeira República, ainda ocorreram conflitos, como a invasão francesa no Amapá em 1895, repelida pela tropa de Francisco Xavier da Veiga Cabral (Cabralzinho). Em 1897, o Brasil submeteu à Comissão de Arbitragem, em Genebra, a pendência franco-brasileira sobre o limite no Oiapoque. A posição brasileira foi defendida por Rio Branco, e o presidente da Confederação Helvética expediu, a 1º de maio de 1900, o laudo arbitral favorável ao nosso País. Ficava, assim, juridicamente assentada a posse pelo Brasil do território que hoje constitui o Estado do Amapá. Além do seu valor estratégico, é rico em minérios, particularmente manganês, para cuja exploração construiu-

¹¹ O comandante de um Brigue inglês, *O Mosquito*, ancorado em Caiena, havia capturado injustamente duas escunas suecas – portanto neutras – que ele suspeitara fossem de fato americanas. Marques o repreendeu duramente e o expulsou do porto. O brigue, confiando na força de sua bandeira, voltou alguns dias mais tarde. Para surpresa geral, Marques o recebeu com tiros de canhão, rechaçando-o definitivamente, e depois se queixou junto a Londres. Ao que parece, o Comandante Tomkinson recebeu uma advertência do Conselho de Guerra.

se uma ferrovia e um porto. A fixação da fronteira no Oiapoque livrou-nos de conflitos que poderiam ocorrer, caso o delta do Amazonas viesse a ser partilhado com outras potências.

CONTRIBUIÇÕES DA TOMADA DE CAIENA PARA O BRASIL

a. Políticas

A maior contribuição da Tomada de Caiena para o Brasil foi garantir posse do estuário do Rio Amazonas e da livre navegação até os Andes, garantindo a preservação da integridade da parte Norte do território brasileiro.

Como prêmio, Dom João mandou cunhar uma medalha comemorativa da Tomada de Caiena, cujo exemplar se encontra no museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e no pátio do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro encontra-se um canhão apreendido nos combates de Caiena no ano de 1809.

b. Econômicas

A maior contribuição econômica para o Brasil foi dada pela fazenda de aclimação La Gabrielle, que fomentou o Horto Botânico do Pará, criado em 1796, por meio de remessas de mudas de plantas exóticas (especiarias), que possuíam um alto valor no mercado internacional, que antes eram feitas na clandestinidade.

A cana caiana, a noz-moscada, o romã, a palmeira imperial ou real, o cravo-da-índia, a fruta-pão, a fruta do conde, e há indícios de que até a carambola, foram introduzidos, no Brasil, por intermédio de Caiena. Também vieram as primeiras mudas de café (séc.XVIII).

Ao total, foram enviadas 82 espécies acompanhadas de instruções para o seu plantio. Com a criação do Horto Real (1808),

no Rio de Janeiro¹², e do Horto do Recife e Olinda (1811), consolidou-se a rota de remessas de plantas exóticas de Caiena para o Pará, e de lá para os demais hortos do Brasil. Entretanto, atualmente, o traço mais significativo deixado pela empreitada luso-brasileira, em Caiena, está nas vastas plantações de cana-de-açúcar no Brasil, tornando-se o primeiro produtor mundial de açúcar e de combustível não poluente (álcool). A variedade predominante veio originalmente do Haiti, passando pela Guiana e perpetuando-se no nordeste brasileiro como *Cana-Caiena*.

c. Militares

– Criação do Corpo de Fuzileiros Navais

No Combate em Arouague ocorreu o batismo de fogo dos Fuzileiros Navais. A campanha em Caiena evidenciou que os componentes da tropa luso-brasileira possuíam um diferencial: a vocação anfíbia. Eram destemidos combatentes que realizaram a primeira operação combinada na Amazônia.

A Banda Marcial dos Fuzileiros Navais com seus uniformes históricos, em suas apresentações públicas, referenciam a epopeia da tomada de Caiena.

– Criação da 2ª/32ª Grupo de Artilharia de Campanha (Bateria Caiena)

Em 1987, o Ministério do Exército, por intermédio do seu Centro de Documentação, preencheu uma lacuna, atribuindo a denominação histórica de *Bateria Caiena* à 2ª Bateria do 32º Grupo de Artilharia de Campanha. Hoje sediada em Brasília e participando com seu uniforme de época das solenidades de troca de guarda do Pavilhão Nacional, executando tiros de salva de gala.

Finalmente, a tomada de Caiena permitiu a conquista, a ocupação e a consolidação do território brasileiro na Amazônia.

¹² Em 13 de junho de 1808, o Príncipe Regente criou o Horto Real (Jardim Botânico - Rio de Janeiro), onde foram transplantadas as mudas vindas da Guiana Francesa aclimatadas pela fazenda *La Gabrielle*.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Brasília: Senado Federal, 1998.

ABREU E LIMA, J.I. *Compêndio da História do Brasil*. Casa Ed. Laemmert. RJ, 1843.

AZEVEDO, Francisca Nogueira. Dom Joaquim Xavier Curado e a política bragantina para as províncias platinas (1800 – 1808). In: Topoi. *Revista de História*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ / 7Letras, set. 2002, n.5.

CALMON, Pedro. *O Rei do Brasil*. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1935.

CALÓGERAS, João Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*. BIBLIEX. Rio de Janeiro, 1957.

CARVALHO, Carlos Delgado de. *História Diplomática do Brasil*. S. Paulo, 1959.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

GRIECO, Donatello. *Napoleão e o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora BIBLIEx. 1995.

GOYCOCHÊA, Luís Felipe de Castilhos. *A diplomacia de Dom João VI em Caiena*. Rio de Janeiro: G.T.L., 1963.

HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO. Ed. do Estado-Maior do Exército. Brasília, 1972.

LYRA TAVARES, Aurélio. *Régards sur Cinq Siècles France – Brésil*. Éditions Paris, 1973.

MACEDO SOARES, José Carlos de. *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*. Comemoração do 1º centenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. José Olímpio editor. Rio, 1939.

MARIZ, Vasco – *Ensaios Históricos*. Barléu Edições Ltda. Rio de Janeiro, 2004.

NOGUEIRA DA SILVA, Paulo Napoleão. *Crônica de D. João VI*. BIBLIEx. RJ, 2005.

O EXÉRCITO NA HISTÓRIA DO BRASIL. BibliEx. RJ, Odebrecht, Salvador (BA). 1988.

ROCHA POMBO. *História do Brasil*. Edições Melhoramentos. São Paulo, 1960.

SOUBLIN, Jean. *Cayenne 1809*. Éditions Karthale. Paris, 2003.

VIANNA, Hélio. *História Diplomática do Brasil*. BIBLIEx. Rio, 1958.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil*. Melhoramentos. S. Paulo, 1978.

As “riquezas do mundo” – Cobiça e ciência nos jardins botânicos de Caiena e Belém do Pará (1790-1803)

Nívia Pombo

Possui graduação em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1998) e mestrado em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2002). Atuou como pesquisadora da revista Nossa História de 2003 a 2006 e na Revista de História da Biblioteca Nacional de 2007 a 2009. No momento, desenvolve projeto de Doutorado na Universidade Federal Fluminense.

RESUMO

Inscrito nos planos reformistas da coroa portuguesa, o Jardim Botânico de Belém do Pará, criado em 1796, funcionaria como um entreposto de contrabando, agenciado pelo próprio Estado, de plantas e sementes vindas dos Jardins de Caiena. O motor da cobiça pelas plantas e sementes tinha como combustível a crença disseminada pela ilustração do poder da agricultura como instrumento de reerguimento econômico, por meio da diversificação da lavoura e ampliação da produção. Distante de motivações científicas, tinha como objetivo manter em tempos de crise os laços mercantilistas e reequilibrar a balança econômica do reino.

PALAVRAS-CHAVE: Exploração científica, Contrabando, Jardins Botânicos de Belém do Pará e Caiena

ABSTRACT

The Botanical Gardens of Belém do Pará were created in 1796 as a warehouse for smuggling plants and seeds from the gardens of Cayenne. The activity managed by the state as part in the reform plans. The greed for those plants and seeds was because of the widespread belief that agriculture would be a tool for economic uplift. All through crop diversification and expansion of production. In times of crisis this action was meant to restore mercantile ties and the realm's balance of trade.

KEYWORDS: Scientific exploration, Smuggling, Botanical Gardens of Belem do Para and Cayenne

Pouco antes de anunciar a execução da ordem régia sobre a instalação de um jardim botânico na capitania do Pará, o Governador Dom Francisco Maurício de Souza Coutinho escreveu ao seu irmão Dom Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro da Marinha e Domínios Ultramarinos, para contar o sucesso de uma missão à colônia francesa de Caiena. Era uma das últimas cartas do ano de 1797 e o governador sabia que a notícia seria vista com bons olhos pelo Príncipe Regente Dom João. Orgulhoso, informou sobre o recolhimento de mudas de “cravo-da-índia, canela, pimenta e diversas árvores frutíferas”, e que o agente responsável pela coleta voltou a Caiena para conseguir, mesmo sob o risco de enforcamento, “todos os gêneros de plantas que lá existir”.¹

¹ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, doravante ANRJ. Correspondência original dos governadores do Pará com a Corte. Cód. 99, vol. 19. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, doravante ANRJ.

Meses depois, em março de 1798, em um ofício para Dom Rodrigo, o governador anunciou, finalmente, o estabelecimento do Jardim Botânico em Belém do Pará destinado à “educação de plantas estranhas”. No documento, avisava sobre o envio a Lisboa de “dois pés de árvores do pão”, e que, segundo ele, passados dois meses, poderia também “mandar a Real Presença, e para os Governos do Brasil alguns [pés] do girofle [cravo-da-índia], e da canela”.² Animado com os sucessos da aclimação das plantas em Belém, Dom Rodrigo escreveu ao irmão para dizer que era desejo do príncipe que o dito jardim servisse de “modelo a todos os outros, que se devem estabelecer nas outras capitães do Brasil”.³

Inscrito nos planos reformistas da coroa portuguesa, o Jardim Botânico de Belém do Pará funcionaria como um entreposto para o contrabando, agenciado pelo próprio Estado, de plantas e sementes vindas da colônia francesa de Caiena. Portugal, desde meados do século XVIII, passou a incentivar o cultivo de espécimes botânicos e a aclimação de plantas exóticas como meio de reequilibrar a balança comercial do Reino. Para cumprir este objetivo era preciso aperfeiçoar seus quadros, investindo na formação de agentes capazes de inventariar a natureza das colônias e informar sobre suas reais potencialidades econômicas. Reformou a Universidade de Coimbra (1772), apoiou instituições de produção e divulgação do saber, como a Real Academia de Ciências de Lisboa (1779), e financiou expedições de exploração científica ultramarinas, tornando-se, desse modo, patrona da produção do conhecimento sobre o Império.⁴

Não seria a primeira vez que os portugueses investiriam na experiência de trans-

plantar mudas de suas conquistas. No século dos Descobrimentos, os portugueses promoveram uma intensa troca de plantas entre as suas colônias, trabalho feito em grande parte pelos missionários jesuítas.⁵ A despeito do pioneirismo, Portugal encontrava-se muito atrás dos avanços científicos de outros centros europeus. Após a perda das possessões orientais e da diminuição das rendas dos minérios extraídos da América portuguesa, era preciso criar novas formas de dinamizar a economia do Reino. A saída era redefinir a base teórica da exploração do Novo Mundo, trabalho que teve seu início nas reformas pombalinas de meados do século XVIII.

Para retomar as rédeas do avanço científico iniciado no século XVIII, a “intelligentsia portuguesa” precisou aderir aos “esquemas mentais do Iluminismo”, como afirmou Fernando Novais.⁶ Esta consciência de que era preciso se recuperar do afastamento cultural e intelectual do restante da Europa era recorrente entre estadistas, como Dom Rodrigo que, em 1787, ao tratar da administração das finanças, queixou-se da “ausência de luzes” e de “disposição” dos funcionários para lidar com “*tão difícil matéria, de que resultou atrasar-nos nestes dois grandes e essenciais objetos, de que depende a força do príncipe e a do Estado, mais de um século de todas as outras nações*”, insistindo nos “*grandes objetos que podem fazer prosperar a nossa agricultura e as artes [...] os quais é contudo necessário introduzir se quisermos viver e existir como os outros europeus*”.⁷

Para viver e existir como os outros europeus, era preciso seguir a mesma cartilha. Desde meados do século XVIII, conhecer a fauna e a flora das colônias ultramarinas se constituiu como um dos principais itens da

² Idem.

³ ANRJ. Correspondência original dos governadores do Pará com a Corte. Cód. 99, vol. 20.

⁴ Cf. RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas. Monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

⁵ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América, 1415-1808*. Lisboa: Difel, 1998.

⁶ Fernando Novais. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 6a Ed. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 214.

⁷ Arquivo Nacional Torre do Tombo. M.N.E. *Legação portuguesa em Turim*, caixa 864, Ofício nº 43. Carta particular de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho. 21-11-1787. Publicada em: André Mansuy-Diniz Silva. (dir.). *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho. Textos políticos, econômicos e financeiros*. Lisboa: Banco de Portugal, Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, Tomos I e II, 1993. T. I, p. LI-LII.

pauta reformista das metrópoles europeias, especialmente na França e na Inglaterra, responsáveis por criar centros de estudos para identificar, classificar e aclimatar as plantas. A coroa francesa, por exemplo, via as expedições e as publicações como responsabilidade dos cofres régios e, desde o século XVII, financiava os estudos botânicos realizados no Jardim Real de Plantas Medicinais de Paris (1640). Enviava naturalistas para as colônias, promovendo a permuta entre espécimes originados nos territórios do Índico e do Atlântico.⁸

E, ao contrário da política de segredo lusa, de não divulgar estudos sobre a riqueza natural de suas colônias, os franceses investiram em publicações sobre as suas colônias nas Antilhas e nas Guianas. Só no século XVIII, encontramos as obras dos botânicos Charles Plumier (1703), Thibault de Chanvalon (1763), do naturalista e ornitólogo Pierre Barrère (1741), do cientista La Condamine (1751), do naturalista Peyssonel (1752), do farmacêutico e botânico Fusée Aublet (1775), além dos periódicos dedicados às técnicas agrícolas⁹. Investigando as Antilhas e a América do Sul entre 1703 e 1706, o botânico Louis Feuillée, publicou com o subsídio do Governo francês a *Histoire des plantes médicinales para acompanhar o periódico Journal des observations... faites sur les côtes orientales de l'Amérique (1714-1725)*. Em São Domingos, os franceses aperfeiçoaram o cultivo da cochoilha e conseguiram aclimatar espécies extraídas da África e da Ásia, além de terem realizados importantes avanços no estudo das doenças tropicais, como com-

provam os estudos do médico francês Jean Barthélemy Dazille.¹⁰

Diante dos avanços científicos e de sua vulnerabilidade frente aos rivais franceses, espanhóis e ingleses, Portugal procurou inventariar seus territórios da América e da África e o resultado desses estudos eram apresentados em forma de memórias na Academia das Ciências de Lisboa.¹¹ Neste espaço eram apresentados diagnósticos, pareceres eruditos e propostas formuladas por homens letrados e funcionários de Estado. Muitas destas ideias saíram do papel e passaram para o plano administrativo, como ocorreu com as políticas direcionadas para a capitania do Pará que, desde o consulado pombalino, recebeu atenção especial por parte da coroa portuguesa.

O primeiro passo nesse sentido foi a nomeação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, responsável pela execução dos planos reformistas da coroa para o norte da América portuguesa. A região era cobijada pelos vizinhos espanhóis e holandeses e o governador tinha como uma de suas missões, acompanhar os trabalhos das comissões de demarcação de limites. No entanto, como denunciou o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira no "Diário da Viagem Filosófica", a agricultura da capitania encontrava-se prejudicada pela falta de interesse dos colonos, que apenas se interessavam pela busca das "drogas do sertão" e pela escassez de mão de obra. Percorrendo diversas vilas da região, o naturalista descreveu a fragilidade das culturas do anil, do arroz e do café. Por estas razões, Mendonça Furtado também teria que se pre-

⁸ DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, ciência e saúde*, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000500002&Ing=pt&nrm=iso>. Acessos em 26 out. 2009. doi: 10.1590/S0104-59702001000500002.

⁹ KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, ciência e saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702004000400006&Ing=en&nrm=iso>. Acessos em 27 out. 2009. doi: 10.1590/S0104-59702004000400006.

¹⁰ McCLELLAN, James E. *Colonialism and Science: Saint Domingue in the old Regime*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1992. p. 113 e 141. RAMINELLI, Ronald. Ciência e colonização: a viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. Niterói, Tempo, n. 6: 157-182, 1998. Disponível em: www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg6-10.pdf. Acesso em: 23 de out. 2009.

¹¹ Sobre a ideia de vulnerabilidade do território português na dobradura dos séculos XVIII e XIX, ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português*. Biblioteca das Ciências do Homem; Porto: Ed. Afrontamento, 1993.

ocupar com a exploração agrícola e com os problemas relacionados à mão de obra indígena na Amazônia.¹²

Segundo Ciro Flamarion Cardoso, a diversificação econômica tornou-se tema central das narrativas de viagens pela Amazônia do século XVIII. Para incentivá-la, o governador criou a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, estimulou a criação de vilas e caminhos fluviais.¹³ Buscando incrementar e diversificar a agricultura da região, o Estado também investiu em novas culturas, distribuindo manuais de agricultura e sementes de anil, cânhamo, café e arroz para agentes da administração colonial. Medidas legislativas foram criadas como meios de estimular a cultura e o comércio de determinados produtos: dois decretos de 1781 isentavam a entrada do anil nas alfândegas do Reino e dos domínios por cinco anos; o alvará de 24/7/1781 proibia a entrada no Reino de todo arroz que não fosse produzido em suas colônias; em 1783, isentava-se por mais dez anos o direito de entrada do arroz; em 1790, o cacau, o café e o arroz tiveram o abatimento de uma libra de tara para a entrada no Reino.¹⁴

Apesar dos esforços da administração metropolitana, o trabalho de aclimação das plantas e da dinamização de sua produção não era tão simples. Se a correspondência revela o intenso envio de caixotes com amostras de plantas, cascas, mudas e sementes, mostra também as adversidades do plantio de algumas espécies. Em junho de 1800, o Capitão Lourenço José Corrêa de Carvalho, inspetor do Horto Botânico de Belém, informou ao ministro do ultramar do plantio de “sementes de pinheiro da

variedade escocesa e das pinhas de cedro do Líbano” e apesar de tê-las plantado “nas diferentes conjunções da lua e em diferentes terrenos”, as ditas ainda não tinham nascido.¹⁵ O cravo-da-índia, considerado “vagaroso”, era preocupação recorrente do Governador Francisco Maurício de Souza Coutinho, queixando-se com frequência em suas cartas da morte de quase todos os pés plantados no horto e de outros que ele havia dado a particulares.¹⁶

Diante das dificuldades não era incomum a orientação de se buscar em Caiena espécimes já adaptados ao ecossistema amazônico. Na “Memória sobre a transplantação das árvores mais úteis de países remotos”, Domenico Vandelli sugere o cultivo de especiarias do Oriente nas capitanias portuguesas da América para enfrentar a concorrência inglesa na Índia, recomendando a utilização de mudas da Guiana Francesa, onde já se encontravam aclimatadas.¹⁷ Anos mais tarde, Dom Rodrigo de Souza Coutinho reconheceria a superioridade dos estudos de botânica e das técnicas de aclimação de especiarias dos franceses, atividade “que os nossos nunca souberam fazer”, lamentava ao então Governador do Pará José Narciso de Magalhães e Menezes.¹⁸

Desde sua criação em 1796, o Jardim Botânico do Pará manteve relações estreitas com os jardins de Caiena, sobretudo com a fazenda La Gabrielle. Para Nelson Rodrigues Sanjad, a aproximação estava diretamente relacionada com os desdobramentos da Revolução Francesa.¹⁹ No entanto, se por um lado Caiena tinha se transformado em um local para a deportação dos

¹² Ronald Raminelli. *Ciência e colonização...* p. 171 e ss.

¹³ Ciro F. Cardoso. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro, Graal, 1984; Manuel Nunes Dias. “Política pombalina na colonização da Amazônia” (1755-1778)”, *Studia*, 7-31, abril 1968.

¹⁴ Fernando Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. P. 256-7.

¹⁵ Correspondência original dos governadores do Pará com a Corte. Cód. 99, vol. 21. ANRJ.

¹⁶ Cf. REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O Jardim Botânico de Belém*. Rio de Janeiro, Boletim do Museu Nacional, n. 7, p. 1-14, 1946.

¹⁷ Apud: ALMEIDA, L. F. de. “Aclimação de plantas do Oriente no Brasil durante os séculos XVII e XVIII”. *Revista Portuguesa de História*. T. XV, 1976, p. 339-481.

¹⁸ Ofício de Dom Rodrigo de Souza Coutinho a José Narciso de Magalhães e Menezes, governador do Pará. Rio de Janeiro, 27 de abril de 1809. Arquivo Público do Estado do Pará, cód. 751. Apud: SANJAD, Nelson Rodrigues. *Nos jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Grão-Pará, 1796-1873*. São Paulo: Instituto de Geociências / Universidade Estadual de Campinas, 2001. p. 89.

¹⁹ SANJAD, Nelson Rodrigues. *Nos jardins de São José...*

inimigos políticos da revolução e de terror para seus habitantes que assistiram ao fim da escravidão, por outro a instalação do jardim no Pará ocorre em um momento de retrocesso dos financiamentos das atividades científicas nas colônias, como afirmou Ronald Raminelli. Portugal mais uma vez se via em situação desfavorável no jogo diplomático europeu. A Espanha e a França assinaram o Tratado de Paz em Basileia (1795), transformando-se em ameaça real às fronteiras lusitanas na América portuguesa. Caso cedesse às pressões franco-espanholas, poderia assistir à pilhagem inglesa de seus territórios atlânticos. Os recursos precisavam estar voltados para a defesa do território, prioridade da Monarquia portuguesa.²⁰

Com poucos recursos e tendo que obedecer às demandas vindas de Lisboa, Francisco Maurício de Souza Coutinho agiu de forma pragmática. Sob o pretexto de observar a movimentação dos franceses em Caiena, o governador enviou espiões para coletar espécimes botânicos para o jardim de Belém do Pará.²¹ Eram agricultores que, após os tumultos provocados pela abolição da escravidão em Caiena, estavam exilados no Pará, como o caso do francês Michel du Grenoullier que foi nomeado o primeiro diretor do Jardim Botânico e de seu cunhado Jean-Baptiste Antoine Grimard. Segundo Sanjad, foram eles os responsáveis por trazerem as “sementes e mudas de cravo, pimenta, fruta-pão, manga e ‘abricó de São Domingos’[...] primeiras plantas exóticas a serem cultivadas no jardim e distribuídas para agricultores e outras capitânias”.²²

Contrabandeadas de Caiena, as plantas parecem ter gostado do novo habitat. É o que se pode constatar lendo o relatório que Dom Francisco de Souza Coutinho escreveu ao seu irmão, Dom Rodrigo de Souza Coutinho:

Finalmente em resultado de tantas, e tão repetidas diligências por uma vez fizemos a aquisição do cravo da Índia (Girofle). De Caiena trouxeram os nossos honrados emissários a todo risco, e tendo efetivamente passado por mui grande, um considerável provimento de sementes do dito Girofle que postas em viveiros produziram duzentas ou trezentas tenras plantas que com todo cuidado, espalhadas por diferentes mãos se ficam tratando e prometem vingar.

Trouxeram também alguns pés de pimenta os quais assim como outros da mesma pimenta, e do cravo anteriormente vindos, todos têm morrido deixando-me desenganado por travessia [sic] do mar em embarcações pequenas é fatal a todas as plantas, e que só se aproveita o trabalho na remessa de sementes. A noz moscada não veio desta vez ainda, mas não perco esperança por ora apesar da grande dificuldade que se figura de haver-se por estarem as únicas duas outras árvores que têm Caiena em poder de um indivíduo que as guarda com todo o cuidado e não terem até agora produzido senão duas sementes. Vieram entanto algumas de árvores de pão, de mangas, e de abricós de S. Domingos as quais pegaram maravilhosamente.²³

Posteriormente, outro emigrado, Jacques Sahut, assumiu a direção do jardim e continuou com a estratégia de obtenção de mudas por meio de contrabando, como relatou mais uma vez Dom Francisco ao seu irmão:

De Caiena não pude ainda haver a moscada e a pimenta, agora espero que ou por bem ou por mal as terei, principalmente a primeira que é a de que o Brasil carece. Por

²⁰ Cf. Ronald Raminelli. *Viagens ultramarinas...* p. 131-133.

²¹ Sobre a preocupação do governador com a movimentação político-militar em Caiena, ver a correspondência dos anos de 1796 e 1797 de Dom Francisco de Souza Coutinho com os secretários de Estado no IHGB – Conselho Ultramarino; sobre a coleta de espécimes em Caiena REIS, Arthur C. F. *Portugueses e brasileiros na Guiana Francesa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Cadernos de Cultura, 1953.

²² SANJAD, Nelson Rodrigues. *Nos jardins de São José...*, p. 90.

²³ Ofício de Dom Francisco de Souza Coutinho a Dom Rodrigo de Souza Coutinho. Pará, 2 de fevereiro de 1799. Apud: SANJAD, Nelson Rodrigues. Op. Cit. p. 91.

bem pelos parente de Grenoullier, a quem fiz saber a Graça que podem esperar da herança dele que sempre cuidaram que é mais avultada, por mal furando-se ao que tem árvores enclausuradas.

Em dois anos, o jardim de Belém do Pará já totalizava 2.354 pés de plantas nativas e exóticas, como se pode constatar pelo “Mapa de todas as plantas que existem no Jardim Botânico em São José em 30 de abril de 1800”. De Caiena, constam abricós (5 pés), frutas-pão (9), abacateiro (1), cravos-da-índia (49), jacas (10), jasmims (2) e maracujás (24), além de plantas vindas de Suriname, do Oriente, da Europa e de outras capitanias da América portuguesa.

No entanto, a delicada conjuntura diplomática na Europa tornava a manutenção do tráfico clandestino de plantas uma operação cada vez mais delicada. Segundo Arthur Cesar Ferreira Reis, Dom Francisco de Souza Coutinho elaborou um plano para a conquista de Caiena durante o seu governo e insistiu nesta ideia em sua correspondência com a Corte. Seria uma medida preventiva, pois além do perigo de uma invasão francesa ao território português, Caiena estava contaminada pelos “princípios franceses”, uma ameaça ao Império português.

É bem provável que o governador também tivesse uma boa noção dos rendimentos do complexo agrícola da colônia, formado pela *Habitation Royale des Épiceries*, pelas sementeiras e viveiros de *Mont-Baduel*, pela *Habitation Tilsit* e pela fábrica de madeiras de Nancibo. Nos mapas dos rendimentos desses estabelecimentos agrícolas de 1812 a 1815, é possível ter uma noção do volume das exportações de especiarias para a Europa e a variedade de plantas aclimatadas na colônia francesa. Considerando a crença que o pensamento ilustrado devotava à agricultura, nos jardins de Caiena estavam plantadas as “riquezas do mundo”.²⁴

Mas a aventura das plantas não parava aí. Cinco anos após Dom Francisco de

Souza Coutinho deixar o Governo do Pará, a Família Real chega ao Brasil e, no ano seguinte, com o apoio da Inglaterra, Portugal invade Caiena. No mesmo ano, intensificam-se os envios de “caixas de plantas exóticas de Caiena destinadas para o Grão-Pará”.²⁵ O Tenente-Coronel Manoel Marques, responsável pela defesa militar da colônia recém-conquistada, tratou de fazer uma investigação em La Gabrielle para verificar a situação da cultura das árvores de especiarias e das condições de produção da habitação. A leitura da memória escrita pelo Sargento João Henrique deixa evidente que os portugueses assumiram a posse do complexo agrícola em perfeito estado de conservação e funcionamento. O sargento menciona inclusive a existência de um hospital “com muito asseio e bem arejado”, onde os doentes tinham “leito com enxergão [colchão de palha] e mosquiteiro”, além de uma botica “bem composta e bem sortida”.

João Henrique teceu considerações sobre o bom tratamento que recebiam os 315 escravos que trabalhavam em La Gabrielle. Para o sargento “os negros desta fazenda... não são infelizes”. Elogia o trabalho do botânico francês Joseph Martin, há mais de 20 anos à frente da fazenda:

é impossível encontrar-se uma habitação mais bem distribuída e ordenada e em melhor estado do que aquela: as plantas estão vigorosamente sortidas, e quando se refletir na força da vegetação neste país, custará a conceber o como é possível conservar as plantações da Gabriella no estado de asseio e beleza em que se acham.

Os elogios e o ânimo do funcionário, no entanto, não estavam afinados com a opinião do botânico Martin sobre a administração portuguesa do complexo agrícola. No final de 1809, ao receber uma cobrança do Governador do Pará, José Narciso de Magalhães de Menezes, para explicar a diminuição da produção de cravos em La Gabrielle, o botânico

²⁴ Expressão que tomo de empréstimo a Ângela Domingues. Para um melhor conhecimento... p. 831.

²⁵ ANRJ. Secretaria de Governo da Capitania do Pará, código 89.

queixa-se da negligência da coroa portuguesa com a instituição. Lembra ao governador que no tempo da administração francesa os escravos eram “tratados com o maior cuidado, e principalmente nas suas doenças... dava-se a cada indivíduo cinco libras de carne ou peixe salgado por mês... dava anualmente um vestuário a cada escravo...”.

Quanto a La Gabrielle:

Senhor governador, não foi olhada em todos os tempos, senão como um estabelecimento próprio para excitar a emulação e como sementeira; dali saíram todas as plantas novas que hoje se acham espalhadas e cultivadas no território da colônia e era da intenção [...] do governo francês de fazer executar experiências sobre estas novas culturas [...] o Sr. Hugues [referência ao governador de Caiena Victor Hugues expulso pelos portugueses] não contava com o cravo na regulação das despesas da sua administração, mas aproveitava de circunstâncias, para o trocar por subsistência....

Convicto da importância do seu trabalho e da ausência de especialistas portugueses capazes de administrar a La Gabrielle, o botânico encerrou sua carta em tom de ironia e insubordinação:

Eis aqui as informações em que posso dar a V. Sa., e se com elas tenho satisfeito ao que desejava ordenando-me que lhas submetesse, contarei a honra da sua aprovação no número das que sempre mereci da parte do governo francês [...] Muito humilde e obediente servo, Martin.

Se La Gabrielle não foi a razão para a invasão e conquista de Caiena, foi sem dúvida um dos ganhos mais significativos. O valor da *Habitation Royale des Épiceries* pode ser mensurado na disputa pela sua posse após a invasão. Como lembrou Oliveira Lima, Luís XVIII a mandou reclamar do Governo de Dom João. A propriedade era mantida do bolsinho do Rei Luís XVI e suas despesas sempre foram separadas da administração

colonial. Luís XVIII, irmão, porém não mais sucessor do trono francês, reclamava direito de herdeiro e que a plantação deveria ficar de fora da posse de Caiena.

Após a invasão, os ingleses também tentaram tirar proveitos da propriedade. O comandante britânico Lucas Yeo, requisitou como butim de guerra as naus francesas, o pagamento de 500 mil cruzados e a posse da La Gabrielle, o que provocou protestos entre as autoridades do Pará. Foi a negociação do “Termo de Rendição”, firmado entre o Governador de Caiena, Victor Hugues, e o comandante português Manoel Marques, que freou as pretensões inglesas. Nele foi colocado um artigo exclusivo para La Gabrielle, o 14º, mostrando a importância da propriedade para os franceses:

Desejando conservar a plantação de especiarias, chamada La Gabrielle, em todo o seu esplendor e agricultura, fica estipulado que não se destruirá nenhum edifício nem plantação, árvores ou plantas; mas conservar-se-á no estado presente tal qual se entrega aos comandantes de S. A. o Príncipe Regente.

As autoridades portuguesas, no entanto, não cumpririam o artigo. Incerta dos desdobramentos da façanha de tomar a colônia do seu principal inimigo, considerou prudente transferir a maior quantidade possível de espécimes botânicos, como revela a carta de Dom Rodrigo para o Governador do Pará, José Narciso de Magalhães:

O sistema que se deve seguir para conservar Caiena sem que venha a ser pesada à Real Fazenda [...] é a pronta e imediata transplantação para o Pará e para os outros domínios do Brasil, da maior quantidade possível de todas as árvores de especiaria, [...] particularmente da noz moscada, que ali existe e que nos domínios do Brasil se não possuem [...]

O motor da cobiça pelas plantas e sementes tinha como combustível a crença disseminada pela ilustração no poder da agricultura como instrumento de reergui-

mento econômico e de promoção da felicidade dos povos. Contudo, é importante chamar a atenção para as distintas razões de Estado. Como pôde ser apreendido da queixa do botânico Joseph Martin, La Gabrielle era um laboratório de aclimação e estudos científicos para os franceses. Este não era o interesse da administração

portuguesa ao transferir os espécimes para os jardins das capitânicas do Brasil. Distante das motivações científicas, as plantas seriam úteis para diversificar as lavouras, ampliar a produção com o objetivo de manter em tempos de crise os laços mercantilistas, porém agora ilustrados, entre metrópole e colônia.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS:

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português*. Biblioteca das Ciências do Homem; Porto: Ed. Afrontamento, 1993.

ALMEIDA, Rita Heloisa de. *O diretório dos índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1997.

BETHENCOURT, Francisco e CHAUDURI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa: o Brasil na Balança do Império (1697-1808)*. Lisboa: Círculo de Leitores. 1998. Vol. 3.

Ciro F. Cardoso. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro, Graal, 1984.

CARDOSO, José Luís. *O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII, 1708-1808*. Lisboa: Estampa, 1989.

CASSIRER, Ernest. *A filosofia do iluminismo*. São Paulo: ed. da Unicamp, 1997.

DIAS, Manuel Nunes Dias. “Política pombalina na colonização da Amazônia” (1755-1778)”. *Studia*, 7-31, abril 1968.

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 278: jan/mar. 1969.

DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000.

DUCHET, Michèle. *Anthropologie et histoire au siècle des Lumières*. Paris: Albin Michel, 1995.

FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Das arcas coloniais ao palácio de Queluz: dilemas luso-brasileiros no governo da fazenda real nas Memórias do código 807. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 163 (416): 67-85, jul/set. 2002.

GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: história de uma polêmica, 1750-1900*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. *As culturas do Brasil, história natural no Setecentos luso-brasileiro*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2000

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira. A época colonial: administração, economia e sociedade*. São Paulo: Difel, 1985. T. I, vol. II.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a inconfidência mineira, Brasil-Portugal, 1750 - 1808*; tradução de João Maia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª ed. 1978.

NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas. Monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008. _____. "Ciência e colonização. Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira". Niterói, Tempo, n. 6: 157-182, 1998.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O Jardim Botânico de Belém*. Rio de Janeiro, Boletim do Museu Nacional, n. 7, p. 1-14, 1946.

_____. *Portugueses e brasileiros na Guiana Francesa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Cadernos de Cultura, 1953.

SANJAD, Nelson Rodrigues. *Nos jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Grão-Pará, 1796-1873*. São Paulo: Instituto de Geociências / Universidade Estadual de Campinas, 2001.

SANTOS, Nívia Pombo Cirne dos. *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho. Pensamento e ação político-administrativa no Império português (1778-1812)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2002.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra. Política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

WEHLING, Arno. O fomentismo português no final do século XVIII: doutrinas, mecanismos, exemplificações. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 316: 170-278, jul. / set. 1977.

Tomada de Caiena: seu significado para a História do Corpo de Fuzileiros Navais

Ronaldo Lopes de Melo

É Capitão de Fragata e Encarregado do Museu do Corpo de Fuzileiros Navais.

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo comentar aspectos da organização da Brigada Real da Marinha em 1808 e 1809, bem como destacar a importância da Tomada de Caiena para a história do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN). Para melhor entendimento, esta apresentação foi organizada em nove tópicos. Primeiramente, como introdução, serão abordados os antecedentes históricos da Tomada de Caiena, valorizando o contexto europeu no final do século XVIII. Em seguida, trataremos da transmigração da Família Real para o Brasil e a declaração de guerra à França e suas possessões. Adiante, será dado destaque à expedição a Caiena, empreendida pelo governo da Capitania do Grão-Pará, e o posterior envio de tropas navais do Rio de Janeiro, com a participação da Brigada Real da Marinha. Na sequência, serão enfocados os alvarás que a regularam entre 1797 e 1808. Por fim, falaremos de novas pesquisas acerca do tema e das comemorações dos 200 anos da Tomada de Caiena, seguida de uma breve conclusão.

PALAVRAS-CHAVE: Conquista de Caiena, Brigada Real da Marinha, Corpo de Fuzileiros Navais

ABSTRACT

This paper aims to discuss aspects of the organization of the Royal Navy Brigade in 1808 and 1809 as well as highlighting the importance of Cayenne Taking in the history of the Marine Corps. For better understanding, this presentation was organized into nine topics. First, as introduction, it is discussed the historical background of the Cayenne Taking, focusing in the European context in the late of the eighteenth century. Next, we attempt to the transmigration of the Royal Family to Brazil and the declaration of war on France and its possessions. After, the article approaches the expedition to Cayenne, undertaken by the government of the Province of Grão-Pará, and the subsequent remittance of naval forces from Rio de Janeiro with the participation of the Royal Navy Brigade. Next, it is discussed the permits that regulated between 1797 and 1808, for finally talking about new researchs about the subject and the celebrations of 200 years of the Cayenne Taking, followed by a brief conclusion.

KEYWORDS: Achievement Cayenne Brigade Royal Navy, Marine Corps

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A Tomada de Caiena está inserida no contexto das mudanças geopolíticas na Europa. Dentre os principais personagens envolvidos neste processo, destacou-se Napoleão Bonaparte, que levou com determinação o projeto expansionista francês.

Em Portugal, encontrava-se Dom João, ainda Príncipe Regente, que, na sua difícil tarefa de proteger a Corte, decidiu transferi-la para o Brasil, dando início a uma série de transformações políticas e sociais em sua colônia na América.

Como ponto de partida para a nossa explanação, apontamos que a Revolução Francesa, no desenrolar das suas diversas fases, acabou por provocar um desequilíbrio na frágil aliança entre as monarquias europeias do período.

A radicalização do processo político francês provocou, em toda a Europa, uma onda de inquietação, aumentando o receio das dinastias europeias diante desse projeto, liderado por Napoleão.

Portugal chegou a organizar ações militares contra os franceses, enviando tropas para a chamada Campanha do Rosilhão. Essa foi considerada a primeira coalizão antifrancesa, sem ter, no entanto, logrado êxito.

Napoleão Bonaparte colocou a Alemanha meridional, a Holanda e uma parcela da Itália em sua esfera de conquista.

Em 1804, instituiu o Regime Imperial, negando, em parte, os princípios revolucionários que o levaram ao poder, transformando inclusive a imagem do Exército francês no exterior, antes visto como libertador e propagador dos ideais revolucionários, e agora como uma máquina de guerra que possibilitou a consolidação e expansão territorial da França. As sucessivas e esmagadoras vitórias sobre a Áustria, Prússia e Rússia asseguram-lhe o domínio da Europa continental e permitiu-lhe criar um “Estado tampão” no leste europeu, denominado Grão-Ducado de Varsóvia.

Entretanto, na tentativa de invadir o território inglês, Napoleão esbarrou na supremacia da força naval britânica. Por isso, o imperador francês promoveu um ambicioso projeto de reconstrução de sua Marinha de Guerra, sobretudo, após a Batalha de Trafalgar em outubro de 1805, quando sua Esquadra foi arrasada pela Marinha inglesa, sob o comando do Almirante Nelson. Isso obrigou o imperador francês a adiar suas pretensões.

Sem poder invadir a Inglaterra, Napoleão decidiu isolar seu inimigo com o chamado

“Bloqueio Continental”, decretado em 1806. Seu objetivo era arruinar o comércio, a Marinha Mercante e a crescente indústria britânica, favorecendo também a circulação dos produtos franceses na Europa.

Os termos do bloqueio à Inglaterra foram instituídos por meio do Decreto de Berlim, que, ao visualizá-lo, podemos destacar os artigos quarto e sétimo:

Art. 4º – Toda loja, toda mercadoria, toda propriedade, qualquer que seja sua espécie, pertencente a um súdito da Inglaterra, será declarada boa presa.

Art. 7º – Nenhum navio vindo diretamente da Inglaterra ou das colônias inglesas será recebido em qualquer porto.

Desse modo, somente a Inglaterra permanecia em guerra contra a França, enquanto Dinamarca, Portugal e Suécia mantinham-se neutros.

Caso a França conseguisse anexar os navios dos países neutros à sua Armada, superaria, em números, a força naval britânica. Os franceses passariam a controlar 148 naus, próximo do ideal que Napoleão almejava. Vale observar a tabela apresentada, onde consta a situação da Armada do Reino Unido, dos países neutros e da França e seus aliados.

Com o ataque da Inglaterra à Dinamarca, os intentos de Napoleão malograram. Portugal, porém, continuou com sua frota naval na mira do imperador francês.

Para a coroa portuguesa, o Bloqueio Continental serviu como estopim do agravamento da crise com a França.

O clima político dos anos de 1807 e 1808, para os portugueses, foi assim descrito pelo historiador Carlos Guilherme Mota, da USP:

Deveras dramática foi a situação da elite portuguesa em 1807-1808, obrigada a combater o invasor francês, negociar subalternamente com os ingleses, ficar atenta à Espanha e, ainda por cima, levar em conta os interesses dos produtores e comerciantes brasileiros (...) de fato, foram os conflitos entre Inglaterra, em processo de industrialização, e a França revolucionária e expansionista que levaram Bonaparte a anexar Portugal em 1807-1808,

*confiscando propriedades inglesas e prendendo no porto de Lisboa, numerosos comerciantes portugueses que haviam desobedecido a ordem do bloqueio continental contra a Inglaterra.*¹

Estava assim criada uma situação limite para a diplomacia de Lisboa. As condições impostas pelos franceses eram muito severas, e caso Portugal aderisse ao Bloco Continental correria o risco de ver seus imensos domínios ultramarinos perdidos para a Inglaterra.

Em novembro de 1807, as tropas do General Junot entraram em Portugal. Contudo, não conseguiram concretizar os principais objetivos estratégicos fixados por Napoleão: capturar a Família Real portuguesa e apoderar-se de sua Armada.

TRANSMIGRAÇÃO DA FAMÍLIA REAL PARA O BRASIL

Com a invasão do território português, o Príncipe Dom João ordenou a transmigração da Corte para o Rio de Janeiro. Essa decisão manteve no poder a dinastia dos Bragança e colocou em prática um plano cogitado, 50 anos antes, durante a administração do Marquês de Pombal.

A Família Real chegou ao Rio de Janeiro no dia 7 de março de 1808, acompanhada pelos militares da Brigada Real da Marinha, força de soldados marinheiros que foi criada em Lisboa no ano de 1797. Essa tropa esteve incumbida de prover a segurança interna dos navios que transportaram a Corte portuguesa ao Brasil. O Corpo de Fuzileiros Navais originou-se dessa Brigada e a data da chegada ao Rio de Janeiro é considerada o marco-zero da história dos Fuzileiros Navais no Brasil.

Vale ressaltar que a Brigada foi criada em um contexto de conflitos na Europa, obrigando diversos países a reorganizarem suas forças militares.

DECLARAÇÃO DE GUERRA À FRANÇA

Em 1^o de maio de 1808, o Príncipe Dom João tornou público um manifesto em que rompia relações com a França. Na ocasião, também considerou nulos todos os tratados assinados anteriormente com os franceses.²

Em seguida, no dia 10 de junho, Dom João declarou guerra à França, decretando que *“por Mar, e por terra se lhes fação todas as possíveis hostilidades”*.

Sendo a Guiana Francesa uma possessão inimiga, fronteira às terras brasileiras, foi determinada a invasão da Ilha de Caiena.

A Guiana era território francês desde 1634, sendo estabelecido parte de seu limite territorial por meio do Tratado de Utrecht, em 1713, quando foi reconhecida a soberania portuguesa sobre as terras brasileiras compreendidas entre os Rios Amazonas e Oiapoque. Entretanto, esses limites nunca foram respeitados pelos franceses.

Certamente, a tomada de Caiena configurou como um revide à invasão de Portugal empreendida pelas tropas napoleônicas. Entretanto, ao se analisar o episódio, destaca-se a figura do Ministro português Dom Rodrigo de Souza Coutinho.

Nascido em uma família aristocrática tradicional, teve como padrinho de batismo o Marquês de Pombal. Ao iniciar sua carreira diplomática, foi designado, em 1796, para o cargo de Ministro e Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos.

Quando assumiu o cargo de Ministro, seu irmão, Dom Francisco Maurício de Souza Coutinho, ocupava o cargo de Governador-Geral da Capitania do Grão-Pará, a quem sugeriu a invasão da Guiana Francesa. Disse Dom Rodrigo em carta oficial: *“para que vendo grande probabilidade de poderdes conquistar a Ilha de Caiena e domínios franceses na Guiana, assim o façais, mandando para esse fim uma expedição”*.³

¹ MOTTA, Carlos Guilherme. Da ordem imperial pombalina à fundação do império do Brasil (1750-1831): o significado da abertura dos portos. In: OLIVEIRA, Luis Valente de; RICUPERO, Rubens. *A abertura dos Portos*. São Paulo: Senac, 2007. p.70.

² O presente subtítulo terá como referência bibliográfica trabalhos publicados pela Marinha brasileira. Cf. BOUTEUX, Lucas Alexandre. *Nossas Campanhas Navais: a Conquista de Caiena*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1939; & GOYCOCHÊA, Luis Felipe de Castilhos; LEIVAS, Cláudio Pereira Leivas. *Conquista de Caiena*. In: *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979. v.2. t.II. pp.371-421.

³ GOYCOCHÊA, p.384.

É possível que esta recomendação tenha sido motivada pela falta de unidade territorial da colônia, pois sua delimitação, apesar de definida mediante tratados diplomáticos, não era respeitada. O próprio Ministro Dom Rodrigo dirigia-se aos brasileiros como súditos das “*províncias da América que se denominam com o nome genérico de Brasil*”.⁴

Por ocasião da invasão à Guiana Francesa, em 1808, Dom Rodrigo ocupava o cargo de Ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, enquanto que seu outro irmão, Dom Domingos de Souza Coutinho, ocupava o cargo de Embaixador português em Londres, a quem Dom João já havia expressado sua intenção de mandar conquistar Caiena, antes de sua partida de Lisboa, através de correspondência oficial.⁵

Em suma, percebe-se que a Tomada de Caiena era uma possibilidade vislumbrada antes mesmo da mudança da Corte para o Brasil.

EXPEDIÇÃO A CAIENA

Durante o conflito, o governo da Capitania do Grão-Pará teve participação decisiva, pois enviou esforços no sentido de viabilizar o pronto cumprimento das ordens régias. Para tanto, mobilizou boa parte da força militar existente na capitania, além de fazer alianças com os comerciantes locais a fim de que pudessem custear a campanha. Com os recursos disponíveis, o Governador José Narciso Magalhães de Menezes mandou organizar uma pequena força naval, sob o comando do Tenente-Coronel Manuel Marques, a fim de restabelecer a soberania de Portugal até a margem direita do Rio Oiapoque.

Em 15 de novembro de 1808, após tomar conhecimento das ordens do Príncipe Dom João, o governador do Grão-Pará determinou ao Tenente-Coronel Manuel Marques que atacasse à Guiana Francesa com destacamentos de todos os corpos de linha de sua capitania, até que, por fim,

conseguisse realizar um desembarque na Ilha de Caiena, reunindo todas as forças navais e terrestres.⁶

A expedição encontrava-se na Vila de Chaves, na parte ocidental da Ilha de Marajó, quando, somente em dezembro, seu comandante recebeu o mencionado plano de ataque. Sua força naval foi reforçada por um contingente oriundo do Rio de Janeiro, composto de três navios de guerra, um inglês e dois portugueses.

Esses navios eram comandados por:

- Fragata *Confiance* – Capitão de Mar e Guerra James Lucas Yeo;
- Brigue *Voador* – Capitão de Fragata José Antônio Salgado; e
- Brigue *Infante Dom Pedro* - Capitão-Tenente Luís da Cunha Moreira.

O contingente da Fragata *Confiance* era composto por ingleses e o dos brigues portugueses contava com militares da Brigada Real da Marinha.

O historiador Luis Felipe de Castilhos Goycochêa, em um trabalho publicado na coleção *História Naval Brasileira*, discorre sobre a composição das tropas que atuaram na Tomada de Caiena, em sua grande maioria proveniente da Capitania do Grão-Pará. Disse ele:

Tem-se, dessarte, que à exceção da fragata inglesa e dos brigues portugueses mandados do Rio de Janeiro, todos os elementos integrantes da expedição militar que primeiramente restabeleceu a soberania portuguesa até ao Oiapoque ou Vicente Pizon, e mais tarde assenhoreou-se de toda a Guiana Francesa, foi do Pará, quer o elemento humano, os soldados, que na maioria era natural dessa capitania, quer o elemento material, os navios de guerra e de transporte, que pertenciam ao governo local ou

⁴ Apud: CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Ciência, identidade e cotidiano: alguns aspectos da presença de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra, no Século XVIII*. Universidade Federal do Paraná: Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses. Disponível em <<http://www.poshistoria.ufpr.br/BrasCoimbra%203.pdf>>. Acessado em 15 de maio de 2009. p.13.

⁵ GOYCOCHÊA, pp.391-392.

⁶ GOYCOCHÊA, pp.393.

*que pelo menos foram fretados aos negociantes de Belém e adjacências. Apenas os oficiais de maior graduação eram portugueses.*⁷

A BRIGADA REAL DA MARINHA EM CAIENA

Ressaltamos que diversos pesquisadores militares já se dedicaram ao estudo sobre a Tomada de Caiena. Na Marinha, como exemplo, podemos citar o Almirante Lucas Alexandre Boiteux, autor do livro “Nossas Campanhas Navais: a conquista de Cayenna”, publicado em 1939 pela Imprensa Naval. No Exército, recentemente, o Coronel Nilson Vieira Ferreira de Mello, membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, que escreveu um artigo intitulado “A Invasão da Guiana Francesa: um episódio da luta pela Amazônia”, publicado na *Revista do Clube Militar*, na edição deste mês.

Alguns desses pesquisadores militares citaram a participação da Brigada Real da Marinha no episódio. O Almirante Helio Leônico Martins e o Comandante Dino Willy Cozza, também em trabalho publicado na *História Naval Brasileira*, destacaram que o efetivo dos navios do Rio de Janeiro era composto de militares dessa Brigada. Segundo eles:

*(...) O Brigue Infante Dom Pedro, sob o comando do Capitão-Tenente Luis da Cunha Moreira (...), e o Brigue Voador, sob o Comando do Capitão de Fragata José Antônio Salgado, tendo a bordo 300 homens da Brigada Real da Marinha, tomaram parte na Conquista de Caiena.*⁸

Gostaria de registrar o fato de que o Coronel (EB) Cláudio Skora Rosty, nobre conferencista deste seminário, também se baseou na referida citação quando ressaltou a atuação dos militares da Brigada no conflito.

De fato, são escassas as informações disponíveis sobre a participação da Brigada Real da Marinha na campanha em Caiena, princi-

palmente devido às dificuldades em detalhar suas ações a partir de documentos primários.

A historiografia brasileira, infelizmente, não contempla a Tomada de Caiena com registros ricos em informações. Até o momento, os que foram localizados e estudados deixam de responder alguns questionamentos, sobretudo no que tange ao detalhamento das expedições militares designadas para tomar a Guiana. Cabe ressaltar que a importância desse episódio histórico tornou-se evidente ao envolver parcelas distintas de “lusobrasileiros” espalhados pela Colônia em um movimento de cunho político e de garantia dos limites territoriais estabelecidos por meio do já mencionado Tratado de Utrecht.

Vale ressaltar que, desde 1807, a Brigada Real da Marinha vinha passando por um processo de transformação em sua estrutura, sendo editados alvarás que buscavam reorganizar a corporação.

ALVARÁS QUE REGULARAM A BRIGADA REAL DA MARINHA ENTRE 1797 E 1808

Desse modo, se faz necessário analisar os três alvarás editados desde a criação da Brigada Real da Marinha, conforme a seguir: o de criação da Brigada, em 1797, e mais dois que determinaram sua reorganização, em 1807 e 1808.

À época de sua criação, a Brigada Real da Marinha contava com um efetivo de 5.222 homens, distribuídos em três divisões, que eram guarnecidas por pessoal agrupado pela qualificação profissional e de maneira mais disciplinada e ordenada. Os artilheiros-marinheiros cuidavam de todo o trabalho afeto à artilharia de bordo. Os artífices e lastradores-marinheiros com a responsabilidade de efetuar reparos nas embarcações e todo o serviço relativo à carpintaria. Por fim, os fuzileiros-marinheiros ficavam responsáveis pela segurança de bordo, guarda dos arsenais de Marinha e pelos transbordos e eventuais desembarques.

Antes da criação da Brigada Real da Marinha, as funções da chamada “gente de

⁷ Idem.

⁸ MARTINS, Hélio Leônico; COZZA, Dino Willy. Poderes Combatentes. In: *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1997. v.5. t.IB. p.93.

bordo" não estavam definidas de maneira a tornar coeso o desempenho da guarnição de um navio de guerra português. Assim sendo, o Alvará de Criação da Brigada Real da Marinha veio, entre outras coisas, definir as atribuições do pessoal embarcado.

Como podemos visualizar, a Brigada Real da Marinha possuía três divisões subordinadas ao inspetor-geral. Na Primeira Divisão, havia dez companhias de artilheiros-marinheiros, com 177 militares em cada uma, totalizando 1.770 homens. Na Segunda Divisão, 12 companhias de fuzileiros-marinheiros, também com 177 militares, totalizando 2.124 homens. E na terceira Divisão, nove companhias de artífices-marinheiros, com 132 militares em cada uma, com um subtotal de 1.188 homens; e mais uma companhia de lastreadores-marinheiros, com 140 homens, perfazendo um total de 1.328 militares nessa Divisão.

Em 7 de setembro de 1807, o Príncipe Regente Dom João reorganizou a Brigada Real da Marinha por meio de um outro alvará, que diminuiu seu efetivo para 2.992 homens e criou o Estado-Maior da corporação, sendo todos os seus integrantes, desde então, denominados "artilheiros".

Também por força desse alvará, a Brigada Real da Marinha passou a se constituir de três batalhões, cada um com oito companhias, composta por 123 militares, e seu respectivo Estado-Maior, com dez integrantes, perfazendo um total de 994 homens por batalhão. Somando-se os 2.982 militares dos mencionados batalhões e os dez integrantes do Estado-Maior da Brigada, o efetivo total era de 2.992 homens.

Em um quadro comparativo dos alvarás de 1797 e 1807, observamos uma redução de 42,70% no efetivo da Brigada Real da Marinha.

Essa diminuição estava relacionada, sobretudo, ao contexto de contenção de despesas do Governo português, conforme apontado no alvará. Também é possível que essa decisão tenha sido motivada pela necessidade de disponibilizar um maior número de vagas nos navios para os integrantes da Corte, no caso de uma possível transfe-

rência da Família Real para o Brasil, o que ocorreu meses depois.

Após a chegada da Corte portuguesa ao Brasil, Dom João tornou público outro importante alvará, datado de 13 de maio de 1808, que tratou sobre o efetivo da tropa, porém empreendeu nova organização aos três batalhões que compunham a Brigada Real da Marinha, equiparando-a aos Regimentos de Artilharia do Exército. Nesse sentido, determinou entre outras coisas: que cada batalhão fosse comandado por um tenente-coronel, que cada companhia tivesse somente três oficiais e 64 soldados; que os oficiais da Brigada Real seguissem a mesma denominação dos Corpos de Artilharia do Exército Português. Além disso, pôs fim às distorções nos soldos e nas gratificações, regulando os vencimentos dos membros da corporação.⁹

NOVAS PESQUISAS

Devido à equiparação da Brigada Real da Marinha aos Regimentos de Artilharia do Exército, tem sido encontradas dificuldades no que tange à identificação desses soldados da Marinha que combateram na Tomada de Caiena. Desse modo, precisamos incentivar novas pesquisas acerca do tema, principalmente por historiadores e estudantes universitários.

Dentre a bibliografia recente sobre a Tomada de Caiena, damos destaque a um livro, lançado em 2003, na França, que versa sobre a conquista da Guiana Francesa pelos portugueses, o que aponta para uma retomada nas pesquisas acerca do tema. De autoria do escritor francês Jean Soublin, esse livro, intitulado "Cayenne 1809: la conquête de la Guyane par les Portugais du Brésil", faz parte de uma relação disponível no site da Biblioteca do Exército Brasileiro (BIBLIX), onde os internautas podem escolher, por meio de uma Enquete Editorial com 22 títulos disponíveis, dez livros de sua preferência para serem publicados no ano de 2010.

Além disso, no Arquivo Nacional existem vários documentos sobre a capital da Guiana Francesa, inclusive uma coleção específica sobre Caiena, reunindo fontes do período de

⁹ Alvará do Príncipe Regente Dom João, datado de 13 de maio de 1808

1790 a 1810. Nessa coleção, foram encontrados alguns documentos que tratam exclusivamente sobre a tomada da cidade pelas tropas portuguesas. Entre eles, o registro das correspondências do Tenente-Coronel Manoel Marques, chefe do novo Governo na Guiana Francesa, com um total de 516 páginas.

Aproveito a oportunidade para agradecer aos funcionários do Arquivo Nacional pelo apoio prestado durante as pesquisas para o presente trabalho, bem como parabenizar esta importante instituição, que desde 1838 (assim como o IHGB) tem desempenhado com sucesso a guarda dos documentos públicos de interesse nacional.

Gostaria de registrar que a Professora Doutora Ismênia de Lima Martins, nobre conferencista deste seminário, também ressalta importância da pesquisa em arquivos públicos. Segundo suas próprias palavras, essa atividade é “um verdadeiro ato de garimpar”.

A partir dessas fontes primárias, é possível encontrar informações importantes sobre a participação da Brigada Real da Marinha na tomada da cidade de Caiena. Em correspondência do Tenente-Coronel Manoel Marques ao Governador do Pará, há referências diretas aos militares da Brigada:

*(...) Na Escuna Príncipe Regente, que agora parte para esta Cidade, vão hum Cabo, e sette soldados da Brigada dos da guarnição do Brigue Infante, e fica ainda no Hospital o Soldado Quintino José do mesmo Corpo (...).*¹⁰

Após a tomada da cidade de Caiena, o então Capitão-Tenente Luís da Cunha Moreira, comandante do Brigue português *Infante Dom Pedro*, foi incumbido de escoltar o ex-governador da Guiana Francesa, Victor Hugues, até a França, acompanhado de outros prisioneiros. Com o embarque dos mesmos, parte da tropa da Brigada Real da Marinha, que compunha o efetivo do referido brigue, teve que partir para a Capitania do Pará, embarcada na Escuna *Príncipe Regente*.

Destacamos que o oficial Luís da Cunha Moreira era brasileiro, tendo sido, mais tarde, promovido a Almirante. Em 1822, tornou-se o primeiro Ministro da Marinha após a Independência e, em 1858, foi condecorado com o título de Visconde de Cabo Frio.

Voltando aos documentos do Arquivo Nacional, há inclusive o registro de um elogio ao furriel da Brigada Real da Marinha, Antônio Aloísio, encarregado da guarda dos prisioneiros franceses.

*(...) Devo pois recomendar a Proteção, e equidade de V. Exa. o Furriel da Brigada Antônio Aloísio, que sendo por mim encarregado do Comando effectivo da Guarda dos Prisioneiros Franceses, desempenhou esta Comissão, de huma maneira digna de todos os elogios (...).*¹¹

Durante a invasão da cidade de Caiena, os navios de grande calado não puderam avançar até as proximidades da ilha, devido a pouca profundidade na área. Outro obstáculo a ser superado foram os pequenos fortes situados às margens do Rio Aprocck, que dificultavam o prosseguimento da missão. Conquistados os últimos fortes, foi garantido o desembarque da tropa dos navios da força naval luso-brasileira que se encontravam ancorados próximo à cidade. O destacamento ocupou o território da Guiana, cooperando ativamente nos combates travados até a vitória. A Ata de Capitulação do Governo francês na colônia foi assinada em 12 de janeiro de 1809, e as tropas portuguesas entraram solenemente em Caiena no dia 14.

Ressaltamos que os militares da Brigada Real da Marinha, a bordo dos navios portugueses, também participaram dessas operações. De fato, a proeminência das tropas do Grão-Pará no episódio é evidente, sobretudo por constituir a maioria do efetivo que partiu para a Guiana Francesa. Porém, para os militares da Brigada Real da Marinha, a Tomada de Caiena configurou-se como uma

¹⁰ Arquivo Nacional. *Correspondência do Tenente-Coronel Manoel Marques ao Governador do Pará*. Caiena: 8 de Agosto de 1809.

¹¹ Arquivo Nacional. *Correspondência do Tenente-Coronel Manoel Marques ao Governador do Pará*. Caiena: 6 de março de 1809.

importante experiência, principalmente por atuarem juntamente com os soldados marinha britânicos, embarcados na Fragata *Confiance*. Além disso, a Brigada Real da Marinha constituía-se como uma tropa de confiança da Família Real, tanto é que, além de prover a segurança das naus que transportaram a Corte portuguesa até o Brasil e atuar na Tomada de Caiena, também foi designada para ocupar a Banda Oriental, em 1811, diante dos conflitos ocorridos no Sul da colônia portuguesa na América.

O sucesso da campanha em Caiena motivou o Príncipe Regente Dom João a mandar cunhar, a título de prêmio, uma medalha comemorativa alusiva ao feito na Guiana Francesa, em cujo anverso estava sua figura em perfil coroada de louros e no reverso a data de 14 de janeiro de 1809, com a inscrição: "*Caiena tomada aos franceses*".¹²

Vale ressaltar que a ocupação da Guiana Francesa também se tornou importante para os destinos do Brasil, por diversas razões. De lá foi trazida uma preciosa coleção de plantas frutíferas e de especiarias para a colônia. Muitas dessas plantas ficaram no Pará e em Pernambuco, e grande número delas foi transportado para o Real Jardim da Lagoa Rodrigo de Freitas, atual Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Juntamente com essa remessa de plantas, vieram canas sacarinas de Caiena, até hoje conhecidas como "cana-caiana", proporcionando grandes vantagens à cultura do açúcar.

Além disso, a ocupação da Guiana Francesa contribuiu para a definição das fronteiras brasileiras. Em 1815, com a queda de Napoleão Bonaparte, a posse da Guiana voltou a ser reivindicada pelo Governo francês. No entanto, como os termos da proposta não foram aceitos pelo Governo de Portugal, a questão passou a ser discutida no Congresso de Viena. Desse modo, a França concordou em recuar os limites de sua colônia até a divisa proposta pelo Governo português. Por fim, em 21 de novembro de 1817, os portugueses devolveram a possessão aos franceses,

por meio de um acordo entre a França e o recém-criado Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em obediência ao Congresso de Viena.

Portanto, embora temporária, a ocupação da Guiana Francesa foi bastante significativa para a posterior fixação dos limites territoriais do Brasil.

Por ocasião de sua devolução, em 1817, ficaram tacitamente estabelecidos os limites da região do Oiapoque, situada no atual Estado do Amapá. Essa questão só foi oficializada mais tarde, em 1900, por meio da atuação diplomática do Governo brasileiro, tendo à frente o chanceler José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, que se respaldou em indiscutíveis argumentos histórico-cartográficos.

Após a Tomada de Caiena, os militares da Brigada Real da Marinha, até então instalados a bordo dos navios e quartéis da Armada Real no Rio de Janeiro, foram transferidos e aquartelados na Fortaleza de São José da Ilha das Cobras, em 21 de março de 1809, por determinação do Ministro da Marinha, Dom João Rodrigues Sá e Menezes, o Conde de Anadia. Desde então, a Fortaleza de São José da Ilha das Cobras passou a ser a sede do Corpo de Fuzileiros Navais.¹³

DUZENTOS ANOS DA TOMADA DE CAIENA

Em reconhecimento à importância da participação da Brigada Real da Marinha nessa expedição, o Corpo de Fuzileiros Navais lançou, em 7 de março de 2009, a Medalha Comemorativa aos 200 anos da Tomada de Caiena, tendo sido cunhada pela Casa da Moeda do Brasil nas versões prata e bronze, cujo exemplar encontra-se exposto no Museu do Corpo de Fuzileiros Navais.

Em seu anverso, o artista plástico Luiz Henrique Peixoto reproduziu a imagem do quadro do pintor Álvaro Martins, intitulado "Desembarque em Caiena", que representa a ação dos Fuzileiros Navais duran-

¹² Existem três versões da referida medalha (em bronze, prata e prata dourada) e com as mesmas dimensões (5cm de diâmetro). Ela foi cunhada em Londres pelo gravador George Frederick Pidgeon e modelada pelo artista flamengo Peter Rouw. Há um exemplar da referida medalha no Museu Histórico Nacional. In: GOYCOCHÉA, p.409.

¹³ MARQUES, Antero José. *Livro Histórico do Corpo de Fuzileiros Navais*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval. ed.2. p.121.

te a conquista da Guiana Francesa. Acima a legenda “Tomada de Caiena” e abaixo, “Bicentenário – 2009”.

Já o reverso, idealizado pela artista plástica Érika Takeyama, apresenta a Bandeira da Brigada Real da Marinha, tendo ao centro o Brasão de Armas do Reino de Portugal e Algarves, encimado pela Coroa Real sobre duas âncoras. Contornando o bordo, a legenda: “Batismo de Fogo dos Fuzileiros Navais”.

CONCLUSÃO

Finalizando nossa apresentação, ressaltamos que a guerra contra a Guiana Francesa,

nos anos de 1808 e 1809, foi a primeira missão de combate da Brigada Real da Marinha após sua chegada em terras brasileiras.

Para o Corpo de Fuzileiros Navais, hoje consagrado em sua missão como Força Anfíbia, o maior legado dessa operação de guerra reside no fato de ela ter sido efetivada justamente por meio de desembarques de tropas nas praias daquela ilha, além de notabilizar o caráter expedicionário de uma força pronta para ser empregada em diversos ambientes e locais, independentemente das adversidades apresentadas, sendo, portanto, considerada a Tomada de Caiena o batismo de fogo dos Fuzileiros Navais no Brasil.

Guerra aos franceses: a política externa de Dom João VI e a ocupação de Caiena*

Lúcia Maria Bastos P. Neves

Professora titular de História Moderna da UERJ. Cientista do Nosso Estado/Faperj. Pesquisadora do CNPq e do Pronex/Faperj/CNPq – Dimensões da Cidadania.

RESUMO

Este artigo analisa a intrincada construção da política externa portuguesa acerca de Caiena, bem como os significados de sua conquista para os políticos da época. Se, para Dom Rodrigo de Souza Coutinho, tal conquista podia significar uma ampliação dos limites do Império luso-brasileiro, para os demais políticos, muito mais voltados para a questão europeia, pretendia-se, desde o início da administração da Guiana, que esta fosse uma conquista temporária.

PALAVRAS-CHAVE: Caiena, Dom Rodrigo de Souza Coutinho, Política Externa de Portugal

ABSTRACT

This paper examines the intricate construction of Portuguese foreign policy concerning Cayenne, and the meaning of its political achievement at the time. For D. Rodrigo de Souza Coutinho such achievement could mean an extension of the limits of the Portuguese-Brazilian Empire. However, for other politicians more interested in the European question, this was only a temporary victory, intended as such since the beginning of the Guiana's administration.

KEYWORDS: Cayenne, Dom Rodrigo de Souza Coutinho, Portugal's Foreign Policy

Em 27 de outubro de 1807, a assinatura de um tratado entre França e Espanha, o Tratado de Fontainebleau, seguida por um ultimato de Napoleão Bonaparte e a concentração de tropas francesas na fronteira espanhola obrigaram Dom João a escolher a saída há muito aventada por diversos homens públicos: a retirada da Corte para a parte americana do Império. Vale lembrar, como também fez Laura de Mello e Souza, a manobra, a essa altura, tinha precedentes, pois tanto o rei do Piemonte quanto o das Duas Sicílias, para preservar a coroa ao longo das guerras napoleônicas, já se tinham ausentado “temporariamente de suas capitais e estados”. Nenhum deles, porém, ousou enfrentar a aventura de cruzar um oceano.¹

*Agradeço a Ana Carolina Galante Delmas, mestre em História pela UERJ e bolsista de Treinamento e Capacitação Técnica (Nível TCT 5)/FAPERJ, o auxílio na digitalização dos documentos do Arquivo Nacional.

¹ Conferência de encerramento do Congresso 1808, realizada na UFF, a Corte no Brasil (março de 2008), de Laura de Mello e Souza. “Fugas de Reis: Histórias conectadas”.



Com a partida, como em qualquer tempo de ausência do soberano, um Conselho de Regência foi instalado em Portugal, através de um decreto do príncipe regente de 26 de novembro. O Conselho era composto por representantes da nobreza, do clero e da magistratura, todos escolhidos pela grande experiência adquirida nas coisas do governo, como pela confiança que Dom João neles depositava.²

Rigorosas e severas instruções – escritas, provavelmente, por Araújo de Azevedo, futuro Conde da Barca, naquele momento, ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra – estabeleciam as principais linhas de ação do Conselho. Na essência, elas determinavam “guardar aos nacionais todos os privilégios” concedidos anteriormente; “conservar em paz este reino”; e, sobretudo, assistir às tropas do imperador dos franceses e rei da Itália de “tudo, que lhes for preciso, enquanto se detiverem neste Reino, evitando qualquer insulto, que se possa perpetrar, e castigando-o rigorosamente, quando aconteça”. As ‘Instruções’ passaram a funcionar “servindo de Lei Fundamental do Governo do Reino”, e ainda pretendiam preservar uma boa relação com os franceses, a fim de evitar qualquer usurpação da soberania portuguesa, conservando “a boa harmonia” e a colaboração “com os exércitos das nações, com as quais nos achamos unidos no continente”.³

Dessa forma, nos primeiros meses de dominação napoleônica, instaurou-se no Reino português um clima político artificial, buscando Junot, o comandante das tropas francesas, não só o apoio de alguns

segmentos da sociedade portuguesa, como também o estabelecimento de uma política de compromissos entre as suas forças e as portuguesas. Conservou-se o Conselho da Regência, sendo que seus membros procuravam manter uma aparência de legitimidade para seu próprio poder, por meio de certo colaboracionismo, consentido ou imposto, mas sugerido pelas ‘Instruções’ que tinham recebido do príncipe regente.⁴

Esse clima ameno não impediu, porém, algumas animosidades, como o incidente ocorrido em 13 de dezembro de 1807, quando a bandeira francesa foi arvorada no Castelo de São Jorge. Nessa ocasião, os portugueses, “até os incrédulos”, tomaram conhecimento que a “nação portuguesa tinha caído em poder das águias”. Alguns tumultos entre soldados franceses e o “baixo povo” registraram-se. Soldados franceses eram insultados “de palavras por alguns homens abjetos”, que, em seguida, gritavam: “Viva Portugal [...] e morra a França!” Segundo informações da Intendência da Polícia, constituiu um movimento espontâneo, composto por pessoas da plebe e oficiais mecânicos, a quem a suspensão dos trabalhos tinha colocado em situação de necessidade. O estrangeiro começava, portanto, a ser considerado como usurpador.⁵

Para controlar a situação, Junot, além de recorrer ao alto clero para acalmar a população com sermões, começou a adotar medidas repressivas, como o decreto que proibia qualquer tipo de ajuntamento e aquele que determinava o desarmamento das tropas portuguesas.⁶ A medida mais dura, con-

² Decreto de 26 de novembro de 1807. Transcrito em *Correio Braziliense ou Armazem Literário*. Londres. v. 1, no 1, junho de 1808, p. 5-6.

³ Instruções a que se refere o real Decreto de 26 de novembro de 1807. Transcrito em *Correio Braziliense ou Armazem Literário*. Londres. v. 1, no 1, junho de 1808, p. 7.

⁴ *O Portuquez*. Londres. n.º 5, 10 de setembro de 1814 apud G. Boisvert. *Un pionnier de la propagande libérale au Portugal: João Bernardo da Rocha Loureiro (1778-1853)*. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/ Centro Cultural Português, 1982, p. 76. Cf. ainda Ana Cristina Bartolomeu de Araújo. *As invasões francesas e a afirmação das idéias liberais*. In: Luis Reis Torgal & João Lourenço Roque. *O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa, Ed. Estampa, [1993], p. 26-29. (Col. História de Portugal, v. 5).

⁵ J. Acursio das Neves. *Obras completas de José Acúrsio das Neves*. v. 1: *História geral da invasão dos franceses em Portugal e da Restauração deste reino*. [1810]. Estudos introdutórios de Antonio Almodovar e Armando de Castro. Porto, Afrontamento, 1984, p. 271-275. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Livro da Intendência da Polícia n.º 9, maio de 1806 a outubro de 1808. fl. 132/133. Antonio Ferrão. *A 1ª invasão francesa (A invasão de Junot vista através dos documentos da Intendência Geral da Política, 1807-1808)*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923. p. 35-37.

⁶ Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos (doravante DMss). Códice 15.2.29. Livro com registros de assuntos públicos (1750-1822). Ordem do governador de Paris ao Sr. Cardeal Patriarca. 18 de dezembro de 1807. fl. 46. (cópia). Ver ainda, respectivamente, Editais de 14 e 22 de dezembro de 1807. [Lisboa], Impressão Régia, [1807].

tudo, veio a 1º de fevereiro de 1808, com a extinção do Conselho da Regência e a destituição da dinastia de Bragança:

*O Príncipe do Brasil, abandonando Portugal, renunciou a todos os seus direitos à soberania deste reino. A casa de Bragança acabou de reinar em Portugal. O Imperador Napoleão quer que este belo país seja administrado e governado todo inteiro em seu nome e pelo General em chefe do seu exército.*⁷

A Regência foi, então, substituída por um Conselho de Governo, presidido por Junot, composto de três secretários de Estado franceses, residentes em Portugal, e por conselheiros portugueses, que eram figuras públicas nacionais.

As distâncias e as dificuldades de comunicação não impediram, porém, a resposta do soberano português. Ao tomar conhecimento daquela situação, a linguagem e o tom do discurso de Dom João modificaram-se. Em 1º de maio de 1808, era publicado o *Manifesto ou exposição justificativa do procedimento da Corte de Portugal a respeito da França*, redigido por Rodrigo de Souza Coutinho, que, ao chegar ao Brasil, assumiu o cargo de ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra e do Estrangeiro, no qual permaneceria até sua morte, em 1812. O documento apresentava três pontos fundamentais: a afirmação da neutralidade portuguesa, em todo o período em tela; a fidelidade inalterável à aliança inglesa; e o caráter benéfico da aliança com a Inglaterra. O manifesto terminava com uma “declaração”, em que se anunciava a decisão de rompimento de “toda a comunicação com a França”, autorizando os súditos por-

tugueses “a fazer a guerra por terra e mar aos vassallos do Imperador dos Franceses” e declarando “nulos e de nenhum efeito” todos os tratados que este último obrigara os portugueses a assinar, especialmente, o de Neutralidade (1804), uma vez que Napoleão Bonaparte nunca os respeitou.⁸

Apresentado e discutido no Conselho de Estado, formado por oito personagens⁹ que já possuíam título de nobreza ou receberiam mais tarde, por mãos de Dom João, o texto mereceu objeções de vários conselheiros: com exceção do Marquês de Pombal que estava persuadido que o manifesto, em toda a sua extensão, devia ser publicado “sem a menor restrição nem acrescentamento”, todos os outros conselheiros não só deram sugestões como também foram contrários a determinadas passagens do texto. Muitos temiam tomar o partido de qualquer uma das potências beligerantes, devendo-se ter cautela para não provocar a ira daquele “homem extraordinário” que subjuguou a Europa e a dominava naquela ocasião, como afirmou o Visconde de Anadia. Este conselheiro era bastante enfático ao declarar ainda que o esboço do *Manifesto* parecia conter uma série de elementos inconvenientes:

*É extenso sem contar por inteiro e, seguidamente, a nossa história política de toda a sobredita época; revela fatos, que talvez não convenha por ora publicar, critica a conduta Política e Militar das principais Potências da Europa [...]; ofende com nomes injuriosos a Nação francesa, o seu Soberano e os generais cooperadores das suas façanhas; declara por fim Guerra ao Imperador e Rei com um tom ainda mais ditatorial do que aquele, que manda depor ao sobredito Soberano [...].*¹⁰

⁷ *Edital de 1º de fevereiro de 1808*. [Lisboa], Imprensa Régia, [1808].

⁸ *Manifesto ou Exposição fundada, e justificativa do procedimento da Corte de Portugal a respeito da França desde o principio da Revolução até a época da invasão de Portugal; e dos motivos que a obrigaram a declarar a Guerra ao Imperador dos Franceses, pelo facto da Invasão, e da subsequente Declaração de Guerra feita em consequencia do Relatório do Ministro das Relações Exteriores*. [Rio de Janeiro], Imprensa Régia, 1808, p. 8-10.

⁹ D. Rodrigo de Souza Coutinho (futuro Conde de Linhares, dezembro de 1808); António de Araújo de Azevedo (futuro Conde da Barca, dezembro de 1815); D. João Rodrigues de Sá e Menezes (Visconde de Anadia); D. Fernando José de Portugal (futuro conde de Aguiar, dezembro de 1808); D. Henrique José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal); D. José Vasconcelos e Souza (Marquês de Belas); D. José de Noronha e Camões (Marquês de Angeja); D. João de Almeida de Melo e Castro (futuro Conde das Galveias)

¹⁰ Parecer do Visconde Anadia, 6 de maio de 1808, transcrito em Ângelo Pereira. *D. João VI Príncipe e Rei*. v. 3: A Independência do Brasil. Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1961, p. 23.

Outros conselheiros acreditavam que se devia declarar guerra não só a França quanto à Espanha. Excetuava-se esta, sem aparente motivo, sendo que tal potência “exigiu em seu nome” os “mesmos imorais e negados sacrifícios, invadiu simultaneamente” as províncias portuguesas e “andou ou voluntária, ou forçadamente em tudo de par com a França” em relação a Portugal. Pensava da mesma maneira, Dom Fernando José de Portugal que indagava se os súditos portugueses estavam autorizados a fazer guerra por terra e por mar à França, por que não à Espanha se ela tinha “obra-do” contra Portugal de “comum acordo com a França”.¹¹

Alguns faziam comentários sobre a questão dos limites ao Norte da América portuguesa, lembrando que o último tratado que estabeleceu as fronteiras foi realizado entre Inglaterra e França, sem a participação de Portugal. Outro conselheiro fazia menção à proposta de “praticar hostilidades contra a França e Espanha, logo que houvesse oportunidade, ou seja, atacando Caiena ou Buenos Aires, sem, contudo, fazer-se uma declaração explícita de guerra. Era apenas um revide à invasão do território português à entrada das tropas franco-espanholas.¹²

O parecer mais minucioso foi o de Dom João de Almeida de Melo e Castro, profundo conhecedor da política externa portuguesa, pois já ocupara o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, em 1801, sendo obrigado a deixá-lo, em 1803, por pressão do representante diplomático francês em Portugal, General Lanes. Para ele, a epígrafe do texto deveria ser de “Contramaniesto” a fim de demonstrar claramente a “agressão” que a França fizera em relação a Portugal, “pelo ato de invadir” seu território, de ocupá-lo e de “abolir a legítima e feliz forma de Governo da nossa Monarquia”. Portanto, Melo e Castro era contrário a uma declaração de guerra formal a Bonaparte

para que o soberano português não figurasse como o agressor. Invertia a lógica da situação ao afirmar que fora declarada pelos franceses a guerra contra Portugal, autorizando o príncipe regente a seus súditos o direito de se defender.¹³

Apesar das críticas, prevaleceu a versão de Dom Rodrigo, demonstrando que, doravante, a política externa portuguesa abandonava definitivamente a postura de neutralidade e alinhava-se decididamente à Inglaterra, adotando uma posição clara e firme contra a França. Triunfavam as ideias do chamado *partido*¹⁴ inglês, embora não se deva considerar aqui partido no sentido moderno do termo, nem como um grupo homogêneo de pessoas, com posicionamentos sempre idênticos entre si, pois apesar da anglofilia de Dom João de Almeida de Melo e Castro, nem sempre seus interesses se afinavam com os de Dom Rodrigo. Vencia, ainda, a perspectiva de Dom Rodrigo que a França também devia ser combatida por suas ideias revolucionárias, que, no fundo, representavam as forças do mal contra as forças do bem, idealizadas pela Inglaterra.

Ao longo do mês de junho, inúmeros decretos foram redigidos aos órgãos competentes fazendo pública a declaração de guerra. Um deles ordenava que o Conselho Supremo Militar, órgão criado em 10 de abril de 1808, responsável, na parte militar, pelas matérias até então atribuídas ao Conselho da Guerra e Ultramar, fizesse publicar a declaração e remetesse a todas as “estações competentes”. Este decreto, datado de 10 de junho, proclamava:

Havendo o Imperador dos Franceses invadido os Meus Estados de Portugal de uma maneira a mais aleivosa e contra os Tratados subsistentes entre as duas Coroas, principiando assim sem a menor provocação as suas hostilidades e declaração de Guerra contra

¹¹ Para a primeira opinião, cf. A. Pereira, *D. João VI Príncipe e Rei*. v. 3 A Independência..., p. 23; para a segunda, p. 26.

¹² Ver respectivamente, pareceres transcritos em Ângelo Pereira. *D. João VI Príncipe e Rei*. v. 3: A Independência..., p. 20 e p. 27.

¹³ Cf. Ângelo Pereira. *D. João VI Príncipe e Rei*. v. 3: A Independência ..., p. 33-34.

¹⁴ Para o vocábulo partido, ver Antonio de Moraes Silva. *Diccionario da lingua portuguesa*. 3a ed., Lisboa, Tip. de M. P. de Lacerda, v. 2, 1813, p. 403.

*Minha Coroa; convém a dignidade dela e à Ordem, que ocupo entre as Potências, declarar semelhante Guerra ao referido Imperador e aos seus vassallos; [...].*¹⁵

A declaração de guerra ainda que tardia do Império português ao invasor de seu território deve ser também compreendida no interior de uma lógica mais ampla – a da criação de “um poderoso Império no Brasil, donde se volta[ssse] a reconquistar o que se possa ter perdido na Europa”, nas palavras de Rodrigo de Souza Coutinho.¹⁶ O *Manifesto* preparava, dessa forma, a nova inserção da América portuguesa no jogo da diplomacia europeia, não mais como colônia de Portugal, mas como o centro decisório do poder e dos acordos e tratados doravante firmados por Portugal. Igualmente, como destacam os historiadores Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, ocorria “precoce enquadramento luso-brasileiro no sistema internacional vigente através da aliança inglesa”.¹⁷

A política diplomática de Dom João voltava-se, então, para a América, sendo suas ações caracterizadas não só pelos interesses do jogo da diplomacia do continente europeu, mas também em virtude da expansão e consolidação do novo Império. No dizer do historiador Oliveira Lima, o “reinado brasileiro de Dom João VI foi o único de imperialismo consciente que registra a nossa história”, pois que o Império conquistado, além dos limites convencionais de Tordesilhas pelos bandeirantes paulistas e outros animosos aventureiros, foi incorporado instintivamente, sem consideração pelos “tratados vigentes” ou por respeito a qualquer obrigação internacional, como “resultado inconsciente de suas arriscadas e ganan-

ciosas pretensões”.¹⁸ Apesar de certo exagero do historiador, pode-se concordar que se aproveitando das circunstâncias históricas, coube a Dom João dar impulso e tornar realidade os planos de grandeza da América portuguesa, embora sempre os relacionando com a política europeia. Tal questão era apontada, com clareza, pelo Conde de Palmela, em 1819: “*Não podemos deixar de considerar que a Monarquia Portuguesa tem dois interesses distintos, o Europeu e o Americano, os quais nem sempre se podem promover juntamente, mas que não devem em caso nenhum sacrificar um ou outro*”.¹⁹

Nessa lógica, as primeiras ações do governo joanino, em função de sua política externa, voltaram-se contra os dois principais inimigos de Portugal ao longo das guerras napoleônicas: França e Espanha. Eram atitudes, contudo, que deveriam ter como palco a América: preparavam-se a invasão da Guiana Francesa (no extremo Norte do território) e a intervenção no Prata (no extremo Sul). Arquitetava-se a ampliação do Império na América, seguindo a tradicional diplomacia europeia, com o objetivo de compensar as perdas na Europa.²⁰

Desde a derrota portuguesa na chamada Guerra das Laranjas, em 1801,²¹ um novo desenho configurava-se nas fronteiras luso-hispânicas. A paz veio por meio do Tratado de Badajós (6 de junho de 1801), com a perda de Olivença para a Espanha, impondo-se ainda pesadas indenizações que o Reino português devia pagar à Espanha e à França e voltava-se à delicada questão sobre o fechamento dos portos aos navios ingleses. A guerra, contudo, estendera-se também à América portuguesa, onde outras rixas e desconfianças constituíram-se em verdadeiros motivos para que se realizasse

¹⁵ Decreto do Príncipe Regente de 10 de junho de 1808. Coleção de Leis e decretos do Brasil, 1808. www.brown.edu/Facilities/John_Carter_Brown_Library/pages/fr_electronic.html. Acessado em 20 de novembro de 2009.

¹⁶ Parecer de Rodrigo de Souza Coutinho de 16 de agosto de 1803. In: Ângelo Pereira. *D. João VI: o príncipe e o rei*. v. 1: A retirada da Família Real para o Brasil. Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1956, p. 131

¹⁷ Amado Cervo e Clodoaldo Bueno. *História da política exterior do Brasil*. 2a Ed., Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 2002, p. 17.

¹⁸ Oliveira Lima. *D. João VI no Brasil*. 3a Ed., Rio de Janeiro, Topbooks, p. 285.

¹⁹ Apud Valentim Alexandre. *Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Afrontamento, 1993, p. 355

²⁰ Amado Cervo e Clodoaldo Bueno. *História da política exterior do ...*, p. 17-23 e Lená Medeiros de Menezes. Diplomacia. In: Ronaldo Vainfas & Lúcia Maria Bastos P. Neves (orgs.). *Dicionário do Brasil joanino*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2008, p. 132-136.

²¹ Para uma análise da Guerra de 1801 na América, ver Fernando Camargo. *O Malón de 1801. A Guerra das Laranjas e suas implicações na América meridional*. Passo Fundo, Clio Livros, 2001.

a conquista militar da região espanhola denominada Sete Povos das Missões. No tratado, não havia qualquer registro em relação à América portuguesa, nem mesmo uma simples menção que Portugal deveria devolver as conquistas que aqui realizara. De qualquer forma, a perda de Olivença constituiu-se em um problema permanente a ser resolvido para a parte europeia do Império português. Além disso, quando da invasão do território português, em 1807, as tropas francesas eram apoiadas por soldados espanhóis. Assim, uma nova intervenção no Prata, sob o pretexto de preservar os interesses dos Bourbons espanhóis, representados por Carlota Joaquina, infanta de Espanha, significava a expansão da fronteira sul brasileira, constituindo-se em uma questão estratégica à uma desejada e que não ficara, efetivamente, perdida no passado. Mas, essa não é a questão primordial desse trabalho.

Em relação à França, as divergências entre Portugal e aquele país na América, mais especificamente, ao Norte do Brasil, na Guiana, eram antigas, envolvendo discussões sobre fronteiras. Ponto de penetração francesa na Amazônia e no litoral Norte brasileiro, a colônia francesa da Guiana, desde meados do século XVIII, fora alvo da ação diplomática portuguesa para garantir a fronteira ao longo do Rio Oiapoque, estabelecida pelo Tratado de Utrecht de 1713²², que ainda proibia o comércio entre o Pará e essa região.²³

A defesa militar das capitanias do Norte, em especial a do Pará associada ao Maranhão, representava, por conseguinte, uma preocupação constante desde a época do Marquês de Pombal, que confiou a administração da mesma a seu próprio irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759). Igualmente, um outro irmão – Francisco Maurício de Souza Coutinho –

de um estadista de peso, Rodrigo de Souza Coutinho, foi nomeado para a capitania, em 1790, governando-a até 1803. Em 1794, um estudo apresentado ao Príncipe Regente Dom João informava sobre as vias de comunicação entre as Guianas e o Brasil. Este considerava as comunicações da Guiana Francesa com o Brasil mais numerosas do que aquelas com a Guiana Holandesa. Descrevia um importante caminho que podia ser utilizado entre o Oiapoque e o Amazonas, levando-se 45 dias de caminhada para se chegar de Caiena até o Amazonas. Em seguida, chamava a atenção acerca dos contatos que se estabeleciam entre os índios do Alto Peru e os de Yary (Rio Jari, na fronteira entre Pará e Amapá), que faziam suas trocas no Oiapoque, uma vez que a travessia por terra era mais fácil e encontravam-se índios espalhados ao longo do trajeto.²⁴ Em aviso de 1798, Dom Rodrigo escrevia a Francisco Maurício, esperando que ele tomasse todas as providências “para segurar o território até o Oiapoque, e ao menos até o Calçoene”, que era o rio estipulado no tratado de sinistras consequências que felizmente a França não ratificara. Era uma alusão ao tratado entre Portugal e França, negociado por Araújo de Azevedo, a partir de 1797²⁵. Em linhas gerais, o objetivo do tratado resumia-se num ponto fundamental: o de fazer sair Portugal da esfera de influência da Inglaterra, tanto no nível econômico, quanto no militar. Para além dessa ideia, existiam outras cláusulas, entre as quais uma de ordem territorial, relacionada às exigências de cessão da margem Norte do Amazonas, no Brasil. Apesar de acertado entre Araújo de Azevedo e o Governo de Paris, o tratado não foi ratificado. Em 1802, pela paz de Amiens, assinada entre França e Inglaterra, fixava-se a fronteira entre a Guiana e a América por-

²² O tratado de Utrecht pôs fim à guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714), que colocou, de um lado, a França e, de outro, a chamada Grande Aliança, composta por Inglaterra, Holanda, Prússia, Portugal e Casa de Savóia, que lutaram a favor do príncipe Carlos da Espanha.

²³ Lúcia Maria Bastos P. Neves. Invasão da Guiana. In: Ronaldo Vainfas & Lúcia Maria Bastos P. Neves (orgs.). *Dicionário do Brasil joanino ...*, p. 235-236.

²⁴ BN- DMSS – II-31,17,027. José Seabra da Silva. Estudo apresentado ao príncipe regente D. João sobre a fronteira do Oiapoque com os territórios franceses e a necessidade de se tomar providências sobre o desrespeito dos franceses ao Tratado de Utrecht de 1713. Rio de Janeiro, janeiro de 1794.

²⁵ Discurso feito pelo Ilmo. Sr. D. Rodrigo de Souza Coutinho, na abertura da Sociedade Real Marítima. In: Idem. *Textos políticos, econômicos e financeiros (1783-1811)*. Int. e dir. de edição André Mansuy Diniz Silva. Lisboa, Banco de Portugal, 1993, p. 179-188.

tuguesa, sem qualquer participação de Portugal, no Rio Araguari.

A aproximação entre o Pará e a Guiana, ocorreu, sobretudo, no final do oitocentos. A Guiana era uma colônia que, segundo descrição de época, compreendia uma porção considerável de terreno, entrecruzada por inúmeros rios, que facilitavam a comunicação. Possuía uma população branca rarefeita, concentrada em Caiena, que era proprietária de um número bastante expressivo de escravos.²⁶ Para se obter uma ideia dessa desproporção, basta verificar o mapa da população de Caiena, datado de 1812, que indicava 880 indivíduos brancos e 11.969 escravos, para um total de 14.190 habitantes.²⁷ Sua economia, baseada nessa força de trabalho, voltava-se para a produção de cana, rum, café, algodão, canela e outros gêneros tropicais. Apesar da proibição, estabelecia-se um comércio mínimo, em que o Pará exportava escravos e cavalos, recebendo em contrapartida, farinha de trigo, vinhos e outros produtos. Esse comércio não sobreviveu ao início do processo revolucionário francês. Desde 1801, quando a conjuntura europeia tornou-se desfavorável a Portugal, Rodrigo de Souza Coutinho preocupou-se com as inquietações francesas de valorização da Guiana. Napoleão Bonaparte procurou formar um eixo estratégico da política francesa no Caribe, por meio do reforço da Guiana e das Pequenas Antilhas (Martinica e Guadalupe), podendo servir de base de apoio das tropas francesas para a reconquista das Antilhas aos ingleses.

Nesse sentido, a invasão da Guiana, embora decidida para emprestar maior peso à declaração de guerra à França e acabar com a ameaça constante de um território francês na América, que poderia servir também de ponto nevrálgico para uma investida contra os desguarnecidos estabelecimentos portu-

gueses ao Norte do território do Brasil, foi planejada algum tempo antes, por "iniciativa ou lembrança do Almirante inglês Sir Sidney Smith", como indica Oliveira Lima.²⁸ Rodrigo de Souza Coutinho, em ofício datado de 7 de abril de 1808 a Dom Fernando José de Portugal, ministro dos Negócios do Brasil e ministro assistente ao despacho²⁹, informava que um enviado de Londres fizera uma proposta da tomada e destruição de Caiena, com a participação dos portugueses. Segundo Dom Rodrigo, tal proposição devia ser aceita, pois seria possível dali tirar "grande vantagem para o restabelecimento de nossa antiga linha de limites e conservação da importante navegação do Amazonas", comprovando a visão de Oliveira Lima.³⁰ Seu objetivo primordial era, entretanto, como afirma Goycochêa, levar "a guerra até ao território indiscutivelmente francês, do Oiapoque ao Maroni, inclusivamente à ilha de Caiena onde é a capital (chef-lieu) da colônia, que se sabia guarnecida e fortificada".³¹ Para os ingleses, era fundamental destruir a cidade e as fortificações de Caiena.

Em primeiro lugar, o Governo do Rio de Janeiro, em meados de 1808, ordenou que o capitão-general do Pará, Tenente-General José Narciso de Magalhães de Menezes, ocupasse a margem direita do Oiapoque, estabelecendo, assim, o antigo direito português. Em seguida, tratava-se de ocupar Caiena. A expedição foi organizada, embora os cofres públicos da Capitania estivessem vazios. Contava com 400 homens, aos quais foram reunidos mais cem, na ilha de Marajó, que partiram sob o comando do Tenente-Coronel Manuel Marques. Este liderou as tropas terrestres, na invasão de Caiena, levando instruções para as forças aliadas se apoderarem da colônia francesa além do limite histórico. Auxiliando as tropas de terra, fez-se presente uma força naval anglo-

²⁶ Arquivo Nacional. Caixa 1192. Descrição da colônia de Caiena, 7 de dezembro de 1809.

²⁷ Arquivo Nacional. Caixa 1192. Mapa da população de Caiena em 1812.

²⁸ Oliveira Lima. *D. João VI* ..., p. 289.

²⁹ Ministro assistente ao despacho: aquele que assistia ao soberano em todas as suas decisões; uma espécie de primeiro ministro *avant la lettre*. Cf. Andrée Mansuy-Dinis Silva. *Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812*. v. 2: *L'Homme d'État, 1796-1812*. Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006, p. 13

³⁰ Arquivo Nacional. Caixa 1192. Ofício de d. Rodrigo de Souza Coutinho para d. Fernando José de Portugal mencionando a tomada e destruição de Caiena. & de abril e 1808.

³¹ C. Goycochêa. *A diplomacia de D. João VI em Caiena*. Rio de Janeiro, G.T.L., 1963, p.127.

lusitana, chefiada por James Lucas Yeo, sobrinho de Sidney Smith. Depois de algumas lutas, em 14 de janeiro de 1809, Caiena foi ocupada pelos oficiais dessa expedição anglo-lusitana.

Se, de início, a Inglaterra desejava arrasar as fortificações francesas na região, de tal modo que ao devolvê-la, mais tarde para a França, essa não tivesse condições de refazer a antiga colônia, a Corte portuguesa decidiu administrar Caiena como dependência do Governo paraense. Foram, então, nomeados o comandante das forças portuguesas Manuel Marques como governador militar e, mais tarde, João Severiano Maciel da Costa, como intendente para justiça e a administração civil, embora subordinado ao capitão-general do Grão-Pará e Rio Negro.

Antes da posse oficial da região, foi proposta uma capitulação por Victor Hugues, comissário oficial francês e comandante em chefe de Caiena, assinada em 12 de janeiro por ele, pelo comandante das forças terrestres, o Coronel Marques, e pelo comandante das forças navais, o oficial britânico Lucas Yeo. A negociação foi curta; ela colocava fim a uma guerra pequena, feita mais de golpes do que de combates. Os soldados eram inexperientes e passaram por uma série de privações, mesmo após a guerra terminada – doenças, como malária, ausência do pagamento de soldo e problemas com a alimentação (não aceitavam a farinha branca em substituição da farinha de mandioca, pois, em sua grande maioria, eram índios).

Após a sua assinatura, a rendição foi amplamente discutida não só na Corte do Rio de Janeiro, como também em muitos jornais estrangeiros. Por meio de suas cláusulas, podem ser apreendidos também os motivos que levaram o comandante francês a se render e as verdadeiras intenções da dominação portuguesa. No fundo, acreditava-se em ambos os lados, que esta era uma dominação passageira. Dois anos mais tarde, João Severiano Maciel da Costa, em carta ao Conde de Aguiar, ministro dos Negócios do Brasil, comentava que a

“falta indiscutível de um Comissário Civil que acompanhasse a expedição de Caiena para regular os negócios políticos” levou a uma série de males “que a letra da Capitulação mostr[ou] claramente.”³²

O documento apresentava 16 cláusulas, algumas em moldes clássicos, como bem demonstrou o texto de Ciro F. Cardoso. Em seu artigo primeiro, previa-se que a guarnição francesa deixaria Caiena com suas armas e pertences, demonstrando uma relativa tolerância portuguesa. As tropas vencidas, contudo, foram desarmadas. As tropas francesas deveriam ser embarcadas para França às custas do Príncipe Regente Dom João. A Guiana era destinada apenas a Portugal, com a exclusão dos ingleses – ponto fundamental para a proteção de Hugues, já que aqueles eram seus inimigos primordiais.³³

As propriedades particulares de toda espécie e de qualquer natureza seriam respeitadas. Desse modo, os habitantes da Guiana conservariam suas propriedades e poderiam aí residir de acordo com as ordens estabelecidas pela nova soberania. Eles eram livres de vendê-las e de se retirarem quando assim o desejassem (artigos 9 e 10). No entanto, alguns problemas surgiram, pois vários proprietários franceses, que se encontravam na colônia, no tempo da Capitulação, deixaram seus bens a fim de embarcarem para a França, transferindo-os para procuradores. Aqueles continuaram a usufruir de seus benefícios, enviados, muitas vezes, por seus procuradores para França, por meio dos Estados Unidos, como foi o caso do próprio Hugues, dono de inúmeras propriedades em Caiena, ou de diversos oficiais da Guarnição francesa. Para Maciel da Costa, tais proprietários, ao partirem para a França, abandonavam suas propriedades e tornavam-se vassalos de Napoleão, devendo ser considerados como inimigos da coroa portuguesa. Portanto, se não haviam liquidado seus negócios e não permaneceram em Caiena, deveriam perder seus bens para a Fazenda Real de Portugal, embora não sob a forma de confisco, como se explicara adiante.³⁴

³² Arquivo Nacional. Caixa 1192. Carta de João Severiano Maciel da Costa sobre a Real Fazenda, de 28 de fevereiro de 1811.

³³ Jean Soublin. *Cayenne, 1809*. Paris, Karthala, 2003, p. 99.

³⁴ Arquivo Nacional. Caixa 1192. Carta de João Severiano Maciel da Costa sobre a Real Fazenda, de 28 de fevereiro de 1811.

Segundo o artigo 11, os habitantes de Caiena continuavam regidos, em suas relações civis, pelas leis francesas, conhecidas na França, sob o nome do Código Napoleônico, sendo preservados seus usos e costumes até a paz entre as duas nações. Era uma maneira de facilitar a vida dos colonos. Segundo Hugues, em escritos posteriores, "se eu não pude preservar a parte física da colônia, eu, pelo menos, salvei a parte moral, mantendo aí em execução as leis do Império francês".³⁵ Para Maciel da Costa, representava uma artimanha de Hugues, que desejava manter ainda algum poder na Colônia, espalhando a perspectiva e fazendo acreditar que a "Colônia, entregue por capitulação, não era verdadeiramente conquistada, mas somente depositada em poder dos portugueses até a paz geral".³⁶ Visão, contudo, que prevaleceu no final do Congresso de Viena em 1815.

Outro artigo, que suscitou uma série de indagações, mas que demonstrava existir uma quase certeza que a Guiana voltaria à administração francesa, foi o de número 14, relativo à propriedade do Estado nomeada La Gabrielle – um rico jardim de aclimação com inúmeras especiarias, que deveria ser considerada "verdadeiramente Real, por sua grandeza, qualidade de produções e por sua beleza rústica".³⁷ Tal propriedade era objeto de cobiça por parte dos portugueses e um dos motivos da conquista de Caiena. Pela capitulação, os portugueses deveriam manter La Gabrielle exatamente no estado em que a encontraram, não devendo ser destruída, mas, ao contrário, mantida em seu esplendor. De certo modo, o que o comandante francês tentava evitar era a transposição brutal das plantas exóticas aí encontradas para os jardins do Pará ou das Antilhas Britânicas. Procurava-se, assim, preservar a riqueza principal da Colônia francesa.

Apesar dessa objeção, com a conquista de Caiena e a conseqüente posse sobre La Gabrielle, Portugal procurou fomentar o Horto Botânico do Pará, criado em 1796,

através da remessas de mudas de plantas exóticas (especiarias), que possuíam um alto valor no mercado internacional, tais como a cana-caiana, a noz-moscada, o cravo-da-índia, a fruta-pão e talvez a carambola e a fruta-do-conde. Tais remessas foram realizadas, anteriormente, muitas vezes na clandestinidade. Acredita-se também que as primeiras mudas de café, ainda no século XVIII, vieram de Caiena. A riqueza de La Gabrielle foi enorme, como demonstrou Nívea Pombo em seu trabalho. Muitas das mudas exóticas transportadas de Caiena para o Pará foram daí para os demais hortos da América portuguesa. Essa troca representava ainda um valor econômico expressivo, tendo em vista a cotação dessas plantas no mercado. Era uma forma de fazer com que a nova conquista não onerasse os cofres da Fazenda Real. Nesse sentido, a atuação de João Severiano Maciel da Costa na supervisão da administração tanto de Caiena quanto de La Gabrielle foi fundamental, pois adotou uma série de medidas para a proteção do cultivo e do comércio das especiarias, como a proibição da saída das plantas para países estrangeiros. A remessa só poderia ser feita para o Império luso-brasileiro, tendo fim com a restituição da Guiana à França, segundo as determinações do Congresso de Viena.

A questão mais polêmica, contudo, relacionou-se aos escravos. O artigo 6 da capitulação referia-se aos escravos armados. Os cativos de ambas as partes seriam desarmados e enviados para suas respectivas plantações. Os negros franceses que lutaram ao lado das forças do príncipe regente durante a guerra e a quem havia sido prometida a liberdade, deveriam ser remetidos para fora da colônia, "pois ficando nela só serviriam, para o futuro, de objeto de perturbação e dissensões". Muitos desses ex-escravos percorreram ainda as propriedades incendiando as plantações, com a "possível" aprovação dos portugueses.³⁸ Nesse sentido, deviam ser expulsos e seus proprietários

³⁵ AOM C14/86/Fº208 transcrito em Soublin. *Cayenne ...* p. 100.

³⁶ Arquivo Nacional. Caixa 1192. Carta de João Severiano Maciel da Costa sobre a Real Fazenda, de 28 de fevereiro de 1811.

³⁷ Arquivo Nacional. Caixa 1192. Ofício do desembargador intendente João Severiano Maciel da Costa para o Conde de Aguiar falando do jardim La Gabrielle e outros assuntos acerca de Caiena. 28 de fevereiro de 1811.

³⁸ Capitulação da Guiana. Transcrita em *Correio Braziliense*. Londres, v. 2, nº 11, abril de 1809, p. 301-302.

deveriam ser indenizados pelos portugueses. Apesar de ser uma cláusula surpreendente, a originalidade dessa capitulação, segundo o historiador Soublin, encontra-se justamente em seu preâmbulo: Hugues declarava publicamente que se rendia “menos à força do que ao sistema destrutivo de libertar todos os escravos, que se unissem ao inimigo e queimassem todas as plantações e portos, que lhe oferecessem alguma resistência”. Desse modo, preocupava-se com a sua própria propriedade, uma das mais consideráveis da colônia, demonstrando ser um “mestre da manipulação”.³⁹

Tal cláusula provocou imensa reação, porque ficava explícita a aprovação do Governo português em conceder a liberdade aos escravos aliciados às suas tropas e que haviam provocado sublevações e destruições. Houve uma manifestação inicial do capitão-general do Pará, era, porém, tarde demais a fim de se alterar os termos do documento. A notícia circulou por diversas partes, sendo a capitulação publicada na *Gazeta de Filadélfia* de 20 de março, na *Gazeta de Nova York* e desde 7 de fevereiro, no *Mercúrio de Barbados*. Na Corte do Rio de Janeiro, Dom João Almeida e Castro, naquela altura, já possuidor do título de Conde das Galveias, apresentou ao príncipe Dom João um parecer vigoroso em que demonstrava a necessidade de rebater aquelas declarações. Afirmava que “a justiça e a humanidade de V. A. Real” não podiam permitir que se conduzisse com tal transgressão de leis. Leis que eram “consagradas no precioso código que forma o direito das gentes e que envolve também as leis de guerra”. Leis, em sua visão que só “deixariam de ser respeitadas pelos bárbaros fautores da Revolução Francesa, os primeiros que, para encaminharem a desolação às quatro partes do globo, levantaram em São Domingos a sanguinosa voz da liberdade aos escravos, voz que decidiu, no meio dos mais horrorosos tormentos, da vida de quase todos os habitantes brancos que residiam naquela ilha”. Além desse parecer

entregue ao príncipe regente, mostrava a necessidade de se elaborar um comunicado a todas as Cortes aliadas, mandando publicar em gazetas de Londres e dos Estados Unidos sobre a inexatidão e leviandade de tal informação. Tal fato tornava-se fundamental, pois, afinal, a Corte portuguesa escolhera estabelecer sua residência em uma “vasta colônia, cuja população consiste em uma tão grande e desproporcionada porção de escravatura”. Era preciso preservar, sobretudo, a ordem social.⁴⁰

Para comemorar a posse de Caiena, foi mandado cunhar uma moeda, em Londres, por determinação de Carta Régia de 16 de agosto de 1809. Não faltaram também as odes em homenagem ao feito em si. Por exemplo, José Eugenio de Aragão e Lima, professor régio de Filosofia do Pará, escreveu *À tomada de Cayenna pelas tropas do Pará, ajudadas pelas dos Brigues Voador, e Real João combinadas com as da Fragata inglesa A Confiança*, oferecida ao príncipe regente, publicada em 1810 na Imprensa Régia. Em sua dedicatória, expunha seu objetivo – celebrar “o grande valor, com que as tropas do Pará” acabavam de conquistar para VOSSA ALTEZA REAL a importante colônia de Caiena. Afirmava que “o bom sucesso” daquela empresa devia-se, sobretudo, às reais providências. E, concluía, assim, sua dedicatória:

Como ela é composta e dirigida pelo louvável desejo de exaltar façanhas tão gloriosas, e de fazer ver o generoso princípio donde elas procederam, não desconho, que V.A.R. tão amante como é do bem e da glória de seus felizes povos se dignará de acolher com boa sombra a minha pequena oferta. Dará V.A.R. nisto grande prazer e ânimo àqueles Guerreiros valerosos e animará a minha fraqueza para empreender coisas maiores. Digne-se V.A.R. olhar benignamente a minha sinceridade, ou excesso do meu transporte à vista de tão venturoso acontecimento.

³⁹ J. Soublin. *Cayenne ...* p. 101. Oliveira Lima. *D. João VI ...*, p. 293.

⁴⁰ Parecer de D. João de Almeida, conde das Galveias, datado de 28 de maio de 1809 e transcrito em Mello Moraes. *História do Brasil-Reino e do Brasil-Império*. T. 1. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/ Edusp, 1982, p. 390-391.

A ode reforçava ainda o caráter sagrado e moral dessa conquista ao afirmar:

*De JOÃO sujeitando-se ao Domínio,
Terão amplas vantagens;
Que um PRÍNCIPE tão pio, se
conquista
Novas terras, e povos,
Não é para esgotá-los, e oprimi-los,
Qual Invasor sedento;
É para os pôr debaixo de Leis Santas,
Que os façam venturosos.⁴¹*

Apesar de nunca ser declarada parte integrante do território português, e sim uma conquista, a Guiana ficou sob sua ocupação desde 1809 até a sua devolução final em 1817. O domínio mais efetivo ocorreu durante a administração civil de Maciel da Costa, encarregado de organizar a justiça, a polícia e a fazenda da Guiana (1812-1817). Em sua opinião, como Dom João apenas na paz geral tomaria um “partido decisivo ou para a restituição ou para a anexação” da colônia ao seu Império, tornava-se necessário conservar a região em tranquilidade e fazer com ela “a menor despesa possível do Erário do Brasil”. Para atingir tais objetivos seriam necessários, em primeiro lugar, ganhar a confiança que, naturalmente, “um Governo paternal” deve inspirar, afiançando aos vassallos “o gozo tranquilo de seus direitos”; em segundo, administrar a justiça fácil e pronta; e, por fim, conceder uma “discreta liberdade de indústria e comércio, economizando as despesas e escolhendo os meios para uma abundante e pronta receita”.⁴² Em uma proclamação, redigida em português e francês, aos habitantes da Guiana e de Caiena, ao assumir seu mandato, reafirmava a intenção de Dom João em relação à nova conquista, confirmando tal visão:

Sua Alteza Real, o príncipe regente Senhor Nosso, que vos ama já como a fiéis Vassallos, me envia a

este país para dirigir, como primeiro Magistrado dele, todo os ramos da Administração pública, a fim de que a justiça que Ele vos deve como soberano, seja administrada sem quebra e vos sejais mantidos no gozo tranquilo de vossos direitos. Fazer a vossa felicidade, empregando quanto em mim for, eis aqui, em suma as instruções, que tive a honra de receber de S. A. R.; eis aqui o bem e o alvo a que devo mirar em todas as operações de minha administração. A experiência vo-lo mostrará bem depressa.⁴³

Maciel da Costa sugeriu o sequestro das propriedades daqueles que não mais se encontravam em Caiena – embora a capitulação não previsse tal cláusula –, uma vez que, em sua visão, ninguém fora obrigado a partir. Tal sequestro foi executado, não sob a forma de confisco, mas sim de usufruto por parte do governo, gerando uma série de protestos entre os franceses e, encontrando algum tipo de eco nas páginas do *Correio Braziliense*. Este afirmava ter recebido cartas da Guiana, reclamando do governo despótico de Maciel. O periódico, porém, rebatia, com certo vigor tais críticas, ao afirmar que ainda que todos os franceses de Caiena fossem vendidos como escravos, Portugal não lhes devia nada, pois as apropriações dos franceses em Lisboa foram bem piores.

Além disso, ordenou que diversos mapas descritivos fossem elaborados para um maior controle administrativo sobre o domínio. Desse modo, o Arquivo Nacional possui, hoje, uma coleção de documentos relacionados à Caiena, contendo mapas que traçam um perfil da população (mapas de 1812 a 1815), registram a importação e exportação (dezembro de 1813) e detalham a entrada e saída de embarcações (6 de fevereiro de 1810). Ainda há uma “Conta Geral da

⁴¹ José Eugenio de Aragão e Lima. *Tomada de Caiena pelas tropas do Pará... ode oferecida ao príncipe regente*. Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1810, p. 5, 6 e 12.

⁴² Arquivo Nacional. Caixa 1192. Ofício do desembargador intendente João Severiano Maciel da Costa para o Conde de Aguiar falando do jardim La Gabrielle e outros assuntos acerca de Caiena. 28 de fevereiro de 1811.

⁴³ Arquivo Nacional. Caixa 1192. Proclamação de João Severiano Maciel da Costa, intendente geral de Caiena e Guiana aos habitantes destas enaltecendo a coroa portuguesa e os benefícios que esta administração trará para o povo de Caiena e Guiana. 8 de janeiro de 1810.

Receita e Despesa do Governo de Caiena e Guiana para o ano de 1815, seguido de Mapa das Dívidas Ativas e Passivas do Governo de Caiena e Guiana, para servir a conta geral da receita e despesa para o ano de 1815".⁴⁴

Ainda como um efeito da administração de João Maciel, Dom Rodrigo, em carta a ele dirigida, informava que o príncipe regente autorizava o governo português de Caiena a convidar "os indivíduos de uma pequena colônia de judeus portugueses estabelecidos na Guiana Holandesa, que ali se fixaram há muito tempo para fugir à Inquisição, a se transferirem com suas famílias e seus capitais para a capitania do Pará ou outra parte do Brasil que lhes melhor conviesse e onde eles encontrariam a seu favor a proteção e toda a tolerância necessária em matéria religiosa, afirmando que eles poderiam praticar em suas casas sua religião sem a menor inquietação, inconveniente ou temor". Segundo André Mansuy, em sua monumental biografia sobre Dom Rodrigo, apesar da troca de cartas entre Dom Rodrigo e o rabino dessa comunidade em tela, a questão manteve-se apenas como projeto. Apesar de todas as garantias oferecidas, não havia por parte dos judeus a confiança necessária para acreditar em tal promessa.⁴⁵

Com a derrota de Napoleão Bonaparte, por meio do Tratado de Paris (1814), assinado entre aqueles que contribuíram para a restauração dos Bourbons, ficou ajustado a devolução imediata da Guiana ao Governo francês. Portugal, no entanto, esperava alguma compensação em troca da devolução, reclamando a restituição de Olivença (Espanha) ou colocando Montevidéu sob o mesmo domínio que o norte. Ainda reclamava um novo pacto para o restabelecimento dos limites entre a Guiana e o Reino do Brasil, voltando-se à fronteira prescrita pelo Tratado de Utrecht. Além disso, propunha uma discussão sobre os bens sequestrados aos fran-

ceses na Guiana, como o pagamento de indenizações por parte da França pelos danos da guerra e ocupação do território português.

Tal devolução só ocorreu em 1817. A demora e a incerteza dessa devolução ainda podem ser explicadas pela "espantosa notícia", nas palavras de Maciel da Costa ao Marquês de Aguiar, da recuperação do trono de França por Bonaparte (março-junho de 1815), embora não fosse necessária "vista muito aguçada" para prever que o Reinado de Luís XVIII não seria de grande duração, pois um "povo revolucionário, habituado ao ferro e à rapina" não passava com facilidade para um governo pacífico de virtudes civis.⁴⁶ Sem dúvida, a sua visão sobre a política da época não era das mais perspicazes, pois quando escrevia esta correspondência, em 9 de julho de 1815, Bonaparte já havia sido novamente derrotado. Naquele momento, reinava na Guiana, uma grande apreensão do que poderia ocorrer, surgindo boatos e intrigas, típicas do Antigo Regime. Maciel da Costa afirmava, na mesma carta, que se poderia supor "uma tentativa à força viva" da França contra Caiena. Concluía, numa perspectiva própria de um homem esclarecido, mas ainda imbuído das visões do Antigo Regime, que

*a opinião geral desses miseráveis é em favor de Bonaparte. Tanto é verdade de experiência, que o povo não se quer acariciado, se não só fustigado e que empresas estrondosas que deslumbram os olhos da multidão fazem mais do que as virtudes pacíficas que só fazem ao Coração.*⁴⁷

A situação tornou ainda bastante complexa, mesmo com o retorno de Luís XVIII ao poder. Uma embaixada do representante francês Duque de Luxembourg, em 1816, à Corte do Rio de Janeiro, apresentava como objetivos, além de estreitar os laços entre a

⁴⁴ Arquivo Nacional. Caixa 1192.

⁴⁵ Andrée Mansuy Diniz Silva. *Portrait d'un homme d'État*: v. 2. L'Homme d'État ..., p. 270-271.

⁴⁶ Arquivo Nacional. Caixa 1192. Carta ao Marquês de Aguiar enviada por João Severiano Maciel da Costa relatando os últimos acontecimentos na França e lamentando a recuperação do trono francês por Bonaparte e o fim do reinado pacífico de Luís XVIII. 9 de julho de 1815.

⁴⁷ Arquivo Nacional. Caixa 1192. Carta ao Marquês de Aguiar enviada por João Severiano Maciel da Costa relatando os últimos acontecimentos na França e lamentando a recuperação do trono francês por Bonaparte e o fim do reinado pacífico de Luís XVIII. 9 de julho de 1815.

França restaurada e o Império português, “negociar e concluir a convenção”, que, realizada após o Tratado de Viena, devia proceder à devolução da Guiana à França e ainda de estipular a fixação dos limites. Nas instruções, não havia nenhuma determinação sobre o pagamento da indenização que a França devia a Portugal a título de ocupação, embora se soubesse que a Corte fluminense também queria ligar a regulamentação da Guiana a tal pagamento.⁴⁸

Considerada por Oliveira Lima como um “dos capítulos mais interessantes da história diplomática luso-brasileira”⁴⁹, a conquista da Guiana, pensada em termos diplomáticos, principalmente após a morte de Dom Rodrigo, em 1812, representou, sobretudo, a perspectiva de uma ação governativa pragmática. Se para aquele, quando ministro da Guerra e dos Estrangeiros, a conquista de Caiena podia significar uma ampliação dos limites do Império luso-brasileiro, para os demais políticos, muitos mais voltados para a questão europeia,

pretendia-se, desde o início da administração da Guiana, que esta era uma conquista temporária, não se constituindo parte integrante do Império. Apostava-se na Guiana como uma moeda de troca ao fim das guerras napoleônicas. O grande interesse encontrava-se na Europa – Olivença.

Se o vocábulo diplomacia ainda não estava registrado na língua portuguesa, havia “diplomática” que significava a “ciência dos negociadores políticos e suas etiquetas”⁵⁰, representando com exatidão aquilo que a Corte de Dom João pretendia ao tomar Caiena. Além disso, ficava claro no *Manifesto* redigido por Dom Rodrigo que a guerra contra Caiena ainda mantinha a política ligada à moral, pois representava a guerra contra os franceses, ou, na própria expressão do estadista, contra os “abomináveis princípios franceses”, que equivaliam às forças do mal. Mantinha-se a linguagem política da diplomacia tradicional do Antigo Regime, na qual, ainda, não havia espaço para a constituição de um Estado secular.⁵¹

⁴⁸ Relation de l’Ambassade du Duc de Luxembourg [à la Cour de Rio de Janeiro]. Transcrita em Jean de Pins. *Sentiment et Diplomatie au début du XIXe siècle*. Paris, Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, 1984, p. 527-542. Citação à p. 528.

⁴⁹ Oliveira Lima. *D. João VI ...*, p. 300.

⁵⁰ Antonio de Moraes Silva. *Diccionario da lingua ...*, v. 1, p. 620.

⁵¹ Para a questão das linguagens políticas, ver . G. A. Pocock. “O conceito de linguagem e o *métier d'historien*: algumas considerações sobre a prática”. In: *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo, Edusp, 2003.

Artigos

Wolfgang Lenk

Marcelo Rodrigues de Oliveira

Carlos Celestino Rios e Souza

Problemas do Poder Naval português na guerra contra os holandeses

Wolfgang Lenk

Economista, Mestre e Doutor em História Econômica pela Universidade Estadual de Campinas, é atualmente professor do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia.

RESUMO

Este artigo procura verificar a condição do Poder Naval português ao longo da guerra contra a *W.I.C.*, os recursos necessários ao desenvolvimento e operação da Marinha, os custos e disponibilidade de receitas da coroa portuguesa para sua conservação em um momento crítico de sua história: a Restauração de 1640.

PALAVRAS-CHAVE: Portugal, Poder Naval, Restauração

ABSTRACT

This paper seeks to verify the condition of the Portuguese naval power throughout the war against the WIC, the resources necessary for development and operation of the Navy, the cost and availability of revenue of the Portuguese Crown to preserve them in a critical moment in its history: Restoration of 1640.

KEYWORDS: Portugal, Naval Power, Restoration

Desde quando se faziam os primeiros trabalhos de história da experiência colonial holandesa na América do Sul, que se viria a chamar posteriormente de Brasil holandês, a vitória portuguesa sobre a maior potência marítima do início do século XVII sempre causou perplexidade. Mediante o emprego da *fluyt* (embarcação mais eficiente na relação carga/tripulação), o controle do comércio báltico (fornecedor de grãos e material bélico) e a extensão da pesca no mar do Norte, a Marinha Mercante das Províncias Unidas exercia supremacia comercial sobre a economia-mundo europeia, lançando Amsterdam como centro financeiro. Por sua vez, o controle português do comércio oriental estava em decadência desde meados de 1550, devido à reação de turcos, malaios e malabares e, posteriormente, ao domínio da rota do Cabo por ingleses e holandeses. Ao fim do século XVI, os pioneiros das grandes navegações rumavam à obsolescência técnica e estratégica que submeteria os Impérios de Portugal e Espanha à penetração dos rivais, abrindo no século XVII uma corrida

pela ocupação das áreas ibéricas definidas em Tordesilhas¹. A formação da Companhia das Índias Ocidentais holandesa (*a West-Indische Compagnie, ou W.I.C.*) em 1621, após o fim da Trégua dos Doze Anos, e o desembarque flamengo na Bahia de Todos os Santos em maio de 1624, incluíram o cenário sul-americano neste quadro.

Como se sabe, a primeira reação ibérica à ofensiva holandesa esteve bem à altura do problema. A notícia da ocupação de Salvador pela *W.I.C.* chegou em Lisboa em 25 de julho de 1624. Enviada a Madri em correio extraordinário, uma semana depois assinavam-se as ordens para a expedição combinada das armadas das duas coroas². Com excepcional eficiência, aprestaram-se nos portos ibéricos 56 embarcações que comporiam a “Jornada dos Vassalos”. Ao todo, carregavam 1.185 peças de artilharia e 12.463 homens (entre portugueses, espanhóis e napolitanos), prontos para a travessia já em novembro. A Armada de Portugal deixou Lisboa dia 22, pouco depois da partida dos galeões de Cádiz. Toda a pressa era pouca, pois era sabido que das Províncias Unidas partira também outra Armada para reforçar a Bahia³. Enquanto isso, aprestaram-se caravelas de socorro para os portos do Brasil, com homens, armas e munições. Em agosto e setembro, partiram seis caravelas com grande quantidade de arcabuzes (mais de 1.500), pelouros, piques e pólvora⁴. Ao mesmo tempo, Filipe IV lograva socorrer com recursos as defesas da colônia e preparar, na metrópole, o

contragolpe ao invasor. Desta maneira, foi possível apoiar a resistência baiana, que isolava e enfraquecia as forças da *W.I.C.* em Salvador, até o assédio vitorioso da Armada e expulsão dos holandeses, em maio de 1625, antes que chegasse a armada de reforço holandesa.

Tal demonstração de força e eficiência do Poder Naval ibérico, contudo, seria uma exceção. Nos anos seguintes, faltariam recursos a Madri para que fosse combatida a presença flamenga na costa sul-americana. Em 1627, a flotilha de Piet Heyn navegou incontestemente, desbaratando as rotas do açúcar e a navegação portuguesa com a África e o Rio da Prata. Mesmo a costa portuguesa era defendida apenas por uma pequena flotilha de galeões, comandados por Dom Antônio de Ataíde⁵. Negociantes do açúcar, em Lisboa e no Brasil, solicitaram a formação de uma força de escolta para a navegação do açúcar, mas o projeto não teve apoio suficiente para ser executado⁶. Após a ocupação de Olinda e Recife, em 1630, as coroas ibéricas ver-se-iam no dilema de enviar, em caravelas isoladas, socorros de material e gente de guerra para a defesa do Brasil, ou reunir tais recursos em uma Armada forte o suficiente para desalojar os holandeses de Pernambuco. Para piorar a penúria financeira, a rivalidade política entre partidários do Conde-Duque de Olivares e ministros da coroa de Portugal atrapalhava o apresto das embarcações, de modo que uma força numerosa e preparada como a “Jornada dos Vassalos” esteve além das possibilidades⁷.

¹ Veja-se, por exemplo, como a Marinha ibérica, aferrada à ideologia cavaleiresca, optou pelo desenvolvimento de navios de alto bordo, favoráveis à abordagem e ao combate *tête-à-tête*, enquanto ingleses e flamengos desenvolveram embarcações menores e manobráveis para o combate de canhoneio à distância (MONTEIRO, S., *Espadas contra canhões: balanço da guerra no mar contra os ingleses e holandeses*, 1583-1663. Lisboa: Academia da Marinha, 1995).

² JOYCE JR., J. N., *Spanish influence on Portuguese administration*. University of Southern California, 1974, p. 333-335.

³ SCHWARTZ, S., “The voyage of the vassals: royal power, noble obligations and merchant capital before the portuguese restoration of independence, 1624-1640”, In: *American Historical Review*, v. 96, n. 3 (1991).

⁴ Biblioteca da Ajuda (Ajuda), 52-VIII-38, fl. 59 e segs; SALVADOR, F. V. D., *História do Brasil*, 1500-1627 (1627). 4ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1954, cap. 32.

⁵ BOXER, C. R., The naval and colonial papers of D. Antonio de Ataíde, In: *Harvard Library Bulletin*, v. 5, n. 1 (1951); Manoel de Meneses, *Relacion de la perdida de la Armada de Portugal del ano 1626*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1627.

⁶ Os grandes homens do comércio e da finança lisboeta não aderiram ao plano: seus negócios, então, espalhavam-se por um vasto circuito que conectava partes diferentes dos Impérios de Portugal e Espanha. A defesa da comunicação com o Brasil não era a eles tão importante quanto aos pequenos comerciantes. Ademais, a escolta para todo o trajeto pressupunha navegação em frota, que implicava no fecho das datas para deixar o Brasil, e o passar do tempo empedrava o açúcar. (COSTA, L. F., *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral de Comércio do Brasil (1580-1663)*. 2 vols. Lisboa: CNCDP, 2002, p. 221-5)

⁷ Wolfgang Lenk, *Guerra e pacto colonial: exército, fiscalidade e administração colonial da Bahia*. 1624-1654. (Tese de doutorado). Campinas: Unicamp, 2009.

Foram ao Brasil duas flotilhas de caravelas, a primeira com Mathias de Albuquerque, entre agosto de 1629 e abril de 1630, enquanto circulava ordem de Filipe IV para o apresto de uma Armada portuguesa de 20 galeões e quatro patachos⁸. Com todo o sacrifício, conseguiu-se reunir no Tejo uma Armada “respeitável” de 27 embarcações, das quais 17 eram galeões, cinco deles de Portugal.⁹ Ao todo, em torno de cinco mil homens e 440 canhões, confiado a Dom Antonio de Oquendo. O apresto, porém, demorou muito. A Armada deixou Lisboa com ordem para navegar em direitura à Bahia, que se pensava sitiada pelo holandês. Em Salvador, chegaram avisos da armada em abril; A Armada, mesmo, só em agosto, dia 13. Porém, a par da movimentação dos espanhóis, a *W.I.C.* já havia reforçado o Brasil holandês com um socorro de 16 embarcações¹⁰.

Ao longo de 1631, buscou-se remeter novos reforços a Oquendo com os recursos que houvessem disponíveis¹¹. Em novembro chegou ao Porto uma caravela das de Dom Antonio de Oquendo, trazendo notícia do embate nos Abrolhos e do desembarque de tropas em Pernambuco e na Paraíba. Batearam-se com a Esquadra de Adrien Pater no mês de setembro. O comandante holandês havia morrido, mas a luta fora restrita aos galeões, sem causar danos maiores ao grosso da frota da *W.I.C.* As esperanças de que o célebre almirante de Biscaia desalojasse o invasor do Recife fizeram água. Quando se soube que a frota holandesa fora avistada pela Armada duas vezes mais depois do combate, concluiu-se que no envio de socorros havia sempre o risco de encontro com os navios do inimigo, bem como o desembarque de gente em terra não era tarefa simples. Daí a ênfase crescente no uso de caravelas para fazer o transporte do socorro.

Ainda naquele mês partiu uma delas para o Rio de Janeiro. Mas o Conselho da Fazenda e os governadores representariam a Filipe IV a importância de “juntar as forças e tratar com todos o cuidado e maior pressa possível da Recuperação de Pernambuco... antes que o inimigo, tendo-se por seguro ali, com as fortificações que tem feito, trate de tomar mais portos naquele Estado, como parece que intenta”. A decisão do monarca era que os “socorros em caravelas à Bahia” continuariam até que uma Armada de restauração estivesse pronta¹².

Filipe IV e Olivares concluíram que o tempo de enviar nova Armada para o Brasil passara, e os navios disponíveis eram poucos e pequenos para fazer frente ao holandês no Brasil. Estavam a par do que ocorrera nos Abrolhos e tomavam pé da fragilidade dos galeões diante das fragatas holandesas – manobravam melhor, escolhiam o combate. Contra Dom Antônio, fora delas a iniciativa. Era melhor não arriscar os galeões em socorros esparsos ao Brasil¹³. Na Península, guardar-se-iam os galeões, que seriam reforçados com mais navios e gente

de maneira que possa emprender desalojar de uma vez o inimigo que está em Pernambuco... e enquanto se não faz [a armada de galeões] se deve enviar o socorro nas caravelas com a gente e providimentos que tenho resoluto como se fez antes que partisse a armada de D. Antonio de Oquendo, e depois de partido este socorro como hei mandado se executará o meio que apontais de ir enviando cada mês duas caravelas para se continuarem os socorros daquele Estado¹⁴.

O socorro de que Filipe IV se diz resolvido é uma Esquadra de 15 caravelas, ordenada

⁸ JOYCE JR., Spanish influence. Op.cit, p. 350; Ajuda 51-X-1, fl. 202v.

⁹ Dos 16 navios da Armada de Castela, apenas a capitânea, o enorme Galeão *Santiago de Oliste*, era da coroa. Os demais foram fretados ou alugados. Já na Armada de Portugal, todos os galeões, menos um, eram da coroa, e fretados os seis navios menores (BOXER, C. R., *The action between Pater and Oquendo, 12 September 1631*. London: [s.n.], 1959).

¹⁰ Ajuda 49-X-10, fl. 13 e 150.

¹¹ Ajuda 51-X-1, fl. 24, 47, 65, 73, 208v.

¹² Ajuda 51-X-1, fl. 248-254, 288v.

¹³ Ajuda 51-X-2, fl. 4v, 47v.

¹⁴ Ajuda 51-X-2, fl. 47v (grifo no original).

em janeiro de 1632, com a qual planejava transportar 1.400 homens já arregimentados ao Brasil. Ordenava ainda que se distribuíssem pela costa americana a 600 ou 700 para Pernambuco, 200 para a Paraíba, 200 para o Rio de Janeiro, cem para o Espírito Santo e São Vicente (*sic*). Uma das caravelas levaria João Pereira Corte Real (muito próximo de Dom Antônio de Ataíde), um dos principais homens de mar portugueses, para sondar a costa e averiguar a força do inimigo. Neste comenos, esperava-se 20 galeões de Portugal prontos até junho para compor uma Armada. Não obstante, faltavam mesmo caravelas em Lisboa – e o governo despachou para que se reunissem ali as que houvessem em Setúbal, Alcácer, Peniche, Atouguia, Porto e demais lugares da costa¹⁵. Em 14 de fevereiro estavam prontas para partir três caravelas, a *Anjo da Guarda*, a *Nossa Senhora de Nazaré* e a *Nossa Senhora da Ajuda*¹⁶.

Devido à falta de recursos, os prazos propostos pelo monarca para o apresto de embarcações seriam subsequentemente perdidos ao longo de 1633 e 1634. Em agosto de 1633, por chegarem avisos de novos reforços da Holanda para Pernambuco, o Conde de Basto, governador de Portugal, mandava que o que houvesse de socorro ao Brasil pronto para partir o fizesse sem dilação de tempo. Aliás, ordenava que o Conselho da Fazenda não tratasse de nada além do socorro. Preparava-se 12 galeões para compor uma Armada com Castela, mas isso ainda tomaria dois anos para acontecer. Tampouco deixava-se de enviar pequenos contingentes à África e ao Oriente em breve, as três frentes disputariam pela escassa provisão de trigo do Reino¹⁷. Em janeiro de 1634, o plano era o envio de cinco navios ao Brasil, incluídos quatro dos galeões de Gaspar de Carança, que haviam retornado de Dunquerque. Aprestava-se então outra caravela para a Bahia, carregada com alguma munição, sal e sardinha, “para o provimento daquele

presídio”. Acabou que a caravela partiu de Setúbal, pouco antes do dia 10, desacompanhada. Quanto aos galeões, ainda era necessário recompor a artilharia. Quatro caravelas finalmente partiram nos idos do mês de março. Levaram o Bispo Dom Pedro da Silva. Governo e Conselho então consultariam Sua Majestade se deviam continuar os socorros em caravelas, remetendo-lhe uma estimativa de seus custos¹⁸.

A essa altura, Filipe IV ordenava o apresto de quatro Esquadras que conduzissem socorros ao Brasil e açúcares a Portugal – um plano defensivo, mais próximo de uma armada de escolta do que de restauração. Segundo o cálculo do Conselho da Fazenda, a primeira Esquadra tomaria 200 mil cruzados; as demais, 300 mil (a Armada de Antonio de Oquendo havia custado 800 mil cruzados). Tal esforço resultaria na Armada que deixou Lisboa em 7 de setembro de 1635, com 30 velas e 2.500 homens de três nacionalidades, sob o comando de Dom Lope de Hoces e Dom Rodrigo Lobo. Foi formada com grande medida de improviso e desorganização. A Armada de Castela chegou ao Tejo vazia de suprimentos para a travessia, incrementando a lista de afazeres dos armazéns lusitanos. Houve uma série de entrevistos entre Dom Rodrigo Lobo e os oficiais da Fazenda, quanto às suas provisões e seu regimento. Em julho, descobriu-se que os mantimentos da almiranta estavam quase todos corruptos. Os relatórios sobre o provisionamento contradiziam-se, e quando finalmente a Armada partiu, estava gravemente desabastecida¹⁹. Os oficiais da coroa buscaram remediar a perda dos mantimentos da Armada com o apresto, já em novembro de 1635, de três caravelas com alimento para dois mil homens durante dois meses, mas isso não foi suficiente para melhorar a situação dos homens de Dom Luís de Rojas²⁰.

Com a queda do forte que defendia o porto no Cabo de Santo Agostinho, em julho

¹⁵ Ajuda 51-X-2, fl. 6, 19v, 180.

¹⁶ Ajuda 51-X-2, fl. 209v, 51v.

¹⁷ Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), Coleção Pombalina, códice 442, fl. 9-46v, 56.

¹⁸ BNL, Col. Pomb. 442, fl. 52v, 60, 68, 83, 114v, 119; Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) – Projeto Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, ns. 511, 521.

¹⁹ AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 583, 584, 607, 616, 650, 654, 655, 671; *Relacion verdadera de las causas por que los holandeses ganaron a esta prassa de Pernambuco*. BNL Mss. 201 n. 1.;

²⁰ AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 672.

de 1635, provavelmente cessou o envio de reforços para Pernambuco. Dali em diante, caravelas com socorro teriam se direcionado à Bahia. Com a retirada do Exército de Pernambuco, consolidava-se o domínio flamengo sobre as capitanias do Norte. Em 1638, as forças da *W.I.C.* comandadas pelo Conde de Nassau lançariam novo ataque a Salvador, sem sucesso. Filipe IV então apostava o que tinha em uma última Armada de força, grande o suficiente para tentar a restauração de Recife. Partiu em setembro de 1638 (um ano atrasada), com 41 vasos de guerra, muitos de origem na Liga Hanseática ou na Dinamarca. As recusas de João Pereira Corte Real e Dom Miguel de Noronha, o Conde de Linhares, em aceitar a expedição deixou o comando da frota com Dom Fernando Mascarenhas, o Conde da Torre; um nobre de qualificação duvidosa, sem qualquer experiência de combate. Os atrasos na escala em Cabo Verde causaram uma epidemia de cólera na tripulação, reduzindo drasticamente seus efetivos. Quando se aproximou de Recife, em 10 de janeiro de 1639, a Armada não tinha condições de desembarcar seus homens ou oferecer combate aos navios da *W.I.C.* Teve de rumar para a Bahia, onde seria reforçada e reabastecida ao longo daquele ano. Em janeiro de 1640, a frota da *W.I.C.* conseguiu defender o Recife e desbaratar a Armada luso-espanhola, muito prejudicada pela inépcia no comando e pela ação dos ventos²¹. Com as derrotas do Conde da Torre e de Antonio de Oquendo (no mesmo ano, no Canal da Mancha), seguidas pelo naufrágio de galeões da prata devido a uma tempestade, a coroa espanhola entrou em grave crise militar e financeira. Vieram então as insurreições de Portugal e da Catalunha, e a capacidade de Lisboa, sozinha, continuar o confronto com os holandeses no Brasil seria muito reduzida.

MEIOS E FINS

Em 1640, o domínio da *W.I.C.* sobre a "Nova Holanda" parecia consolidado. Contudo, 14 anos depois, a cidade de Recife, si-

tiada e faminta, render-se-ia às forças portuguesas após um breve bloqueio naval. Para avaliar o papel da Marinha portuguesa na restauração de Pernambuco, deve-se analisar a maneira pela qual a coroa de Portugal, sob Dom João IV, superou as limitações de seu tesouro e produziu os navios e as tripulações necessárias à empresa.

O apresto de uma Armada exigia opulência. Além do custoso levantamento de homens para o serviço no Brasil (que geralmente produzia soldados "bisonhos", sem experiência ou habilidade), era necessário arregar a escassa gente de mar do Reino, abastecê-la com provisões igualmente rarefeitas e supri-la de armas, munições e vestimenta. Parte considerável do soldo das tripulações era pago adiantado ao serviço na Armada e atingia valores elevados. No socorro de mantimentos que se pretendeu enviar a Dom Luís de Rojas, em fins de 1635, o valor esperado para se pagar de soldos da gente de mar era maior que o estimado para o frete das caravelas. No total, os soldos compunham um décimo do preço daquela Esquadra. Em outra ocasião, o apresto de sete galeões demandava 525 homens de mar para cada tripulação, a 3.200 réis mensais para cada um. Os pilotos, provável referência a conhecedores do litoral brasileiro, eram constantemente procurados em todas as praças do Reino, particularmente para servir em galeões que vinham de Cádiz, e eram provavelmente muito bem pagos. Se é possível confiar no que afirma uma carta do Marquês de Montalvão, o ordenado de um marinheiro poderia chegar a valer o mesmo que o aluguel de duas peças de artilharia²².

Ademais, havia-se de recrutar e aparelhar embarcações para o combate naval, o que (além do pagamento de fretes e aluguéis, quando não se podia simplesmente embargar os vasos disponíveis) exigia uma miríade de recursos materiais, por vezes indisponíveis. Efetivamente, o rol do necessário para o apresto dos galeões vai do breu e do alcatrão à enxárcia, à lona e o *lienso* para o velame, passando por reservas de madeira, carvão e chumbo em diferentes formas;

²¹ MELLO, E. C., *Nassau: governador do Brasil holandês*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006, p.108.

²² AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 672, 985; BNL, Col. Pomb. 442, fl. 17.

funis, aros, barris, bombas, baldes, prumos, escovas, achas, martelos, bandeiras, lâmpadas, medidas, garrafas, cofres, grillhões, dos instrumentos de carena e calafetagem aos de sobrevivência e disciplina. Aliás, toda a artilharia das embarcações exigia outra leva de cuidados especiais e detalhes importantes, como o acerto no calibre da munição, a boa estocagem da pólvora, etc²³.

Do armamento, falava-se principalmente em mosquetes e arcabuzes, em geral de Biscaia. De espadas, piques, lanças e albardas (*chuzos*) tratava-se menos. Ao que parece, o seu abastecimento foi suficiente – em 1634, o Conselho da Fazenda tinha notícia que os arcabuzes não eram tão necessários no Brasil “pelo que tem ido muitos”. Havia mesmo alguma sobra “que os soldados os metem pela terra adentro”. Em 1637, os arcabuzes e mosquetes de Biscaia custavam 1.600 e 2.800 réis à coroa de Portugal, cada um, respectivamente²⁴. Municiaava-se o Exército com balas (ou “pelouros”) de chumbo ou com o chumbo em pão, para se fazer em munição com formas de ferro. A pólvora comprava-se, de preferência, em Valência ou Pamplona, com toda atenção para sua limpeza e qualidade – a pólvora com pouco salitre via-se nas muitas faíscas ou *por no y levantar pecado quando se le pone fuego (sic)*. O maior carregamento parece ter sido o de Dom Lope de Hoces, quando intentava-se levar 1.000 quintais ao Brasil. Mas esse volume no transporte de pólvora não devia ser comum, pois arriscava pegar umidade durante a travessia. O transporte de mórão também exigia cuidados especiais. Houve ocasião em que a encomenda de mórão andou atrasada por falta de sol, e era difícil a sua confecção durante o inverno, pois não se podia “secar as cordas depois de cozidas”²⁵.

A munição de boca era outra. Na base, os derivados de trigo: pão e, principalmente, biscoito; branco ou comum. Eram feitos em Lisboa, do cereal que ali chegava – embora também se enviasse a farinha (branca

ou escura, a *harina ardida*), possivelmente quando não havia tempo para assar. Nos documentos ligados ao Brasil, encontramos referência ao trigo que vinha do Norte, mas também há trigo de Alcácer e de “Porto del Rei”, ou certo *trigo de la isla* – referências ao trigo do Mediterrâneo, possivelmente. O biscoito embarcava em latas, “folheado em folhas de flandres”²⁶. Permanecia comestível por um bom tempo, mas as vistorias do paiol eram feitas regularmente, mesmo durante a viagem – em 1638, por exemplo, Thomas de Ybio Calderón comunicava ao Conde da Torre que o biscoito embarcado nos galeões tinha menos de seis meses, era de muito bom trigo, mas *no esta de tan buena calidad como quando se embarco, pero de tal que seguramente se puede comer sin ningun dano de la salud de la gente*²⁷. De carnes, embarcava-se bacalhau e carne de vaca salgada. Em menor escala, sardinha e toucinho (ou “carne de porco” apenas). Sal, arroz, azeite, vinagre, legumes e queijos (flamengos e do Alentejo) também. E o vinho, onipresente, das Canárias e da Madeira. Em geral, cada embarcação trazia dois a três meses (com sorte, até oito meses) de provisões para a tripulação²⁸.

Já a indumentária do socorro era bastante variada: sapatos de couro de boi ou cordovão, badanas para palmilhas ou servilhas de pano; meias de lã, de pano colorido da França, de seda de Toledo ou da Itália; ceroulas de linho; atacas comuns e “de bispo”, cintos largos e meios-cintos; vestidos aparelhados e sorteados, ou de raxa; talins para a espada; gibões de bombazina; camisas de linho; balonas, comuns e de cassa, cobertores de papo, fustos pardos e fustões (de algodão); carapuças e chapéus, comuns, de cor ou mesmo “chapéus-balões, com seus véus”. Embarcava-se ainda uma miscelânea de panos, “da terra” ou da Comarca, branco ou de cor; cetim, bocaxim e tafetá, também de cor; bombazina da Inglaterra e da Alemanha; peças e meias-peças várias de panos de Por-

²³ MUNRO - idem.

²⁴ AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 511, 729. Ajuda 51-X-7, fl. 357.

²⁵ AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 497, 511, 513; BNL, Col. Pomb. 442, fl. 13.

²⁶ AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 607, 650, 617; BNL, Col. Pomb. 442, fls. 22, 56.

²⁷ Ajuda 51-X-7, fl. 357.

²⁸ AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 617, 672. BNL, Col. Pomb. 442, fls. 22v., 33, 34, 45; Ajuda 51-X-2, fl. 209v.

talegre (dozenos e dezoitenos), de Estremós, de Viana, do Porto, de cores de Flandres, de Coimbra; panos de Hamburgo, holandilhas, tafeciras da Índia, crise da Inglaterra, mocaxins da Alemanha e aniagem grega; estamenha da terra ou de Castela, estamenha “de freira” e estamenhão. Finalmente: linha branca, linha de cor ou apenas “fio”; “meialã” (ou *mezzalana*, metade cânhamo, metade lã); fitas de seda, de cadarço, de cores ordinárias ou melhores; retroses simples, de crise ou “meio preponto”; botões, talvez de seda; dedais e agulhas. Uma carta de Pernambuco, de abril de 1633, lamentava: *el socorro que venia en las caravelas era de algún provecho nunca lo fue y no ha servido a otra cosa sino a vestir estos pocos soldados que ay*²⁹.

Os recursos adotados pela coroa para cobrir tais despesas variadas podem explicar a composição dos socorros. Foram igualmente variados, pois em serem grandes as necessidades, muitas também haviam de ser as providências. Como dizia Filipe IV, em carta para Portugal: “não é justo que o Brasil se perca, ou deixe de ser socorrido como convém, por falta de dinheiro, pois seria o maior dano que se poderia fazer a esse Reino deixar-se perder aquele Estado”³⁰.

A primeira fonte de arrecadação a se considerar é a tributação, cuja impopularidade em Portugal durante aquela década é conhecida. As alterações de Évora, por exemplo, tem raízes na implementação do aumento do cabeção das sisas, decretado em 1635. Outras comarcas também buscaram escapar da cobrança, valendo-se de privilégios antigos; mas o governo, ao que parece, conseguia fazer valer o aumento por decreto. No varejo de carne e vinho, foi imposto um real de cobre sobre cada arratel ou canada, pelo que ficou conhecido o “real d’água”. Neste mesmo abril de 1630, uma nova imposição

sobre o sal, de dois reais por arratel também foi criada³¹. A meia-anata era particularmente mal-afamada – tratava-se do recolhimento do valor em dinheiro de meio ano de ordenado daqueles que eram providos em cargos e ofícios da coroa, que não fossem os cargos eclesiásticos. O mesmo valia para quaisquer honras, mercês, graças, privilégios ou ajudas de custo, mas estavam isentos os soldados³². Há impostos sobre miunças, mas não é fácil redesenhar como se davam todas as coletas. Houve um direito sobre o cobre, aplicado para o socorro das Índias Orientais em 1629. Usou-se dinheiro que a coroa ganhava no exercício da Justiça, mas muito pouco. Já o “direito das armas” teve maior aparência: fez parte da tributação aplicada entre 1630 e 1631, a reboque dos primeiros esforços para a restauração de Pernambuco. Era cobrado entre as Câmaras das vilas e lugarejos, consignado ao depósito nas ferrarias onde se fabricavam “armas para as armadas e caravelas”. Ademais, em certos momentos recolhia-se os sobejos desta ou daquela arrecadação, ou de algum cofre de almoxarife³³.

Dois tributos da maior importância eram derivados, em grande medida, do negócio do açúcar. O consulado, que há algum tempo financiava os galeões da coroa de Portugal, tinha base nesse comércio. Buscou-se também algum dinheiro com uma avaria sobre o açúcar transportado em companhia da Armada de Dom Antonio de Oquendo. Desde a década de 1620, o apresto de navios de escolta para a frota do açúcar era proposto com a contrapartida da distribuição dos custos entre os usuários da frota, os clientes do transporte, pela cobrança de uma avaria. Em 1631, quando a Armada arribou, Filipe IV pediu que o governo e a junta cobrassem dos navios uma nova avaria pelo açúcar que fora transportado, valendo-se

²⁹ Ajuda 49-X-28, fl. 356; As listas da indumentária podem-se encontrar no AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 397, 514, 617, 672 BNL, Col. Pomb 442, fl. 33, Ajuda 51-X-1, fl. 98 e 51-X-2, fl. 209v; MELLO, E. C., *Olinda restaurada*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998, p. 190.

³⁰ AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 525.

³¹ *Coleção Chronologica da Legislação Portuguesa* (CCLP), 1634-40, p. 64, 73, 185; Joyce Jr., *Spanish influence*, op.cit., p. 356. Sobre o debate acerca das sisas, veja-se GODINHO, V. M., *Finanças Públicas e Estrutura do Estado*. In: *Ensaio*, v. 2, Lisboa: Sá da Costa, 1978; HESPANHA, A.M., *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal – século XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.

³² CCLP, 1627-34, p. 203-4, 216-9, 229, 308;

³³ CCLP, 1627-34, p. 154; SANTARÉM, V., *Memórias e alguns documentos para a história e teoria das côrtes geraes*. 2ª ed. Lisboa: Portugal-Brasil, 1924, p. 303; AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 494, 605; Ajuda 51-X-1, fl. 238v.

do fato de que a Armada teria aliviado os mercadores de comprar seguros. Mestres, pilotos e donos de embarcações protestaram contra o “dobro da avaria”, com apoio do Conselho da Fazenda, ao que o monarca mandou saber que a sobretaxa duraria apenas enquanto houvesse guerra no Brasil. O Governo de Portugal mostrou-se favorável à medida, para que se desse transporte seguro ao açúcar, de cujo comércio muito no Reino dependia³⁴.

A coroa também buscou sustento em donativos dos três estados. A Igreja resistia, mas acabava por oferecer valores respeitáveis³⁵. Houve, aliás, a venda de indulgências conforme a bula da Santa Cruzada, cujo dinheiro era intermediado por comissários fiéis, porém de ofícios seculares³⁶. Os nobres também eram chamados a contribuir, sem que isso, porém, resultasse em muita coisa. No apresto da Jornada dos Vassalos, é possível que suas fortunas tenham exercido algum papel – sobreviveu uma missiva régia para os Condes de Portalegre e Villahermosa na qual dizia estar ainda à espera de suas contribuições. Mas era difícil que a nobreza, já tão dependente da Fazenda Real, pudesse lhe oferecer de volta qualquer dinheiro de significância³⁷. Era certamente mais rico o dinheiro recolhido no meio urbano. Um tributo importante era o recebimento anual pela coroa de um terço das rendas dos Conselhos das vilas e lugares do Reino, sujeito a privilégios e particularismos de cada cidade e sua capacidade de resistência ao fisco³⁸.

De empréstimos, o monarca buscava todos que fossem possíveis. Comerciantes do Norte (Porto e Viana), onde “tanto haviam ganho quando iam ao Brasil, mais ainda quando ele estava sem inimigos”, eram especialmente convocados a contribuir³⁹. De

tais pedidos de crédito junto à comunidade mercantil, o mais conhecido é o de 500 mil cruzados, recolhido em 1631 junto aos mercadores “bons de cabedal” para o apresto da Armada daquele ano⁴⁰. Entretanto, quanto maior o cabedal particular, mais se podia exigir da coroa nos termos do empréstimo – é o problema da finança. Na extensa lista de emprestadores dos 500 mil cruzados, encontramos valores individuais entre 50 e 200 mil réis, mas poucos vão além disso. Dizia-se então que os homens de grande cabedal já haviam contribuído de outra forma, com 300 mil cruzados em compras de juros da coroa, mais outros 200 em um donativo para o socorro de Pernambuco⁴¹. O meio mais eficaz de conseguir esse financiamento era garantir os empréstimos com a consignação do rendimento de tributos, mas esse era um recurso que reduzia a arrecadação disponível no futuro e aumentava o risco de falência do Erário⁴². De fato, em 1639, Madri deixou de pagar a enorme soma de 1.500.000 ducados em dívidas, inclusive por conta do acidente na invernada dos galeões da frota da prata⁴³.

Em meio a tais limitações materiais, a coroa valeu-se de espaços no comércio colonial para baratear o custeio da guerra. Por exemplo, buscava-se o frete de embarcações em troca de privilégios no comércio da pimenta, ou pagava-se o soldo da gente de mar com direitos sobre os fretes futuros do açúcar que viria do Brasil na Armada⁴⁴. Foi comum a concessão de licenças ao comércio com o Brasil, em troca de transportes livres de frete. Também recebia-se licenças para carregar vinhos das Canárias ao Brasil, como pagamento de dívidas da coroa. O embargo de navios no porto para compor a frota também direcionava algum capital para a colônia, pois então o transporte de socor-

³⁴ Costa, *O transporte no Atlântico*, op.cit., p. 221, 372; AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 605; Ajuda, 51-X-1, fl. 102 e v., 137v, 51-X-2, fl. 54, 236v, 266, 51-X-3, fl. 3v.

³⁵ AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 508; CCLP, 1620-27, p. 054.

³⁶ AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 511, 605.

³⁷ AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 523, 553; CCLP, 1634-40, p. 040; BNL, Mss. 206, n. 267.

³⁸ Veja-se, por exemplo: CCLP, 1627-33, p. 199, 219, 227; 1634-40, p. 124.

³⁹ AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 521, 541.

⁴⁰ CCLP, 1627-33, p. 202, 214, 254; BNL, Mss. 206, n. 168 e 234, n. 12.

⁴¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Corpo Chronológico, parte I, maço 118, doc. 105; BNL, Col. Pomb. 442, fl. 64, 185; AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 704.

⁴² AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 408, 553

⁴³ AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 431;

⁴⁴ AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 337; Ajuda 51-VI-28, fl. 78.

ros ao Brasil tornava-se a única maneira de conseguir licenças para sair do porto, onde o cabedal se esvaía na corrosão dos cascos estacionados e nos ordenados da tripulação ociosa. Como Gaspar Pires, vizinho de Viana, que se propôs a carregar vinhos para o Brasil para livrar-se de ficar estacionado no Tejo⁴⁵. Mesmo em guerra, a colônia era uma fonte de riqueza cada vez mais importante para os cofres da monarquia.

A própria Fazenda Real organizava o conteúdo do socorro enviado ao Brasil de modo a usufruir das vantagens do comércio colonial. Em 1631, pode-se ver ordem do Governo de Portugal pra enviar à colônia “a maior quantidade de roupas possível” – o que se fazia porque o comerciante Luiz Vaz de Rezende oferecera 50 mil cruzados em roupas para ficar com o contrato do pau-brasil, que já tinha outro administrador⁴⁶. A Fazenda Real aproveitava-se disso para pagar o soldo dos militares no Brasil em vestidos⁴⁷. O vinho (principalmente, das Ilhas Canárias) também era uma mercadoria que se prestava a esse propósito, devido ao volume de sua venda no Brasil. O transporte de pipas como parte do socorro gerava mesmo grande interesse entre os comandantes, que chegavam ao ponto de disputar entre si, como fizeram o Conde da Torre e seu segundo, Dom Juan da Vega Bazán⁴⁸. De tantos testemunhos desse circuito, vale citar o apelo de Pedro Cadena de Vilhasanti, quando provedor-mór da Fazenda no Brasil: ganhava Sua Majestade se conduzisse o socorro do Brasil em fazendas, que no Brasil valiam muito dinheiro. Segundo ele, uma remessa de 330 pipas de vinho, compradas na Madeira por 11 mil cruzados, “muito mal administradas, e com grandes quebras e custos”, era vendida no Brasil pelo tresdobro do preço⁴⁹.

Sobretudo, usava-se do comércio colonial para atrair recursos estrangeiros para suprir as debilidades da Marinha ibérica. Desde

meados de 1620 encontramos o emprego de artilheiros e oficiais de artilharia (condestáveis) estrangeiros nas embarcações para o Brasil. O Governador Diogo Luís de Oliveira, por exemplo, valeu-se deles nas três naus que levou consigo à Bahia. Muitos são ingleses, país de onde se difundia o uso da colubrina de ferro, uma peça de artilharia menor e menos confiável, mas muito mais barata que a de bronze⁵⁰. Outros vêm de Dunquerque. Entretanto, não lhes era permitido ficar no Brasil. Os ministros da coroa de Portugal tentavam zelar pela proibição à presença de estrangeiros na colônia, apesar de todas as necessidades – como quando Dom Antônio de Ataíde mostrava-se contrário à autorização de navios de Sevilha para o Brasil⁵¹.

A partir de 1633 aparecem mais pedidos de envio ou fretamento de embarcações estrangeiras, prontamente artilhadas. A maioria se declara de Lübeck e Dunquerque. Pedia-se que embarcações e tripulantes viessem de países amigos e vassalos de Sua Majestade. Invariavelmente, as licenças eram concedidas com ressalva de que os navios fossem em direitura ao Brasil e dele retornassem a Portugal. Valiam para uma só viagem, mas permitia-se que fossem novamente solicitadas. Por vezes, expressava-se que não podiam levar mais da metade da tripulação em gente estrangeira. Com o tempo, são também estrangeiros os mercadores que pedem as licenças. Já em 1632, Filipe IV buscava evitar que a fiscalização das alfândegas causasse moléstias e vexações ao capital forâneo nos portos do Reino, para o prejuízo do “comércio universal, senão sua total destruição”. De fato, a necessidade de socorros constantes ao teatro meridional da guerra abria espaço para essa penetração. O Conselho da Fazenda, em outubro de 1633, escrevia para Dom Diogo que nos navios estrangeiros estava o único meio de prover o socorro de Pernambuco⁵².

⁴⁵ AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 621, 636; Ajuda, 51-VI-21, fl. 223, 257.

⁴⁶ Ajuda 51-X-1, fl. 101, 125, 133v; 51-X-2, fl. 01, 09v; AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 631;

⁴⁷ AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 439.

⁴⁸ SALVADO, J. P. e S. M. MIRANDA, eds., *Cartas do primeiro Conde da Torre*, 4 vols., [s.l.]: Comissão nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 2001, vol 4.

⁴⁹ VILHASANTI, P. D. C., *Relação diária do cerco da Baía de 1638*. Lisboa: [s.n.], 1941.

⁵⁰ CIPOLLA, C. *Guns and sails in the early phase of european expansion, 1400-1700*. Londres: William Collins, 1965.

⁵¹ Ajuda 51-X-3, fl. 11-13; AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 448, 457, 466-8, 614.

⁵² AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 484, 535, 537, 569; BNL, Col. Pomb. 442, fl. 45v; Ajuda, 51-X-2, fl. 26v;

Em geral, o estrangeiro se oferecia para transportar o socorro livre de frete. Em janeiro de 1634, por exemplo, um flamengo de nome Voltremes, estabelecido em Dunquerque, dispunha de quatro a seis navios bem armados para levar mantimentos e munições, mais o que a coroa lhe entregasse, se pudesse voltar do Brasil com açúcar. Segundo os alvarás que regiam a fiscalização do contrabando, cabia ao provedor dos armazéns averiguar a origem de navios e tripulações. Em Lisboa, o Conselho da Fazenda tinha informação de “genoveses ricos” dispostos a carregar socorros a frete livre. Ofereciam “seis ou sete naus possantes”. Havia também ingleses e franceses interessados. Ainda naquele ano, na mesma missão que liberava o comércio das Canárias e da Madeira em direitura ao Brasil, Filipe IV buscava informar-se de como andava este trato “sobre cujo negócio declara querer tratar com o El-Rei de Inglaterra”⁵³. Em 1635, a Marinha ibérica dependeu dos estrangeiros para compor a Armada que velejou com Dom Lope de Hoces e Dom Luís de Rojas. Se não fossem tais concessões do comércio colonial, não teria saído do papel.

O PODER NAVAL NA RESTAURAÇÃO

A Restauração de 1640 agravou drasticamente a capacidade de mobilização e comprometimento militar dos portugueses contra a *W.I.C.* Não apenas abria-se um flanco doméstico de conflito, mas também era alçado ao poder um monarca em condições políticas desfavoráveis à centralização de recursos necessária para a guerra. Dom João IV havia sido proclamado para combater a tirania do Governo dos Áustrias em nome da “liberdade dos fidalgos” e do respeito a seus privilégios. A menor sombra de centralização administrativa seria denunciada como traição dos princípios fundadores do movimento restaurador⁵⁴. Assim, o rompimento

com diferentes setores do clero e da nobreza seria inevitável. Já em 1645, o descontentamento da nobreza é público, bem como a contínua oposição do Santo Ofício. Por duas ocasiões, em 1647 e 1649, tramou-se o assassinato de Dom João. O monarca reinava sobre o fio da navalha, e “mal se via duas ou três pessoas a conversar, logo o duque (*sic*) as tinha por suspeitos”⁵⁵.

O mesmo acontecia no que toca a fiscalidade. Dom João IV chegara ao poder apoiado na revolta contra a exorbitante tributação imposta por Dom Filipe. No arremedo da Restauração, havia revogado a cobrança dos tributos instituídos pela monarquia filipina, para o júbilo geral da Lusitânia. Nas Cortes celebradas ao início de 1641, o rei tímido fez poucas solicitações aos estados, além de vagas petições de princípio. O rápido empobrecimento do Erário, frente à gama de despesas necessárias, forcejava contra as demandas de alívio fiscal, e gradualmente a coroa reinstaurou a tributação usada pelo antecessor. Ainda naquele ano, voltava-se a arrecadar o real-d’água; dois anos depois, a meia-anata. Criou-se um tributo de 10% sobre todos os rendimentos do Reino, inspirado nos dízimos da Igreja, pelo que foi chamado “décima secular” (ou “décima militar”, pois o dinheiro arrecadado foi consignado à guerra contra Madri). Criou-se, ademais, o imposto da moagem de cereais, o novo direito da chancelaria, o tributo sobre caixas de açúcar⁵⁶.

Entretanto, a reedição e a ampliação do quadro tributário do Governo filipino escondem as enormes dificuldades em sua arrecadação. As décimas seculares, o clero negou-se a pagar. As obrigações da nobreza, mesmo instituídas em Cortes, também foram de pouco remédio⁵⁷. No decorrer dos anos, a coleta do fisco (em particular, das décimas) andava desmoralizada, e a coroa buscava se valer de tributos indiretos, de mais fácil arrecadação. Foi possível conso-

⁵³ AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 492, 526, 541, 568, 569; BNL, Códice 7627, fl. 115 e segs.; CCLP, carta régia de 6/9/1635, vol. 1634-40, p. 66, cartas régias de 20/9/1620 e 23/2/1624.

⁵⁴ VALLADARES, R., *A independência de Portugal: guerra e restauração, 1640-1680*. Trad. Pedro Cardim. Lisboa: Esfera dos Livros, 2006, p. 277.

⁵⁵ Valladares, *A independência de Portugal*, op.cit., p. 280.

⁵⁶ Id., *ibid.*, pp. 293 e segs; MAGALHÃES, J.R., *Dinheiro para a guerra: as décimas da Restauração*. In: *Hispania*, v. 64, n. 216 (2004); GUIMARÃES, V., *As finanças na guerra de Restauração (1640-1668)*. Lisboa: LCGG, 1941.

⁵⁷ Apud: Valladares, *A independência de Portugal*, op.cit., p. 296

lidar um arranjo fiscal legítimo em acordos com as Cortes (convocadas nos anos de 1641, 1643, 1645 e 1653), para o que a presença de um inimigo próximo e popular (ainda que Castela não se ocupasse muito da fronteira portuguesa) foi certamente determinante. Não obstante, a coroa ainda teve de se valer de desvalorizações, e o real português perdeu cerca de 42% de seu valor frente à prata entre 1641 e 1643. Ainda que, ao fim da década, há quem afirme que a carga tributária teria aumentado em Portugal, todo esse aumento (se de fato ocorreu) foi insuficiente para fechar as contas da guerra da Restauração, e a coroa incorria em défices subsequentes. O dinheiro disponível para o socorro do Brasil não apenas havia reduzido, como chegava-se mesmo a cogitar, em meados de 1650, a extensão da cobrança das décimas seculares à colônia, para que esta auxiliasse o financiamento da Fazenda Real no Reino⁵⁸.

Em 1641, a fragilidade de Dom João IV limitava sua política para o Brasil, ainda que a negligência da coroa no teatro colonial tivesse sido um dos argumentos em prol do movimento restaurador. Deste modo, Lisboa buscou a trégua com os holandeses, de modo a abrir caminho para uma cooperação anticastelhana. Foi assinada em junho de 1641, e Pernambuco permaneceu em posse dos flamengos. Os Estados Gerais e a *W.I.C.* souberam aproveitar da debilidade portuguesa, atrasando as assinaturas da trégua para dar tempo à ocupação de Luanda⁵⁹. Do outro lado da Mancha, com a aliança hispano-britânica em crise, Carlos I aproveitou a presença dos enviados de Dom João para retomar as demandas inglesas de abertura dos mercados coloniais portugueses⁶⁰.

Enquanto isso, Lisboa era incapaz de oferecer apoio a suas praças americanas. Há

pouca notícia de embarque de homens ou petrechos à colônia a partir de então. Com a pequena Esquadra que transportou Antônio Teles da Silva à Bahia, foram também uma centena de homens para a infantaria e um carregamento de sal do estanco régio. Até um ano depois, uma nau isolada e uma Esquadilha de três caravelas haviam fretado socorros. As embarcações voltavam carregadas de pedidos: "são muitas as cartas que se tem escrito a Vossa Majestade e todas pedem socorro, porque o que até agora foi pouco agora é menos", escreveu o provedor. "Do Reino de Portugal não vinha nada", reclamava a Câmara. O governador estranhava: nem cartas ou avisos recebia da coroa. Em março de 1644, duas caravelas chegaram em Salvador, mas nada de socorro, de sal ou de correspondência da coroa⁶¹. A dificuldade em prover humana e materialmente o Exército no Brasil tornar-se-ia maior graças ao início da movimentação militar na fronteira luso-castelhana, a partir de 1643⁶². Antes da guerra contra a *W.I.C.*, a prioridade seria a defesa da monarquia bragantina.

Não obstante, a coroa também estudava uma reação no conflito sul-atlântico. Note-se, aliás, que a criação do Conselho Ultramarino, em funcionamento a partir de 1643, é um marco: com todas as suas limitações, e não sem resistência, Dom João IV conseguiria centralizar a administração colonial em um órgão mais próximo do monarca, algo em que Filipe III havia falhado em 1604⁶³. Entrementes, André Vidal de Negreiros já estava no Brasil, para retomar o contato com os portugueses em Pernambuco. Por sua vez, Salvador Correia de Sá também já havia expressado ao rei suas opiniões acerca da guerra no ultramar, sugerindo novas ofensivas. Assim, tanto o levante dos moradores de Pernambuco quanto o desembar-

⁵⁸ Id., *ibid.*, p. 294; MAURO, F., *Portugal, Brasil e o Atlântico, 1570-1670*. Trad. Manuela Barreto. Lisboa: Estampa, 1979, v. 2, p. 167.

⁵⁹ Mello, *O negócio do Brasil*, op.cit., p. 30-33. Diga-se, aliás, que os atrasos na ratificação do acordo em Portugal favoreceram a manobra holandesa.

⁶⁰ No entanto, apesar da importância do acordo para Portugal, logrou-se que os termos não fossem muito diferentes daqueles que o interesse britânico conseguira na aliança com Madri: em particular, o aluguel de embarcações para a navegação das rotas lusitanas. Valladares, *A independência de Portugal*, op.cit., p. 75-82.

⁶¹ AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 965, 993, 993, 1001, 1016, 1026, 1054, 1055.

⁶² COSTA, F. D., *A guerra da restauração, 1641-1668*. Lisboa: Horizonte, 2004, pp. 46-62.

⁶³ CARDIM, P., "Administração" e "governo": uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime". In: BICALHO, M.F. e FERLINI, V.L.A., *Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império português, séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

que de tropas em Angola e Buenos Aires eram projetos nos quais Dom João, embora ciente de sua fraqueza, certamente não deixou de se interessar.

No Conselho Ultramarino, buscava-se os meios para a reconstrução do Poder Naval português, que muitos consideravam fundamental para a autonomia do país. Denunciava-se o dano à Marinha portuguesa da navegação em caravelas, as “escolas de fugir”: a opção por velocidade e evasão do inimigo na navegação do açúcar havia desacostumado a gente de mar, o comércio e a construção naval das tarefas de uma potência marítima. Convinha aumentar o porte e o armamento dos vasos, para o que a segurança da navegação em comboios também era fundamental⁶⁴. Contudo, entre os mercadores do açúcar as frotas estavam longe de ser uma unanimidade. Embarcações maiores, artilharia, matalotagem: tudo isso significava o deslocamento do pequeno mercador e armador de caravelas, que era predominante no ramo. Ao mesmo tempo, configurava-se a intervenção da coroa no mercado dos fretes, com fixação de preços. O regime de frota implicaria concentração do tráfego em um dos portos do Reino, em detrimento dos demais. No Brasil, a longa espera do açúcar nos trapiches pela data de partida do comboio fá-lo-ia empedrar. A proposta, portanto, contava com a oposição de um grande número de comerciantes nos vários portos do Reino, e de ambos os lados do Atlântico.

Em 1644, o regime de frota foi implementado de forma limitada. Haveria comboio apenas no retorno do Brasil a Portugal, sob escolta de dois galeões da Armada Real. Previa-se a proibição de embarcações com deslocamento inferior a 200 toneladas e armamento inferior a dez peças, mas a sua utilização continuou permitida temporariamente. Houve fixação das taxas de frete e o financiamento da armação dos galeões e do armamento das naus foi atrelado à cobran-

ça de avarias, uma taxa a incidir sobre a carga fretada nas caravelas com menos de 200 toneladas. Nestes termos, aprestou-se uma Esquadra de escolta que, sob Salvador Correia de Sá e Diogo Martins Madeira, partiu de Belém no dia de Natal, com sete velas (entre elas, dois galeões da Armada Real) e 600 tripulantes. Duas das embarcações (uma nau e um “barco latino” pequeno) eram destinadas a socorrer os portugueses em Angola⁶⁵.

Quando a Esquadra de Salvador Correia de Sá chegou à Bahia, em fevereiro de 1645, a conspiração contra a *W.I.C.* já se havia desencadeado. Apesar da trégua e da política do embaixador português em Amsterdam, depois dos embates no Monte das Tabocas e na Baía de Tamandaré, em agosto e setembro, com participação de companhias de infantaria e embarcações de Salvador, a coroa de Portugal estava *de facto* em estado de guerra contra a *W.I.C.*

Todavia, a colônia continuava mal-guarneada. A Bahia estava “toda desmantelada e falta de infantaria, munições e artilharia e armas”, principalmente depois de enviar um dos terços em apoio dos pernambucanos, mais os homens e munições entregues à frota de Salvador Correia de Sá e a duas Esquadilhas de socorro aos angolanos. Tanto Salvador quanto o Rio de Janeiro solicitavam reforços, diante da possibilidade de retaliação dos holandeses em qualquer uma das praças. O Conselho Ultramarino hesitava entre qual das praças mais precisava de apoio⁶⁶. Em outubro, enviou-se 200 açoreanos para a Bahia. Em junho de 1646, há registro de uma flotilha de caravelas com socorros ao Brasil. Havia já um grupo de capitães com patente para levantar gente de guerra nas ilhas, mas faltava o dinheiro necessário para a empresa. Em setembro, ainda eram separados mosquetes e munições para o embarque, com o que se formariam quatro companhias de ilhéus. A meta era o envio de mil homens, ao menos, para

⁶⁴ “Navios de grande calado, concentração do tráfego, condenação das caravelas: o tríptico inspirador da política naval de D. João IV” (Costa, *O transporte no Atlântico*, op.cit., p. 504). Veja-se também, Boxer, *Salvador de Sá*, op.cit., p. 184.

⁶⁵ GUEDES, M. J., *História naval brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975, v.2, t.1B, p. 10-12; Costa, *O transporte no Atlântico*, op.cit., p. 500-501. AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 1100.

⁶⁶ AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 1143, 1147, 1148, 1170, 1191, 1192, 1203, 1211, 1214.

a colônia. Porém, a frota do açúcar daquele ano velejou sem escolta⁶⁷. Os recursos de Portugal, após a restauração, continuavam muito aquém da tarefa.

Mais uma vez, na escassez de recursos, a coroa valia-se do comércio para socorrer as praças coloniais. "Os mercadores nos tem levado este socorro", concluía o Conselho Ultramarino em dezembro de 1645. Mesmo o fornecedor de mosquetes queria garantias de pagamento mediante consignação dos direitos sobre o comércio de sal⁶⁸. Entre os inconvenientes da medida estava a indisposição dos mestres de navios mercantes em combater, tanto quanto um soldado não atira se o valor da bala lhe for cobrado. Foi o que se observou no transporte de Francisco Barreto de Menezes, enviado pela coroa com patente de mestre de campo general para centralizar o comando dos terços em Pernambuco. A Esquadra desferiu de Lisboa em março de 1647, com sete embarcações, cinco caravelas e dois patachos. A 30 léguas da Bahia, avistaram duas fragatas holandesas. Ao primeiro sinal de hostilidade, as cinco caravelas refugaram combate, deixando os dois patachos à mercê do inimigo. Duas delas levavam tropas precisamente para escoltar o general. Francisco Barreto capturado, em posse de vasta e comprometedora correspondência da coroa com os insurgentes⁶⁹.

Enquanto o esforço de Lisboa em exercer algum Poder Naval na colônia permanecia à deriva, o holandês em Recife usava da superioridade de sua Marinha para retaliar as agressões sofridas no interior de Pernambuco. Em 1647, um destacamento da Armada da *W.I.C.* atacou a Baía de Todos os Santos, estabelecendo uma cabeça de ponte na Ilha de Itaparica, sob o comando de Sigmund Von Schkoppe. Seu objetivo era estorvar a navegação portuguesa na Bahia, ameaçar o

sítio de Salvador e forçar o recuo da infantaria que cercava o Recife.

A notícia da ocupação chegou em Lisboa em primeiro de maio de 1647. O Conselho Ultramarino despachou apressadamente o apresto de um socorro de tropas, armas e embarcações de guerra para a Bahia. Pedia-se, em especial, soldados com experiência para os postos de comando, embarcações a remo armadas com artilharia de ferro e roqueiras, militares com prática no combate naval, toda a pólvora, mórão e balas quanto fosse possível. Além disso, pipas de vinho, outras tantas de farinha e algum carregamento de sal⁷⁰. Entretanto, diante dos meios disponíveis, não houve alternativa à coroa senão empregar os galeões da Armada real no socorro, com o que a costa do Reino ficaria desprotegida. Visto que oito dos 20 galeões da Armada faziam então a viagem da Índia, era preciso reforçar a Armada com quaisquer recursos à mão. Para tanto, foi providencial o acordo com Duarte da Silva, um dos maiores comerciantes de Lisboa, com grandes interesses no açúcar do Recôncavo baiano. Conseguiu-se assim um adiantamento de 300 mil cruzados, recebíveis sobre o advento de tributos sobre o açúcar exportado no Brasil. Ainda assim, foram necessários quatro meses para amear a tripulação necessária entre a escassa gente de mar do Reino, em especial pilotos e artilheiros, até que a Armada pudesse fazer vela em 18 de outubro. Ao todo, haviam-se reunidos 20 vasos bem armados (dos quais 11 galeões e cinco navios de porte médio), 2.350 infantes e mil marinheiros⁷¹.

Nos arredores da Ilha de Fernando de Noronha, os galeões da Armada Real foram avistados pela patrulha holandesa, que de pronto passou a notícia a Von Schkoppe, em Itaparica. O temor quanto ao tamanho da frota portuguesa e à possibilidade de ataque

⁶⁷ AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 1143, 1147, 1148, 1170, 1191, 1192, 1203, 1211, 1214.

⁶⁸ AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 1148, 1165.

⁶⁹ Os Capitães Manuel de Andrade Machado e Antônio Correia Teixeira foram presos em Salvador assim que Antônio Teles da Silva soube do ocorrido. Anos depois, alegariam que não tinham ordens da coroa para combater, assim como Salvador Correia de Sá, em 1645. Disseram que sua ordem era deitar em salvamento a carga das caravelas, "munhões e petrechos de guerra" endereçados à Bahia. Ambos os capitães morreriam presos por deserção (AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 1279, 1280, 1299, 1312, 1361, 1435).

⁷⁰ AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 1556.

⁷¹ *Ibidem*, pp. 54-56; BOXER, C. R., *The dutch in Brazil*. Oxford: Clarendon, 1957, p. 180. Deve-se ter cautela na leitura de tais números para a infantaria levantada, como recomenda o Almirante Max Guedes.

ao Recife foi suficiente para que se ordenasse a retirada da Bahia, que ocorreu em 14 de dezembro. Dom Antônio Teles de Menezes e a Armada de Portugal chegaram dez dias depois. Quatro dos galeões em breve partiriam para o Rio de Janeiro, onde haveriam de se reunir com o socorro a Angola aprontado em Lisboa por Salvador Correia de Sá, em paralelo ao apresto da Armada Real (mas também financiada por Duarte da Silva e companhia)⁷².

Contudo, a situação da Bahia permanecia incerta, uma vez que a retirada de Von Schkoppe não implicou domínio português no mar do Brasil. Em verdade, a balança do Poder Naval voltou a pesar fortemente em favor dos holandeses nos meses seguintes. A queda de Dunquerque, em outubro de 1646, desempregou a comunidade de corsários da Zelândia. Organizados em uma *Brazilische Directie Ende Compagnie*, com regulamento concedido pela *W.I.C.*, deslocaram-se para o Recife em busca de butim. Ademais, os Estados Gerais concederam à *W.I.C.* um enorme reforço de quase 40 embarcações e seis mil homens, sob comando do Vice-Almirante Witte de With. O socorro não partiu a tempo de se antecipar à Armada de Portugal, o que teria comprometido gravemente a defesa da Bahia e a restauração de Angola. Ainda assim, a Marinha holandesa pôs-se à caça da navegação do açúcar e da Armada de Dom Antônio Teles de Menezes. Derrotado em Guararapes, o comando das armas da *W.I.C.* considerou que sua melhor alternativa era vencer pelo bloqueio naval. O melhor que fez o Conde de Vila Pouca de Aguiar foi meter os galeões da Armada, bem escondidos, Recôncavo adentro, e o mar ficou infestado de corsários e patrulhas flamengas⁷³.

Conforme passava o tempo, concretizavam-se as previsões de Antônio Vieira: por

mais abjeto que fosse o abandono de Pernambuco, a coroa simplesmente não era dotada dos recursos necessários para a vitória, e tinha mais a perder que a ganhar na reabertura do conflito⁷⁴. A Fazenda Real já não tinha um vintém, e ainda consignava-se a arrecadação futura para o pagamento de empréstimos. Por outro lado, a via diplomática para o reconhecimento da Restauração esgotava-se com a assinatura dos tratados de Münster, sem que Portugal participasse das negociações de paz. Em 1649, era certo que Lisboa haveria de defender a Restauração em campo de batalha, contra a Espanha desvencilhada das guerras na Alemanha, na Itália e nos Países Baixos.

É verdade, entretanto, que a própria força da *W.I.C.* estava sem sustentação. As finanças estavam no buraco, após anos de despesa sem lucro e ações em queda. Com o levante pernambucano, a Companhia havia perdido o seu negócio principal. Em agosto de 1648, Salvador Correia de Sá reabriu o porto de Luanda para o fornecimento de escravos ao Brasil. A essa altura, os rendimentos do Governo holandês dependiam da riqueza apresada pelo corso, que por sua vez havia emagrecido o comércio português que lhe servia de presa. Com isso, era insuficiente para sustentar a força naval com base em Recife e na Paraíba, de tal maneira que as embarcações da Armada de Witte de With começaram a desertar. Em junho de 1649, o próprio vice-almirante holandês fartou-se da situação e fez vela para a Europa, a despeito das ordens que tinha⁷⁵. O jugo da *W.I.C.* sobre o Recife pendurava-se no fio do abastecimento que lhe vinha dos Países Baixos, e Francisco Barreto solicitava enfaticamente a Dom João IV uma força naval que bloqueasse o Recife e lhe desse misericórdia⁷⁶.

As atividades do corso holandês também acabaram por definir a política naval de

⁷² Vide Guedes, *História naval brasileira*, op.cit., v. 2, t. 1B, p. 59-60.

⁷³ Guedes, *História naval brasileira*, op.cit., pp. 62 e segs; para os números do apresamento de embarcações portuguesas no Atlântico Sul, por fontes de Portugal e da Holanda, veja-se Mello, *Olinda restaurada*, op.cit., p. 450. Em Lisboa, relataram-se 242 perdas da navegação para o corso holandês, entre 1647 e 1648. Os holandeses, por sua vez, registraram 63 presas entre 1647 e 1648.

⁷⁴ Antônio Vieira, "Papel que fez o Padre Antônio Vieira a favor da entrega de Pernambuco aos Holandeses (Papel Forte)" (1648). In: PÉCORA, A., *Escritos Históricos e Políticos*: Pe. Antônio Vieira, São Paulo: Martins Fontes, 1995; MELLO, E. C. D., *O negócio do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, pp. 83 e segs.

⁷⁵ Mello, *Olinda restaurada*, op.cit., p. 123-128.

⁷⁶ BNL, Mss. 218, n. 134.

Dom João IV. Com o comércio de açúcar em suspenso, abriu-se o caminho para a instituição do regime de navegação em frota. Este foi organizado mediante a formação de uma companhia que centralizava o comércio colonial em uma elite dos mercadores de Lisboa. O conhecido alvará de 6 de fevereiro de 1649 (que dava isenção de confisco de bens pela Inquisição) forneceu-lhe a base de capital, e em março foram promulgados os estatutos da Companhia Geral de Comércio do Brasil⁷⁷.

Chegava a termos o financiamento do socorro do Brasil pelo capital comercial. A Armada de Restauração que se idealizava no período filipino havia se transformado em uma Armada de Escolta para o comércio do açúcar. Os cabedais subscritores da Companhia Geral comprometiam-se com o apresto de 36 vasos de 21 peças, repartidos em duas Esquadras anuais. Em contrapartida, a Companhia recebeu o monopólio do mercado colonial de vinhos, azeites, bacalhau e farinha de trigo – condição *sine qua non* para a formação do seu capital, apresentada ao Conselho Ultramarino no início das negociações, em 1647. Os navios da escolta ofereciam um espaço, embora limitado, para a carga, mediante o pagamento de taxas fixas de frete. Além disso, seriam cobradas avarias sobre os produtos coloniais transportados (em navios escoltados pela frota ou fora dela), embora os preços dos fretes e os prêmios de risco não tenham reduzido paralelamente, por conta da desconfiança que permaneceria sobre as escoltas da Companhia. Outras prerrogativas incluíam a outorga de foro judicial próprio e a ausência de regras de auditoria pelos acionistas. A bem da verdade, a junta de deputados que administrava a Companhia teria todos os meios políticos e jurídicos de se isentar de responsabilidades perante a coroa⁷⁸.

Outra das condições do sucesso na articulação da Companhia foi a abertura à participação de comerciantes estrangeiros.

Desde 1647, o recurso a navios de outros países integrava o conjunto de temas em discussão, no Conselho Ultramarino, em função da crise da navegação atlântica. Os decretos de restrição do tamanho de embarcações favoreciam os estrangeiros, devido à escassez de embarcações de médio e grande portes em Portugal. A oportunidade não passou despercebida entre mercadores franceses, hamburgueses, genoveses, florentinos e venezianos. Contudo, seriam os britânicos a colher os melhores frutos da fragilidade da Marinha portuguesa.

A primeira frota da Companhia partiu em novembro de 1649, com 70 velas ao todo, para reabrir a navegação e o comércio com o Brasil. Entrementes, entrava no Tejo a Esquadra do Príncipe Roberto, do Palatinado, fugitivo da guerra civil inglesa. Em sua perseguição, o Parlamento enviou uma força naval sob o comando do Almirante Robert Blake. Com a recusa de Dom João IV em entregar o fugitivo, Blake posicionou sua Armada de modo a bloquear a barra do rio, gerando o impasse. Em setembro, nove das embarcações da frota do Rio de Janeiro caíram em posse dos “pechelingues”, com o que Blake esqueceu do Príncipe do Palatinado e retornou a Londres satisfeito. Os galeões de Dom Antônio Teles de Menezes, que até então estavam escondidos nos rios da Bahia, voltaram ao Reino pouco tempo depois, em companhia do restante da frota do açúcar. Pior do que o prejuízo do comércio, contudo, foi a humilhação sofrida por Dom João IV. Depois do bloqueio, havia-se provado a grande vulnerabilidade da costa ibérica à Marinha britânica, e Cromwell não teve dificuldades em ditar ao representante de Dom João IV o tratado de 1654⁷⁹. Erguia-se, então, os pilares do secular domínio britânico sobre Portugal.

Enquanto isso, a Companhia Geral descumpria sistematicamente com o calendário de frotas escoltadas para o Brasil. O segundo comboio só começou a ser preparado

⁷⁷ Não exatamente porque a isenção de confisco de bens pelo Santo Ofício defenderia aqueles que haviam fundado a companhia (vários eram cristãos-velhos, aliás), mas porque os demais cristãos-novos ficavam coagidos a se matricular, ou permanecer expostos à Inquisição. Costa, *O transporte no Atlântico*, op.cit., v. 1, p. 508-515.

⁷⁸ Costa, *O transporte no Atlântico*, op.cit., p. 535; veja-se também FREITAS, G., *A Companhia Geral do Comércio do Brasil*, 1649-1720. São Paulo: [s.n.], 1951.

⁷⁹ Valladares, *A independência de Portugal*, op.cit., pp. 148-157.

em junho de 1651, para arribar em Salvador, em julho do ano seguinte. Ao longo deste tempo, a Bahia permaneceu desabastecida, e Pernambuco à espera de apoio naval contra Recife. Quando o Conselho Ultramarino alertou o monarca, em maio de 1651, da "necessidade de se socorrer o Brasil, de toda sorte de socorros", a Junta escusou-se sem mais justificativas. A essa altura, acumulavam-se os opositores da Companhia Geral, desde a Câmara de Lisboa aos portos menores, dos tribunais da coroa às Cortes de 1653, passando naturalmente pelo Tribunal da Inquisição. Do ponto de vista do Conselho Ultramarino, a Companhia faltava no provimento das frotas contratadas, do que decorria-se a ausência de forças navais na costa brasileira e a redução do comércio, portanto o prejuízo das alfândegas e o desabastecimento da colônia. Dos mantimentos do estanco, na colônia "não há mais que para os ricos, e os que há são de pior qualidade, e se compram de segunda mão, a preços excessivos"⁸⁰.

Da política de reconstrução do Poder Naval lusitano, o único resultado que o Conselho Ultramarino observava era a concentração do comércio: "se se disser a Vossa Majestade, que se tem satisfeito a esta parte com mais de vinte embarcações, que se andaram por várias vezes ao Brasil, se responde que esta quantidade é muito pouca, a respeito da necessidade e gasto do Brasil, e que as mais das embarcações são de pouca força, e com pouca artilharia e muita carga, com o que foram muito arriscadas; e que os mais dos que as armam e levam são pessoas que mais atendem ao seu negócio, e não ao bem comum do Reino, do comércio e Estado do Brasil, e tomam sobre elas, a título de seu fornecimento, tanto mais do que valem a responder, e as sobrecarregam de ida e volta, tirando-se sempre ganho certo, ou venham a salvamento ou se percam; mas é este ganho de um ou dois particulares, à custa da perda de muitos"⁸¹. Percebiam, entre os inúmeros protestos contra a ne-

gligência da Companhia, que a realização do capital comercial era incompatível com o atendimento das necessidades da guerra, pois o desabastecimento da colônia era fundamental para a arbitragem de preços.

Finalmente, a privatização da Marinha de escolta levava os navios a eximirem-se de combater, com o que os primeiros intentos de desenvolvimento da força naval ficavam emperrados. Sequer foram promovidas as adaptações na construção naval. Quando da viagem do quinto comboio da Companhia, a frota havia se transformado num desfile moroso e lastimável de caravelas, embarcações frágeis e "navios mancos"⁸². Não surpreende que a restauração de Recife tenha sido postergada, apesar de sua vulnerabilidade. Dom João IV não poderia se expor a uma retaliação dos Estados Gerais. Pernambuco podia esperar. Foram as sucessivas derrotas da Marinha flamenga para os ingleses, ao longo de 1653, que encorajaram o monarca⁸³. A partir de junho, tratou-se do embarque de um pequeno contingente militar na frota da Companhia Geral que partiria ao fim do ano. Seria o suficiente para, em janeiro de 1654, concluir o assédio ao Recife e a presença holandesa no Brasil.

Podemos, então, verificar as limitações do Poder Naval português ao longo da guerra contra a *W.I.C.* Os recursos necessários ao desenvolvimento da Marinha estiveram sempre além do alcance da coroa, ao mesmo tempo em que esteve constantemente premida pelo fronte europeu (seja na Guerra de Flandres, durante o período filipino, seja na Guerra de Restauração, depois de 1640). Na escassez geral do Erário, o financiamento do Poder Naval dependeu de forma crescente da associação com o capital comercial. Todavia, ainda que Marinha Mercante e de Guerra sejam pares históricos na formação de potências marítimas, neste caso foi insuficiente para evitar a decadência da Marinha lusa. O comércio permaneceu com os armadores de caravelas, evitando o alto preço da reformulação da Marinha. Por outro lado, a associação

⁸⁰ AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 1407.

⁸¹ AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 1403.

⁸² Costa, *O transporte no Atlântico*, op.cit., p. 547.

⁸³ *Ibidem*, pp. 571 e segs.

com Marinhas estrangeiras garantiu a presença da coroa nos mares do Brasil em momentos importantes, mas acabou por abrir aos concorrentes a navegação com a colônia. Sem que o Estado tivesse recursos o suficiente para patrocinar a reformulação

da Marinha e a exclusão dos estrangeiros, a política naval reverteu-se em seu favor, particularmente entre os britânicos. Deste modo, a combalida Marinha portuguesa pôde exercer um papel apenas marginal e hesitante na restauração de Pernambuco.

Divisão Naval do Leste: A Marinha Imperial na Costa da África*

Marcelo Rodrigues de Oliveira

Primeiro-Tenente do Quadro Técnico, graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Possui o curso de pós-graduação em História das Relações Internacionais pela mesma Universidade. Atualmente exerce a função de pesquisador no Departamento de História da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.

RESUMO

O objetivo deste artigo consiste fundamentalmente em analisar a atuação da Divisão Naval do Leste, base que a Marinha Imperial estabeleceu na costa da África em decorrência dos acordos diplomáticos realizados em 1826 e 1827 entre o Império do Brasil e a Grã-Bretanha. A questão essencial desses acordos envolvia um interesse especificamente britânico: a supressão do comércio de escravos africanos. Por outro lado, em função da Guerra da Cisplatina (1825-1828), o Brasil necessitava do apoio inglês para manter o bloqueio naval no Rio da Prata. A Armada Imperial, estabelecida no litoral africano para supostamente fiscalizar o intenso tráfico negreiro, concretizou as decisões da política externa do jovem País e efetivamente cumpriu um duplo encargo: dissuadiu a Grã-Bretanha quanto à cooperação em relação à diminuição e posterior supressão do tráfico de escravos e defendeu o comércio brasileiro contra ataques piratas.

PALAVRAS-CHAVE: Tráfico de escravos, Marinha Imperial, Divisão Naval do Leste

ABSTRACT

The purpose of this article consists essentially to analyze the Navy Division of the East performance, base that the Imperial Navy established in the Africa coast in resulting from diplomatic agreements accomplished in 1826 and 1827 between the Brazil's Empire and the United Kingdom. The essential question of these agreements involved a specifically British interest: the suppression of the African slaves trading. On the other hand, in function to de Cisplatina War (1825-1828), the Brazil needed of the English support to maintain the navy blockade of the River Plate. The Imperial Navy established in the African seashore to supposedly to inspect the intense slave traffic, consummated the foreign policy decisions of the young country and effectively accomplished a dual duty: dissuaded the United Kingdom about the cooperation in relation the reduction and subsequent suppression of the slave traffic and protected the Brazilian trading against pirate's attacks.

KEYWORDS: : Slave traffic, Imperial Navy, Naval Division of the East

*"Duas correntes irreconciliáveis... a primeira levou-nos à África em busca de escravos para satisfazer as necessidades, cada vez maiores, do nosso desenvolvimento agrícola... a segunda... afastou-nos da África devido à insistência inglesa quanto à abolição do... tráfico de escravos... Esse conflito entre as necessidades do País e as exigências dos ingleses foi a essência da nossa história nos primeiros cinquenta anos do século XIX". José Honório Rodrigues, *Brazil and Africa* (1965), p. 115.*

* É importante destacar o trabalho conjunto realizado no Arquivo Nacional com o estagiário André Luiz Ribeiro de Almeida Filho.

INTRODUÇÃO

Após a emancipação política do Brasil, a Grã-Bretanha condicionou o reconhecimento do Governo Imperial à abolição do tráfico negreiro. Em 23 de novembro de 1826, foi realizada uma convenção anglo-brasileira com o fito de pôr fim ao comércio de escravos na costa da África. Esta convenção revalidou os compromissos assumidos anteriormente pela coroa portuguesa¹ e estabeleceu a supressão definitiva do tráfico para três anos após a troca de ratificações.

As ratificações da convenção de 1826 foram realizadas em Londres, a 13 de março de 1827. A partir de igual data de 1830, o tráfico de escravos africanos para o Brasil seria considerada operação ilícita e tratado como pirataria².

De acordo com Ney Paes Loureiro Malvasio, o Império do Brasil, após as negociações com os plenipotenciários britânicos, se comprometeu a promover a fiscalização do intenso tráfico negreiro existente entre o litoral africano e a costa brasileira, inspecionando os negreiros que deixavam a costa ocidental africana em direção ao Brasil³. Ainda segundo Malvasio, a solução encontrada pelo Império brasileiro para assegurar os compromissos assumidos com a Grã-Bretanha e mostrar a boa vontade do

Brasil em sua política externa foi a criação de uma divisão naval estabelecida no litoral africano⁴. Desta forma, em 1827, foi criada a Divisão da Costa de Leste⁵, também denominada de Divisão Naval na Costa d'África⁶. Esta base naval da Marinha Imperial foi estabelecida no porto angolano de Cabinda, território de Portugal e importante centro de saída de navios negreiros em direção ao Brasil, sendo, portanto, uma localização estratégica para a fiscalização do tráfico.

Segundo Jaime Rodrigues, no início do século XIX, Cabinda se constituía em uma "zona de livre comércio", em função da prevalência dos interesses africanos em detrimento da pretensa soberania portuguesa e era a base de traficantes de escravos, envolvidos tanto com o mercado brasileiro como com o cubano, interessados em escapar às medidas de controle sobre as atividades mercantis em portos angolanos situados mais ao sul, como Benguela e Luanda⁷.

De acordo com Herick Marques Caminha, a Divisão Naval do Leste⁸ era destinada apenas a "fiscalizar os navios brasileiros quanto à observância das disposições do Tratado de 1815 com a Inglaterra, sob o tráfico negreiro"⁹, porém segundo Henrique Boiteu¹⁰, além do objetivo de impedir o tráfico ilícito de africanos, a divisão naval que man-

¹ No *Tratado de Aliança e Amizade* celebrado em 19 de fevereiro de 1810, entre Portugal e Grã-Bretanha, o Príncipe Regente Dom João comprometeu-se a adotar em seus domínios uma "gradual abolição do commercio de escravos". Em 22 de janeiro de 1815 Portugal e Inglaterra realizaram um novo pacto que estabeleceu a abolição imediata do tráfico de escravos em todos os lugares da costa da África ao Norte do hemisfério do Equador. Além desta medida, o tratado reafirmava que a Coroa portuguesa adotaria em seus domínios uma "abolição gradual do Tráfico de Escravos". Em 22 de julho de 1817, realizou-se uma convenção adicional ao Tratado de 1815 que estabeleceu o direito mútuo de visita e busca nos navios de ambas as bandeiras, suspeitos de tráfico ilícito de escravos, constituindo na prática uma autorização à Inglaterra para agir sobre os navios portugueses, já que só a *Royal Navy* teria o necessário poder naval. Criaram-se também comissões mistas para o julgamento dos navios apresados que passaram a funcionar na costa d'África, no Rio de Janeiro e em Londres. (Coleção de Leis do Brasil- Arquivo da Marinha)

² Cf. BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos 1807-1869*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1976, p. 69.

³ Cf. MALVASIO, Ney Paes Loureiro. *A Marinha de Guerra e o Império: a Marinha brasileira como braço da política externa imperial* – Artigo apresentado na Associação Nacional de História (ANPUH) – XXIV Simpósio Nacional de História, 2007, p. 2.

⁴ *Ibidem*.

⁵ Cf. Livro de Assentamentos de Oficiais da Armada Real, filme no 44, seção B, folha 32 e verso. Arquivo da Marinha.

⁶ Esta denominação aparece no Relatório do Ministério da Marinha de 1827.

⁷ Cf. RODRIGUES, Jaime. *De Costa a Costa – Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 13;15;30.

⁸ Divisão Naval do Leste é a expressão utilizada por Herick Marques Caminha para se referir à Base Naval brasileira estabelecida no litoral africano no início do século XIX. Cf. CAMINHA, Herick Marques. *História Administrativa do Brasil - Organização e Administração do Ministério da Marinha no Império*. Ministério da Marinha, Brasília - Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1986, p. 174.

⁹ *Ibidem*. p. 44.

¹⁰ Cf. BOITEUX, Henrique. Biografia do Chefe de Divisão Bartolomeu Hayden. In: *Os nossos Almirantes*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 4o volume, 1921, p. 256; 260.

tínhamos na costa da África fora criada para proteção do nosso comércio da incursão de piratas no litoral africano.

No Relatório Ministerial¹¹, apresentado em 30 de junho de 1827 à Assembleia Legislativa, o Ministro da Marinha Francisco Maurício de Sousa Coutinho propôs que para a conservação da Divisão Naval na Costa d'África ocorresse a rendição da guarnição desta de seis em seis meses. Esta Divisão da Armada Imperial foi constituída, com períodos variáveis de permanência, pela Fragata *Paraguáçu*, Corveta *Ânimo Grande*, Brigue *Quinze de Agosto* e Brigues-Escunas *Duquesa de Goiás* e *Ismênia*¹².

DIVISÃO NAVAL DO LESTE: A UTILIZAÇÃO DA MARINHA DE GUERRA COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA EXTERNA IMPERIAL

Para o comando da Divisão da Costa de Leste foi nomeado, em fins de 1827, o Capitão de Mar e Guerra James Thompson, o qual, na Fragata *Paraguáçu*, sob o comando do Capitão de Fragata Justino Xavier de Castro, acompanhada pelo Brigue *Quinze de Agosto*, sob o comando do Primeiro-Tenente João Evangelista de Araújo Pitada, deveria promover a organização de comboios para proteger o comércio brasileiro e dar instruções às embarcações passíveis de serem atacados na costa brasileira por navios corsários em função da Guerra da Cisplatina (1825-1828)¹³.

Em 1827, a guerra de corso representava o instrumento bélico mais eficiente das Províncias Unidas do Rio da Prata em seu conflito com o Brasil, pois causou grandes prejuízos à navegação comercial. Além disso, enfraquecia o bloqueio efetivo que a Armada Imperial realizava no Rio da Prata, porque dele eram retiradas unidades para combater os corsários que infestavam o litoral do Brasil.

Os navios que deveriam ser comboiados eram: a Galera *Imperador*, os Bergantins *Triumpho*¹⁴, *Destino*, *Triumphante* e o Brigue-Escuna *Cotia*¹⁵. Por não ter dado cabal desempenho à missão que lhe fora confiada, James Thompson foi "demitido do serviço da Armada Nacional e Imperial por decreto de 11 de Janeiro de 1828"¹⁶.

A organização do sistema de comboios era a medida protetora mais ampla para se opor às investidas dos corsários. O regulamento para as escoltas dos comboios era extremamente severo, pois previa até "a pena de morte para aqueles que falhassem na sua defesa sem justificativa clara e galés perpétuas para quem desobedecesse a instruções recebidas"¹⁷.

O Comandante da Fragata *Paraguáçu*, Justino Xavier de Castro¹⁸, posteriormente seguiu em viagem de cruzeiro para Angola a fim de promover a rendição de parte da guarnição estacionada em Cabinda. Por Aviso de 19 de maio de 1828, o Capitão de Fragata Bartholomeu Hayden¹⁹ foi nome-

¹¹ MINISTÉRIO DA MARINHA. Proposta do ano de 1827, apresentada à Assembleia Legislativa pelo Exm. Sr. Ministro e Secretário de Estado dos negócios da Marinha, Francisco Maurício de Sousa Coutinho, em 30 de junho de 1827. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876, p. 3.

¹² Cf. CAMINHA, Herick Marques. Op. cit., p. 174.

¹³ Cf. BOITEUX, Henrique. Op. cit., p. 256; 257; 260; 261.

¹⁴ Grifo nosso. O *Triumpho* era um navio negreiro que praticava com regularidade o comércio transatlântico de escravos africanos. Cf. www.slavevoyages.org, consultado em 5/10/2010.

¹⁵ Cf. BOITEUX, Henrique. Op. cit., p. 257.

¹⁶ Cf. Livro de Assentamentos de Oficiais da Armada Real, filme nº 44, seção B, folha 19 e verso. Arquivo da Marinha.

¹⁷ Regulamento para as Escoltas dos Comboios – publicado no *Jornal do Commercio* de 15-12-1827, apud MARTINS, Helio Leonicio & BOITEUX, Lucas Alexandre. Campanha Naval na Guerra Cisplatina. In: *História Naval Brasileira*. Terceiro Volume, Tomo I, Serviço de Documentação da Marinha, Rio de Janeiro, 2002, p. 360.

¹⁸ Sendo piloto de praça, Justino Xavier de Castro foi admitido para o serviço da Armada Nacional e Imperial no posto de Primeiro-Tenente em 6 de outubro de 1822, em 9 de agosto de 1824 foi nomeado Capitão-Tenente e a 12 de outubro de 1827 foi promovido ao posto de Capitão de Fragata. Assumiu o comando da Fragata *Paraguáçu* em 1º de novembro de 1827 e desembarcou em 14 de agosto de 1829. Cf. Livro de Assentamentos de Oficiais da Armada Real, filme nº 44, seção B, folha 66 e verso. Arquivo da Marinha.

¹⁹ Bartholomeu Hayden nasceu na Irlanda em 22 de fevereiro de 1792, sendo contratado pela Marinha Imperial brasileira para lutar pela Independência do Brasil. A 13 de julho de 1823 foi nomeado para o serviço ativo da armada pelo Almirante Lord Cochrane no posto de Capitão-Tenente. Por decreto de 8 de maio de 1826 fora promovido ao posto de Capitão de Fragata. Cf. Livro de Assentamentos de Oficiais da Armada Real, filme nº 44, seção B, folha 32 e verso. Arquivo da Marinha.

ado Comandante da Divisão da Costa de Leste e da Corveta *Ânimo Grande*, que deveria capitanear a base naval brasileira na costa da África.

Em fins de maio de 1828, a bordo da Corveta *Ânimo Grande*, o Chefe Naval Bartholomeu Hayden saía do Rio de Janeiro para assumir o comando da Divisão Naval estabelecida na costa d'África. Em julho, Hayden aportara em Cabinda e antes de deixar este porto para se apresentar ao governante da colônia portuguesa deixara instruções a bordo do Brigue *Quinze de Agosto* para que somente deixasse o porto de Cabinda após a chegada do Brigue-Escuna *Ismênia*²⁰, e assim procedesse com a missão de dar comboio até 50 léguas distantes da costa às embarcações brasileiras que estivessem prontas para saírem e depois regressasse com a maior diligência²¹.

Em agosto, Hayden escrevera participando ao Ministro da Marinha que fora bem recebido pelo Governador de Angola, o Capitão-General Nicolau de Abreu²².

Em correspondência datada de 13 de julho de 1828, a bordo da Fragata *Paraguaçu*, Justino Xavier de Castro participara ao Ministro da Marinha, o Almirante Diogo Jorge de Brito, que parte da guarnição estacionada em Cabinda havia contraído moléstias e estava em péssimo estado de saúde. A 19 de julho de 1828, a Fragata *Paraguaçu* saiu de Cabinda, comboiando a Galera *Novo Despique* e o Brigue *Novo Destino*, levando 66 doentes, dos quais morrerão cinco em viagem, tendo chegado ao Rio de Janeiro a 2 de agosto de 1828²³.

A 14 de agosto de 1828 o Brigue *Quinze de Agosto* bateu-se perto de Cabinda com um corsário ou pirata argentino que foi obrigado a fugir²⁴. Ainda em agosto de 1828, após a

partida da Fragata *Paraguaçu*, o Primeiro-Tenente Felipe Marques de Figueiredo, Comandante do Brigue *Quinze de Agosto*, que recebera parte da guarnição da Fragata *Paraguaçu*, relatou ao Ministro da Marinha o estado de sua tripulação:

[...] na minha guarnição não se achão senão creanças, pretos, e bem poucos marinheiros e alguns não são mais do que soldados sentenciados da Presiganga com o título de marinheiros; além disso achase, grande parte, para melhor dizer, todos escorbutados²⁵, havendo dias que custa se encontrar dez pessoas capazes de fazer serviço,[...] cuja razão não posso atribuir senão por ter aquecido muito ao sol nestes dias, pois todos os meios tenho procurado para evitar a moléstia, já com a limpeza do corpo, já com a limpeza interna e externa do navio, refrescos, apesar de haver pouca ortalice por não ser tempo della; [...] e acrescento mais, terem doenças incuráveis n'esta Costa²⁶.

De forma infrutífera, o Comandante Hayden, após ter avaliado a situação de sua Divisão, solicitou ao Ministro da Marinha a vinda de mais uma corveta para aumentar o Poder Naval brasileiro estabelecido no litoral africano e assim melhor proteger o comércio marítimo do Brasil que estava sofrendo ataques de navios piratas²⁷.

Envolvido na Campanha da Cisplatina, o recém-criado Império do Brasil mantinha outra divisão naval no Estuário do Rio da Prata e concentrava ainda navios de guerra nos principais portos brasileiros, o que desviava a maior parte dos recursos e marinheiros.

²⁰ O Brigue-Escuna *Ismênia* chegou a Cabinda em 26 de julho de 1828. Cf. BOITEUX, Henrique. Op. cit., p.258.

²¹ Cf. BOITEUX, Henrique. Op.cit.,p. 257; 258.

²² Ibidem, p. 258.

²³ Ibidem, p. 258; 259.

²⁴ Cf. MAIA, João do Prado. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Cátedra, 1975, p. 114.

²⁵ As longas estadias no mar e a dieta escassa e pobre contribuíam para o aparecimento de doenças como o escorbuto (deficiência de vitamina C), que causava a morte de muitos marinheiros. Esta doença é diagnosticada pelo inchaço e sangramento das gengivas, a perda de fixação dos dentes, o aparecimento de manchas na pele e excessivo cansaço.

²⁶ Apud. BOITEUX, Henrique. Op. cit., p.259.

²⁷ Cf. Carta do Comandante Bartholomeu Hayden ao Ministro da Marinha, datada de 22 de julho de 1828. Apud. BOITEUX, Henrique. O p. cit., p.257.

Para avaliarmos o real compromisso do Estado Imperial brasileiro em fiscalizar o intenso tráfico negreiro, no período em questão, é fundamental analisarmos estatísticas de importação de escravos provenientes de Angola:

[...] Enquanto quase todos os escravos importados no período 1795-1811 procediam de Angola, divididos quase sempre igualmente entre os portos principais de Benguela e Luanda, no período 1825-1830 Angola forneceu 44% das importações do Rio de Janeiro. Os portos do norte do rio Zaire, especialmente Cabinda, aumentaram em importância. Nesse período posterior, Cabinda transformou-se no principal supridor de escravos para o Rio de Janeiro, enquanto o porto angolano de Ambriz adquiriu importância semelhante como supridor àquele de Benguela. Luanda e Benguela, que dominaram o comércio no início do século XIX, forneciam agora 12% e 21% das importações do Rio de Janeiro, respectivamente²⁸.

O fato de o porto de Cabinda ter se tornado o principal fornecedor de escravos para o Rio de Janeiro, durante o período de permanência da Divisão Naval do Leste neste porto angolano, indica que o acordo diplomático anglo-brasileiro, que previa uma gradual diminuição do comércio de escravos para uma posterior supressão, não estava sendo realizado.

Além disso, a fiscalização sobre o tráfico ilícito de escravos africanos, desenvolvido em portos e paragens da costa da África situadas ao Norte do hemisfério do Equador, não era uma prioridade dos navios de guerra brasileiros baseados em Cabinda, apesar de esta cidade encontrar-se situada próxima à linha do Equador. De acordo com Leslie Bethell, “tanto o tráfico legal (ao sul do Equador), como o ilegal (ao norte da linha) ti-

nham aumentado marcadamente no período imediatamente anterior à sua abolição”²⁹. Citaremos a seguir estimativas da chegada de navios negreiros, envolvidos no comércio transatlântico de escravos, aos portos do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco:

[...] enquanto de 1822 a 1827 cerca de sessenta navios tinham desembarcado aproximadamente 25 mil escravos por ano na província do Rio de Janeiro, em 1828 mais de cento e dez navios desembarcaram, em média, 45 mil escravos, o mesmo que no ano seguinte e, nos primeiros seis meses de 1830, setenta e seis navios negreiros desembarcaram mais de 30 mil escravos. Na província da Bahia, onde, nos anos anteriores cerca de quinze navios tinham desembarcado anualmente entre três e quatro mil escravos, em 1829 quarenta e três navios desembarcavam mais de 17 mil enquanto que, no mesmo ano, mais cinco mil eram desembarcados por vinte e dois navios em Pernambuco³⁰.

Esse influxo sem precedentes de africanos para o Brasil, ocorrido num período de apenas três anos, deve ser compreendido como uma consequência direta do prazo estabelecido para a abolição total do tráfico transatlântico de escravos na convenção anglo-brasileira de 1826³¹.

Paradoxalmente adotou-se uma atitude diplomática aparentemente comprometida com a extinção do tráfico de escravos e uma “práxis” interna que permitia a sua manutenção.

Destarte, cabe ressaltar que o emprego do Poder Naval da Armada Imperial, a partir de uma base naval estabelecida em Angola, atendeu mais à necessidade de defesa do comércio brasileiro, que estava sendo alvo de navios piratas e corsários na costa africana, do que a realização de uma fiscalização

²⁸ KLEIN, Herbert S. & ENGERMAN, Stanley. Padrões de embarque e mortalidade no tráfico de escravos africanos no Rio de Janeiro: 1825-1830. In: PELAEZ, Carlos M. & BUESCU, Mircea. *A moderna história econômica*. Rio de Janeiro: Apec, 1976, p.102, (Grifo nosso).

²⁹ BETHELL, Leslie. Op. cit., p.78.

³⁰ Estimativas tiradas dos relatórios trimestrais dos cônsules britânicos para o Foreign Office. apud BETHELL, Leslie. Op. cit., p.78,79.

³¹ O prazo estabelecido para permanência do tráfico de escravos africanos ao Sul do hemisfério do Equador seria até 13 de março de 1830.

diligente sobre o tráfico ilícito de escravos. Sobre esta questão citaremos um trecho do Relatório Ministerial do ano de 1828, em que o então Ministro da Marinha, Miguel de Souza Mello e Alvim, ao justificar as despesas logo após o fim da Guerra da Cisplatina, apontava, dentre outros motivos, a necessidade de manutenção da Divisão Naval na Costa d'África em função da continuação das agressões de piratas ao comércio marítimo brasileiro mesmo após a publicação da paz com as Províncias Unidas do Rio da Prata³². Assim, vejamos:

*[...] se foi preciso conservar por seis mezes, depois da publicação da paz, uma divisão naval no Rio da Prata, se ainda é preciso sustentar outra nos mares da África, para defender o nosso expirante commercio naquella costa das continuas aggressões dos piratas que a infestam, se a viagem da senhora Rainha de Portugal, D. Maria II á Europa exige a presença de duas fragatas de 1ª ordem naquelle hemispherio, como se poderia esperar redução de despesa com a marinha?*³³

Além de piratas que infestavam a costa africana, alguns navios corsários com Patentes de Corso concedidas pelas Províncias Unidas do Rio da Prata chegaram a operar na costa africana com o objetivo de pilhar o comércio brasileiro. Com efeito, o corsário *General Brandsen*, comandado pelo norte-americano George De Kay, após partir de Buenos Aires, em junho de 1827, seguiu em viagem de cruzeiro para Nova York, deixando um rastro de destruição na costa brasileira e apresando inclusive navios negreiros, cujos escravos foram negociados nas Antilhas. Nas proximidades do litoral de Pernambuco, De Kay combateu o Brigue brasileiro *Cacique* que fora capturado e passou a operar como

corsário comandado por John Gray, inglês naturalizado argentino³⁴. A permanência dos dois corsários em Nova York foi interrompida pelo protesto do cônsul brasileiro, tendo ambos zarpado a 2 de janeiro de 1828 com destino a Argentina. Neste segundo cruzeiro, os corsários velejaram afastando-se para o litoral africano com o propósito de embaraçar o comércio marítimo brasileiro. De acordo com Helio Leoncio Martins, após partirem dos Estados Unidos da América:

*Ambos navegaram para leste, passando o Cacique pelas Ilhas de Açores e Madeira, fazendo parar os navios neutros e inspecionando-os, a ver se transportavam mercadorias para o Brasil, que eram retiradas. Da mesma forma agia o General Brandsen, em rota mais a oeste. Encontraram-se em março na Ilha de Santo Antônio, no Cabo Verde, disfarçando sua nacionalidade e até ofertando ao governador um pavilhão azul e branco, dizendo ser a nova bandeira portuguesa!*³⁵

Outro registro de corsário argentino que cruzou o Atlântico foi o *General Brown*, comandado por Augusto Larsen, que, a 19 de março de 1828, rumou para a costa africana atrás de negreiros, tendo apresado os Brigues *Cotin*, *Imperador* (com 116 negros) e *Triunfo da Inveja*³⁶. Após o feito dirigiu-se para as Antilhas, onde se efetuaría a venda dos escravos.

Em correspondência datada de 15 de novembro de 1828, Bartholomeu Hayden, Chefe Naval da base brasileira em Angola, participou ao Ministro da Marinha, que “a Galera *30 de Março* e o Brigue *Amazonas*, sahiriam no dia seguinte para o Rio de Janeiro e que nada houve quanto a Divisão, e não terem apparecido nem inimigos, nem piratas”³⁷. Porém, em uma nova carta diri-

³² A convenção preliminar de paz foi assinada no Rio de Janeiro em 27 de agosto de 1828. Cf. MARTINS, Helio Leoncio & BOITEUX, Lucas Alexandre. Op. cit., p. 415.

³³ Ministério da Marinha. Relatório e proposta do ano de 1828, apresentado a Assembleia Geral pelo Exm. Sr. Ministro e Secretário de Estado dos negócios da Marinha, Miguel de Souza Mello e Alvim, em 30 de maio de 1829. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876, p.13. (Grifo nosso).

³⁴ Cf. MARTINS, Helio Leoncio & BOITEUX, Lucas Alexandre. Op. cit., p.389-391.

³⁵ *Ibidem*, p. 391.

³⁶ *Ibidem*, p. 394.

³⁷ Apud BOITEUX, Henrique. Op. cit., p.260.

gida ao Ministro, datada de 22 de janeiro de 1829, Hayden declarou que:

No dia 17 de tarde appareceu a sotavento deste Porto, hum Bri-gue-Escuna, que fez fogo a huma Lanxa e a obrigou a encalhar; estando já perto da noite julguei inutil o mandar atrás d'elle. A 19 de nanhan appareceu outra vez fundeado á distancia de dous tiros d'esta Corveta, mandei o Bergantin "Duquesa de Goyaz" a dar-lhe caça, o que fez. [...]; só tenho muito sentimento que se escapasse este Pirata. Estamos agora concertando as avarias do Bergantin, e como nem elle, nem o "15 de Agosto", estão promptos para sahir com o Comboy, deixo elles ambos cá e vou acompanhar o Comboy, a pôllo fóra da Costa, por que julgo provavel que o Pirata está esperando por elle. Quando largar a companhia destes Brigues, tenho a intenção de hir a Angola e Ambriz, a dar Comboy aos navios de lá [...]. Deos Guarde a V. Ex. Bordo da Corveta "Animo Grande", surta em Cabinda 22 de janeiro de 1829 Ilmo. Ex. Snr. Miguel de Souza Mello e Alvim, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha. Bartholomeu Hayden, Capitão-de-Fragata, Comandante³⁸.

O Brigue-Escuna *Duquesa de Goiás*, comandado pelo Primeiro-Tenente Charles Watson, perseguiu o Brigue pirata *Empreendedor*³⁹, que possuía o mesmo número de canhões que o bergantim brasileiro. O combate se desenrolou na escuridão da noite, mas uma

forte tempestade favoreceu a fuga do pirata. Neste combate morreram dois marinheiros do *Duquesa de Goiás* e o Tenente Charles Watson faleceu pouco tempo depois, ainda na costa d'África, a 27 de abril de 1829.⁴⁰

As informações prestadas por Hayden ao Ministro da Marinha sobre a presença de piratas na costa da África, o procedimento de enviar um de seus navios para perseguir o navio pirata e a prática de comboiar os navios brasileiros até fora da costa africana ressalta que a Armada brasileira estacionada em Cabinda tinha, na verdade, um duplo encargo: defender o comércio brasileiro⁴¹ contra ataques de piratas e possíveis corsários, além de dissuadir a Grã-Bretanha quanto à cooperação em relação à adoção de uma política compromissada com a diminuição gradual do tráfico negreiro.

Cabe ressaltar ainda que de todas as correspondências analisadas do Comandante Hayden, dirigidas ao Ministro da Marinha, não foi observado qualquer menção ao apresamento, por parte dos navios de guerra brasileiros, de navios negreiros envolvidos com o comércio ilícito de escravos. A análise dos livros de quarto, ofícios e ordens recebidas da Fragata *Paraguaçu* e do Brigue-Escuna *Duquesa de Goiás*, encontrados no Arquivo Nacional do Brasil, não revelaram também qualquer referência ao apresamento de embarcações que se destinavam ao tráfico de escravos⁴².

Os navios envolvidos com o comércio marítimo eram matriculados na Intendência da Marinha através de inspetores dos Arsenais de Marinha, nas províncias onde os houvesse⁴³. Antes de saírem do Brasil,

³⁸ Ibidem, p. 260, 261. (Grifo nosso).

³⁹ De acordo com Henrique Boiteux "Dizia-se que o brigue era comandado pelo corsário Cesar Fournier, que depois da Guerra da Cisplatina fora piratear contra o nosso comércio." Cf. BOITEUX, Henrique. Op. cit., p.261.

⁴⁰ Cf. BOITEUX, Lucas Alexandre. *Das Nossas Naus de Ontem aos Submarinos de Hoje: Ligeiro Histórico dos Navios da Armada (1822–1946)*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1956, p.541.; Cf. Carta do Tenente Charles Watson ao Comandante Hayden, datada de 21 de janeiro de 1829. apud BOITEUX, Henrique. Op.cit.,p.261.;Cf. Livro de Assentamentos dos Oficiais da Armada Real, filme no 44, seção B, folha 115 e verso. Arquivo da Marinha.

⁴¹ Inclui-se neste caso os navios empregados no comércio lícito de escravos que era desenvolvido entre os portos brasileiros e os portos africanos situados ao Sul do hemisfério do Equador em áreas sob domínio da coroa portuguesa. Cf. Art. I do Tratado de 1815 e Art. I e II do Tratado de 1817, realizados entre Portugal e Grã-Bretanha e renovados pelo Brasil em 1826.

⁴² Livros de quarto, ofícios e ordens recebidas: Fragata *Paraguaçu* (código: IV M2852); Brigue-Escuna *Duquesa de Goiás* (código: XVII M1720), disponíveis no Arquivo Nacional do Brasil.

⁴³ Somente a partir de 1845 foram criadas as Capitânicas de Porto em algumas Províncias do Império. Cf. CAMINHA, Herick Marques. Op. cit., p.52.

portando passaportes competentes⁴⁴ para o fim a que se destinavam, as embarcações mercantes deveriam ser despachadas pelo fiscal da Mesa do Despacho Marítimo⁴⁵. Além deste controle legal realizado no Brasil, de acordo com a convenção anglo-brasileira de 1826, que revalidou os compromissos assumidos pela coroa portuguesa no Tratado de 1817, os navios envolvidos com o ramo do comércio de escravos poderiam também ser fiscalizados na costa da África pelos navios de guerra de ambas as Marinhas desde que houvesse motivos razoáveis para se suspeitar de terem a bordo escravos adquiridos através de comércio ilícito⁴⁶.

A Decisão Legislativa nº 214, de 5 de novembro de 1829, assinada pelo Ministro da Marinha Miguel de Souza Mello e Alvim e dirigida ao fiscal da Mesa do Despacho Marítimo, facultava o porte de passaportes especiais para embarcações empregadas no comércio lícito de escravos africanos e fixava o prazo limite para a concessão de passaportes aos navios empregados no tráfico negreiro, em virtude de expirar a 13 de março de 1830 o tráfico lícito de escravos da costa d'África:

[...] V.S. fará constar aos proprietarios, ou consignatarios das embarcações empregadas no commercio licito de escravos, que havendo sido prorogado até o dia 13 de Março do anno próximo seguinte o prazo marcado para a retirada das mesmas embarcações para os portos deste Imperio, [...] Ha por

bem Permitir, que se continuem a facultar passaportes especiaes áquellas embarcações, que ainda tenham de ser enviadas pelos respectivos proprietarios, ou consignatarios aos portos da Costa d'África, para nelles receberem a carga de escravos, que tiverem prompta a embarcar, a saber: as que se dirigirem para a Costa Oriental d'África até o dia 25 do corrente , e para a Occidental até o dia 15 de Dezembro seguinte, [...]e ficando todos na intelligencia, de que a sua sahida dos referidos portos deve infallivelmente verificar-se o mais tardar até o sub-mencionado dia 13 de Março de 1830, prazo fixo, e improrogavel para tal fim. Deus Guarde a V.S. – Paço em 5 de Novembro de 1829. – Miguel de Souza Mello e Alvim. Sr.Fiscal da Mesa do Despacho Marítimo⁴⁷.

Embora esta legislação fixa uma data limite para o fim do comércio de escravos africanos para o Brasil, que correspondia exatamente ao prazo de três anos contados a partir das ratificações da convenção de 1826 entre o Império do Brasil e a Grã-Bretanha, o comércio de escravos, até então lícito, recebia amplo respaldo e, posteriormente, posto na ilegalidade, o tráfico negreiro continuou a se desenvolver através do “contrabando”.

No relatório ministerial referente ao ano de 1829, apresentado a Assembleia Geral Legislativa em 25 de maio de 1830, o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Francisco Vilela Barbosa, relatou qual fora o propósito da Divisão Naval do

⁴⁴ De acordo com o Tratado anglo-português realizado em 1817 e renovado pelo Brasil em 1826, os navios que se destinavam ao tráfico lícito de escravos deveriam portar passaportes especiais numerados e assinados por autoridades competentes, válidos apenas por uma viagem, onde deveria constar o porto de saída e de destino, o número de escravos que deveriam ser levados a bordo equivalentes ao permitido pela tonelagem do navio, o número da tripulação, os nomes do Mestre, do navio e de seu proprietário, além da tonelagem do navio. Anexada ao passaporte deveria estar uma Certidão de fiscalização feita na Mesa do Despacho Marítimo.

⁴⁵ A Mesa do Despacho Marítimo foi criada através do Alvará de 3 de fevereiro de 1810. Nesta instituição de controle marítimo havia um fiscal, um tesoureiro e um escrivão. Entre suas incumbências estava a arrecadação de impostos e escrituração constando o nome da embarcação, do mestre dela e a relação da guarnição, a carga, o porto de destino e o dia da saída. Finalmente, após a inspeção os navios eram despachados pelo fiscal da Mesa, portando uma Certidão de fiscalização. A Mesa do Despacho Marítimo foi abolida pela Lei de 10 de setembro de 1830, passando o serviço de arrecadação de impostos e escrituração de mercantes a ser realizado nas estações dos Arsenais de Marinha, nas Províncias onde os houvesse. Cf. BRASIL. Índice Alfabético das leis do Imperio do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria Universal dos Editores Eduardo & Henrique Laemmert, Tomo 3, 1850, p.460.

⁴⁶ Cf. Art. V do Tratado de 1817, realizado entre Portugal e Grã-Bretanha e renovado pelo Brasil em 1826.

⁴⁷ Decisão Legislativa nº 214. – Marinha – , de 5 de novembro de 1829. Sobre passaportes especiaes ás embarcações empregadas no commercio licito de escravos. In: *Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1829*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, parte primeira, 1877, p.189.

Leste e o fim desta Divisão Naval a partir do recolhimento dos últimos navios, que estavam estacionados na costa africana, ao porto do Rio de Janeiro em 1830:

[...] A divisão naval, encarregada de proteger o commercio da escravatura na Costa d'Africa, logo que expirou o prazo estipulado para a duração de semelhante trafico, se recolheu a este porto com os ultimos navios que alli existiam. Perdemos neste serviço alguns officiaes benemeritos, e não poucos marinheiros e soldados das guarnições: muitos outros entraram bastantemente enfermos para os hospitaes⁴⁸.

O prazo mencionado acima, para a extinção do tráfico de escravos, refere-se a 13 de março de 1830, data em que o tráfico de escravos africanos para o Brasil foi posto na ilegalidade. A Divisão Naval do Leste foi extinta exatamente quando a fiscalização do tráfico negreiro no litoral africano se faria mais necessária, tendo em vista a efetivação da supressão total do comércio de africanos para o Brasil em atendimento aos acordos diplomáticos assumidos com a Grã-Bretanha. Esta medida do Governo Imperial fez com que apenas a *Royal Navy* representasse algum obstáculo real à saída de navios negreiros dos portos africanos.

A nova situação diplomática do Brasil, em função da extinção da Divisão Naval do Leste, foi sintetizada por Ney Paes Loureiro Malvasio da seguinte forma:

[...] o fim da Divisão Naval operando a partir de Cabinda. Esse fato, em consonância com o vencimento do prazo previsto no Tratado de 1827 para a extinção do tráfico negreiro, levou a Inglaterra a adotar pressões cada vez mais incisivas em relação ao Brasil. [...] a não observância da vigilância do tráfico de escravos e das cláusulas do tratado anglo-brasileiro, levou à polêmica de agressão do Bill Aberdeen e a situação só se normalizou após a lei Eusébio de Queiroz em 1850⁴⁹.

De acordo com João do Prado Maia, “os últimos anos do Primeiro Reinado (1830-1831) foram, para a Marinha, de estagnação e decadência. [...] O Marquês de Paranaguá, Vilela Barbosa⁵⁰, [...] perdera, dir-se-ia, o élan mantido em sua administração anterior. Limitou-se, [...] a deixar o barco correr...”⁵¹

Até fins de 1828⁵² o Brigue-Escuna *Ismênia*, sob o comando do Primeiro-Tenente Duarte Martins da Silva, compunha a Divisão Naval do Leste e era empregado no serviço de comboio dos navios de comércio brasileiros⁵³. A partir de janeiro de 1829, a Armada Imperial estacionada em Cabinda compunha-se somente da Corveta *Ânimo Grande*, do Brigue *Quinze de Agosto*, que estava em mau estado, e do Brigue-Escuna *Duquesa de Goiás*⁵⁴. A análise do histórico desses navios revelou que a partir do ano de 1829 ocorreu uma progressiva desmobilização da força naval brasileira estabelecida no litoral angolano⁵⁵.

Da comissão em que se encontrava na costa da África, o Comandante Bartholo-

⁴⁸ Ministério da Marinha. Relatório e proposta do ano de 1829, apresentado a Assembleia Geral pelo Exm. Sr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Francisco Vilela Barbosa, em 25 de maio de 1830. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876, p.7. (Grifo nosso).

⁴⁹ MALVASIO, Ney Paes Loureiro. Op. cit., p.3 (Grifo nosso).

⁵⁰ Francisco Vilela Barbosa (Marquês de Paranaguá) foi Ministro da Marinha de 19.11.1823 a 15.1.1827 e novamente entre 4.12.1829 a 19.03.1831. Cf. CAMINHA, Herick Marques. Op. cit., p.146,147.

⁵¹ MAIA, João do Prado. Op. cit., p.124, 125.

⁵² O Brigue-Escuna *Ismênia* foi desarmado em 5 de dezembro de 1828. Cf. Livro de Assentamentos de Oficiais da Armada Nacional e Imperial, filme no 46, seção B, folha 58. Arquivo da Marinha.

⁵³ Cf. BOITEUX, Lucas Alexandre. Repositório de nomes dos navios da Esquadra brasileira (1822-1940). In: *Subsídios para a História Marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, vol. IV, 1942, p.312.

⁵⁴ A guarnição da Corveta *Ânimo Grande*, onde arvorava o pavilhão do Comandante Hayden, era de 154 tripulantes, prontos existiam 138. No Brigue *Quinze de Agosto*, sob o comando do Primeiro-Tenente Duarte Miranda da Silva, o efetivo era de cem homens e no Brigue-Escuna *Duquesa de Goiás*, comandado pelo Primeiro-Tenente Carlos Watson, o efetivo era de 115 tripulantes, prontos havia 102. Cf. BOITEUX, Henrique. Op. cit., p.261,262.

⁵⁵ Cf. Livro de Assentamentos de Oficiais da Armada Real, filme nº 44, seção B, folha 32 e verso. Arquivo da Marinha.

meu Hayden regressou com parte de doentes à Corte (Rio de Janeiro), e desembarcou em 18 de abril de 1829.

A partir de 22 de janeiro de 1829, o Brigue *Quinze de Agosto* passou a ser comandado em desarmamento pelo Segundo-Tenente João Maria Wandenkolk⁵⁶.

O Brigue-Escuna *Duquesa de Goiás* foi desarmado em dezembro de 1829⁵⁷. Em 1830, a Corveta *Ânimo Grande* foi transformada em presiganga de sentenciados⁵⁸. Nesse mesmo ano a Fragata *Paraguaçu*, que fazia viagens de cruzeiro para realizar a rendição da guarnição brasileira baseada no porto de Cabinda, foi desarmada para entrar em reparos⁵⁹.

A crise do final do Primeiro Reinado se refletiu diretamente no orçamento destinado à Armada Imperial, como se depreende do Decreto de 25 de novembro de 1830, que no Artigo 2º afirmava: "Não haverá promoções no Corpo da Armada, durante o ano financeiro de mil oitocentos e trinta e hum a mil oitocentos trinta e dois"⁶⁰.

O período regencial foi marcado por restrições orçamentárias e caracterizou-se por grande agitação política interna com uma série de revoltas no Brasil o que desviou os esforços políticos e militares do Império, permitindo ao tráfico ampla liberdade.

A 7 de novembro de 1831, sob o Governo da Regência Trina Permanente, promulgou-se a lei que estabeleceu a liberdade de todos os escravos desembarcados no Brasil após a data desta lei e a punição dos importadores, obrigados à sua reexportação para a África. Esta legislação nunca foi efetivamente posta em execução, porque o Governo brasileiro não podia ignorar o crescimento da importância política dos grandes produtores rurais, dependentes do aporte de escravos e do financiamento oferecido pelos traficantes.

No período compreendido entre 1831 e 1850, a crescente demanda de escravos

pela agricultura brasileira, que estava em expansão, gerou um aumento dos lucros do tráfico e ensejou o seu crescimento apesar da repressão inglesa. Segundo Joaquim Nabuco⁶¹, o poder do tráfico era tão irresistível que entre 1831 e 1851 não menos de um milhão de africanos foram lançados nas senzalas brasileiras. Estimativas, desprovidas de caráter ideológico abolicionista, afirmam que entre 500 mil e 750 mil escravos teriam entrado ilegalmente no Brasil, considerando-se os escravos provenientes da África ao Norte do Equador, ilegalmente importados desde 1815 e os escravos importados depois de todo o tráfico negreiro ter sido declarado ilegal, em 1830-1831⁶².

De acordo com Sérgio Buarque de Holanda⁶³, mesmo depois de o Parlamento britânico em 1845 aprovar a lei conhecida como "Bill Aberdeen", que autorizou o Almirantado inglês a julgar unilateralmente os navios negreiros apresados, os traficantes de escravos promoviam ainda "um comércio cada vez mais lucrativo e que os transformaria em verdadeiros magnatas das finanças do Império". Segundo os dados fornecidos por Sérgio Buarque, houve um considerável aumento na importação de escravos africanos após 1845 e uma redução acentuada na importação de cativos após a lei Eusébio de Queiroz:

[...] Pode-se bem estimar a importância do golpe representado pela lei Eusébio de Queiroz, considerando que, naquele ano de 1845 o total de negros importados fora de 19.463; em 1846, de 50.354; em 1847, de 56.172; em 1848, de 60.000; em 1849, de 54.000 e em 1850, de 23.000. A queda súbita que se assinala nesse último ano resulta, aliás, não só da aprovação da lei Eusébio de Queiroz, que é de 4 de setembro, como da intensificação das atividades britânicas

⁵⁶ Cf. BOITEUX, Lucas Alexandre. Op.cit., p.972.

⁵⁷ Ibidem, p. 541.

⁵⁸ Ibidem, p. 125.

⁵⁹ Ibidem, p. 870.

⁶⁰ Decreto de 25 de novembro de 1830. In: *Collecção das Leis do Imperio do Brazil, desde a Independencia. 1830 e 1831*. Ouro Preto: Tipografia de Silva, volume III; parte IX, 1830, p.75.

⁶¹ NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. 5ª edição, Petrópolis: Vozes, 1988, p. 80

⁶² BETHELL, Leslie. Op. cit., p.366; 373.

⁶³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 18ª edição, Rio de Janeiro: José Olímpio, 1986, p. 44.

de repressão ao tráfico. *A eficiência das medidas adotadas reflete-se no fato de, já em 1851, terem entrado no País apenas 3.287 negros, e 700 em 1852. Depois disso, só se verificaram pequenos desembarques, entre eles o de Serinhaém, em Pernambuco, e o de São Mateus, no Espírito Santo, que resultaram na apreensão, por parte das autoridades, de mais de quinhentos africanos*⁶⁴.

A ARMADA IMPERIAL NO COMBATE AO TRÁFICO TRANSATLÂNTICO DE ESCRAVOS APÓS 1850

O apresamento de navios suspeitos de tráfico de escravos africanos, após 1850, efetivamente se tornou uma incumbência da Armada Imperial e foi facilitada pelas denúncias recebidas por autoridades competentes. A lei Eusébio de Queiroz, além de incentivar as denúncias que levassem à apreensão de navios negreiros, recompensava também a tripulação de navios que por ventura apresassem navios envolvidos com o comércio ilícito de africanos:

*[...] todos os barcos empregados no desembarque, ocultação, ou extravio de escravos, serão vendidos com toda carga encontrada a bordo, e o seu producto pertencerá aos apresadores, deduzindo-se hum quarto para o denunciante, se o houver. E o Governo, verificando o julgamento de boa presa, retribuirá a tripulação da embarcação com a somma de quarenta mil réis para cada hum africano apprehendido [...]*⁶⁵

Segundo Leslie Bethell, após 1850 o Brasil pela primeira vez tinha um governo com autoridade e poder suficientes para combater eficientemente o tráfico e fazer cumprir a sua vontade. Navios de guerra brasileiros passaram a patrulhar a costa do Rio de Janeiro entre Cabo Frio e Ilha Grande, exami-

nando as reentrâncias e baías e revistando navios suspeitos, sendo realizadas várias capturas⁶⁶. Entrementes, o Governo Imperial estabeleceu tribunais de presas no Rio de Janeiro, Belém do Pará, São Luís do Maranhão, Recife, Salvador e Porto Alegre, para julgar os navios capturados⁶⁷. As medidas severas adotadas para a real extinção do tráfico diferem profundamente das de 1830 e seus efeitos podem ser constatados através do número de escravos importados após a aprovação da lei Eusébio de Queiroz em 4 de setembro de 1850.

Através da análise dos livros de quarto, ofícios e ordens recebidas por alguns navios da Marinha Imperial, ativos na década de 50 do século XIX, constatamos que o Império do Brasil após 1850 estava realmente disposto a cumprir com o firmado na convenção de 1826 e fazer esforço em grande escala para suprimir o tráfico transatlântico de escravos.

Documentação pertinente sobre a ação de combate ao tráfico foi encontrada no livro de ordens e ofícios recebidos pelo Brigue Cearense. Transcrevemos o documento a seguir:

Cópia, reservado. Ministro dos Negócios da Justiça Rio de Janeiro em doze de outubro de mil oitocentos e cinquenta e trez. Ilustríssimo e Excelentíssimo senhor. Constando que de diversos portos da Costa do Leste partirão carregados de africanos o brigue Restaurador outro que se supõe ser o Bellini e huma escuna cujo nome se ignora; o communico a vossa excelência para seu conhecimento e para que se digne deo fazer saber aos commandantes dos cruzeiros e Estações Navaes. Deos Guarde a Vossa Excelência. José Thomaz Nabuco de Araújo. Senhor Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha. Conforme João Maria Pereira de Lacerda Capitão Tenente Secretario e Ajudante de Ordens. Con-

⁶⁴ Ibidem, p. 44. (Grifo nosso).

⁶⁵ Art. 5^a da Lei n^o 581 de 4 de setembro de 1850. (Grifo Nosso).

⁶⁶ Cf. BETHELL, Leslie. Op. cit., p.322,323.

⁶⁷ Ibidem, p. 323.

*forme Guilherme José Pereira dos Santos 2^a Ten. Secretario e Ajud. d'Ordens*⁶⁸.

As Estações Navais⁶⁹ as quais o documento citado faz alusão eram distribuídas ao longo do litoral brasileiro, nas províncias do Rio de Janeiro, Bahia, Maranhão e Pernambuco. Os comandantes dos navios ancorados nas Estações Navais recebiam ordens de deslocamento para apresiar navios suspeitos de possuírem africanos a bordo.

Entre as ordens e objetivos das quatro Estações Navais, destacamos:

O fim destas Divisões he de cruzar de contiuo ao longo da Costa do Império, cada huma dentro dos limites, *que lhes são designadas para: 1^a proteger e auxiliar o comércio e navegação nacional: 2^a obstar ao contrabando de gêneros de importação e exportação, e ao tráfico ilícito de Africanos [...]*⁷⁰

As medidas adotadas pelo Governo Imperial visando à repressão ao comércio de africanos para o Brasil após a lei antitráfico de 1850 apoiaram-se fundamentalmente nas Estações Navais permanentes existentes ao longo da costa brasileira, a partir das quais os navios realizavam viagens de cruzeiro no eixo Norte-Sul do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização da Marinha de Guerra como um meio prático de assegurar as decisões do Estado Imperial concernente à política externa, verificou-se na criação e manutenção da Divisão Naval do Leste, que apesar da existência efêmera mostrou-se bastante útil para o Brasil que atravessava um momento conjuntural específico de guerra e crise.

O recém-criado Império do Brasil necessitava do reconhecimento de sua soberania por parte da Grã-Bretanha e, além disso, a não colaboração com a política externa inglesa, concernente à fiscalização do intenso tráfico negreiro entre a costa africana e a brasileira, provavelmente traria para o jovem País consequências bastante graves.

Na época dos acordos diplomáticos de 1827, o Brasil se encontrava em guerra com a Argentina pela posse da província da Cisplatina, a qual após o conflito deu origem à República Oriental do Uruguai. Um atrito com a Grã-Bretanha poderia trazer um corte de suprimentos militares, pois a Inglaterra era o nosso principal fornecedor e isso fragilizaria o bloqueio efetivo que a Marinha de Guerra brasileira impunha à navegação no Estuário do Rio da Prata, já que o bloqueio era tolerado pela Grã-Bretanha⁷¹.

Após o fim da Guerra da Cisplatina (1825-1828), observamos que a partir do ano de 1829 ocorreu uma efetiva desmobilização da força naval brasileira estacionada na costa africana e de acordo com o relatório ministerial apresentado à Assembleia Legislativa, em maio de 1830, os últimos navios da divisão naval, encarregada de resguardar o comércio lícito de escravos, haviam se recolhido em março de 1830 para o porto do Rio de Janeiro.

A Divisão Naval do Leste foi extinta exatamente quando a fiscalização do tráfico negreiro no litoral africano se faria mais necessária, tendo em vista o fim do prazo determinado para a efetivação da supressão total do tráfico transatlântico de africanos para o Brasil em atendimento aos compromissos assumidos com a Grã-Bretanha. Esta medida do Governo Imperial fez com que apenas a Marinha britânica representasse algum obstáculo real ao comércio ilícito de escravos no litoral africano.

⁶⁸ Arquivo Nacional do Brasil, documentos de ordens e ofícios do Brigue *Cearense*. Código: XVII M 1265. (Grifo nosso).

⁶⁹ O Decreto Legislativo nº 326, de 2 de outubro de 1843, criou três Estações Navais permanentes no litoral brasileiro, cujas bases foram estabelecidas nas Províncias do Rio de Janeiro, Bahia e Maranhão. Através do Decreto nº 1.061, de 3 de novembro de 1852, foi criada mais uma Estação Naval permanente, esta com base na Província de Pernambuco.

⁷⁰ Art. 5^o do Decreto nº 1.061 de 3 de novembro de 1852. (Grifo Nosso).

⁷¹ Cf. MALVASIO, Ney Paes Loureiro. Op. cit., p.2.

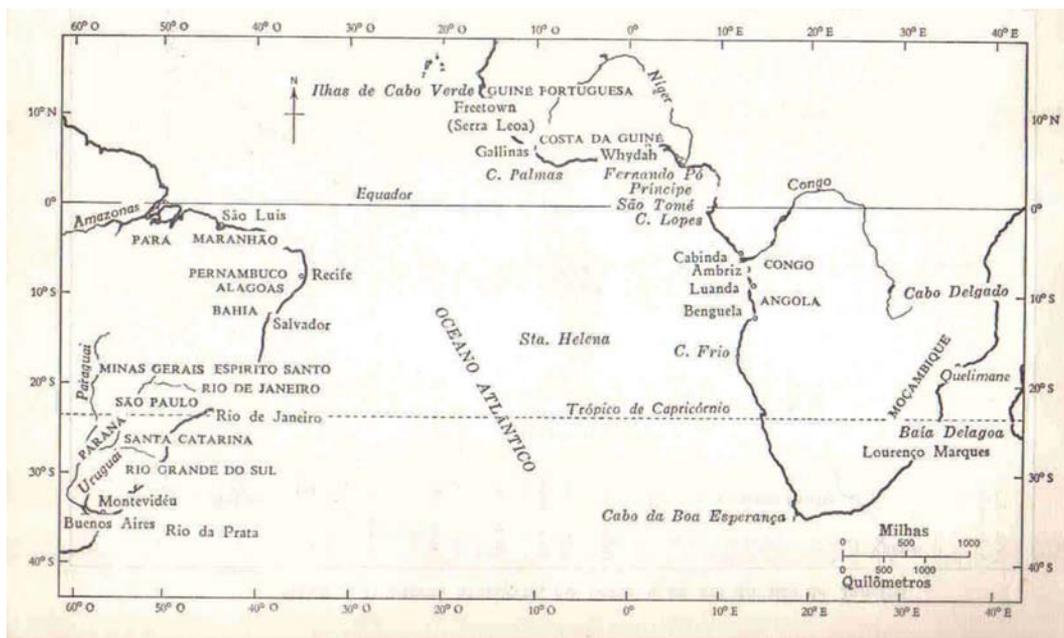
A Armada Imperial, estabelecida em Cabinda, realizou na verdade um duplo objetivo: defendeu o comércio marítimo brasileiro que estava sendo alvo de piratas e corsários, e dissuadiu a Grã-Bretanha quanto à real cooperação em relação à diminuição gradual do comércio de africanos para uma futura supressão do tráfico negreiro. O fato de o porto angolano de Cabinda ter se tornado o principal fornecedor de escravos para o Rio de Janeiro durante o período de permanência da Divisão Naval do Leste na costa d'África, revelou que efetivamente o Poder Naval brasileiro não atendeu aos interesses britânicos de repressão ao tráfico ilícito de escravos, e sim aos interesses do Brasil, cuja economia dependia do aporte de mão de obra escrava.

Após 1850, a mudança de atitude do Governo Imperial brasileiro na questão concernente ao tráfico negreiro não deve ser interpretada apenas como reflexo da pressão cada vez maior do Governo britânico, que através da *Royal Navy* promovia o apresamento sistemático de navios negreiros na

costa brasileira, mas também em função da nova conjuntura política interna da monarquia brasileira. De acordo com Leslie Bethell, além de uma situação financeira favorável, que resultou em fundos disponíveis para aumentar as forças navais, o Império do Brasil havia reforçado e consolidado o poder do Governo Central no Rio de Janeiro⁷².

Destarte, cabe ressaltar que os traficantes de escravos, na maioria portugueses, foram pouco a pouco monopolizando o mercado escravagista e vendiam os escravos a crédito e a juros altíssimos⁷³. Em função dos riscos da importação e da grande procura por parte dos agricultores brasileiros ocorria à alta no preço dos escravos ocasionando um desequilíbrio entre os lucros obtidos com a produção e o valor investido na mão de obra. Esta situação facilitou as ações do Governo Imperial, auxiliado ainda pela xenofobia ao português, em cujas mãos estava o tráfico. Desta maneira as medidas adotadas para desarticular o comércio transatlântico de escravos obtiveram êxito.

AS COSTAS DO BRASIL E DA ÁFRICA – SÉCULO XIX



BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos 1807-1869*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1976, p.11.

⁷² Cf. BETHELL, Leslie. Op. cit., p.323.

⁷³ PINTO, Virgílio Noya. Balanço das transformações econômicas no século XIX. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A. 1988, p.137.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS:

Fontes primárias:

ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL:

Livros de quarto, ofícios e ordens recebidas: Fragata *Paraguaçu* (código: IV M2852); Brigue-Escuna *Duquesa de Goiás* (código: XVII M1720); Brigue-Escuna *Fidelidade* (código: IV M2939); Canhoneira *Jequitinhonha* (código: IV M2889); Brigue *Itaparica* (código: IV M2891, IV M2913); Fragata *Constituição* (código: IV M2909); Brigue-Escuna *Calíope* (código: IV M518, IV M2924); Brigue *Capibaribe* (código: IV M504, IV M2918); Brigue *Maranhão* (código: IV M2887); Brigue *Toneleiro* (código: IV M1739); Brigue-Escuna *Toneleiro* (IV M3167, IV M2165) e Brigue *Cearense* (código: XVII M1265).

ARQUIVO DA MARINHA DO BRASIL:

BRASIL. *Carta de Lei – de 23 de novembro de 1826. Convenção entre o Imperio do Brazil e a Grã-Bretanha para abolição do tráfico de escravos*. In: *Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1826*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, parte primeira, 1880, pp.71-75.

BRASIL. Decisão Legislativa nº 214. – Marinha –, de 5 de novembro de 1829. *Sobre passaportes especiaes ás embarcações empregadas no commercio licito de escravos*. In: *Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1829*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, parte primeira, 1877, p.189.

BRASIL. Decreto de 25 de novembro de 1830. In: *Collecção das Leis do Imperio do Brazil, desde a Independência. 1830 e 1831. Ouro Preto*: Tipografia de Silva, volume III; parte IX, 1830, pp.74-76.

BRASIL. Lei de 7 de novembro de 1831. In: *Collecção das Leis do Imperio do Brazil, desde a Independência. 1830 e 1831. Ouro Preto*: Tipografia de Silva, volume III, parte X. 1830, pp.498-501.

BRASIL. Decreto nº 326, de 2 de outubro de 1843. *Estabelece três Estações Navaes em toda a extensão da costa do Imperio*. In: *Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1843*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, tomo V, parte I, 1867, pp.179-180.

BRASIL. Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. *Estabelece medidas para a repressão do trafico de africanos neste Imperio*. In: *Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1850*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, tomo 11, parte I, secção 35ª, 1851, pp.267-270.

BRASIL. Decreto nº 1.061, de 3 de novembro de 1852. *Altera o numero das Estações Navaes, e algumas disposições que lhe são relativas*. In: *Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1852*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, tomo XIII, parte I, 1853, p.404.

BRASIL. Índice Alfabético das leis do Imperio do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria Universal dos Editores Eduardo & Henrique Laemmert, Tomo 3, 1850.

Convenção addcional ao Tratado de 22 de janeiro de 1815 entre El Rei do Reino Unido de Portugal, do Brazil, e Algarves e El Rei do Reino Unido da Grande Bretanha e Irlanda: feita em Londres pelos plenipotenciarios de huma e outra Corte em 22 de julho de 1817, e ratificada por Ambas. In: *Collecção das Leis Brasileiras, desde a chegada da Corte ate a Epoca*

da Independência. ANNO de 1817. Ouro Preto: Tipografia de Silva, volume III, parte X, 1837, pp.19-44.

MINISTÉRIO DA MARINHA. *Relatórios de Ministros da Marinha do Brasil de 1827 a 1831*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876.

Primeiro Livro Mestre de Assentamentos dos Oficiais da Armada Real, referente ao período de 1763 a 1847, classificado no Arquivo da Marinha sob o número 42.593. Filme nº 44, Seção B, Folhas 19; 22; 32; 66 e 115.

Segundo Livro Mestre para Assentamentos de Oficiais da Armada Nacional e Imperial, referente ao período de 1817 a 1905, classificado no Arquivo da Marinha sob o número 42.594. Filme nº 46, Seção B, Folha 58.

Tratado de Amizade, e Aliança entre o Príncipe Regente de Portugal, e El Rey do Reino Unido da Grande Bretanha e Irlanda assignado no Rio de Janeiro pelos Plenipotenciários de huma e outra Corte em 19 de fevereiro de 1810, e ratificado por Ambas. In: Collecção das Leis Brasileiras, desde a chegada da Corte ate a Epoca da Independência. ANNO de 1810. Ouro Preto: Tipografia de Silva. volume I, parte III, 1834, pp. 356-364.

Tratado da abolição do tráfico de Escravos em todos os lugares da Costa de Africa ao Norte do Equador, entre o Príncipe Regente de Portugal, e El Rey do Reino Unido da Grande Bretanha e Irlanda: feito em Vienna pelos Plenipotenciarios de huma e outra Corte em 22 de janeiro de 1815, e ratificado por Ambas. In: Collecção das Leis Brasileiras, desde a chegada da Corte ate a Epoca da Independência. ANNO de 1815. Ouro Preto: Tipografia de Silva. volume II, parte VIII, 1835, pp.357-362.

Fontes secundárias:

BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos 1807-1869*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1976.

BOITEUX, Henrique. Biografia do Chefe de Divisão Bartholomeu Hayden. In: *Os nossos Almirantes*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 4ª volume, 1921, pp.255-264.

BOITEUX, Lucas Alexandre. *Das Nossas Naus de Ontem aos Submarinos de Hoje: Ligeiro Histórico dos Navios da Armada (1822 – 1946)*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1956.

_____. Repositório de nomes dos navios da Esquadra brasileira (1822-1940). In: *Subsídios para a História Marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, vol. IV, 1942, pp.211-417.

CAMINHA, Herick Marques. *História Administrativa do Brasil – Organização e Administração do Ministério da Marinha no Império*. Ministério da Marinha, Brasília – Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 18ª edição, Rio de Janeiro: José Olímpio, 1986.

KLEIN, Herbert S. & ENGERMAN, Stanley. Padrões de embarque e mortalidade no tráfico de escravos africanos no Rio de Janeiro: 1825-1830. In: PELAEZ, Carlos M. & BUESCU, Mircea. *A moderna história econômica*. Rio de Janeiro: Apec, 1976, pp.99-113.

MARTINS, Helio Leoncio & BOITEUX, Lucas Alexandre. Campanha Naval na Guerra Cisplatina. In: *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, Terceiro Volume, Tomo I, 2002, pp.163-429.

MAIA, João do Prado. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império*. (Tentativa de Reconstituição Histórica). 2ª edição, Rio de Janeiro: Cátedra, 1975.

MALVASIO, Ney Paes Loureiro. *A Marinha de Guerra e o Império*: a Marinha brasileira como braço da política externa imperial. Artigo apresentado na Associação Nacional de História (ANPUH) – XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. 5ª edição, Petrópolis: Vozes, 1988.

PINTO, Virgílio Noya. Balanço das transformações econômicas no século XIX. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil SA, 1988, pp.126-145.

RODRIGUES, Jaime. *De Costa a Costa – Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

RODRIGUES, José Honório. *Brazil and Africa*. Univ. of Calif. Press, 1965.

Subsídios para a arqueologia subaquática: fatores causadores de naufrágios

Carlos Celestino Rios e Souza

É Capitão de Fragata (RM1-T), mergulhador, biólogo marinho e MSc em Arqueologia pela UFPE. Atualmente é doutorando em Arqueologia (trabalha com Arqueologia Subaquática) na mesma instituição. É bolsista do CNPq.

RESUMO

O artigo tem o objetivo de propor uma classificação e definição para oito fatores causadores de naufrágios, visando à sua padronização para aqueles que trabalham com Arqueologia Subaquática. O trabalho mostra a relação entre o contínuo aumento das embarcações em tamanho, peso e calado para satisfazer às crescentes necessidades humanas e a sua importância para os naufrágios, bem como fornece subsídios para a interpretação de dados para identificação das causas de cascos soçobrados.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia Subaquática; Naufrágio, Classificação

ABSTRACT

The aim of this paper is to propose a classification and definition for the eight factors that cause shipwrecks, it seeks the standardization for those who works with Underwater Archaeology. It shows the relationship among the continuous development of ships in length, weight and draft in order to satisfy human necessities of growing and the importance to shipwrecks, as well as provides elements to help the data interpretation and identification of the causes of shipwrecks in general.

KEYWORDS: Underwater Archaeological; Shipwreck, Classification

O navio é um dos maiores e mais importantes artefatos já construídos pelo homem, medindo de uns poucos metros até algumas centenas de metros, e uma das dificuldades para quem trabalha com Arqueologia Subaquática é determinar o fator¹ ou os fatores que causam um dado naufrágio² (RAMOS, 2000, págs. 154 a 163 e 2008, pág. 115; RIOS, 2007, pág. 25). Normalmente o arqueólogo subaquático depara-se com uma miríade de vestígios do que uma vez foi um navio de madeira ou de ferro que, por sua vez, estando algumas das suas partes desenterradas, as mesmas estarão cobertas por *fauling*³, o que dificulta sobremaneira a interpretação dos dados (RIOS, 2007, págs. 52 a 54). Portanto, a fim de orientar na interpretação e facilitar a determinação da(s) causa⁴(s) de um naufrágio é importante normatizar e definir os fatores causadores.

Como então classificar e definir os fatores causadores de naufrágios? Consultando a bibliografia existente só foram encontrados fragmentos do que seriam esses fatores, sem que houvesse a preocupação dos autores em classificá-los (BASS, 1969, págs. 56, 63, 68 e 106; MICELI, 1998, págs. 110 e 170 a 175; RAMBELLI, 2002, págs. 38, 42, 51 e 92; RENFREW e BAHN, pág. 342). Nas instruções da Marinha do Brasil, que vem a ser a Autoridade Marítima sobre o assunto, pode-se observar que as Normas para Inquéritos Ad-

¹ Aquele que determina ou executa algo, qualquer elemento que concorre para um resultado.

² Afundamento total ou parcial da embarcação por perda de flutuabilidade, decorrente do embarque de água em seus espaços internos devido a fatores diversos.

³ Bioincrustação, ou seja, fixação de animais e/ou vegetais, microscópicos ou não, a quaisquer substratos no mar.

⁴ Razão de ser, explicação, motivo, o que faz com que algo exista ou aconteça.

ministrativos sobre Acidentes e Fatos da Navegação, NORMAN-09/DPC, possuem uma excelente definição de termos técnicos, mas que, infelizmente, não satisfazem às necessidades de normatização da Arqueologia Subaquática, uma vez que as mesmas não foram elaboradas com esse propósito, mas com o intuito de identificar as causas de acidentes no mar, haja vista que ela é a responsável pela segurança da navegação e pela salvaguarda da vida humana no mar.

Um naufrágio dificilmente ocorre por um único fator, por exemplo, uma explosão no paiol de pólvora causada por um tiro de canhão ou por uma fagulha liberada por um cachimbo. O afundamento de um navio, na maioria das vezes, ocorre por uma combinação de fatores (RAMOS, 2000, págs. 154 a 163 e RIOS, 2007, pág. 25), interagindo o fator humano com outros. Os fatores que levam ao naufrágio de uma embarcação podem ser classificados em oito categorias:

Fator Humano – ocorre desde os primórdios da navegação devido a falhas do próprio homem, que podem ser enquadradas como Imperícia⁵, Imprudência⁶ e Negligência⁷, bem como quando existe a intenção ou vontade deliberada do afundamento, denominado de Proposital⁸. Como exemplo, pode-se citar, em se tratando de imperícia, o afundamento de um bote com 30 pessoas ocorrido em 30 de junho de 1630, no Rio Beberibe, causado por imperícia do Patrão da embarcação, acarretando no afogamento de todos (RICHSHOFFER, 2004, pág. 88) e como proposital, em que pese existir uma finalidade bélica, os navios surtos no porto do Recife em 1630, quando Matias de Albuquerque ordenou que fossem afundados na barra para impedir a

entrada da Esquadra holandesa (LIMA, 1975, págs. 64 e 65, PEREIRA DA COSTA, 1983, vol. 2, págs. 5, 109, 117, 495 e 497);

Fator Bélico – ocasionado por embates entre belonaves, colisão com artefato bélico fixo ou flutuante (mina) ou sabotagem, acarretando em explosões, abalroamentos⁹ e/ou explosões propositais com o intuito de aniquilar ou pôr fora de combate, mesmo que temporariamente, o inimigo. Neste caso, tem-se como exemplo o afundamento do Galeão *São Paulo*, em 1652, no embate com as forças neerlandesas que, possivelmente, acarretou na explosão do navio (MELLO NETO, 1981, págs. 96 a 99);

Fator Patológico – difícil de ocorrer nos dias de hoje, mas nos primórdios das navegações transatlânticas era muito comum o navio ficar sem o mestre ou o piloto por questões de doença (devido, normalmente, à inexistência de regras básicas de higiene) que os levavam à morte ou os incapacitavam, ainda que por um curto espaço de tempo, de continuarem o trabalho, como ocorreu com parte dos navios neerlandeses que iriam saquear Salvador e naufragaram devido à peste que dizimou a tripulação (PEREIRA DA COSTA, 1983, vol. 2, pág. 251);

Fator Hidrometeorológico – difícil de ocorrer na atualidade em face aos avanços tecnológicos e à formação do pessoal, vem a ser o desconhecimento das correntes, das mudanças bruscas dos regimes de ventos, da existência de monções e outros fenômenos meteorológicos (nevasca ou granizo), faziam com que a embarcação ficasse sem governo por perda do mastro, velame ou leme, ou ainda do cabo da âncora, levando o navio a colidir com arrecifes¹⁰, baixios¹¹, coroa¹², penedos¹³,

⁵ Falta de habilidade ou experiência necessária para a realização de certas atividades.

⁶ Inobservância das precauções necessárias, falta de atenção, descuido, ignorância.

⁷ Falta de cuidado, de apuro, desleixo, inobservância ou descuido na execução de um ato.

⁸ Quando o afundamento é intencional, seja por questões bélicas, eliminação de provas de um crime, criação de uma nova biota para fins científicos ou turismo comercial ou outros propósitos (concorrência desleal, inveja, etc.).

⁹ Choque mecânico entre embarcações ou seus pertences e acessórios.

¹⁰ Estrutura rochosa calcária construída por organismos sedentários coloniais, em geral incorporados no meio de outras rochas.

¹¹ Elevação do fundo submarino formado de material inconsolidado, em geral arenoso, podendo ser também argiloso ou conchífero.

¹² Baixios formados por aluviões nos estuários e no baixo curso dos rios.

¹³ Rochedo de grandes dimensões exposto, isolado ou agrupado no mar, normalmente o cume de uma montanha marinha.

escolho¹⁴ ou altos fundos¹⁵, ou perda da calafetagem devido ao embate das ondas, acarretando na entrada de água por essas aberturas no casco. Como exemplo tem-se o fato ocorrido com a Nau *Santo Antônio*, em 1565, quando da saída do porto do Recife, foi colhida por ventos e maré contrários, colidindo com um baixio no canal norte do porto (PEREIRA DA COSTA, 1983, vol. 1, pág. 367 e vol. 4, pág. 35, LIMA, 1975, págs. 23 e 24);

Fator Cartográfico – incomum de ocorrer nos dias de hoje devido ao avanço tecnológico na elaboração das cartas náuticas, acontecia devido ao mau levantamento, desconhecimento da cartografia local ou crescimento de um recife de coral¹⁶, outrora irrelevante, ou aparecimento de uma coroa de sedimento marinho ou aluvional, escolho ou casco soçobrado não posicionado em carta, ocasionando colisão, encalhe¹⁷, varação de terra¹⁸, água aberta¹⁹, explosão, incêndio e/ou naufrágio, evento ocorrido com o Galeão *San Pedro*, em 1593, que se desfez ao colidir com os baixios da barra do porto do Recife (PEREIRA DA COSTA, 1983, vol. 2, págs. 57 e 70, BERGER et al., 1975, pág. 502, PICKFORD, 1994, pág. 165 e LIMA, 1975, pág. 31);

Fator Logístico – comum até nos dias atuais, ocorre devido ao excesso de carga, má peiação ou má estivação (no porão, no convés ou mesmo no interior do contêiner), quer no granel, quer na carga geral, sem observar ainda a adequabilidade da embalagem, pondo em risco a estabilidade do navio, a integridade da própria carga e das

pessoas de bordo, acarretando em alijamento²⁰ de parte ou da totalidade da carga, banda²¹, emborcamento²² e/ou naufrágio. Situação vivida pelo Galeão *São Bento* que, em 1554, devido ao excesso de carga e ao seu deslocamento, associados à mudança do estado do mar, perdeu a estabilidade e soçobrou (BRITO, 1998, págs. 28 e 29);

Fator Estrutural – falta de manutenção, reparo imediato ou má construção da embarcação, acarretando em avaria de equipamento, peça, acessório ou material de bordo, tendo como consequência água aberta, encalhe, alijamento e/ou naufrágio, caso vivenciado pelo Galeão *São João* que naufragou em 1552 devido à falta de manutenção do velame, inexistência de velas sobressalentes e má conservação do leme (BRITO, 1998, págs. 06 e 07); e

Fator Fortuito – colisão, ou seja, choque mecânico da embarcação e/ou seus apêndices e acessórios, contra qualquer objeto fixo ou flutuante, que não seja outra embarcação ou artefato bélico, contra pessoa (mergulhador ou banhista) ou animal vivo ou morto, acarretando em encalhe, água aberta, banda, alijamento, emborcamento e/ou naufrágio, fato ocorrido com o navio *Essex* que, em 1820, foi atingido por um cachalote que colidiu com a embarcação por duas vezes, levando-o ao fundo (PHIBRICK, 2000, págs. 117 a 123).

No sítio arqueológico²³ Lamarão I, em Recife, PE, que dista uma milha e meia do canal sul do porto do Recife, nas coordenadas 08°03'857"S e 034°50'989"W pôde-se chegar à causa do naufrágio aplicando de

¹⁴ Rochedo à flor d'água, mas que não descobre com a variação das marés.

¹⁵ Sítio onde o fundo do mar eleva-se sobre o nível geral circundante, em geral próximo à costa, chegando a profundidade de 20m aproximadamente, sem oferecer, via de regra, perigo à navegação.

¹⁶ Estrutura rochosa marinha formada por acumulação de esqueletos carbonáticos de colônias predominantemente de corais e também de algas.

¹⁷ Contato das obras vivas (parte do casco abaixo da linha d'água) com o fundo provocando resistências externas que dificultam ou impedem a movimentação da embarcação.

¹⁸ Ato deliberado de fazer encalhar ou pôr em seco a embarcação para evitar que um evento mais danoso sobrevenha.

¹⁹ Ocorrência de abertura nas obras vivas, causada por fatores internos ou externos, que permita o ingresso descontrolado de água nos espaços internos da embarcação.

²⁰ É o ato voluntário de lançar n'água, todo ou em parte, carga ou outros bens existentes a bordo, com a finalidade de salvar a embarcação, parte da carga ou outras fazendas.

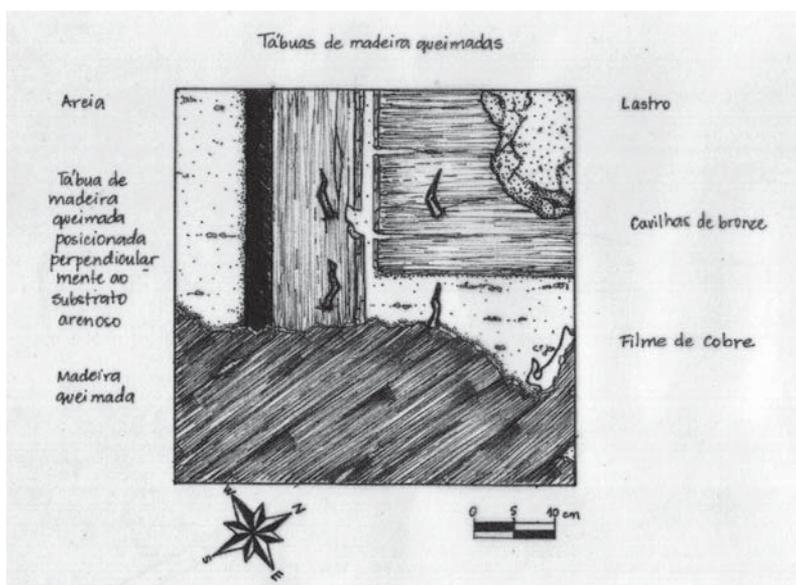
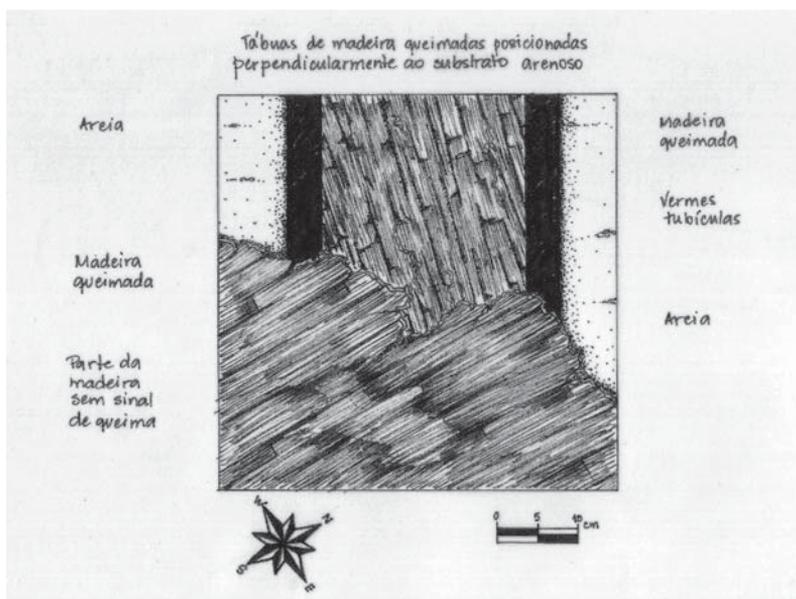
²¹ Inclinação excessiva da embarcação para um dos bordos (lados), comprometendo a estabilidade, por deslocamento de carga.

²² Virar de borco por perda da estabilidade transversal. Os navios não têm como se endireitar após um ângulo de aderimento acima de 75°.

²³ Acumulação espacial de artefatos, estruturas, construções e restos orgânicos que permanecem como vestígios da atividade humana.

forma prática o conhecimento da classificação acima referenciada, onde, depois de efetuada a escavação de duas quadrículas, na altura da bochecha²⁴ de boreste, observou-se que o madeirame encontrava-se queimado, levando à conclusão que, dentre os fatores causadores do naufrágio, o fator humano

por meio de um incêndio, possivelmente decorrente de uma negligência, uma vez que a historiografia cita apenas três naufrágios por incêndio em Pernambuco, entre 1750 e 1850, estando todos os três navios carregados com algodão, que corroborou decisivamente para o naufrágio (RIOS, 2007, pág. 92).



Desenhos das quadrículas 1 e 2 (RIOS, 2007) com madeirame queimado, crédito Marcela Valls.

²⁴ Cada uma das partes arredondadas do casco, nas obras-mortas (parte do casco sempre emersa), e a cada bordo, imediatamente a ré da roda de proa

Muitas vezes, o arqueólogo depara-se com um naufrágio desconhecido no fundo do mar e, para interpretar as causas do sobramento e identificá-lo, pode recorrer às fontes primárias e secundárias da historiografia, verificando quais navios afundaram em determinada localidade, bem como fazer uso de traços tafonômicos,²⁵ deixados nos vestígios da embarcação como ferramenta auxiliar, e de artefatos encontrados para identificar o espaço temporal do naufrágio.

Os indícios para a identificação não são tão fáceis de serem interpretados quando se trata de embarcação construída em madeira porque, normalmente, eles não ficam tão evidentes, pois são mascarados depois de algum tempo de afundamento, seja pelo enterramento, seja pelo *fauling* quando estão expostos. Tais substratos escondem as marcas de colisão, vestígios de queima de madeirame, cavilhas²⁶ retorcidas por abalramento, dentre outros.

Essa bioincrustação pode dificultar a interpretação da causa do naufrágio, uma vez que mascara a estrutura do navio envolvendo-o em sucessivas camadas de animais e vegetais que povoam aquele novo ambiente a partir do dia seguinte ao naufrágio, começando com um pequeno filme de microalgas formando assim o primeiro substrato para fixação de macroalgas e animais bentônicos²⁷ (RIOS, 2007, pág. 89).

Em melhor situação, pelo menos aparentemente, estão os navios construídos em ferro, isto porque a chapa de ferro leva mais tempo para se decompor do que a de madeira, em face de não ser atacada pelo *Teredo navalis*²⁸ e, também, deixar traços tafonômicos passíveis de serem identificados.

Dentre as causas que contribuem para o afundamento de embarcações, pode-se observar, ao longo dos séculos, o contínuo aumento das embarcações em tamanho, boca e calado para satisfazer às crescentes necessidades humanas, mormente as

mercantis e bélicas, implicando uma maior capacidade de carga, de armamento e de transporte de pessoal. Esse incremento do calado fez com que obstáculos submersos que outrora não eram considerados passassem a sê-lo (incremento da importância do fator cartográfico), tornando-os uma barreira física relevante, limitando inclusive a entrada dos navios em canais de portos cujos calados sejam compatíveis com a lâmina d'água da baixa-mar de sizígia²⁹ daquelas localidades.

Como consequência, o aumento do calado tornou a navegação mais perigosa. Nos primórdios, o marinheiro que ficava no cesto da gávea³⁰ podia alertar ao comando sobre um perigo isolado à sua frente, pela simples identificação de um objeto flutuante ou de uma espuma contínua em determinado ponto do mar, o que remetia a um baixio, penedo ou coroa colidindo com a corrente. Nos dias de hoje, existem aparelhos sensíveis, ecobatímetros e sonares que, respectivamente, delineiam a topografia do fundo e dão alarme, quando da proximidade de qualquer obstáculo, mas apesar de todo esse aparato tecnológico os naufrágios continuam acontecendo devido às falhas do equipamento (fator estrutural) ou ao fator humano.

Em face do aumento progressivo do calado, os altos fundos e os escolhos que estão a alguns metros abaixo da lâmina d'água e que não sinalizam as suas presenças na superfície, passam a ser um fator cartográfico de extrema relevância para corroborar com um naufrágio, tornando-se objetos perigosos à navegação que são representados em cartas náuticas como Perigos Assinalados, enquanto as suas existências não forem confirmadas.

Numa breve retrospectiva através dos tempos sobre o desenvolvimento do calado e das relações tamanho versus peso de uma embarcação, tem-se que na pré-história bra-

²⁵ Marcas deixadas impressas em quaisquer superfícies por outros animais, vegetais, objetos ou pelo homem.

²⁶ Pregos de madeira, bronze ou ferro

²⁷ Animais que vivem no fundo do mar, por sobre o sedimento ou dentro dele.

²⁸ Molusco lamelibrânquio bivalve, semelhante a um verme, de 5 a 100cm de comprimento, extremamente nocivo às madeiras flutuantes ou imersas, onde constrói uma galeria e se desenvolve, acabando por perfurar toda a madeira, fragilizando-a.

²⁹ A menor baixa-mar que ocorre na lua cheia ou na lua nova, produzindo uma forte corrente vazante.

³⁰ Plataforma instalada nos calces do mastro dos antigos veleiros.

sileira as embarcações eram simples troncos de madeira, evoluindo para canoas monocascos e canoas de palmeiras. As canoas de tronco monocasco ou monóxilas podiam medir mais de 10m, pesar cerca de 300kg (estimativa) e calar até 1 pé (33cm) (CASCU DO, 1964, pág. 65 e JUNQUEIRA, 2003, pág. 17). Já as jangadas podiam medir entre 4 e 11m, pesar próximo de 700kg (estimativa) e calar até 1 pé (33cm) (CASCU DO, 1964, págs. 75, 112, 115 e 128).

Em se tratando, agora, de embarcações a vela, uma galera romana (200 BC) tinha 35m, pesava 70t. e calava 5 pés (160cm). Na época das Cruzadas, um navio de guerra britânico (século XIV) tinha em torno de 13m, 180t. e calava 7 pés (230cm). No período das grandes navegações, uma caravela portuguesa chegava a 23m, 60t. e 10 pés (330cm), já uma carraca holandesa do mesmo período da caravela (século XV) alcançava 25m, 110t. e calava 10 pés (330cm) (FORD, 2001, págs. 20 e 23).

Entre os séculos XVI e XVII os navios mais que quadruplicaram de peso, variando de 600 a 1300t., mediam de 32 a 54m e calavam 15 pés (500cm). A partir do século XVIII é rompida, definitivamente, a barreira das 1000t., ficando o calado em torno de 18 pés (600cm) e o comprimento total próximo de 60m (FORD, 2001, págs. 31, 43 e 61).

Do alvorecer do século XIX até meados de 1860, o domínio dos *Clippers* nos mares

foi absoluto, tinham em média 70m, pesavam cerca de 2000t. e calavam 21 pés (700cm), sendo substituídos, paulatinamente, pelos navios a vapor. No primeiro quartel do século XX, a hegemonia dos navios de ferro elevou vertiginosamente o tamanho e o seu peso, alcançando 259m, pesando a cifra de 46.000t. e calando até 34 pés (11.200cm) (FORD, 2001, pág. 109, 112 e 214).

Diante do exposto, conclui-se a valorização da classificação e definição dos oito fatores causadores de naufrágios para a Arqueologia Subaquática (bélico, cartográfico, estrutural, fortuito, hidrometeorológico, humano, logístico e patológico) que podem atuar isolados ou conjuntamente, acarretando no afundamento de uma embarcação. Mostrou-se a valorização do *fauling*, dos objetos e dos traços tafonômicos como ferramenta auxiliar na datação e identificação da(s) causa(s) de um naufrágio, acompanhados da pesquisa historiográfica e consequentemente da possibilidade de identificação do navio. Apresentou-se também a valorização do crescimento do calado na colisão com perigos assinalados e altos fundos, acarretando num incremento da valorização do fator cartográfico, e de como se tornou um fator limitante para entrada em canais e portos.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS:

ARAÚJO, J. de G. *Catálogo de naufrágios e afundamentos na costa do Brasil, 1503 a 1995*. Salvador: IGHB, 2000, 49 págs.

ARAÚJO, J. de G. *Naufrágios e afundamentos na costa brasileira*. Salvador: JM Gráfica e Editora, 2008, 120 págs.

BASS, G. F. *Arqueologia subaquática*. Lisboa: Verbo, 1969, 237 pp.

BERGER, P. et al. *Incursões de corsários e piratas à costa do Brasil: 1500 – 1600*. In: História Naval Brasileira. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, vol. 1, tomo II, 1975, 622 págs.

BRITO, B. G. et al. *História trágico-marítima*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores/ Contraponto Editora, 1998, 543 págs.

- CASCUDO, L. C. *Jangada*. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1964, 165 págs.
- CHERQUES, S. *Dicionário do mar*. São Paulo: Globo, 1999, 551 págs.
- FORD, R. et al. *The encyclopedia of ships*. London: Amber Books, 2001, 544 págs.
- JUNQUEIRA, E. *Embarcações brasileiras*. Rio de Janeiro: Arte Ensaio, 2003, 192, págs.
- HOUAISS, A. e VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, 2922 págs.
- LIMA, M. O. *Pernambuco e o seu desenvolvimento histórico*. Recife: CEPE, 1975, 327 págs.
- MELLO NETO, U. P. *O cabo de Santo Agostinho e a baía de Suape: arqueologia e história*. In: Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Recife: CEPE, vol. LIII, 1981, 262 págs.
- MICELI, P. *O ponto onde estamos: viagens e viajantes na história da expansão e da conquista (Portugal, séculos XV e XVI)*. Campinas: UNICAMP, 1998, 213 págs.
- Normas da Autoridade Marítima para Inquéritos Administrativos sobre Acidentes e Fatos da Navegação*, NORMAN-09/DPC. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 2003, 6 págs.
- PEREIRA DA COSTA, F. A. *Anais pernambucanos*. 2ª ed. Recife: Fundarpe, 1983, vols. 1, 2 e 4, 517 págs.
- PHILBRICK, N. *No coração do mar: a história real que inspirou o Moby Dick de Melville*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, 371 págs.
- PICKFORD, N. *O Atlas dos naufrágios e tesouros*. Londres: Dorling Kindersley, 1994.
- RAMBELLI, G. *Arqueologia até debaixo d'água*. São Paulo: Maranta, 2002, 158 págs.
- RAMOS, F. P. *Por mares nunca dantes navegados: a aventura dos descobrimentos*. São Paulo: Contexto, 2008, 216 págs.
- RAMOS, F. P. *Naufrágios e obstáculos enfrentados pelas armadas da Índia portuguesa: 1497 – 1653*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000, 330 pp.
- RENFREW, C. e BAHN, P. *Arqueología, teorías, métodos y práctica*. Madrid: Akal, 1993, 571 págs.
- RIOS, C. *Identificação arqueológica de um naufrágio localizado no lamarão externo do porto do Recife, PE, Brasil*. (Dissertação de Mestrado). Recife, 2007, 147 págs.
- RISCHSHOFFER, A. *Diário de um soldado: (1629 – 1632)*. Recife: CEPE, 2004, 195 págs.
- SUGUIO, K. *Dicionário de geologia marinha: com termos correspondentes em inglês, francês e espanhol*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1992, 171 págs.

Comunicação

Gláucia Soares de Moura

Paula Cristina da Costa Perez Tavares Dias

Palestra para a VII Semana de Museus da USP

O Novo Museu Naval

Gláucia Soares de Moura

Capitão-Tenente, do Quadro Técnico – Museóloga e Historiadora, Encarregada da Divisão de Museografia do Departamento de Museologia da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.

Paula Cristina da Costa Perez Tavares Dias

Museóloga, desenvolveu projetos em parceria com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.

PALAVRAS-CHAVE: *história naval — centro do Rio de Janeiro — ação educativa — crianças e jovens*

INTRODUÇÃO

O museu de cidade não pode ser pensado isoladamente. Há um contexto histórico, arquitetônico e social que, se não motivou o seu aparecimento, com certeza influencia a sua existência.

Este breve estudo visa a olhar o museu como espaço dinâmico, de informação, de lazer e de educação, que cria áreas de difusão histórico-culturais com a finalidade de despertar a consciência do público para a preservação do patrimônio artístico, cultural e histórico pertencentes à Nação brasileira.

“Os museus se inserem na paisagem das cidades como instituições relevantes para representar a história do país, da região ou do lugar, para identificar as bases geográficas e arqueológicas das nações, para conhecer a sua etnografia, a história das populações antigas ou ainda a cultura material das épocas mais diversas.(...)”¹

A repercussão da reabertura do Museu Naval, em setembro de 2006, no espaço urbano da Praça XV, centro histórico da Ci-

dade do Rio de Janeiro, onde estão localizados outros importantes museus e espaços culturais, devolveu ao cenário carioca, e por que não dizer ao País, uma parte importante de sua história que andava um pouco despercebida: a participação do Poder Naval na formação do Brasil.

A INSERÇÃO DO MUSEU NAVAL NO ESPAÇO URBANO CARIOCA

A Cidade do Rio de Janeiro, sob o ponto de vista da construção da nacionalidade, pode ser considerada a cidade brasileira com maior densidade simbólica para o estudo da civilização no Brasil, pois por meio da memória, ou ausência da mesma, é possível uma leitura clara do que foi o Império e o início da nossa República.

A cidade, porém, é um museu de si mesma a céu aberto e um texto para ser lido e interpretado². Situado entre construções emblemáticas como o Centro Cultural Banco do Brasil, o Museu Histórico Nacional, a Casa França-Brasil e o Museu da Imagem e do Som, o Museu Naval está ao lado da Praça XV, onde se encontra outro espaço de elevado valor para a história do País, o Paço Imperial.

¹ SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *Museus e Cidades* in Seminário Internacional. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004, p.9

² SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *Museus e Cidades* in Seminário Internacional. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004, p.16.

Inserir-se, assim, o Museu Naval num importante circuito cultural desta zona da Cidade do Rio de Janeiro que faz parte do seu Centro Histórico, área onde cada vez mais os edifícios de museus têm papel importante nas ações de requalificação da urbanidade e da preservação da história do lugar e dos seus habitantes.

Um dos melhores exemplos já em desenvolvimento é o polo de lazer e entretenimento que vem desenvolvendo ações que promovem o resgate cultural e histórico desta área para os habitantes cariocas.

A localização do Museu Naval — ao lado da Estação das Barcas Rio-Niterói e de dois terminais rodoviários —, ao mesmo tempo que possibilita a propaganda da instituição, dificulta que as pessoas entrem para visitá-lo. O público passante pela entrada do museu, em sua maioria, sempre está com outro destino já traçado.

Assim não bastava reinaugurar o Museu Naval, era preciso torná-lo novamente de interesse para a população. Figurando novamente entre as instituições culturais inseridas no espaço público do Centro Histórico do Rio de Janeiro, cabia ao Museu mudar quantitativa e qualitativamente a área da cidade sob a qual tem influência.

A CRIAÇÃO DO MUSEU NAVAL

Em 14 de março de 1868, pelo Decreto Nº 4.116, foi criado oficialmente o Museu Naval pelo Visconde de Ouro Preto, Ministro da Marinha durante a Guerra do Paraguai, com o intuito de salvaguardar a memória dos feitos obtidos naquele conflito.

A primeira localização do museu foi o Arsenal de Marinha da Corte — que fica a alguns metros da localização atual — e nele foram guardados objetos de interesse da preservação da Armada Nacional, sendo aberto ao público em 1868 na presença do Imperador Pedro II.

Em 1890, o museu foi transferido para o prédio da Biblioteca da Marinha na Rua Conselheiro Saraiva, próximo ao Arsenal de Marinha, e passa a estar unido a ela.

O acervo do museu vai aumentando e, em 1907, o museu passou a ocupar o pré-

dio da antiga sede do Clube Naval, na Rua Dom Manuel nº 15, Praça XV, onde funciona até hoje.

O PRÉDIO DO MUSEU NAVAL

Prédio de estilo eclético, inaugurado em 1900, foi construído para ser sede própria do Clube Naval que de lá saiu em 1905, quando passou a abrigar o Conselho Naval (futuro Conselho do Almirantado).

Nessa mesma época, o Clube Naval mudou-se para outro local, o que levou a Marinha a comprar este imóvel em 1906, estabelecendo aqui, em 1907, a sede do Almirantado brasileiro, a Consultoria Jurídica, a Biblioteca e o Museu da Marinha, estes localizados no pavimento térreo. A partir de 1914, a Escola de Guerra Naval e as 1ª e 2ª Auditorias da Marinha também funcionaram neste conjunto.

A criação do Museu Histórico Nacional, em 1922, levou à extinção do Museu Naval, tendo seu acervo sido distribuído àquela instituição e à Escola Nacional de Belas Artes.

Em 1934, com a construção do novo edifício da Marinha no 1º Distrito Naval, todas as organizações militares existentes no prédio foram transferidas para aquele local. Cedido inicialmente ao Museu da Educação e Saúde Pública, este prédio abrigou ainda o Museu da Justiça, nos âmbitos Federal e Estadual. Por força da Lei nº 3.752/1960, foi entregue ao então Estado da Guanabara, recebendo os órgãos da Justiça Estadual.

Retornou à responsabilidade da Marinha brasileira em 2 de setembro de 1970 e, em 1972, após várias obras de restauração, foram inauguradas aqui as novas instalações do Serviço de Documentação Geral da Marinha, dentre elas o Museu Naval, reaberto ao público na época.

O crescimento das atividades culturais e dos respectivos acervos históricos determinou a transferência para sede da Ilha das Cobras, em 1984, dos Departamentos de Biblioteca da Marinha e Naval, do Arquivo Histórico Naval e do setor de Publicações e Divulgação do Serviço de Documentação da Marinha, ficando o Museu Naval no prédio da Rua Dom Manuel.

As obras de revitalização da Praça XV trouxeram sérios problemas estruturais ao prédio exigindo seu fechamento para reparos. Em 2006, completamente recuperado, reabriu à visitação pública apresentando exposições de longa duração sobre a História Naval brasileira.

A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL HOJE

A Organização Militar na qual o Museu Naval está inserido atualmente é a Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), fruto da junção do Serviço de Documentação da Marinha com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha.

O Museu Naval integra o complexo cultural da Marinha no Rio de Janeiro, o qual conta com a Biblioteca da Marinha, o Arquivo da Marinha, a Ilha Fiscal, o Espaço Cultural da Marinha, o Navio-Museu *Bauru*, o Submarino-Museu *Riachuelo*, o Rebocador *Laurindo Pitta*, o Helicóptero *Rei dos Mares* e o Modelo de *Nau dos Descobrimientos*. Todos estes espaços localizados próximos à Praça XV e à Praça Mauá, redutos históricos da cidade.

A REPRESENTAÇÃO DA CIDADE NO MUSEU NAVAL

O novo circuito expositivo do Museu Naval é composto pela exposição "O Poder Naval na Formação do Brasil", que permite ao público conhecer a grande importância do mar e da Marinha do Brasil na história e formação do País. De todos os fatos representados, grande parte ocorre na Cidade no Rio de Janeiro ou dela influencia as demais regiões do País.

A maior parte das ameaças e agressões ao território nacional veio por mar. Separado dos países desenvolvidos, em especial da Europa, pelo Oceano Atlântico, construímos nossa existência, em parte, dependentes do mar. O território nacional teve ainda sua consolidação após lutas pela independência do Brasil, quando, por mar, a Marinha rapidamente ofereceu e facilitou as primeiras resistências a um possível retorno português. Assim, o País promoveu sua independência

de forma a unificar seu território e nossas cidades cresceram no rastro desse desenvolvimento.

Sala 1: Rumo à terra pressentida

Nesta sala são apresentadas as grandes navegações realizadas pelos portugueses, incluindo o descobrimento do Brasil, pela segunda armada que Portugal enviou à Índia. A aventura dessas grandes navegações, que se iniciou no séc. XV, deu novo rumo à História. Os oceanos, que antes eram obstáculos, passaram a ser vias de comunicação.

Tudo resultou da decisão portuguesa de prosperar através do comércio direto com o Oriente. Para isso, eles precisaram desenvolver tecnologias necessárias para navegar em alto-mar a longas distâncias.

O Brasil foi descoberto e colonizado por mar; e a defesa dos núcleos de colonização dependeu do Poder Naval de Portugal.

Sala 2: Intrusos e invasores

Diversos corsários, piratas e outros intrusos desafiaram os interesses ultramarinos de Portugal durante os séculos XVI, XVII e XVIII. Os invasores vieram do mar e somente sua expulsão, com a participação de forças navais, garantiu a integridade do futuro território brasileiro.

Os principais invasores foram: os franceses no Rio de Janeiro e no Maranhão; os holandeses, ingleses e irlandeses no Pará; e holandeses na Bahia e em Pernambuco.

Sala 3: Expansão e Independência

Durante o séc. XVIII o futuro território brasileiro se expandiu para o Sul, em frequente disputa com os espanhóis.

Em 1808, chegou ao Brasil a Família Real portuguesa e o Rio de Janeiro se tornou a sede do Império colonial português.

Com o retorno de Dom João VI para Portugal, Dom Pedro proclamou a Independência, em 1822, e a recém-criada Marinha do Brasil, partindo do Rio de Janeiro, levou essa independência para províncias que ainda não haviam aderido a ela, como o Maranhão, o Pará e a Cispla-

tina (futuro Uruguai, que então era parte do território brasileiro). A ação eficaz da Marinha garantiu a integridade territorial do Brasil.

Sala 4: O Poder Naval como instrumento da política nacional

Após a independência, o Poder Naval brasileiro foi empregado como instrumento da política nacional do Império, projetando o poder militar para debelar as rebeliões que poderiam ter fracionado o Brasil; atuando na região do Rio da Prata (em guerras e intervenções em outros países), em respaldo à política externa do País; e coibindo o tráfico negroiro.

A exposição também destaca a atuação do futuro Marquês de Tamandaré, Patrono da Marinha, que se distinguiu, apesar de muito jovem, nesses conflitos.

Salas 5 e 6: A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai

A Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870) foi o mais longo e sangrento conflito da América do Sul. Tendo em vista que os rios da região, o Paraná e o Paraguai, eram as principais vias de comunicação, o papel da Marinha foi muito relevante.

A Batalha Naval do Riachuelo, no Rio Paraná, foi decisiva e a primeira grande vitória dos aliados nessa guerra. Ela garantiu o bloqueio que impediu o Paraguai de receber os armamentos do exterior.

A obtenção pelo Brasil de navios encouaçados foi fundamental para avançar e ultrapassar as fortificações instaladas nas margens do Rio Paraguai.

Após a Passagem de Humaitá pelos navios brasileiros e sua posterior ocupação, o progresso das tropas aliadas dependeu de complexas operações combinadas com a participação da Marinha e do Exército.

Foram cinco longos anos de guerra, que trouxeram sacrifício para todos, mas, também, em que os brasileiros mobilizados de todas as partes do País se conheceram melhor e aprenderam a trabalhar juntos.

Sala 7: O Emprego permanente do Poder Naval

Durante o século XX, ocorreram duas guerras mundiais, em que o País se viu agredido no mar por submarinos.

A Marinha brasileira participou da Primeira Guerra Mundial principalmente através da Divisão Naval em Operações de Guerra, cuja tarefa era o patrulhamento de um trecho da costa africana.

Na Segunda Guerra Mundial, coube à Marinha proteger os comboios de navios mercantes, que asseguraram o abastecimento das cidades brasileiras e transportaram matérias-primas vitais para o esforço de guerra aliado.

Nesta sala é ressaltado o emprego do Poder Naval em tempo de paz, por sua importância na defesa dos interesses do País. Ele envolve um conjunto de ações necessárias para que os conflitos de interesses com outros países não saiam da esfera da diplomacia. O Brasil também participou de muitas operações de paz, patrocinadas por organizações internacionais.

AS RELAÇÕES DO MUSEU COM SEU PÚBLICO POR MEIO DA AÇÃO EDUCATIVA

Contamos com um público fiel que são os apaixonados pela Marinha, sejam eles estudiosos de temas ligados à Marinha, militares da ativa ou da reserva que com orgulho mostram o fruto do seu trabalho, ou ainda civis que por motivos afetivos visitam o museu.

Para alcançarmos o público leigo e na busca de tornar novamente o museu como referência para a História Naval e mais um centro de lazer na cidade optamos nesses primeiros anos a ter como público-alvo as crianças e jovens em idade escolar, com a intenção de despertar neles o interesse pela vida no mar e atraí-los juntamente com seus professores e familiares para um retorno ao museu.

Para tal, as atividades educativas do Museu Naval visam a promover a integração do público com o museu tornando este uma referência para a História Naval Brasileira. Os projetos desenvolvidos aliam o conteúdo da exposição de longa duração com atividades

divertidas que contam com a participação ativa dos visitantes, propiciando um aprendizado extra-classe, com a compreensão de conteúdos artísticos, culturais e históricos, de forma interessante, alegre, divertida e que contribuem para o crescimento intelectual do público em geral.

**Projetos atuais:
PROJETO ESCOLA**

Criado há mais de 10 anos, o Projeto Escola transporta grupos de crianças de escolas públicas para visitar o Complexo Cultural da Marinha, do qual faz parte o Museu Naval. As visitas são guiadas e as crianças recebem lanches patrocinados pelo Departamento Cultural do Abrigo do Marinheiro e a escola ganha uma foto da visita.

O projeto já abrangeu cerca de 56.722 pessoas.

PROJETO “UMA VIAGEM PELO MUNDO NA HISTÓRIA”

Projeto patrocinado pela TRANSPETRO, sendo composto por sete peças teatrais apresentadas de acordo com a faixa etária do grupo agendado, proporcionando às crianças e jovens uma visão abrangente sobre a participação da força naval na história do Brasil. O público estimado desde 2007 é de 10.128 pessoas.

As peças teatrais em cartaz são:

“1808 – A CORTE PORTUGUESA NO BRASIL”

Trata-se de uma opereta cabocla, interpretada por dois atores-cantores personificados de bonecos musicais. A apresentação é cantada em ritmos brasileiros, com algumas interpretações operísticas, e narra os episódios que motivaram a saída de Dom João de Portugal. Faixa etária recomendada: a partir dos 6 anos.

“VIDA A BORDO NO SÉCULO XVI”

Primeira montagem teatral infantil do Museu Naval para grupos escolares que visitam nosso espaço. De forma alegre e

descontraída, dois personagens do século XVI convidam os alunos para uma pequena viagem no tempo, a bordo de uma nau. Faixa etária recomendada: 6 aos 12 anos.

“O BRASIL E O MAR – A AMAZÔNIA AZUL”

Gincana teatral que fala da importância do Poder Naval para defender os interesses de nosso País. Um desses interesses é o reconhecimento pela ONU do direito brasileiro de utilizar como zona exclusiva o mar de 200 milhas até o limite da plataforma continental, a nossa Amazônia Azul. Faixa etária recomendada: 6 aos 12 anos.

“TAMANDARÉ – JOVEM HERÓI”

Peça teatral que relata as aventuras do Almirante Tamandaré, Patrono da Marinha do Brasil, que muito lutou no século XIX para garantir que pudéssemos viver, hoje em dia, num belo e grande País. Faixa etária recomendada: a partir dos 13 anos.

“AMÉLIA E ATALIBA – O BRASIL NA II GUERRA MUNDIAL”

O espetáculo, que se passa no ano de 1944, mostra a participação da Marinha do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial sob o enfoque da esposa de um oficial, o qual participara da escolta dos comboios. Faixa etária recomendada: a partir dos 15 anos.

“AS MISSÕES DE PAZ DA ONU – O BRASIL QUE EU VI”

Jornalista correspondente de guerra explana as razões que o levaram a exercer essa função como justificativa para pedir ao público a análise de seu trabalho sobre o MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti, antes que o mesmo seja enviado ao redator. Faixa etária recomendada: a partir dos 15 anos.

“O FRANCÊS VOADOR”

Uma jovem pesquisadora em busca do lendário tesouro dos jesuítas encontra o

fantasma do corsário *Duguay-Trouin*, que em 1711 invadiu a Cidade do Rio de Janeiro em busca de riquezas. Entre muita música e divertidos equívocos, cada um deles conta sua versão de como se deu a invasão do corsário e sua tropa em terras cariocas. Faixa etária recomendada: a partir de 7 a 15 anos.

PROJETO “MARINHA EM ORIGAMI”

O Projeto tem como objetivo promover o desenvolvimento de habilidades motoras e criativas dos grupos de crianças visitantes, através das atividades de dobraduras em papel com temas ligados ao mar. Realizado uma vez por semana, desde abril de 2008, já abrangeu cerca de 4.400 crianças.

PROJETO “UMA TARDE NO MUSEU”

Projeto patrocinado pela Granado, destina-se a trazer, semanalmente, uma escola para uma visita interativa no circuito expositivo do Museu Naval. Em seu primeiro ano,

o projeto atendeu a 39 escolas, totalizando 958 alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, as instituições museológicas brasileiras tornaram-se espaços de formação, lazer e dinâmica de educação, que criam áreas de difusão histórico-culturais com a finalidade de despertar a consciência do público para a preservação do patrimônio pertencente à nação.

Desta forma, desenvolvendo diferentes temáticas acerca da história naval e destinadas a diversas parcelas da sociedade, as atividades educativas desenvolvidas no Museu Naval têm sido de suma importância para a integração do Museu no cenário nacional e, em especial, na Cidade do Rio de Janeiro. Elas propiciam um aprendizado extra-classe para os estudantes e deleite para os demais visitantes com a compreensão de conteúdos artísticos, culturais e históricos, de forma interessante, alegre, divertida e que contribuem para o crescimento intelectual do público em geral.

Resenha

Luiz Guilherme Scaldaferrri Moreira

Nova História Militar de Portugal

Luiz Guilherme Scaldaferrri Moreira

Doutorando em História pela UFF e mestre em História Social pela UFRJ, é autor do livro Os Índios na História da Aldeira de São Pedro de Cabo Frio. Além disso, é Professor da Universidade Veiga de Almeida.

Resenha de HESPANHA, António Manuel (Coordenação). *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.

Desde o período clássico, em que os gregos começaram a produzir uma literatura, a que chamaram de História – que evidenciava seus feitos heroicos (mitológicos ou reais), com a descrição de suas batalhas e de suas guerras –, até o século XXI, a escrita da história sofreu várias modificações. Com o surgimento da “Escola dos Annales”, em 1929, na França, tais alterações se tornaram cada vez mais rápidas e inovadoras, fato que culminaria na denominada “Nova História”.¹ Essas, por sua vez, trouxeram novos ares à disciplina, inaugurando novos campos, como por exemplo a história política e a história econômica. Todavia, para o que nos interessa aqui, queremos destacar a “Nova” história militar, particularmente a coleção *Nova História Militar de Portugal*, sob direção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, que em seu segundo volume, dedicado ao período moderno, fora coordenada por António Manuel Hespanha, contando com a participação de mais oito autores.²

No prefácio da obra, Hespanha já evidenciava que se procurou dar uma renovação à história militar portuguesa, não apenas com a abordagem de novos assuntos, mas, igual-

mente, com a ênfase de temas tradicionais a partir de metodologias novas. Neste sentido, a ideia é buscar um entrelaçamento entre a história militar portuguesa e a história da formação do Estado moderno luso.³ Desta feita, grande atenção, então, foi dada à análise da relação que Portugal estabeleceu com a chamada “Revolução Militar” do século XVII,⁴ em especial as inovações que se introduziam nos campos de batalha:

*(...) novas tecnologias da guerra – terrestre e naval –, o novo conceito de disciplina, as novas modalidades de enquadramento e direcção de grandes massas humanas, as novas exigências financeiras, os novos componentes científico-técnicos da formação militar.*⁵

Desse modo, um dos grandes feitos do livro é o de estabelecer um diálogo com a produção europeia mais recente, tanto com uma historiografia mais ampla como a militar, sobretudo a que se debruça na análise da formação dos Estados modernos. Assim, podem ficar evidente para o leitor as especificidades lusas.

¹ Mais detalhes acerca das características destes modelos historiográficos podem ser obtidas em DOSSE, F. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992.

² Além do próprio coordenador, escreveram Rui Bebiano, Fernando Dores Costa, Francisco Contento Domingues, Manuel Lobato, Nuno Gonçalo Monteiro, Pedro Puntoni, José Damião Rodrigues e Vitor Rodrigues. Pelo fato deste texto ser uma resenha, iremos nos deter apenas nas questões centrais que foram abordadas por Hespanha e Costa no prefácio e na conclusão.

³ Por isso, vamos nos concentrar na relação entre estes dois campos, o militar e o político, como denominamos a formação do Estado moderno luso.

⁴ A referência mais utilizada a respeito desta Revolução é o livro de PARKER, G. *The Military Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, 9TH Ed. Em português, indicamos CIPOLLA, C. *Canhões e velas na primeira fase da expansão europeia (1400-1700)*. Lisboa: Gradiva, 1989.

⁵ Cf. HESPANHA, António M. (Coord.). *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, p. 7.

Entre essas particularidades, o coordenador da obra destacou o modo como a população se envolveu nas batalhas e guerras em que Portugal participou. Os lusos se mostraram bastante arredios a elas, fugiam do recrutamento e havia grande número de deserção dos soldados. E aqui temos um exemplo de como a “Nova” história militar pode ser trabalhada de forma inovadora. A explicação buscada para os fatos citados não fica restrita à questão militar. Procura-se dar uma visão mais acurada e refinada dos problemas, no que diz respeito aos conceitos, além, é claro, de contextualizá-los dentro das conjunturas específicas de cada guerra. O caminho a ser seguido, portanto, foi fugir do anacronismo, presente numa historiografia militar tradicional, que insere na modernidade ideias que só surgirão posteriormente e que estão ligadas ao aparecimento do nacionalismo no século XIX, a saber: “nação em armas”, “exército nacional” ou patriotismo. Neste sentido, amplia-se o olhar para além dos conflitos bélicos propriamente ditos, que, no entanto, não são descartados.

Por outro lado, pretende-se introduzir conceitos da época que, até então, foram negligenciados, como a “guerra justa” contra os infiéis; o “serviço de mercês” e a necessidade de retribuição deste por parte da coroa; e a presença de clientes e das relações pessoais e hierárquicas da sociedade estamental.

Hespanha, na introdução do livro, começa a problematizar primeiramente sobre o que teria sido a Revolução Militar do século XVII, objeto abordado por Michael Roberts, em 1956. Este defende que haveria ocorrido uma mudança tecnológica e de infraestrutura no modo de se fazer a guerra.⁶ Hespanha questiona a posição deste autor ao se apropriar do trabalho de Parker, que demonstra que a Espanha teria aderido à Revolução Militar aproximadamente cem anos antes, com a utilização intensiva da artilharia, renovação da arquitetura militar e a criação de novos modelos administrativos e financeiros.

O coordenador do volume lamenta que os dois autores citados não problematizem

acerca do envolvimento luso nesta Revolução, pois por meio da comparação se poderia refinar melhor tal conceito. Para Hespanha, Portugal apresentava uma especificidade que era a própria guerra ultramarina, com o uso de artilharia na guerra naval, a fortificação, a administração e a “logística de uma guerra longínqua, o sistema de ordenanças ou mesmo a criação de impostos militares”.⁷ Com características bastante exóticas, o modelo de guerra primava por seu componente naval de traço anfíbio e pelo apoio da artilharia embarcada. Assim sendo, não teria participado destas inovações militares no século XVII. Deste modo, se os dois autores citados não cotejam Portugal aos demais países europeus, Hespanha o fará; todavia, sua preocupação se assenta nas mudanças introduzidas por esta Revolução naqueles espaços.

A mais importante transformação fora a introdução das armas de fogo, como o arcabuz e o mosquete (que substituíam o arco). Estes armamentos alteraram a distribuição das tropas no campo de batalha assim como a tática utilizada. Em Portugal e no espaço ultramarino também foram utilizadas. Desta feita, as especificidades técnicas destas armas, que demandavam muito tempo para serem novamente carregadas e postas em uso, precisavam de uma maior disciplina e treinamento por parte dos Exércitos, para que a ação se tornasse mecânica, automática e rápida. Por isso, toda uma literatura fora escrita e um conjunto de ações-padrão fora pensado. Para dar os comandos e instruir estes soldados, passou a ser necessário um corpo intermediário entre os oficiais e os soldados; surgiam, então, os suboficiais. A artilharia se tornava tão vital que era um dos fatores que possibilitaria o domínio luso, durante o século XVI, do mundo ultramarino, devido ao modo como foi adaptada aos seus navios.

O crescente uso desta artilharia trouxe o problema de como abastecê-la. Era preciso que se produzissem as munições e as armas. Para isso, metais deveriam ser extraídos da natureza; uma rede comercial era ne-

⁶ A Revolução teria começado na Suécia e chegado à Holanda, o que permitiu aos batavos vencerem os espanhóis, que se mantiveram adeptos ao modelo conservador.

⁷ HESPANHA, *op. cit.*, p. 9.

cessária para abastecimento dos Exércitos; além disso, era fundamental a manutenção de soldados, que aos poucos tornavam-se profissionais. Assim, a guerra se transformava em uma arte cada vez mais específica e especializada, de modo que seus participantes careciam de treinos, de escolas preparatórias, de mapas, de conhecimentos matemáticos, de literatura militar, etc.

O conhecimento por parte dos portugueses era adquirido nos campos de batalha por meio da experiência. Até mesmo porque as batalhas lusas no ultramar não utilizavam a tecnologia europeia e sim outro método, oriundo das guerras de guerrilhas, típicas de cada área colonial, como, por exemplo, a “guerra brasílica” em Pernambuco. Destarte, este era basicamente o único saber daqueles soldados, que marcadamente eram indisciplinados. A insubordinação estava presente em todos os níveis do Exército, tanto nos oficiais como nos soldados. Os primeiros se filiavam ao ideal da cavalaria, negando o comando militar a qualquer pessoa que não fosse o próprio rei, enquanto os segundos não tinham uma formação militar.

No que diz respeito à disposição e distribuição das tropas, a cavalaria perdia espaço para a infantaria, que se torna cada vez maior. Todavia, o prestígio social dos cavaleiros era demasiado importante, o que também ocorreu em Portugal, onde eram considerados nobres.

As necessidades da guerra de Restauração portuguesa, a partir de 1640, levaram a composição de Exércitos permanentes. Desta feita, uma nova maneira de recrutamento fora pensada. Não se podia mais utilizar como soldados os chamados “filhos-família”, que tinham a função de dar continuidade às respectivas linhagens. Era necessário compatibilizar a vida civil com a vida militar. Por isso, o recrutamento deveria incidir sobre os “desobrigados”, pessoas afastadas ou deslocadas dos laços clientelares da sociedade. Tal fator dificultava a imposição de disciplina a estes indivíduos já que eram “marginais” à sociedade, posto que eram “amancebados”, “desgovernados de seus bens”, frequentadores de bordéis,

etc.⁸ Logo, a linha que dividia os soldados dos vagabundos era muito tênue ou não existia. Era necessário que os mantivessem nos quartéis ou nos próprios presídios, afastados da vida civil e social. O problema ainda era maior devido aos constantes atrasos nos soldos que levavam os soldados a praticarem mais desordens, como saques e roubos.

Outra inovação no seiscentos fora o crescimento dos efetivos devido aos conflitos entre os Estados, o que tornava vital um instrumento de recrutamento mais eficaz. Nas regiões de vanguarda, o recrutamento passou das hostes senhoriais ou dos concelhios para a conscrição, o que não ocorreu em Portugal, onde era capital a influência que o senhor de terras ou o donatário possuía como capitão de seu senhorio. Este não era obrigado a servir com um número determinado de soldados, mas o costume o levava a dar uma quantidade de pessoas correspondente aos vassalos que estavam sob sua alçada, diferentemente do senhor feudal clássico, que era compelido a servir ao rei com um número predeterminado de homens.

Para as tropas concelhias, do meio urbano, as coisas foram mais traumáticas. As Ordenanças, como eram chamadas, comandadas pelos capitães de infantaria ou de cavalaria, enfrentavam problemas no recrutamento de suas fileiras. O processo, muitas vezes, fora feito à força, sobretudo quando incidia sobre aqueles indivíduos que compunham as camadas “marginais” da sociedade. Somente na segunda metade do século XVII é que o recrutamento começava a ganhar feições mais modernas, prevalecendo, contudo, grandes deserções, que eram igualmente comuns na Europa.

Problemas não faltavam. Dessa maneira, o aprovisionamento de armas se constituía um deles. Depois que Dom Sebastião, em 1570, criou as Ordenanças, o que obrigava cada pessoa a ter a sua própria arma, de acordo com o seu status social, percebeu-se que faltavam tais instrumentos no Reino. Logo, haveria de se pensar uma maneira de introduzi-los em Portugal. Os comerciantes, então, passavam a ser imprescindíveis, já

⁸ Idem. *Ibidem*. p. 22.

que eram obrigados a ter estas mercadorias em número suficiente para a venda.

Um melhor gerenciamento da parte financeira se tornava mais urgente e necessário. Destarte, *pari passu* à Revolução Militar, ocorreu uma Revolução Financeira, posto que era vital que se disponibilize mais dinheiro, em menos tempo e de modo mais eficiente, para a montagem dos Exércitos. Assim, houve uma reorganização do sistema fiscal luso para financiar as operações militares tanto no Reino como nas conquistas. Abria-se caminho para novos agentes sociais, como contratadores, agentes financeiros e comerciais que iriam lidar com estes impostos, tanto na cobrança da população como no adiantamento que faziam para o Estado, o que possibilitava por parte deste um fluxo regular de dinheiro.

E, por fim, a guerra de Restauração levava a uma nova distribuição dos efetivos. A atenção se deslocava do litoral para o interior. Naquela conjuntura, o possível invasor passava a ser o espanhol que viria por terra e não mais os corsários marroquinos, ingleses ou holandeses que poderiam aportar pelo mar.

Todas estas características militares apontadas causaram mudanças no sistema político europeu. Desta feita, Hespanha apontou seis relações entre sociedade civil e militar. Primeiro o aumento do poder estatal, internamente e externamente. Internamente por concentrar poderes nas mãos do monarca; externamente, por permitir que estados pequenos, mas com Exércitos fortes, continuassem as vias diplomáticas por outros meios, pela guerra, ideia retirada de Clausewitz. Segundo, a criação de uma unidade orçamentária e fiscal, fruto da necessidade de uma melhor gerência dos excessivos gastos militares. O Estado passou a contar apenas com um fundo financeiro, ou seja, uma unidade orçamentária, abandonando "pluralidade de tesourarias e de cofres".⁹ Por outro lado, interveio com mais frequência na questão fiscal, gerando uma burocracia mais organizada. Terceiro, o desenvolvimento tecnológico da guerra e de uma organização mais racional influenciou nas demais tarefas estatais. Muitos

militares começaram também a servir ao Estado na esfera civil. Quarto, a crescente necessidade de disciplina por parte dos Exércitos facilitou a naturalização e aceitação de uma sociedade com hierarquias fixas e com comandos centralizados, o que acabou refletindo no sistema político do Antigo Regime. Quinto, o conjunto de normas da guerra moderna levou a formulação de uma ética política, com regras bem definidas, apesar da obra de Maquiavel. O código de honra militar gerou normas laicas, que condenavam mentiras e valorizavam o direito e a justiça. Sexto, desenhou-se um quadro político no qual os militares passam a ter grande importância.

No entanto, nem todas estas características chegaram integralmente ao mundo luso. Vejamos como Hespanha explica a particularidade de alguns destes processos. Em Portugal, a montagem de Armadas para o oriente, no início do século XVI, fora vital, já que seria a presença militar nas Índias que permitiu o controle das rotas comerciais daquele espaço. As conquistas naquele lócus, com suas rotas mercantis e as terras conquistadas, só se mantiveram enquanto foi possível a existência de uma Armada forte. Quando Portugal deixou de ser uma potência marítima, no século XVII, suas possessões ficaram vulneráveis, como atestam as invasões estrangeiras no Atlântico Sul. A manutenção destas Armadas fez com que o dinheiro fosse destinado à defesa do ultramar; em contrapartida, a costa europeia permaneceu repleta de corsários.

No que diz respeito às forças terrestres, houve graves problemas. As Ordenanças eram mal equipadas e foram um obstáculo à centralização monárquica, na medida em que permitiam grandes poderes aos senhores locais. Igualmente, disputavam poder com a tropa profissional da coroa. Mesmo após 1640, com a introdução de um Exército profissional mais consistente, este não conseguiu se impor frente aos poderes periféricos.

No campo da literatura também ocorreram inovações, inspiradas, sobretudo, em modelos racionais, que versavam sobre a organização da milícia; sobre a estratégia militar; e meios de financiar as batalhas. Procurou-se incentivar indústrias ligadas à

⁹ Idem. *Ibidem*. p. 359.

guerra e a interesses estratégicos, em especial, à construção naval. A engenharia militar conheceu um grande desenvolvimento, particularmente na arquitetura ligada à urbanização utilitarista.

Passava-se a adotar a noção de “guerra justa”, mas não mais ligada à religião, e sim a um processo de laicização da guerra. As alianças com infiéis eram permitidas, desde que o Reino estivesse ameaçado e necessitando desta aliança, que, no entanto, deveria ser elaborada sem nenhum “escândalo”. A guerra deveria respeitar a honra e, antes de declarada, averiguar-se-iam as suas causas para que se declarasse a sua justeza, aspecto de competência dos conselheiros do rei.

Mas não havia um disciplinamento da tropa, tanto que lhes era permitido fazer o saque, quando não recebiam soldo e quando retomavam os próprios bens que haviam sido roubados. Portanto,

Como conclusão geral, poder-se-ia dizer que, ao contrário do que acontece em estados como o Piemonte, a Dinamarca ou a Suécia, a guerra e a instituição militar não se apresentam, em Portugal, como factores decisivos de estabelecimento de um novo modelo político. Embora possa ter contribuído com

*elementos que lhes são funcionais, como acontecerá, sobretudo, no campo financeiro.*¹⁰

Fernando Dores Costa, complementando a conclusão de Hespanha, destacou algumas especificidades lusas, em especial sobre o modelo francês.¹¹ Das quais destacamos a opção de se manter neutro frente aos conflitos existentes na Europa e a imposição de obstáculos, por parte da sociedade, a uma centralização e à administração régia.

Por outro lado, Costa sublinha a importância dos ofícios militares como canal de integração dos espaços coloniais ao Reino, ao mesmo tempo, em que destaca a importância destas regiões para a ascensão social de nobres não titulares, por meio da carreira das armas, devido aos serviços prestados à coroa.

Deste modo, a obra, a nosso ver, cumpre com a sua proposta inicial, que reflete a ideia da chamada “Nova” história militar, que é a de permitir um novo olhar sobre a história militar. Neste sentido, a busca de um diálogo com os outros campos da história, a exemplo da história social e da história econômica, torna-se fundamental. Um diálogo entre campos distintos possibilita um jogo de trocas entre eles extremamente fecundo, por inserirem novos problemas, novas abordagens e, porque não, novas sínteses.

¹⁰ HESAPANHA. *Nova História...*, pp. 366.

¹¹ Somente para citar três estudos clássicos sobre o modelo francês, indicamos ANDERSON, P. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1985; LADURIE, E. L. *O Estado Monárquico*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994 e; TILLY, C. *Coerção, capital e Estados europeus (990-1992)*. São Paulo: Edusp, 1996.

Documento

DOCUMENTO: Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado (Conde de Povolide), endereçada à Secretaria de Estado da Repartição da Marinha e Domínios Ultramarinos.

DATA: 2 de setembro de 1769.

LOCALIZAÇÃO: Arquivado na Divisão de Documentos Escritos da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha sob o número: Obras Raras (OR)-018.

RESUMO: Carta do Conde de Povolide, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, dirigida ao Rei, informando a situação da Nau que estava fazendo o transporte do seu sucessor Manoel da Cunha de Meneses.

1.

Imo Exmo Sr // Em Carta de 17. de
Julho proximo precedente dei conta a V. Ex.
dos avisos que tive da Bahia a respeito da
arribada que fez áquella Cidade a Nau
de Guerra, que conduria para este Porto a
meu Successor Manoel da Cunha de Me-
neses: Na inteligencia de que feitos os
Concertos que vedassem a agua que a dita
Nau

1

Imo. Exmo. Sr // Em carta de 17 de
Julho proximo precedente dei conta a V. Exa.
dos avisos que tive da Bahia a respeito da
arribada que fez áquella Cidade a Nau
de Guerra, que condusiria para este Porto a-
Meu Successor Manoel da Cunha de Me-
neses: Na inteligencia de que feitos os
Concertos que vedassem a agua que a dita
Nau

Nau / d'orem / Jaria, poderia Surger
aqui até quinze de Agosto. e vaciei no
principio do mesmo mes o Palacio da Re-
sidencia dos Governadores, em Uçolli na Casa
que nesta Praça pertence ao Tesouro Real
pronto e expedito para atoda a hora que
fôr preciso entregar o Governo e embar-
car-me quando nos dia 30. do mesmo Agos-
to me chegarão novos avisos pelos quales
me constou que depois do Concerto que
se fez ad. Nau, citando já novamente
Carregada para seguir viagem, se conde-
ceu fazer a mesma agua com que arriva-
ra. e se dispunha para novo Concerto q
de necessidade punka em may demora o
transporte de meu Sucessor.

Parece-me dar a esta Conta a
V. Ex.^a não só para se dignar de pôr o suc-
cedido na Real Noticia de V. Mage.^d e de
que até o presente não recebi ordem al-
gum do mesmo Senhor, que julgo me de-
ria dirigida relativa ao Real Serviço
pois se faria reparavel e não responder
no presente o carias, como se poderia se-
r já reparada, em que concorreu a
mesma causa; may tambem para se
Mage.^d a vista de se fazer preciso novo
Concerto em huma Nau, que medirem
ser da primeira viagem, couza que pare-
ce repugnante a todo o discurso deter-
minar se vembe se possaveig as Passaj.^{es}
dirigidas a sem intervio de marida a negli-
gencia manobra do primeiro concerto, q
deu o carias a necessitar de segundo.
M. J. a V. Ex.^a me. ad. N.º 2. de
Setembro de 1769. Il.^{mo} Ex.^{mo} Sr.
Francisco de Mandonça Justado // Conde
de Povolide.

*Nau // faria, poderia surgir
Aqui até quinze de Agosto; evacuei no
principio do mesmo mes o Palácio da Re-
sidencia dos Governadores, e me recolhi na casa
que nesta Praça pertence ao Fisco Real,
pronto e expedito para a toda a hora que
fosse preciso entregar o governo e embar-
car-me; quando no dia 30 do mesmo Agos-
to me chegarão novos avisos, pelos quaes
me constou, que depois do concerto que
se fes a daquela nau, estando já novamente
carregada para seguir viagem, se conhe-
ceu faser a mesma agua com que arriba-
ra. e se dispunha para novo concerto, q*
de necessidade punha em mais demora o
transporte de meu sucessor.*

*Pareceu-me dar certa conta a -
V. Ex.a não só para se dignar depós suc-
cedido na Real Notícia da S. Mag.^e e de-
que até o presente não recebi ordem al-
gum do mesmo senhor, que julgo me ve-
ria dirigida relativa ao Real serviço
pois se faria reparavel o não responder
na presente ocasião, como o poderia se-
o já na passada, em que concorreu a
mesma cousa; mas também para S.
Mag.e á vista de se faser (sic) preciso novo
concerto em huma (sic) Nau que, medisem (sic)
ser da primeira viagem, cousa que pare-
ce repugnante atodo (sic) o discurso (sic) deter-
minar serem lhes reponsaveis as pessoas q*
dirigirás a sem intervir demarcada a negli-
gencia manobra do primeiro concerto, q*
deu ocasião a necessitar de segundo.
MG.e a V Ex.a ... a N S 2 de
Setembro de 1769 // Ilmo Ex.mo Sr.
Franco Xer de Mendonça Furtado // Conde
de Povolide*

[Transcrição realizada por Marcelo Guimarães Cruz / Gabri-
ella D' Almeida Magalhães Moratelli]